

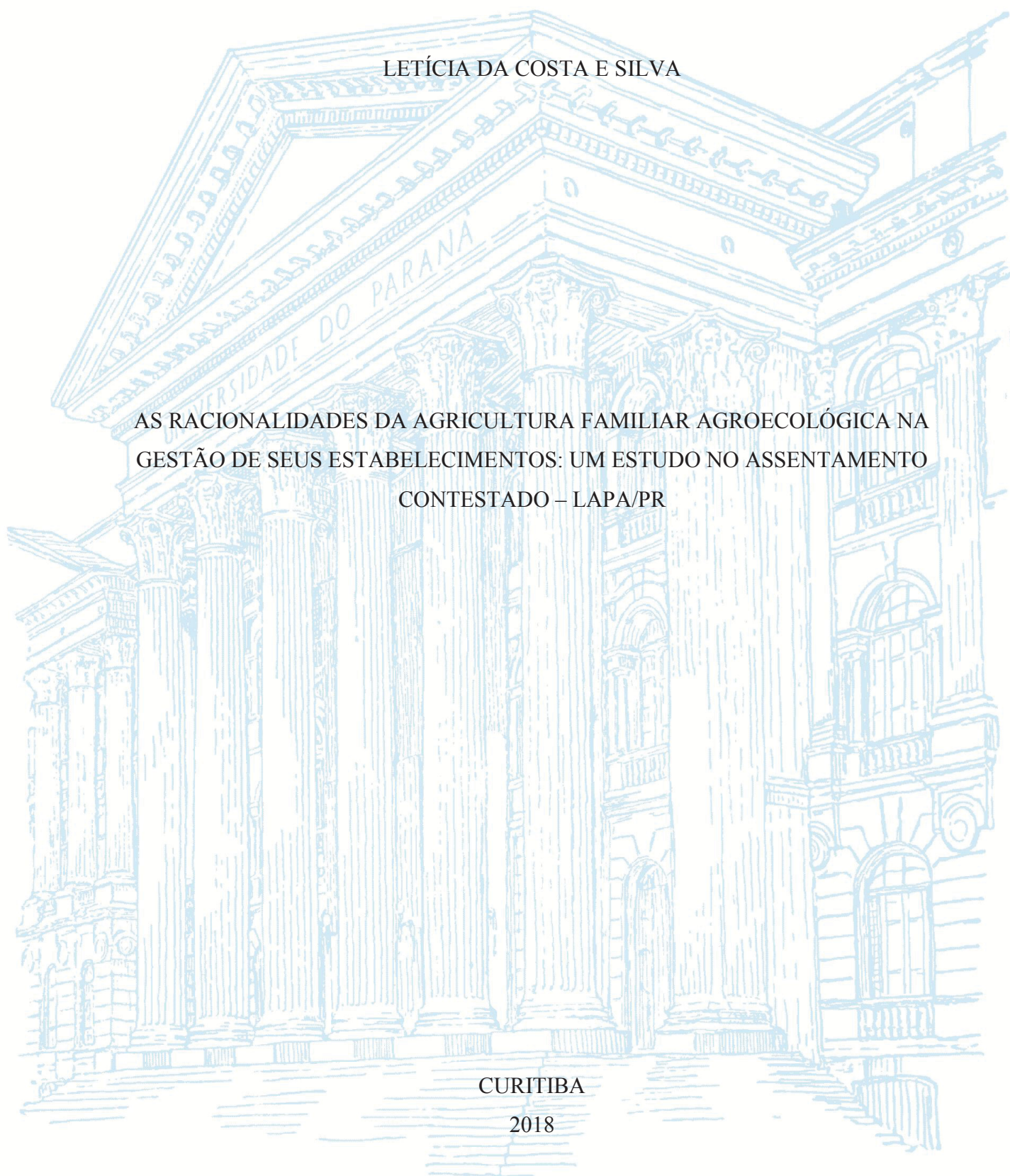
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETÍCIA DA COSTA E SILVA

AS RACIONALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA NA
GESTÃO DE SEUS ESTABELECIMENTOS: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO
CONTESTADO – LAPA/PR

CURITIBA

2018



LETÍCIA DA COSTA E SILVA

AS RACIONALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA NA
GESTÃO DE SEUS ESTABELECIMENTOS: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO
CONTESTADO – LAPA/PR

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção
do título de Doutora em Meio Ambiente e
Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg
Coorientadores: Prof. Dr. Valter Roberto Schaffrath e
Profa. Dr. Maria Carolina Martinez Andion

CURITIBA

2018

S586r Silva, Letícia da Costa e
As racionalidades da agricultura familiar agroecológica na gestão
de seus estabelecimentos: um estudo no assentamento
contestado Lapa/PR / Letícia da Costa e Silva. - Curitiba, 2018.
302 p.: il.,

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de
Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio
Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Alfio Brandenburg

Coorientador: Valter Roberto Schaffrath

Coorientadora: Maria Carolina Martinez Andion

1. Agricultura familiar - Lapa. 2. Agricultores - Lapa. 3.
Administração rural I. Brandenburg, Alfio II. Schaffrath, Valter
Roberto III. Martinez Andion, Maria Carolina. IV. Título. V.
Universidade Federal do Paraná.

CDU 631.115.11(816.2)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de LETÍCIA DA COSTA E SILVA intitulada: AS RACIONALIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA NA GESTÃO DE SEUS ESTABELECIMENTOS: UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO CONTESTADO ? LAPA/PR, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 12 de Novembro de 2018.


VALTER ROBERTO SCHAFFRATH

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


DOUGLAS ANDRÉ ROESLER
Avaliador Externo (UNIOESTE)


VALDIR FRIGO DENARDIN
Avaliador Interno (UFPR)


SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO
Avaliador Externo (UNICAMP)

RESUMO

Há uma invisibilidade de outras formas de gestão no meio rural brasileiro orientadas por outras racionalidades diferentes da dominante, a qual procura consagrar o modelo de empresa rural como superior e a única possível de representar o projeto de modernização da agricultura. Um dessas outras formas de gestão é a dos estabelecimentos familiares agroecológicos, os quais tendem a se orientar pela racionalidade ambiental que resgata aspectos de uma racionalidade específica do campesinato e os dialoga com a racionalidade instrumental-técnica em busca da sustentabilidade socioambiental. Ademais, há nessa forma de gestão uma interação com a racionalidade dominante, uma vez que está inserida em um ambiente dominado por ações sociais orientadas pelo uso de instrumentos que buscam o lucro. Assim, diferentes racionalidades podem influir na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos. Contudo, ainda se vê uma carência dentre os estudos sociais para a compreensão de como essas racionalidades estão relacionadas e orientam a gestão desses estabelecimentos. A vista disso, este trabalho pretende analisar as racionalidades em jogo da gestão de estabelecimentos familiares agroecológicos do Assentamento Contestado (Lapa-PR). Para tanto, esta pesquisa partiu de um processo de construção de conhecimento interdisciplinar, do qual foram utilizados o estudo de caso comum definido - os agricultores agroecológicos do Assentamento Contestado (Lapa-PR) -, como também parte dos dados coletados coletivamente por meio de cinco entrevistas semiestruturadas, 10 observações participantes e 55 questionários coletivos que versaram sobre a história e caracterização do objeto de estudo. Esses dados serviram de base para a seleção dos 12 casos estudados neste trabalho como também para analisar as racionalidades advindas do ambiente externo dos estabelecimentos familiares agroecológicos que podem (re)organizar sua gestão. Esta pesquisa ainda desenvolveu um quadro analítico que influenciou na elaboração dos instrumentos individuais da pesquisa: um diagnóstico rápido participativo e um roteiro de entrevista semiestruturada aplicados nos 12 casos selecionados. Os instrumentos individuais forneceram informações sobre as racionalidades envolvidas nos três processos de gestão definidos no quadro, o que possibilitou analisar as racionalidades presentes na gestão dos estabelecimentos estudados, considerando seus limites internos. Foi possível verificar que os agricultores estudados se utilizam de meios (produção agroecológica, controles e outras fontes de renda) para alcançar os objetivos de atender as necessidades alimentares e materiais da família e de promoção da agroecologia. E fazem isso orientados por valores como saúde, viver bem, segurança, cooperação, solidariedade, liberdade, educação e sustentabilidade. Há, assim, a condução da gestão dos estabelecimentos à racionalidade ambiental, a qual ressignifica aspectos da racionalidade camponesa pela incorporação de critérios econômicos mercantis e ambientais - experimentações, do planejamento produtivo considerando tanto o mercado quanto a reprodução familiar, do uso de ecotécnicas e de equipamentos adaptados à produção agroecológica e de ferramentas de análise financeira. Contudo, limites na expansão dessa racionalidade são encontrados na permanência de valores como o machismo e das relações hierárquicas, bem como dentre os agricultores que estão em transição agroecológica.

Palavras-chave: Racionalidades. Formas de gestão no meio rural. Agricultura familiar agroecológica.

ABSTRACT

There is invisibility to other forms of management in the Brazilian rural environment guided by other rationalities that are different from the dominant one, which seeks to consecrate the rural enterprise model as superior and the only one possible to represent the agriculture modernization project. One of these other forms of management is that of agroecological family establishments, which tend to be guided by an environmental rationality that rescues aspects of a specific rationality of peasantry and dialogues with the technical-instrumental rationality in search of socio-environmental sustainability. In addition, this form of management interacts with the dominant rationality, as it is inserted in an environment dominated by social actions oriented by the use of profit-seeking tools. Thus, different rationalities may influence the management of agroecological family establishments. However, there is still lack of social studies to understand how such rationalities are related and how they guide the management of these establishments. In view of the foregoing, this work intends to analyze the rationalities at stake in the management of agroecological family establishments in the Contestado Settlement (Lapa-PR). In order to do so, this work stemmed from a process of interdisciplinary knowledge construction, which used the defined common case study - the agroecological peasants of the Contestado Settlement (Lapa-PR) -, as well as part of the data jointly collected by means of five semi structured interviews, 10 participant observations and 55 collective questionnaires that addressed the history and characterization of the subject of study. This data served as a basis for the selection of the 12 cases studied herein and for analyzing the rationalities arising from the external environment of agroecological family establishments that can (re)organize their management. This research also developed an analytical framework that influenced the preparation of individual research tools: a quick participatory diagnosis and a semi-structured interview guide applied to the 12 selected cases. The individual tools provided information on the rationalities involved in the three management processes defined in the framework, which made it possible to analyze the rationalities present in the management of the establishments studied, considering their internal limits. It was possible to verify that the peasants studied use means (agroecological production, controls and other sources of income) to reach the objectives of meeting their family's food and material needs and the promotion of agroecology. And they do so guided by values such as health, good living, safety, cooperation, solidarity, freedom, education and sustainability. Thus, the management of establishments oriented by the environmental rationality, which provides new meanings to aspects of peasant rationality by means of the incorporation of mercantile and environmental economic criteria - experimentation, of productive planning, considering both the market and family reproduction, the use of ecotechnology and equipment adapted to agroecological production and to financial analysis tools. However, limits on the expansion of this rationality are found in the endurance of values such as sexism and hierarchical relations, as well as among the peasants who are in agroecological transition.

Keywords: Rationalities. Forms of management in rural areas. Agroecological family farming.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	-	EXEMPLO DA APLICAÇÃO DO FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES DE CADA SISTEMA PRODUTIVO PRESENTE NOS ESTABELECIMENTO DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS	26
FIGURA 2	-	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	27
FIGURA 3	-	DEFINIÇÃO DOS CASOS ESTUDADOS	28
FIGURA 4	-	QUADRO DE ANÁLISE DA RACIONALIDADE PREPONDERANTE NOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS.....	79
FIGURA 5	-	QUADRO DE ANÁLISE.....	81
FIGURA 6	-	LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO CONTESTADO NO MUNICÍPIO DA LAPA-PR.....	92
FIGURA 7	-	REUNIÕES DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA E COOPERATIVA TERRA LIVRE	102
FIGURA 8	-	AGROFLORESTAS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO, LAPA-PR.....	103
FIGURA 9	-	FLUXOGRAMA DOS INSUMOS E PRODUTOS DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DOS CASOS ESTUDADOS.....	163
FIGURA 10	-	CADERNOS DE CAMPO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO	231
FIGURA 11	-	RELAÇÃO ENTRE AS RACIONALIDADES DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO NA GESTÃO DE SEUS ESTABELECIMENTOS	236

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	- BALANÇO PENOSIDADE/UTILIDADE DAS UNIDADES ECONÔMICAS CAMPONESAS	48
GRÁFICO 2	- RENDA MÉDIA MENSAL, DESVIO PADRÃO E QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS FAMILIARES DE CADA FONTE DE RENDA ACESSADAS PELAS FAMÍLIAS AGROECOLÓGICAS DO ASSENTAMENTO	114
GRÁFICO 3	- MÉDIA DE HORAS DE TRABALHO POR DIA AO LONGO DO ANO PARA AS DIFERENTES ATIVIDADES PRODUTIVAS REALIZADAS PELAS FAMÍLIAS ANALISADAS	187
GRÁFICO 4	- QUANTIDADE DE HORAS TRABALHADAS AO ANO POR CADA AGRICULTOR ANALISADO POR TIPO DE ATIVIDADE	187

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	- FERRAMENTAS COLETIVAS DE COLETA DE DADOS.....	22
QUADRO 2	- SÍNTESE DAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O MODO CAMPONÊS E O MODO EMPRESARIAL DE FAZER AGRICULTURA.....	58
QUADRO 3	- FONTES DE RENDA ACESSADAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS ESTUDADOS E RAZÕES PARA ACESSÁ-LAS	152
QUADRO 4	- CRITÉRIOS LEVANTADOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS PARA DEFINIR OS ITENS A SEREM CULTIVADOS EM SEUS ESTABELECIMENTOS PARA ATENDER OS MERCADOS ALTERNATIVOS ACESSADOS	222

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- FORMAS DE MÃO-DE-OBRA ENTRE OS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO	112
TABELA 2	- MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO EM SEUS ESTABELECIMENTOS	112
TABELA 3	- SISTEMAS PRODUTIVOS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS ESTUDADOS	138
TABELA 4	- CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ACESSADOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DOS CASOS ESTUDADOS	145
TABELA 5	- HORAS TRABALHADAS EM ATIVIDADES PRODUTIVAS PELAS FAMÍLIAS DA AMOSTRA ANALISADAS.....	186

LISTA DE SIGLAS

ATER	–	Assistência Técnica e Extensão Rural
CONAB	–	Companhia Nacional de Abastecimento
DRP	–	Diagnóstico Rápido Participativo
ELLA	–	Escola Latino Americana de Agroecologia
ICA	–	Instituto Contestado de Agroecologia
INCRA	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LT	–	Litoral do Paraná
MAPA	–	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	–	Programa de Aquisição de Alimentos
PDA	–	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNAE	–	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PR	–	Paraná
RMC	–	Região Metropolitana de Curitiba
SAFs	–	Sistemas Agroflorestais
SPG	–	Sistema Participativo de Garantia
UFPR	–	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	CAMINHOS METODOLÓGICOS	18
2.1	INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA COLETIVA	21
2.2	INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA INDIVIDUAL	24
2.3	SELEÇÃO DOS CASOS ESTUDADOS.....	28
3	AS RACIONALIDADES EM DISPUTA NO MEIO RURAL BRASILEIRO: TENSÕES E BALANÇOS ENTRE FORMAS DISTINTAS DE GESTÃO	32
3.1	A EXPANSÃO DA RACIONALIDADE LIGADA À LÓGICA DA GESTÃO EMPRESARIAL NO MEIO RURAL BRASILEIRO	33
3.2	A GESTÃO DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES AGROECOLÓGICOS DO MEIO RURAL.....	40
3.2.1	A gestão da unidade econômica camponesa.....	41
3.2.2	A gestão dos estabelecimentos da agricultura familiar brasileira.....	54
3.2.3	A racionalidade ambiental na gestão dos estabelecimentos da agricultura familiar brasileira: agricultores familiares agroecológicos	60
3.3	A GESTÃO DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES AGROECOLÓGICOS À LUZ DA TEORIA SUBSTANTIVA DAS ORGANIZAÇÕES: LIMITES E CONTRIBUIÇÕES..	69
3.4	QUADRO ANALÍTICO	80
3.4.1	Processos de gestão das unidades de produção familiar.....	83
3.4.2	As racionalidades dos estabelecimentos familiares agroecológicos.....	86
4	A REALIDADE DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO: TRAJETÓRIAS, ORGANIZAÇÕES, CARACTERIZAÇÃO, MERCADOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS.....	91
4.1	A TRAJETÓRIA AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO CONTESTADO ...	91
4.1.1	As organizações que influem na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos do Assentamento Contestado: o MST, a Rede Ecovida de Tecnologia e a Cooperativa Terra Livre.....	93

4.2	AS FAMÍLIAS AGROECOLÓGICAS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO: DADOS GERAIS E TRAJETÓRIAS	106
5	OS PROCESSOS DE GESTÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES AGROECOLÓGICAS: UMA ANÁLISE DAS RACIONALIDADES NELES PRESENTES	117
5.1	OBJETIVO(S) DO ESTABELECIMENTO FAMILIAR AGROECOLÓGICO.....	117
5.1.1	Objetivo(s) dos estabelecimentos familiares agroecológicos	118
5.1.1.1	Os valores envolvidos nos objetivos dos estabelecimentos familiares agroecológicos	123
5.1.1.2	O papel da natureza nos objetivos dos estabelecimentos agroecológicos	127
5.1.2	Perspectivas e projetos futuros	130
5.2	ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS, DE RENDA E DE TRABALHO	137
5.2.1	Sistemas produtivos: motivações e influências dos canais de comercialização acessados	137
5.2.2	Investimentos no estabelecimento familiar	152
5.2.3	Gestão integrada dos recursos produtivos	157
5.2.3.1	O uso da terra, dos insumos, dos maquinários e/ou equipamentos e do calendário biodinâmico na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos	166
5.2.3.2	O trabalho familiar na gestão da produção agroecológica.....	180
5.3	FORMAS DE CONTROLE	207
5.3.1	A renda do estabelecimento familiar agroecológico e seus usos.....	208
5.3.2	Controles internos e externos envolvidos nas produções dos agricultores estudados	216
5.3.2.1	Cálculos realizados pelos agricultores estudados	224
5.3.2.2	Influência da Rede Ecológica de Agroecologia e dos mercados institucionais nas formas de controle dos agricultores estudados	231
5.4	SÍNTESE CONCLUSIVA: AS RACIONALIDADES NA GESTÃO DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO (LAPA/PR)	235
6	CONCLUSÃO	248
	REFERÊNCIAS.....	255
	APÊNDICES	267
	ANEXO	280

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho deriva do programa coletivo de pesquisa da Linha Ruralidades e Meio Ambiente da turma XI do doutorado do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que trata da interrelação entre alternativas e a reprodução socioambiental da agricultura familiar ecológica no Assentamento Contestado na Lapa-PR. Esse programa, por sua vez, é fruto de um processo interdisciplinar estimulado pelo PPGMADE, o qual historicamente procura desenvolver junto a seus alunos atividades de pesquisa em torno de temáticas do Desenvolvimento e do Meio Ambiente em que se propõe o diálogo interdisciplinar entre as ciências naturais e sociais.

São três doutorandas envolvidas na construção do programa coletivo de pesquisa, as quais se valeram dos conhecimentos construídos por outros dois momentos em que a interdisciplinaridade foi praticada durante os dois primeiros anos de atividades acadêmicas no PPGMADE. Um deles envolveu os mestrandos da Linha Ruralidades e Meio Ambiente entre abril de 2014 à março de 2015 e o outro o restante dos doutorandos da turma XI entre abril e julho de 2015. Resumidamente, as atividades com os mestrandos abarcou a definição de uma problemática comum de pesquisa (relação entre as categorias analíticas da agricultura familiar, reprodução socioambiental e alternativas) e o desenvolvimento de um diagnóstico socioeconômico e ambiental dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e do Litoral do Paraná (LT) a fim de apoiar a escolha de um universo comum de pesquisa¹. E as atividades com os demais doutorandos da turma XI se direcionaram para a produção de um documento coletivo em torno de um tema comum a ser transversal a todas as linhas de pesquisa do PPGMADE: “(In)justiça Socioambiental: resistências, estratégias e alternativas de desenvolvimento no Brasil”². Os resultados gerados por esses dois momentos interdisciplinares proporcionaram os recortes teórico e empírico iniciais do programa coletivo de pesquisa das doutorandas, desenvolvido entre os meses de agosto e setembro de 2015.

Nesse sentido, a partir da compreensão de que alternativas no meio rural são criadas como uma forma de resistência às injustiças socioambientais provocadas pelo modelo

¹ O tema escolhido foi “A reprodução socioambiental da agricultura familiar na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e no litoral do Paraná (LP)”, tendo por objetivo geral “Identificar as estratégias de reprodução socioambiental da agricultura familiar na RMC e no LP”. Os municípios selecionados pelo diagnóstico realizado foram: Adrianópolis (RMC), Cerro Azul (RMC), Lapa (RMC), Rio Branco do Sul (RMC), Antonina (LP), Guaraqueçaba (LP), Morretes (LP). Para mais informações sobre essa etapa ver Vasco, Silva, Kaminski (2016; 2017).

² Para mais informações ver Hedlund *et alli* (2015).

conservador de agricultura, a fim de garantir a reprodução socioambiental da agricultura familiar, foi definido o tema comum de pesquisa do programa coletivo das três doutorandas: “Alternatividades e a reprodução socioambiental da agricultura familiar agroecológica na RMC e LP”. A definição desse tema orientou o estabelecimento de um universo comum de pesquisa que representasse uma alternativa possibilitadora da reprodução socioambiental de agricultores agroecológicos presentes em uma das duas regiões arroladas do programa. Assim, optou-se pelos agricultores agroecológicos do Assentamento Contestado, localizado no município da Lapa/PR³. Nesse universo ou *locus* comum de pesquisa foi realizado um campo exploratório coletivo a fim de aprofundar a experiência e construção do conhecimento interdisciplinar. Os instrumentos de coleta de dados desenvolvidos pelas doutorandas são apresentados no capítulo 2.

Com base nessas experiências interdisciplinares as teses das doutorandas foram desenvolvidas. Todas realizaram as suas pesquisas individuais no universo comum definido, como também utilizaram parte dos dados coletados coletivamente, tendo em vista o conhecimento e o vasto material coletado gerado pelo trabalho conjunto e trocas efetuados. Foram definidos objetivos individuais que pudessem privilegiar a associação dinâmica e dialética das dimensões materiais e imateriais da relação entre sociedade e natureza. Entende-se que tal associação está presente na reprodução socioambiental dos agricultores ecológicos do Assentamento Contestado em um contexto de alternativas. Estudar essas dimensões, explicam Raynaut (2004) e Corona e Almeida (2014), facilita o estudo da reprodução socioambiental a partir de um enfoque interdisciplinar, pois há a necessidade de garantir as bases materiais (p. ex. natureza, produções) para que seja possível a reprodução, mas sem perder de vista que o material é moldado pelo imaterial (p.ex representações, valores, princípios, conhecimento) e vice-versa. Desse modo, uma doutoranda optou por analisar as inovações socioambientais no contexto alternativo de agricultura familiar ecológica do Assentamento Contestado. A outra procurou estudar as relações que colaboram com a construção do conhecimento em sistemas agroflorestais ecológicos no âmbito das situações cotidianas do trabalho de técnicos e de agricultores do Assentamento Contestado. E a última busca analisar, por meio deste trabalho, as racionalidades dos agricultores agroecológicos do Assentamento Contestado na gestão de seus estabelecimentos familiares.

³ Essa escolha envolveu um mapeamento de experiências alternativas na RMC e LP, considerando os municípios selecionados pelo diagnóstico socioeconômico e ambiental feito conjuntamente com os mestrados da turma III. Na sequência foram selecionadas experiências que acomodassem os interesses de pesquisa das alunas doutorandas e nelas foi realizada uma entrevista semi-estruturada com informantes qualificados a fim de que se pudesse escolher o universo comum. Para mais informações ver Vasco, Silva e Kaminski (2017).

O objeto deste estudo pode ser visto como uma forma de resistência ao modelo de gestão preconizado pela modernização da agricultura no Brasil. Resistência que busca garantir a reprodução socioambiental dos agricultores agroecológicos estudados. A modernização da agricultura se materializa, principalmente, por meio da revolução verde endossada pelo Estado e mercado brasileiros (BRANDENBURG; 2010b; IPARDES; IAPAR, 2007). Busca-se, com ela, a tecnificação da agricultura, a produção em escala e de baixa diversidade de culturas (*ibid*). Desse modo, é um modelo ligado ao avanço do processo de racionalização das sociedades ocidentais modernas (capitalistas), o qual privilegia a expansão e domínio da racionalidade instrumental para fins econômicos, sendo o lucro sua evidência máxima (WEBER, 2012). Conforme Leff (2006), o capitalismo ao longo do século XX e agora do século XXI instalou um processo globalizante e expansionista que busca impor o domínio da racionalidade instrumental orientada ao lucro nas práticas sociais. Tal racionalidade procura expandir um padrão de ação social único, submetendo os valores que conformam a racionalidade substantiva também presente nas ações sociais. Nesse sentido ela guia as relações socioeconômicas, culturais e ambientais para fins estritamente econômicos de lucratividade, podendo ser chamada também de racionalidade capitalista. Essa lógica de acumulação progressiva e expansiva do capital provocou um caráter crítico para seu crescimento devido à superexploração dos recursos naturais e da força de trabalho, a degradação ambiental e a deterioração da qualidade de vida, culminando na crise socioambiental atual que abrange tanto os meios urbanos quanto rurais (LEFF, 2006).

A expansão da racionalidade capitalista para o meio rural brasileiro, centrada no projeto de ‘modernização’ da agricultura, consagra, conforme Wanderley (2004), a empresa rural como a única forma possível de produção capaz de atender esse projeto. A empresa rural representa o modelo de gestão empresarial que almeja o lucro por meio da burocracia, da padronização, da repetição simples e invariável de tarefas, da tecnificação de processos, de cálculos, da quantificação de recursos produtivos, da hierarquia, do assalariamento e da mercantilização (CHAYANOV, 1981; PLOEG, 2008; WANDERLEY, 2004). É um modelo de gestão que estabelece uma relação depredatória com a natureza por enxergá-la a partir de seu valor de troca e que, por ser instável, precisa ser dominada pelo homem (LEFF, 2006; PLOEG, 2008). Como explica Toledo (1993), há uma propensão para a destruição dos recursos naturais e das comunidades camponesas, os quais tendem “[...] a serem substituídos por formas “modernas” de produção, baseadas em custos ecológicos, na especialização espacial, produtiva e humana, e em uma produção exclusivamente orientada ao mercado”

(*ibid*, p. 211). Ao propagar-se no meio rural, esse modelo de gestão é apresentado e defendido como superior e o único possível, tendo como um de seus alicerces o conhecimento gerado pela ciência administrativa. Ele é o modelo que predomina dentre os estudos organizacionais, cuja principal referência são as organizações econômicas formais capitalistas, situação que revela a existência de pontos cegos teóricos dessa área do conhecimento por não considerar o estudo de outros tipos organizacionais em que há a predominância da racionalidade substantiva (GUERREIRO RAMOS, 1989).

Nesse contexto, há a desqualificação, a subordinação e invisibilização de outras formas de gestão historicamente presentes no meio rural, como também de formas de gestão ressignificadas pela modernidade, representadas por organizações baseadas em racionalidades diferenciadas, cujo peso maior se assenta na razão substantiva. Quando analisada a teoria das organizações, essa invisibilidade é aprofundada, já que há uma carência dentre os estudos administrativos, inclusive dos estudos críticos que analisam a racionalidade em organizações substantivas como pode ser visto em Guerreiro Ramos (1989), Serva (1996) e em Serva *et alli* (2015), em reconhecer as especificidades de parte das formas organizativas presentes no meio rural, como são os estabelecimentos rurais familiares e agroecológicos.

A gestão dos estabelecimentos rurais familiares são guiados por uma racionalidade específica, que vem lhes garantindo ao longo de séculos a sua reprodução no interior de diferentes formações socioeconômicas (CHAYANOV, 1974; LAMARCHE, 1993; PLOEG, 2008; 2015; WANDERLEY, 2009; 2014). Essa especificidade está não só na consideração de critérios instrumentais diferenciados daqueles utilizados pela racionalidade capitalista, mas também na forma como se dá a interação entre as racionalidades instrumental e substantiva presentes em suas ações sociais. A teoria do campesinato esclarece em muitos aspectos essa diferenciação racional, tornando-se essencial para visibilizar esse tipo de organização, o que poderia ser aproveitado pelos estudos críticos da administração.

A partir das contribuições de Chayanov (1974), Lamarche (1993), Ploeg (2008; 2015) e Wanderley (2009; 2014) em diálogo com Brandenburg (2010a; 2010b), é possível observar que no meio rural, dentre os agricultores familiares, há continuidades de um modo camponês de fazer agricultura que aproximam o agricultor familiar a uma racionalidade mais substantiva, afastando-o da exclusividade da racionalidade instrumental enquanto direcionadora de suas ações sociais. Valores relacionados a sua reprodução social, à família e ao trabalho são, muitas vezes, centrais em suas ações. A economia moral, por exemplo, é uma constante dentre agricultores que mantêm um destacado grau de campesinidade dentre seus

modos de produção e vida (PLOEG, 2008; 2015). Além disso, esses agricultores também revelam que, ao invés da busca pelo lucro enquanto um projeto finalístico, seus estabelecimentos voltam suas atividades para o atendimento das necessidades familiares, desvendando uma instrumentalidade diferenciada daquela propagada pela empresa rural típica da modernização da agricultura (CHAYANOV, 1974; PLOEG, 2015; WANDERLEY, 2009). Ao analisar a instrumentalidade dos agricultores familiares a partir da ótica de empresas capitalistas, há, normalmente, um julgamento de que eles são ultrapassados tecnicamente e ineficazes economicamente, o que colabora para invisibilizar esse modo diferenciado de gestão.

Na contemporaneidade, parte desses agricultores passam a destacar a política em suas ações, por meio de organizações coletivas que visam garantir a sua reprodução social e resistir ao modelo de desenvolvimento hegemônico como é o caso, por exemplo, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (PLOEG, 2015; BERNSTEIN, 2009). A política, dessa forma, passa a destacar mais ainda a racionalidade substantiva em suas ações e, consequentemente, em suas formas de gestão. Em associação com a política outro aspecto se faz presente nas gestão de parcela dos estabelecimentos familiares contemporâneos: valores ligados ao ambientalismo.

Esses agricultores, conforme atentam Wanderley (2009) e Brandenburg (2010a), ligam-se ao movimento ambientalista, que, ao se orientar pela racionalidade ambiental, defende a condução das ações sociais pela ética da sustentabilidade (LEFF, 2006). Dentre aqueles que se orientam por essa racionalidade estão os agricultores familiares agroecológicos, os quais se pautam pelo interesse de garantir a reprodução da família por meio de uma relação, assevera Brandenburg (2010a; 2010b), mais equilibrada com a natureza e pela busca consciente, acrescenta Sevilla-Guzmán (2006), de meios sociais, políticos e econômicos que garantam essa relação com o meio natural, o acesso ao mercado e a preservação de suas culturas. O agricultor familiar agroecológico, mediante as ações presentes e os projetos futuros, ressignifica a tradição camponesa e ao mesmo tempo mantém uma constante interação com a lógica instrumental capitalista (BRANDENBURG, 2010a; 2010b; WANDERLEY, 2009), revelando um modo de vida específico em que a reprodução da família e a sustentabilidade tomam centralidade.

Ainda há um resgate do que Toledo (1993) chama por racionalidade ecológica camponesa, a qual reúne conhecimentos em torno de uma relação mais sustentável entre os agricultores com o ecossistema em que habitam e produzem. Mas, como dito, é um resgate

que ressignifica esses e outros conhecimentos tradicionais ao incorporar outros critérios ambientais alinhados ao ambientalismo forjado na modernidade e também por utilizar alguns instrumentos da racionalidade dominante (TOLEDO, 1993; LEFF, 2006). Desse modo, a expressão da racionalidade ambiental entre esses agricultores, ao que tudo indica, influi na gestão de seus estabelecimentos e o difere da gestão de empresas rurais capitalistas, pois se vale de instrumentos que são guiados pelos princípios da sustentabilidade e valores relacionados à reprodução familiar.

Nesse sentido, para compreender a gestão dos estabelecimentos agroecológicos é necessário recorrer não só à teoria do campesinato ou à teorias críticas da administração, mas também realizar uma aproximação com a teoria ambiental e à agroecologia. Petersen *et alli* (2017) entendem que as teorias sociais que fundamentaram o projeto de modernização da agricultura, dentre elas aquelas presentes nas ciências econômica, sociológica e agrônoma, não podem servir de base para a compreensão dos fenômenos ou mobilizações sociais e ambientais emergentes no meio rural. Aqui pode-se somar também a teoria administrativa, que passa a propagar o modelo de gestão empresarial, projetando mais sombras sobre os modos de gestão familiar agroecológicos do que um real conhecimento sobre eles. Assim, essas teorias, continuam os autores “[...] permanecem exercendo grande influência sobre a organização e a orientação de instituições públicas que incidem direta ou indiretamente sobre as dinâmicas de desenvolvimento agrícola e agrário, com reflexos amplamente negativos para a natureza e para a sociedade.” (*ibid*, p. 88). O que se vê na prática, muitas vezes, é o abandono, por parte dos agricultores, dos conhecimentos gerados por essas teorias e disseminadas pelo Estado ou mudanças pouco significativas em suas vidas.

Para além das carências apresentadas pela ciência administrativa e pelas instituições públicas em torno da compreensão da gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos, ainda podem ser percebidas limitações dentre os estudos sociológicos e agroecológicos quando abordam a gestão. Os estudos sociológicos sobre a racionalidade dos agricultores familiares, geralmente, não o fazem sob uma ênfase da administração. E no âmbito do desenvolvimento do conhecimento agroecológico, os casos que estudam a gestão dos estabelecimentos, tendem a focar mais na proposição de métodos ou ferramentas para analisar a dimensão econômica dos agroecossistemas, sem oferecer uma visão geral de como se dá a gestão nesses estabelecimentos. Isso pode ser visto, por exemplo, nos trabalhos de Arco-Verde e Amaro (2015), AOPA (2006) e Petersen *et alli* (2017).

Assim, o estudo aqui proposto busca preencher essas lacunas por meio do

conhecimento das racionalidades que embasam a gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos. Isso é feito a partir de colaborações apreendidas das teorias do campesinato e ambiental e de estudos em torno da agroecologia, cujos conhecimentos extraídos são aproximados da teoria das organizações substantivas da ciência administrativa. O principal intuito deste trabalho é o de gerar conhecimentos que possam servir de subsídios para futuros estudos, bem como para a formulação e o desenvolvimento de ferramentas e técnicas de gestão voltados para as unidades produtivas agroecológicas que considerem a especificidade racional desses agricultores, em que há a interação de diferentes racionalidades.

Desarte, este trabalho tem como **objetivo geral** analisar as racionalidades em jogo na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos do Assentamento Contestado (Lapa-PR). Para atender ao objetivo geral da pesquisa, primeiramente, busca-se *compreender* as racionalidades presentes na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos tendo como base as teorias do campesinato, das organizações substantivas e ambiental. Na sequência, propõe-se a *contextualização* da realidade dos agricultores familiares agroecológicos do Assentamento Contestado a partir da história e caracterização do Assentamento e das famílias e da identificação de elementos externos às unidades de produção – mercados, políticas públicas e tecnologias acessados – a fim de levantar aspectos que possam conformar as racionalidades presentes na gestão dos estabelecimentos produtivos estudados. Ao final, as racionalidades presentes nos processos de gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos do Assentamento Contestado são *discutidas*.

A fim de atender os objetivos propostos, esta tese está estruturada em seis capítulos. Após a apresentação da introdução neste primeiro capítulo discorre-se, no capítulo 2, sobre os caminhos metodológicos percorridos tanto pela pesquisa coletiva quanto pela pesquisa individual realizadas no Assentamento Contestado. Na sequência o referencial teórico é apresentado no capítulo 3, sendo finalizado com a elaboração de um quadro analítico, cuja função é a de orientar a análise dos resultados. A análise de resultados é composta pelos capítulos 4 e 5. O capítulo 4 busca analisar as racionalidades que (re)organizam os modos de gestão dos estabelecimentos familiares advindas de seu ambiente externo, bem como caracterizar os agricultores estudados. O capítulo 5 procura discutir as racionalidades presentes nos processos de gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos, focando-se nos limites internos desses estabelecimentos. Ainda, ao final no capítulo 5, é apresentada uma síntese conclusiva em torno da relação entre as racionalidades presentes na gestão dos

estabelecimentos familiares agroecológicos estudados. E, por fim, o capítulo 6 apresenta as conclusões deste trabalho.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

O enfoque interdisciplinar adotado pelo PPGMADE representa uma estratégia de pesquisa para compreender realidades complexas, como é o caso da crise socioambiental fruto do avanço do modelo de desenvolvimento capitalista, que é em parte sustentado pelo paradigma científico da modernidade (RAYNAUT, 1994; SOUZA *et. alli*, 2012). Essa crise coloca no centro do debate científico a necessidade de uma perspectiva analítica interdisciplinar, já que esta abordagem permite evidenciar as interrelações e mútuas influências existentes no meio ambiente, ou seja, entre a sociedade e natureza (RAYNAUT, 1994). A noção de meio ambiente integra “o ser humano, individualmente ou coletivamente, como ocupante e utilizador de um espaço e do conjunto de objetos e seres bióticos e abióticos que abarca. O que a palavra meio ambiente designa é o mundo físico e biótico encarado nas suas relações com o homem” (RAYNAUT, 2004, p. 27). Assim, continua o autor (*idem*; 1994), um enfoque holístico (globalizante), não redutível às partes, mas que considere a recíproca relação entre as partes com o todo passa a adentrar os debates acadêmicos em torno dos estudos em que o meio ambiente é objeto.

Além disso, a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento é um debate emergente no cenário sociopolítico internacional. Conforme observa Corona (2005, p. 17), “se a noção de meio ambiente busca compreender a natureza na relação com os seres humanos, a de desenvolvimento busca evidenciar o movimento no sentido inverso, ou seja, a questão ambiental como parte do processo de desenvolvimento da sociedade contemporânea”. Consideram-se os malefícios causados pelo modelo hegemônico de desenvolvimento - pautado pelo crescimento econômico e caracterizado pelo antropocentrismo - sobre a natureza, e que tais ações humanas colocam em risco não só a preservação do meio natural, mas também a sua própria sobrevivência (LEFF, 2006; SANTOS, 2002). Nesse sentido, intensificam-se ações e pesquisas relacionadas aos modelos de desenvolvimento ou projetos alternativos que propõem relações outras entre sociedade e meio ambiente, não necessariamente apoiadas na lógica capitalista de acumulação, e por isso, tidas como contra-hegemônicas (SANTOS, 2002).

É nesse contexto interdisciplinar da produção de investigações sobre outros modelos de desenvolvimento apoiados em outras relações entre sociedade e natureza, que o programa de coletivo pesquisa das três doutorandas⁴ da linha Ruralidades e Meio Ambiente da turma XI

⁴ Dentre as doutorandas, duas são formadas em Administração e uma em Engenharia Florestal.

do PPGMADE se insere. A estratégia interdisciplinar adotada resgatou a tradição dos trabalhos interdisciplinares da linha, como pode ser visto em Souza *et alli* (2012), ao definir um problema, um objeto e métodos comuns de pesquisa. Contudo, a construção interdisciplinar é específica em cada caso, pois ela decorre do relacionamento e trocas realizados pelas pessoas envolvidas e também das peculiaridades da problemática e objeto comuns definidos. Em função das diferentes formações acadêmicas das pesquisadoras, assim como da influência da sociologia⁵ no processo de construção do programa coletivo, houve uma predisposição em dialogar com outras disciplinas favorecendo a sociabilidade entre elas, onde se percebe um esforço de tradução de diferentes linguagens, do esclarecimento de conceitos próximos e de circulação de ideias sobre interesses diversos e convergentes, levando as pesquisadoras a tirar proveito do que foi produzido coletivamente (*ibid*).

Nesse sentido, a metodologia empregada tanto na fase coletiva quanto na fase individual deste trabalho foi orientada para transpor o afastamento entre diferentes saberes e ciências, pois questiona-se a construção do conhecimento da ciência moderna “[...] diante da complexidade de certos problemas que ultrapassam as fronteiras desta ou daquela área do conhecimento” (SOUZA *et alli*, 2012, p. 29). Assim, a interdisciplinaridade aqui construída é posta como uma resposta a esse problema ao procurar sociabilizar conhecimentos de diferentes disciplinas a fim de se aproximar da visão do conjunto da realidade no intuito de resolver problemas complexos, como é a crise socioambiental (*ibid*).

No âmbito da pesquisa coletiva a socialibilidade entre as diferentes disciplinas envolvidas (administração, engenharia florestal e sociologia) foi praticada para o estabelecimento da definição de um referencial teórico, um objeto e de métodos de pesquisa comuns. Já na pesquisa individual há um esforço de aproximação entre três subáreas das ciências sociais que geralmente não se articulam para estudar a gestão no âmbito da agricultura familiar: a sociologia rural e teoria ambiental da sociologia e a teoria das organizações substantivas da administração. Aproveita-se do conhecimento construído na fase coletiva da pesquisa em torno, principalmente, da categoria de análise da agricultura familiar agroecológica, e a ela são associadas outras duas: racionalidade e formas de gestão no meio

⁵ Destaca-se que na construção teórica houve um esforço de aproximação dos pressupostos teóricos das ciências sociais, em particular da sociologia. A abordagem escolhida pelo grupo se justifica, especialmente, pois encontrou nos autores da referida área um aporte teórico nas categorias definidas *a priori*, especialmente na reprodução socioambiental. Além disso a Linha ‘Ruralidades e Meio Ambiente’ historicamente possui trabalhos e docentes que ressaltam o enfoque sociológico em torno dos estudos sobre meio ambiente e desenvolvimento no meio rural. Inclusive as turmas V e VIII da linha priorizaram esse enfoque ao trabalhar com os temas da alternativas e reprodução social, o que também foi aproveitado pelo programa coletivo desenvolvido.

rural. Isso é feito a fim de se construir um referencial teórico e uma estratégia metodológica que articule conceitos trazidos pelas três subáreas citadas. Mas isso não significa que nesta pesquisa houve a geração de um conhecimento interdisciplinar propriamente dito, mas sim um esforço de captar e articular elementos teóricos-conceituais e analíticos em torno do fenômeno estudado de forma a facilitar a sua compreensão.

Desde a fase coletiva foi estabelecido o entendimento de que os agricultores agroecológicos analisados são reflexivos, sujeitos de suas vidas, geradores de conhecimento, que constroem visões de realidade alternativas à dominante. Desse modo, há um cuidado de tentar construir uma análise crítica sobre os modelos de desenvolvimento e de gestão hegemônicos a partir da voz dos que geralmente não tem voz, de maneira a desconstruir a cultura popular que reproduz estereótipos sobre os sem poder (PATTON, 2002). A desconstrução da hegemonia possibilita encontrar uma variedade de suposições e posições sobre a realidade, entre elas as dos agricultores agroecológicos estudados, afastando-os da imagem a eles associados de ineficientes, atrasados e ‘não modernos’. Dessa forma, estabeleceu-se uma metodologia que prioriza a relação sujeito-sujeito, ao valorizar e reintegrar os saberes não acadêmicos em processos formais de produção de conhecimento sobre seus modos de produção e vida, por intermédio do reconhecimento, da descrição e da interpretação dos conhecimentos tradicionais e alternativos (PETERSEN *et alli*, 2017; SOUZA *et alli*, 2012).

A apreensão desse conhecimento tradicional e alternativo se deu mediante de um estudo de caso e da triangulação de métodos para estudá-lo. As pesquisas coletiva e individual associaram o estudo de fenômenos relacionados à agricultores agroecológicos, o que foi feito por meio da escolha de um caso: os agricultores agroecológicos do Assentamento Contestado. Optou-se por esse método de pesquisa para reunir dados e informações compreensíveis, sistemáticos e aprofundados sobre, primeiramente, a reprodução socioambiental dos agricultores agroecológicos (programa coletivo de pesquisa) e, depois, sobre as racionalidades presentes na gestão de seus estabelecimentos (pesquisa individual) (PATTON, 2002). Além disso, o contato com pequenos grupos, modos de vida e modos de pensar diferentes dos nossos, assim como entendem Souza *et alli* (2012), é uma forma de compreensão da realidade que representam, pois permite ao pesquisador entender diferentes elementos de uma base de informações controlável. A esse caso foi aplicada a triangulação de métodos⁶ em ambas fases

⁶ Patton (2002) indica que uma das formas de triangulação de métodos é misturar instrumentos de coleta de dados com a intenção de iluminar o problema de pesquisa para testar a consistência dos dados coletados. No caso desta pesquisa houve uso de entrevistas semi-estruturadas, observações participantes, aplicação de

de pesquisa (coletiva e individual) com a finalidade de diminuir a vulnerabilidade a erros e testar a consistência dos dados (PATTON, 2002). Os métodos triangulados abrangem a coleta de dados das situações específicas dos agricultores, como também de dados referentes as suas relações com três organizações do Assentamento que estimulam as suas estratégias alternativas de vida e produção: o MST, a Rede Ecovida de Agroecologia e a Cooperativa Terra Livre.

Os instrumentos utilizados nessa triangulação são apresentados nos dois próximos tópicos: o primeiro referente à fase da pesquisa coletiva e o segundo à fase individual. A apresentação dos instrumentos coletivos de pesquisa se faz importante porque eles também serviram de subsídio para a análise realizada por este trabalho. A fase individual de coleta de dados foi feita a partir da seleção de 12 casos individuais. A descrição dessa seleção é apresentada no último tópico deste capítulo.

2.1 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA COLETIVA

A possibilidade de realizar a fase exploratória coletivamente, além de facilitar a coleta de dados, permite a troca de conhecimentos entre as pesquisadoras já que estão em constante interação nessa fase. Foram proporcionados momentos de confrontação das possibilidades metodológicas das diferentes disciplinas durante o processo de interação, o que conduziu a construção dos instrumentos e realização do trabalho coletivo (SOUZA *et alli*, 2012). Os resultados gerados nesta fase possibilitaram: i) obter uma compreensão inicial do objeto estudado sobre a sua história e formação, seus atores e modo de funcionamento; ii) auxiliar na delimitação e levantamento de informações iniciais concernentes às pesquisas individuais e; iii) o levantamento de informações para a seleção dos casos individuais das pesquisas.

As ferramentas coletivas de coleta de dados utilizadas foram: a entrevista semi-estruturada, a observação participante, a análise documental e o questionário coletivo de pesquisa. A coleta desses dados foi realizada entre outubro de 2015 e fevereiro de 2017, sendo o ano de 2016 o período mais intenso desse trabalho. O Quadro 1, a seguir, relaciona as ferramentas de pesquisa utilizadas e a quantidade aplicada, o período de aplicação, o público-alvo e os dados buscados por cada uma delas.

entrevista fechada e de um diagnóstico rápido participativo, os quais serão apresentados e explicados nas próximas seções.

QUADRO 1 – FERRAMENTAS COLETIVAS DE COLETA DE DADOS

Ferramentas	Quantidade aplicada	Período de aplicação	Público-alvo	Dados levantados
<i>Entrevistas semi-estruturadas</i>	5	Out/15 à Fev/17	Lideranças do Assentamento Contestado (Lapa-PR)	Histórico e contexto social, econômico, político e cultural do assentamento e dos grupos ecológicos.
<i>Observações participantes</i>	10 ^a	Fev-Jun e Nov/16	Agricultores agroecológicos do Assentamento Contestado (Lapa-PR)	Visão sobre meio ambiente, formas preservação ambiental, manejos produtivos, diferentes formas organizativas do Assentamento e dos agricultores ecológicos, processo decisório, percepções dos agricultores sobre as exigências burocráticas, teor econômico no discurso agroecológico, apropriação dos instrumentos de trabalho, relações informais/sociabilidade, gênero/juventude.
<i>Análise documental do Plano de Manejo^b</i>	56 Planos de Manejo ^c	Jun/2016	Agricultores agroecológicos do Assentamento Contestado (Lapa-PR)	Produção e manejo ecológico das unidades de exploração.
<i>Questionário coletivo</i>	55 unidades de exploração familiares.	Jul e Ago/2016	envolvidos com o processo de certificação da Rede Ecovida de Agroecologia.	Composição familiar, perfil, histórico, participação social da família, produção, comercialização, renda, gastos e consumo da família, políticas públicas acessadas, relação homem/natureza, inovação e projetos de vida.

FONTE: A autora (2018).

- LEGENDA: a) Sendo três reuniões do Núcleo Maria Rosa da Anunciação, quatro reuniões mensais de quatro diferentes grupos de agricultores agroecológicos do Assentamento, um olhar externo (atividade de fiscalização) de um grupo agroecológico do Assentamento, a Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa Terra Livre do ano de 2016 e um curso de certificação participativa promovido pela Rede Ecovida com os agricultores ecológicos estudados. Vale esclarecer que o núcleo, as reuniões mensais mencionadas e o olhar externo fazem parte da estrutura organizativa da Rede Ecovida de Agroecologia.
- b) Documento exigido para obter certificação pela Rede Ecovida de Agroecologia.
- c) Cada Plano de Manejo refere-se a uma unidade de produção familiar certificada ou em processo de certificação. Dos 56 Planos de Manejo existentes, somente 55 estavam preenchidos.

A aplicação das entrevistas semi-estruturadas e das observações participantes⁷ foi realizada por meio de roteiros (Apêndices 1 e 2, respectivamente), construídos de maneira que

⁷ As observações participantes realizadas na fase coletiva de pesquisa são assim denominadas a partir da compreensão de Patton (2002) sobre o que vem a ser essa ferramenta. Para o autor, há um continuum de variedades de participação durante o processo de coleta de dados, desde uma completa participação no cenário até a completa separação do cenário como um espectador. Quanto mais participante for o observador, mais ele se valerá de outras ferramentas de coleta para combinar com os dados coletados durante a observação, além de estar totalmente engajado em experienciar a participação enquanto ao mesmo tempo observa e conversa com outros participantes sobre o que está acontecendo (*ibid*). Com isso em vista, compreende-se que houve a aplicação da observação participante na pesquisa coletiva, uma vez que ela foi combinada com outras ferramentas de coleta de dados e as pesquisadoras, além de observarem o cenário, se mantiveram em constante relação com os participantes para extrair mais informações concernentes a pesquisa, para explicar a pesquisa a eles e para se inserirem nas atividades realizadas quando requisitadas.

se pudesse assimilar dados e informações pré-determinados coletivamente, os quais versavam, principalmente, em torno de questões contextuais, históricas, estruturais e a percepção socioambiental relacionados ao universo estudado. Na medida em que a aplicação dessas ferramentas prosseguia, as informações a serem levantadas por elas foram sofrendo atualizações e/ou modificações conforme as delimitações das pesquisas coletiva e individuais foram amadurecendo. Além disso, o avanço paralelo das pesquisas individuais criou a necessidade de adicionais sessões de aplicação dessas ferramentas. Nesse sentido, a quantidade definida de aplicação das entrevistas-estruturadas se orientou pela percepção das pesquisadoras de que as informações coletadas por sua última aplicação não apresentou mais nenhuma novidade para o processo exploratório do universo da pesquisa. A quantidade das observações participantes realizadas se orientou pelos diferentes tipos reuniões ou eventos em que houvesse a participação dos agricultores agroecológicos estudados. Nos casos em que essa ferramenta foi empregada em um mesmo tipo de reunião mais de uma vez, tomou-se como critério para definir a quantidade de aplicação o mesmo utilizado nas entrevistas semi-estruturadas.

Mesmo diante dos avanços no conhecimento sobre o universo promovido por essas duas ferramentas, sentiu-se a necessidade de levantar informações mais específicas dos agricultores agroecológicos para, assim, ter uma visão mais abrangente de sua realidade. Informações como: a composição da família, renda, gastos, tomada de decisão, participação social, construção do conhecimento, inovação, relação com natureza, sistemas produtivos e formas de manejo. Uma vez que essas informações tendem a ter especificidades e influências de contextos individuais, optou-se por fazer a coleta censitária por meio da análise documental dos Planos de Manejo da Rede Ecovida de Agroecologia (Anexo 1) dos agricultores agroecológicos certificados ou em processo de certificação presentes no Assentamento e da aplicação com os mesmos de um questionário coletivo (Apêndice 3). A tabulação e sistematização dos dados coletados por essas duas ferramentas se deu por meio do programa de computador Questionare Pesquisador v.3.2.0.1 (INTELIGERE SISTEMAS, 2016) e complementado pelo Microsoft Excel 2010.

Foram analisados 56 Planos de Manejo, número referente à quantidade de unidades de produção agroecológicas certificadas ou em processo de certificação pela Rede Ecovida. Vale ressaltar que as unidades de produção consideradas pelo Plano de Manejo não são definidas pelos limites do lote concedido pelo Estado aos agricultores, mas sim por áreas manejadas coletivamente, geralmente por uma mesma família. Se em um lote existem duas famílias,

cujas produções/manejos são separados, então há dois Planos de Manejos já que se consideram duas unidades de produção diferentes. O mesmo acontece para casos em que há dois lotes, mas que há a produção/manejo coletivo de duas ou mais famílias, o que corresponde a um Plano de Manejo/Unidade de produção.

Seguindo esse entendimento, foi estabelecida também a quantidade de questionários a serem aplicados. Contudo, das 56 unidades de produção que compõem o universo, somente foi possível aplicar o questionário em 55, uma vez que as pesquisadoras não conseguiram agendar a sua aplicação com a família de uma unidade de produção. Essa ferramenta foi construída de forma a levantar informações gerais do universo para melhor caracterizá-lo, além de informações mais específicas relativas às pesquisas individuais as quais são utilizadas pelas doutorandas em seus respectivos trabalhos.

Para esta pesquisa os dados coletados pelas ferramentas coletivas serviram como subsídio para a seleção da amostra da pesquisa individual, como também para desenvolver um dos capítulos da análise de resultados, o capítulo 4. Esses dados possibilitaram a contextualização da realidade dos agricultores familiares agroecológicos estudados a partir da história do Assentamento, da caracterização das famílias e da identificação das racionalidades externas aos estabelecimentos agroecológicos que podem (re)organizá-los. As racionalidades externas são apreendidas por informações coletadas nessa fase acerca dos mercados, políticas públicas e tecnologias acessados e pelas formas de organização coletiva dos agricultores. Conforme Ploeg (2008), Wanderley (2009) e Lamarche (1993), a relação com o ambiente externo pode (re)organizar a gestão dos estabelecimentos familiares, ao produzir rupturas com seus modos tradicionais de organização. Ploeg entende que os agentes e tecnologias externos ao estabelecimento possibilita conhecer o grau de mercantilização dos agricultores familiares, o que, neste trabalho, colabora para compreender as racionalidades presentes na gestão de seus estabelecimentos.

2.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA INDIVIDUAL

Foi realizada uma revisão de literatura em torno das seguintes categorias de análise: racionalidade, formas de gestão no meio rural e agricultura familiar agroecológica. A racionalidade é abordada sempre em relação com as outras duas categorias de análise. Parte-se do entendimento da racionalidade orientadora do modelo de gestão de empresas rurais alinhadas ao projeto de modernização da agricultura por meio: do entendimento weberiano

sobre o processo de racionalização estabelecido nas sociedades ocidentais modernas (capitalistas) e das racionalidades envolvidas nas ações sociais; e das colaborações de autores da teoria do campesinato, ambiental e substantiva das organizações sobre o domínio da racionalidade econômica capitalista em nossa sociedade e/ou no campo. Na sequência exploram-se as racionalidades envolvidas no modo de gestão camponesa e, mais atualmente, da agricultura familiar, a partir dos estudos de Chayanov e outros autores contemporâneos que atualizam, complementam e avançam seus estudos, como Ploeg, Shanin, Lamarche e Wanderley. A seguir discorre-se sobre a racionalidade ambiental sugerida por Leff enquanto orientadora do modo de gestão do agricultor familiar agroecológico, o qual é localizado no rural socioambiental proposto por Brandenburg e na agroecologia. As colaborações em torno da agroecologia advém, principalmente, dos trabalhos de Altieri, Gliessman e Sevilla-Guzmán, além de serem dialogados com contribuições de Toledo sobre a racionalidade ecológica do camponês. Por fim, trata-se de fazer uma aproximação do que foi discutido com a teoria das organizações substantivas de Guerreiro Ramos e atualizada por Serva, a fim de extrair as possíveis colaborações que essa teoria crítica da administração, a qual destaca a presença ou a ênfase da racionalidade substantiva nas organizações, pode trazer ao estudo aqui proposto.

Ao final da parte teórica da tese é elaborado um quadro analítico (subcapítulo 3.4) com base na revisão de literatura e do campo coletivo realizados. Ele foi construído, principalmente, para servir de referência para a análise das racionalidades envolvidas na gestão dos estabelecimentos agroecológicos estudados, mas acabou também influenciando na escolha e no desenvolvimento das ferramentas de coleta de dados específicas desta pesquisa. O quadro relaciona três processos de gestão – Objetivo(s) do estabelecimento familiar; Estratégias produtivas, de renda e de trabalho; e Formas de Controle – com as racionalidades (substantiva e instrumental) presentes em duas lógicas de gestão diferentes (familiar agroecológica e empresarial). Dessa maneira, a elaboração das ferramentas de coleta aqui utilizadas se orientou pela extração de informações que facilitassem a compreensão das racionalidades presentes nos processos de gestão definidos no quadro de análise.

São três as ferramentas de coleta de dados utilizadas nesta pesquisa, as quais foram aplicadas em 12 casos selecionados (o processo de escolha desses casos é abordado no próximo tópico). Duas foram desenvolvidas tomando como referência o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) a fim de levantar informações objetivas e quantitativas concernentes, principalmente, ao processo de gestão ‘Estratégias produtivas, de renda e de trabalho’. E uma

entrevista semi-estruturada para levantar informações, principalmente qualitativas, relacionadas a todos os três processos de gestão. As duas ferramentas inspiradas no DRP foram empregadas entre os meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017, sendo elas: um calendário agrícola em conjunto com o levantamento de informações sobre os sistemas e estrutura produtivos (Apêndice 4); e um fluxograma das atividades de cada sistema produtivo dos estabelecimentos investigados. A figura 1, a seguir, mostra o resultado da aplicação do fluxograma com um dos casos estudados:

FIGURA 1 - EXEMPLO DA APLICAÇÃO DO FLUXOGRAMA DAS ATIVIDADES DE CADA SISTEMA PRODUTIVO PRESENTE NOS ESTABELECIMENTOS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS



FONTE: A autora (2018).

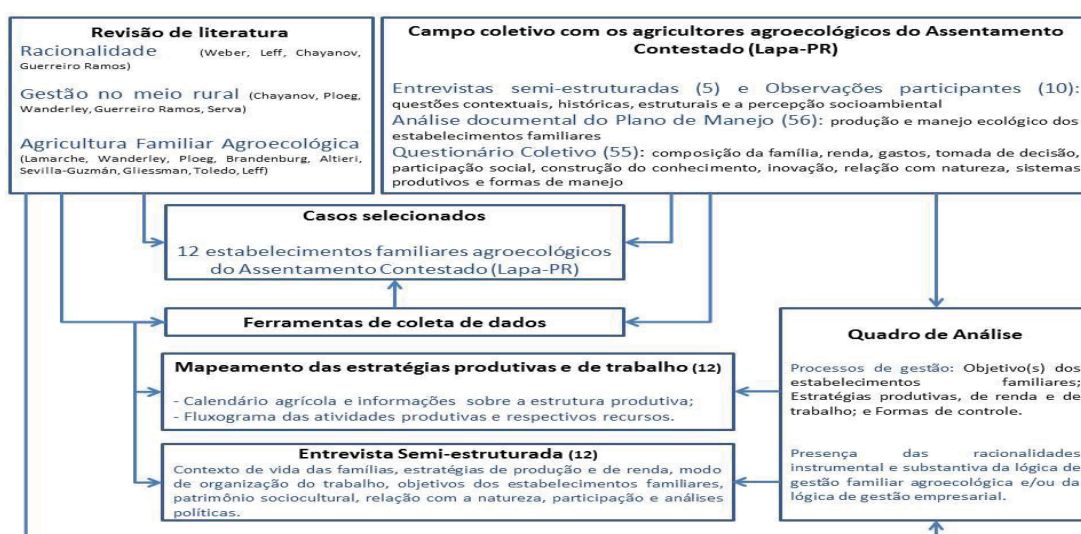
A elaboração dessas ferramentas inspirou-se no DRP do caderno agroecológico de Moreira e Stamato (2009) encomendado pelo Instituto Giramundo Mutuando. Trata-se de um método para a obtenção e construção coletiva de informações sobre determinada realidade em um curto espaço de tempo, envolvendo técnicas de coleta de dados como mapas, calendários e diagramas (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012). O uso dessa ferramenta possibilitou a construção conjunta com os agricultores familiares ecológicos dos processos de gestão ecológica de suas unidades de produção, a partir de uma base comum de diálogo que permitiu com que o ponto de vista do sujeito da pesquisa fosse reconhecido e incorporado na análise (PERTERSEN *et alli*, 2017).

A entrevista semiestruturada (Apêndice 5) foi aplicada no mês de janeiro de 2017 para levantar informações das famílias agricultoras referentes: ao contexto de suas vidas, às estratégias de produção e financeira, ao modo de organização da produção, aos objetivos da exploração familiar e reflexões sobre sua razão de ser, ao patrimônio sociocultural, à relação

com a natureza e à participação e relação política. A tabulação e sistematização dos dados e informações levantadas por ambas ferramentas foram realizadas por meio do software Microsoft Excel 2010.

Para resumir o caminho metodológico aqui percorrido e descrito nos parágrafos acima, é apresentada a figura 2 a seguir:

FIGURA 2 - PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA



FONTE: A autora (2018).

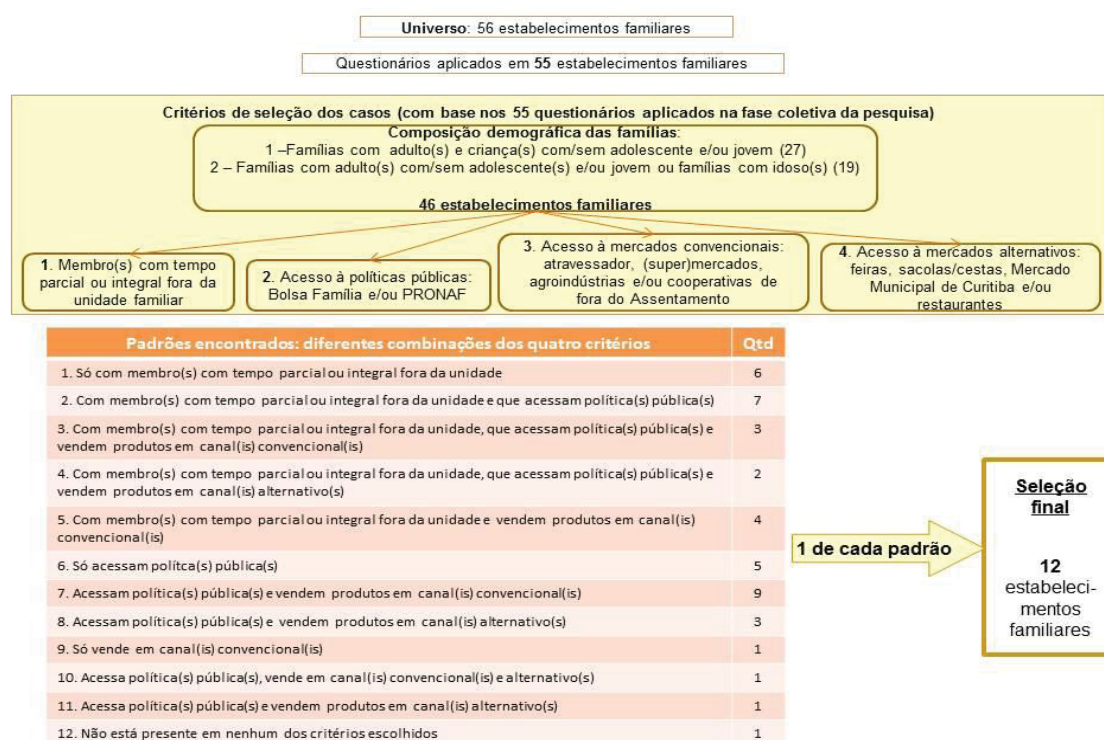
NOTA: Os números entre parêntesis informam a quantidade aplicadas a campo das ferramentas em questão.

A figura 2 ilustra o caminho metodológico percorrido desde a coleta de dados do programa de pesquisa coletivo até a definição das categorias de análise e os métodos utilizados nesta pesquisa. Parte desse caminho já foi explicado anteriormente, resta somente esclarecer o processo de seleção dos 12 casos em que as três ferramentas de coleta de dados individuais foram aplicadas, o que é feito no tópico a seguir, e como os dados coletados por essas ferramentas foram organizados. Esses dados compõem, principalmente, a construção do segundo capítulo da análise de resultados, o capítulo 5, que pretende discutir as racionalidades da gestão dos estabelecimentos agroecológicos dentro dos limites internos dos estabelecimentos familiares agroecológicos estudados, considerando os três processos de gestão definidos no quadro de análise. Complementa, desse modo, a análise apresentada no capítulo 4 em torno das racionalidades presentes no ambiente externo dos estabelecimentos que podem (re)organizar a gestão desses estabelecimentos.

2.3 SELEÇÃO DOS CASOS ESTUDADOS

A fim de aprofundar a análise aqui proposta foram definidos 12 casos que representam as diferentes situações de gestão do universo pesquisado a fim de coletar informações mais específicas e detalhadas sobre as racionalidades que regem a gestão dos estabelecimentos agroecológicos do Assentamento Contestado. Esses casos foram estabelecidos a partir dos dados coletados pelo questionário coletivo, aplicado em 55 estabelecimentos familiares dos 56 existentes no universo de pesquisa. A figura 3, a seguir, sistematiza como essa seleção foi realizada.

FIGURA 3 - DEFINIÇÃO DOS CASOS ESTUDADOS



FONTE: A autora (2018).

O primeiro critério utilizado para a seleção dos casos é a composição demográfica das famílias. A escolha desse critério se deveu aos estudos de Chayanov, um dos autores base para a análise dos dados deste trabalho devido as suas colaborações sobre a racionalidade específica camponesa dentro dos limites internos das unidades produtivas. Para Chayanov (1974) a composição da família ortoga uma grande influência no balanço trabalho/consumo, fenômeno que, segundo o autor, governa o comportamento econômico e produtivo do

camponês. Dependendo da quantidade de trabalhadores e consumidores, a família faz um balanço em que verifica o quanto e como deve trabalhar para atender as necessidades de consumo da mesma (*ibid*; WANDERLEY, 2009; PLOEG, 2015). Assim, diferentes composições demográficas indicam uma variedade de combinações entre trabalhadores disponíveis e consumidores a serem atendidos, além de apresentarem, continua Ploeg (2015), diferentes padrões de consumo, não só devido ao tamanho da família, mas também pelas diferenças de gênero e gerações. Entendendo que diferentes composições podem influenciar as racionalidades do agricultor familiar que orientam a gestão de seu estabelecimentos, já que incidem sobre a definição das necessidades e, conseqüentemente, na escolha das estratégias produtivas, no tamanho e composição do patrimônio familiar e na intensidade do trabalho a ser utilizado, este foi o primeiro critério a ser utilizado para a definição dos casos. Ressalta-se, para evitar qualquer mal entendido, de que não se trata da diferenciação demográfica defendida por Chayanov como uma alternativa à diferenciação social marxista, pois não se estuda neste trabalho o impacto que o ciclo de vida das famílias gera na razão trabalhador/consumidor ou no balanço trabalho/consumo das unidades de produção estudadas, o que para o autor influi no tamanho das unidades de exploração e na quantidade de meios de produção empregados. Compreende-se que na atualidade, assim como observam Abramovay (1998a), Shanin (1989), Bernstein (2009) e Ploeg (2015), as famílias tendem a ter um tamanho reduzido e a ter acesso à tecnologias de produção mais avançadas se comparados ao tempo dos estudos de Chayanov. Esses fatores podem diminuir e/ou alterar a influência que o ciclo demográfico gera sobre a razão trabalhador/consumidor e o balanço trabalho/consumo.

Dessarte, buscou-se focar em famílias que tivessem maior diversidade geracional e possuíssem trabalho produtivo no estabelecimento, uma vez que essas características colaboram para uma maior evidência das relações entre consumidores e trabalhadores, oferecendo, com isso, melhores condições para reconhecer as atividades de gestão da agricultura familiar. Também foram consideradas famílias que tinham por intenção a reprodução de seu modo de vida e de trabalho ao longo das gerações, uma vez que essa é, conforme Chayanov (1974), Ploeg (2008; 2015), Lamarche (1993) e Wanderley (2009), um dos traços mais específicos da racionalidade camponesa e que, por isso, é fundamental para compreender seus modos de gestão. Nesse sentido, não foram incluídas nessa seleção famílias compostas somente por adulto(s) ou idoso(s), já que, conforme relatado pelas mesmas, não há a intenção da nova geração continuar na terra e, no caso dos idosos, a principal fonte de renda, senão a única, é a aposentadoria, o que leva com que pouco ou nenhum trabalho seja realizado

na unidade de produção. Diante da definição desses critérios, dos 55 estabelecimentos familiares agroecológicos do Assentamento Contestado, foram mantidos somente 46.

Desses 46 estabelecimentos, procurou-se levantar informações sobre as diferentes fontes de renda da família, estipulando-se os seguintes critérios: o presença do trabalho de um ou mais membros fora do estabelecimento, o acesso à políticas públicas, a venda de produtos à mercados convencionais e a venda de produtos à mercados alternativos. Optou-se pelo foco nas diferentes fontes de renda das famílias, por considerar que elas compõem diferentes balanços trabalho/consumo, conforme atenta Chayanov (1974), ao apontar para o trabalho fora do estabelecimento como um complemento para a renda familiar na busca do atendimento das necessidades da família, e conforme notam Ploeg (2008), Schneider (2003) e Wanderley (2004), ao explicarem a pluriatividade dos agricultores familiares contemporâneos como uma forma de atender a esse balanço. Além disso, esses critérios permitem apreender o que Ploeg (2008) chama por diferentes graus de mercantilização exercidos pela agricultura familiar. Isso quer dizer que a relação que possuem com o ambiente externo, representada por esses critérios, podem denotar uma maior ou menor integração com o mercado, aproximando ou afastando os estabelecimentos familiares agroecológicos do modo camponês ou empresarial de fazer agricultura. A percepção desse grau no conjunto dos casos ajuda a desvendar as racionalidades ligadas a gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos estudados.

Nesse sentido, buscou-se por famílias que apresentassem todas as possíveis combinações desses critérios, como também por famílias que apresentassem somente um dos critérios e até nenhum deles. Neste trabalho, essas diferentes combinações foram chamados por padrão. Foram encontrados, ao final, 12 padrões diferentes, conforme indicados na figura 3. Para aqueles padrões que reuniam mais de uma família somente uma foi escolhida. Essa escolha se orientou pela análise daquela que reunia mais características consideradas interessantes a serem investigadas pela pesquisa, como: a diversificação da produção e de canais de comercialização, o tamanho da família, as ocupações passadas fora da agricultura, a atuação política com o MST, famílias com idosos, família comandada por mulher solteira, a relação mais equilibrada com a natureza e/ou aplicação de tecnologias diferenciadas na produção. São características conhecidas pela pesquisadora durante as atividades do campo coletivo no ano de 2016 e que podem influenciar na gestão dos estabelecimentos estudados, revelando, em alguns casos, aspectos sutis e pouco valorizados das racionalidades ali presentes.

Nesse sentido, a seleção de casos procurou se basear em critérios que espelhassem a realidade mais geral das formas de gestão presentes no universo estudado, por meio da escolha de casos que representassem as “[...] médias em que os indivíduos se dissolvem” (SOUZA *et alli*, 2012, p. 33).

3 AS RACIONALIDADES EM DISPUTA NO MEIO RURAL BRASILEIRO: TENSÕES E BALANÇOS ENTRE FORMAS DISTINTAS DE GESTÃO

A razão, conforme aponta Guerreiro Ramos (1989), estabelece como os seres humanos ordenam suas vidas (pessoal e social). Dessa forma, a noção de racionalidade se torna determinante quando se estudam as relações sociais, sejam aquelas presentes na tessitura social capitalista (dominante e empresarial), sejam aquelas alternativas a ela. No meio rural é possível observar a manifestação tanto da racionalidade empresarial quanto de racionalidades alternativas que disputam diferentes projetos de produção e vida, sendo essas últimas, geralmente, ligadas à agricultura familiar. São racionalidades também percebidas quando analisados os processos no nível das unidades de produção familiares rurais, como a gestão.

Nesse sentido, para melhor compreender como essas racionalidades se expressam no meio rural, mais especificamente, na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos, neste capítulo, primeiramente, é percorrido como a racionalidade dominante se movimenta no meio rural, tendo como base os conceitos das racionalidades e do processo de racionalização de Max Weber (2012; 2015), na ideia de Brandenburg (2010a; 2010b) sobre a expansão da lógica urbano-industrial (dominante) no meio rural e nas colaborações de Ploeg (2008) sobre modelo empresarial de agricultura. Em seguida, por meio dos estudos de Chayanov (1974) e de autores contemporâneos do campesinato, em especial Lamarche (1993), Ploeg (2008; 2015) e Wanderley (2004; 2009; 2014), é apresentada a especificidade da racionalidade camponesa na gestão (organização) de suas unidades de exploração. Segue-se com a discussão sobre a manifestação da racionalidade ambiental proposta por Leff (2006) no meio rural brasileiro, localizando-a no rural socioambiental sugerido por Brandenburg, em particular dentre os atores ecológicos desse novo rural. A agroecologia, assim, é localizada enquanto uma das estratégias desse novo ator ecológico, a partir, principalmente, das colaborações de Gliessman (2009) e Casado, Molina e Sevilla-Guzmán (2000). Ela é vista como um fenômeno que influencia novas formas de gestão dentre os agricultores agroecológicos do rural socioambiental, cujas ações são orientadas pela racionalidade ambiental. Por fim, são examinadas as contribuições dos estudos sobre a racionalidade na Administração para a análise daquelas presentes na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos, por meio da teoria das organizações substantivas de Guerreiro Ramos (1989) e consequentes estudos de Serva (1996).

3.1 A EXPANSÃO DA RACIONALIDADE LIGADA À LÓGICA DA GESTÃO EMPRESARIAL NO MEIO RURAL BRASILEIRO

O rural brasileiro é marcado, a partir da década de 1960, pela propagação do modelo técnico-produtivista fundamentado no que Brandenburg (2010a; 2010b) chama de lógica urbano-industrial, alterando a forma de gestão de muitos estabelecimentos familiares rurais do país, uma vez que privilegia a exclusividade da racionalidade instrumental orientada pelo cálculo do lucro, típica do capitalismo. Tal propagação deriva do que Weber identificou como o avanço do processo de racionalização característico das sociedades ocidentais modernas⁸, o qual, conforme Habermas (1999), envolve “... toda ampliación del saber empírico, de la capacidad de predicción, y del dominio instrumental y organizativo sobre procesos empíricos” (*idem*, p.216). Nesse sentido, Weber (2012) sinaliza que o avanço ou o grau máximo de evidência desse processo é baseado no uso de um dos tipos ideais⁹ weberianos de ação social: a ação racional orientada por fins¹⁰, referente à racionalidade formal (ou instrumental).

Weber salienta que apesar da racionalidade instrumental ser privilegiada entre as ações sociais das sociedades modernas, verifica-se a manifestação de outras três racionalidades: a racionalidade material (ou substantiva), a qual em conjunto com a instrumental compõe um

⁸ Em seus estudos Weber procurou explicar como se deu o desenvolvimento histórico nas sociedades ocidentais modernas, além de explicitar as relações sociais do Ocidente. Fundamentou sua teoria na associação da modernidade a um processo de racionalização diferenciada, com características particulares se comparado aos processos de racionalização de outras sociedades. Weber compreendia que as sociedades modernas foram as que mais avançaram no processo de racionalização (WEBER, 2012). Para explicar a racionalização diferenciada nas sociedades ocidentais Weber publicou diferentes obras, mas duas delas se destacam por apresentarem os tipos ideais da racionalidade e ação social, conceitos-chave deste trabalho. Uma dessas obras é a Sociologia das Religiões (WEBER, 2015), em que o autor realiza um estudo histórico comparativo de diferentes religiões mundiais para compreender como os processos de racionalização associados a elas se desenvolveram nas sociedades orientais (em especial na chinesa e indiana) e nas ocidentais. Para tal exposição teórica, o autor relaciona o processo de racionalização ao surgimento das religiões universais em determinadas sociedades, aonde houve o favorecimento ou resistência a esse processo em função de tendências e contextos históricos locais (*ibid*; WEBER, 2015). A outra obra aqui considerada é Estado e Sociedade (WEBER, 2012), onde o autor apresenta e explica as ordens sociais (economia, direito e política) advindas do processo de racionalização ocidental. Conforme Habermas (1999), nesta obra o autor procura apresentar como o meio organizativo da economia capitalista e do Estado Moderno e suas relações mútuas constituem o direito formal, fundamentado no princípio da positivização.

⁹ Weber trabalha com conceitos típicos-ideais para o apoio da análise sociológica no sentido de verificar aproximações e distanciamentos em relação às ações reais (WEBER, 2012). São modelos metodológicos que facilitam a interpretação do sentido das ações sociais reais e que, dificilmente, ocorrem tal qual são descritos na realidade.

¹⁰ Mas, Guerreiro Ramos (1989) atenta que é preciso ter claro que a consideração desse tipo de ação social como o mais perfeito grau de racionalização é apenas, para Weber, um requisito funcional de um determinado sistema social episódico, o capitalismo das sociedades chamadas modernas, e não um imperativo moral e ideal normativo como os sociólogos de sua época defendiam.

par típico-ideal; e as racionalidades teórica e prática, outro par típico-ideal¹¹. Neste trabalho será considerado somente o primeiro par-típico ideal (racionalidades instrumental e substantiva¹²), por facilitar a articulação com os outros estudos utilizados que versam sobre o tema da racionalidade, pois focam somente nessas duas racionalidades, além de melhor representar a orientação das principais ações de gestão dos agricultores familiares.

As racionalidades instrumental e substantiva estão relacionadas com dois tipos de ação social weberiana¹³: a ação orientada à fins e a ação orientada por valores, respectivamente. Nos escritos do autor, noções em torno da racionalidade formal ou instrumental e material ou substantiva estão presentes na análise da ordem econômica das sociedades modernas:

Chamamos de racionalidade formal de uma gestão econômica¹⁴ o grau de cálculo tecnicamente possível e que ela realmente aplica. Ao contrário, chamamos racionalidade material o grau em que o abastecimento de bens de determinados grupos de pessoas ..., mediante uma ação social economicamente orientada, ocorra conforme determinados postulados valorativos (qualquer que seja a sua natureza) que constituem o ponto de referência pelo qual este abastecimento é, foi ou poderia ser julgado (WEBER, 2012, p.52).

No âmbito econômico a **racionalidade formal** (ou instrumental) se traduz no **cálculo** – sendo o dinheiro o meio de cálculo mais perfeito - **com vista a um fim e com meios tecnicamente mais adequados possíveis**. Apesar do conceito dessas racionalidades estarem no contexto econômico podemos extrair alguns significados que podem ser utilizados em outros âmbitos. A **racionalidade instrumental** está atrelada à atuação de forma racional orientada a fins, que para Weber, **é a associação entre fins, meios e consequências, onde há a ponderação entre os meios com os fins, entre os fins com as consequências e entre**

¹¹ Vale ressaltar que os conceitos das racionalidades prática e teórica são apresentados no livro da Sociologia das Religiões e os conceitos das racionalidades formal e material são apresentados no Livro Economia e Sociedade, em contextos bem específicos: um envolve a emergência histórica das estruturas de consciência moderna-cultural-ética (Sociologia das Religiões), e o outro a materialização dessas estruturas de racionalidade em instituições sociais das diferentes ordens sociais modernas – economia, direito e política (Estado e Sociedade) (HABERMAS, 1999; SELL, 2012).

¹² Conforme possível perceber no trabalho de Sell (2012), os pesquisadores da Escola de Frankfurt foram os primeiros a utilizar os termos instrumental para se referir à racionalidade formal (e prática). Já o termo substantiva aparece e é usado nos estudos de Kalberg como análogo à racionalidade material weberiana (*ibid*). Neste trabalho a utilização dessa terminologia substitutiva é necessária para dialogar com os demais autores do referencial teórico que abordam o tema da racionalidade em seus estudos.

¹³ Há ainda outros dois tipos de ações sociais, a de modo tradicional e a de modo afetivo (WEBER, 2012). São ações que para Weber estão no limite de uma ação conscientemente orientada pelo sentido, ou seja, racional. A primeira pode ser uma reação surda a estímulos habituais de uma cultura arraigada e a segunda uma reação desenfreada de um estímulo não-cotidiano (*ibid*). O que as difere dos outros dois tipos de ação é a ausência da elaboração consciente do sentido, dos alvos últimos e da orientação consequente e planejada da ação, sendo, assim, irracionais (*ibid*; HABERMAS, 1999).

¹⁴ Para Weber (2012) gestão econômica é uma orientação subjetiva e primariamente econômica, a qual busca a satisfação do desejo por certas utilidades e de necessidades de consumo a partir de provisões.

diferentes fins possíveis (HABERMAS, 1999; WEBER, 2012). Assim, continua Habermas (1999), envolve a **eficácia dos meios** através da solução de **tarefas técnicas**¹⁵ e a **correção da escolha dos fins** a partir de preferências, meios e condições de contorno dadas. Desse tipo de racionalidade, continua Habermas, advém um saber empírico-analítico, que pode alcançar a precisão de um saber comprovado cientificamente, no qual sujeitos desenvolvem critérios para controlar o seu entorno, podendo ser notada na “... elaboração e uso de técnicas eficientes de produção e em formas eficazes de controle da natureza, assim como na racionalidade do comportamento social para alcançar certos objetivos (econômicos, políticos); ... nos ordenamentos legais que normatizam a conduta dos agentes sociais” (LEFF; 2006, p. 244).

A **racionalidade material** (ou substantiva) é praticada de modo racional referente à valores, **quando alguém não considera as consequências previsíveis de sua ação, mas atua a serviço de convicções de dever, mandatos, obrigações morais**. Weber (2012) indica que **ela estabelece exigências éticas, estéticas, políticas, utilitaristas, hedonistas, estamentais, igualitárias** etc. Ela envolve, conforme Habermas (1999), a **solução de tarefas práticos-morais** no marco de **uma ética regida por princípios**, advinda de um **sistema de valores que subjace as preferências**. Segundo Habermas, só os valores que podem ser abstraídos e generalizados e transformados em princípios e aplicados procedimentalmente têm o poder de exercer uma força orientadora da ação intensa o bastante para transcender situações concretas. Esses valores generalizados, aqui entendidos por princípios, valem sempre para mais de um tipo de situação, diferentemente dos interesses – mais associados as ações orientadas à fins – que mudam para diferentes situações (*ibid*). Assim o é com socialistas, comunistas ou grupos éticos e igualitários, conforme exemplos indicados por Weber (2012) ao apresentar o conceito da racionalidade material no âmbito econômico. Desse tipo de racionalidade, conforme Habermas (1999), **advém um saber prático-moral (e estético-expressivo)**, o qual, historicamente, iniciou na racionalização das imagens religiosas do mundo, para depois se fixar no marco das esferas de valor que são o direito, a moral (e a arte), quando essas se tornam autônomas pelo processo de racionalização.

Para Weber (2012), esse par típico-ideal dificilmente pode ser visto indissociável, tais como são as ações sociais que lhe são referentes (racional orientada a fins e racional orientada a valores). Cöhen (1995) complementa ao afirmar que, para Weber, o caráter heterogêneo dessas duas racionalidades revela **tensões irreduzíveis entre ambas**. Aspecto também

¹⁵ A tarefa técnica é “... toda regra o todo sistema de reglas que permita la reproducción fiable de una acción, ya sea ésta planificada o producto de la costumbre; que la haga predecible por los participantes en la interacción, y previsible y calculable desde la perspectiva del observador” (HABERMAS, 1999, p. 229).

afirmado por Leff (2006), ao atentar para o fato da racionalidade substantiva poder romper ou extrapolar os princípios da racionalidade instrumental, uma vez que essa racionalidade “... acolhe a diversidade cultural, a relatividade axiológica e o conflito social que emergem entre valores e interesses diferentes [...] abre-se para outros valores mais atuais que suportam ou enfrentam os princípios da racionalidade prática e formal” (*ibid*, p. 245).

Nesse sentido, no contexto do meio rural, o avanço do processo de racionalização das sociedades ocidentais, mesmo que abarque a racionalidade substantiva, expandiu ações em que há a predominância da racionalidade instrumental para fins econômicos de busca pelo lucro. Essa forma de manifestação da racionalidade instrumental é típica de formações sociais em que o capitalismo se tornou hegemônico. No meio rural ela orientou as ações que propagaram o modelo de modernização conservadora da agricultura posta em marcha no Brasil a partir da década de 1960 seguindo a tendência mundial e que se fundamenta no que Brandenburg (2010a) cunhou por colonização do mundo rural.

Essa colonização, continua o autor, se deu pelo avanço do poder e instituições da burguesia urbana-industrial-capitalista em direção ao campo, com o respaldo do mercado e com a ajuda institucional do Estado. Teve por base uma política de modernização fundamentada no crédito e na promoção de pesquisas e transferência de tecnologia, não alterando a estrutura fundiária do país (BRANDENBURG, 2010b). A sua materialização se deu, principalmente, por meio da revolução verde, que, advinda dos países desenvolvidos, foi endossada por políticas públicas governamentais. Baseia-se na adoção de variedades anãs tolerante a adubação nitrogenada, cujos problemas gerados foram enfrentados com a tecnificação da agricultura mediante o uso de agrotóxicos, da mecanização intensa e, mais recentemente, de sementes modificadas geneticamente, os quais conduziram a um modelo de produção em escala e de baixa diversidade, significativamente marcado pela monocultura. Consagra-se, acrescenta Wanderley (2004), a empresa rural como a única forma possível de produção capaz de assumir o projeto de agricultura moderna no país, o que leva à propagação no campo de organizações econômicas formais típicas do capitalismo urbano-industrial. Esse tipo de organização produz “[...] mercadorias segundo normas contratuais objetivas, dispõe de meios operacionais para a maximização de recursos limitados e utiliza critérios quantitativos para avaliar a equivalência de bens e serviços.” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 134-5). Nesse sentido, a colonização do meio rural propaga o modelo de gestão empresarial, fundamentado em ações baseadas, predominantemente, na racionalidade instrumental que almeja o lucro, cujos meios utilizados são a **burocracia**, a **padronização** e

tecnificação de processos, o cálculo relacionados ao lucro, a quantificação dos recursos de produção, a hierarquia e o assalariamento (CHAYANOV, 1981; WANDERLEY, 2004).

Para os defensores desse modelo, continua Escobar (2005), significa uma forma de diminuir a pobreza e o atraso dos países em desenvolvimento, mas, completa Lionço (2007), o que se observou foi a manutenção da centralidade e dependência aos grandes centros, além de ter levado, no caso brasileiro, conforme atestam Ipardes e Iapar (2007), não só à imposição de uma prática produtiva, mas também à simplificação, à alteração – e depredação – do meio natural e à desestruturação das relações sociais no campo, sendo essa última marcada, conforme Wanderley (2014), pelo assalariamento dos agricultores familiares e o êxodo rural.

Há, continua Leff (2006), um processo globalizante, expansionista e totalitário que busca impor o domínio da racionalidade instrumental orientada ao lucro nas práticas sociais. Essa lógica de acumulação progressiva e expansiva do capital provocou um caráter crítico para seu crescimento devido a superexploração dos recursos naturais e da força de trabalho, a degradação ambiental e a deterioração da qualidade de vida (LEFF, 2006). Essa racionalidade legitima-se nos valores da **produtividade** e da **eficiência**, assentando-se no ideário da tecnociência e do mercado. Baseia-se no **cálculo econômico**, na **formalização**, **controle** e **uniformização dos comportamentos sociais** (*ibid*). Seu objetivo é de **aumentar o controle social da realidade** e a **eficácia entre meios e fins** a fim de resolver, por meio de previsões, as “irracionalidades” ou externalidades do sistema (*ibid*). Ela se impõe sobre outras racionalidades e, nesse sentido, as “[...] práticas tradicionais, assim como as demandas das comunidades locais e das sociedades não capitalistas, aparecem como direitos e valores, mas carentes de racionalidade.” (LEFF, 2006, p. 235). A ausência de racionalidade é acompanhada pela valorização das diversidades cultural e biológica locais, as quais são incorporadas à ordem econômica estabelecida. Assim, continua Guerreiro Ramos (1989) o componente substantivo da razão, cujo peso era maior nos tempos de Aristóteles estando associado à política, estética e moral, hoje se torna incidental diante da força imposta pela razão dominante empresarial.

Consequentemente, a crise socioambiental invade o rural e evidencia esse espaço nas relações depredatórias da sociedade sobre a natureza, bem como o destaca enquanto mais um palco da incidência de injustiças ambientais. A essas consequências da modernização, soma-se os efeitos históricos do problema agrário brasileiro sobre a reprodução da agricultura familiar no Brasil. Conforme Wanderley (2009), a agricultura familiar no Brasil se reproduz

em um espaço marcado pela precariedade estrutural, havendo dificuldade para construir um patrimônio familiar o que leva a gerações futuras praticarem a mobilidade espacial (agricultura itinerante). Também há, segue a autora, a instabilidade das situações vividas devido às lutas pelo acesso ao mercado, traduzidos pela procura por atividades estáveis e rentáveis, muitas vezes associada a venda da própria força de trabalho. Situação essa que evidencia uma dupla preocupação, a garantia do autoconsumo associado à integração ao mercado, sendo ela fundamental para a constituição do patrimônio sociocultural do campesinato brasileiro, uma vez que gera um saber específico passado de geração em geração e serve de enfrentamento da precariedade e instabilidade (*ibid*).

Destarte, segue Wanderley (2004), em função de ser colocada em uma posição secundária e subalterna, marcada pela dependência e insegurança, a agricultura familiar também passa por uma crise de identidade e de sentido podendo ocasionar uma percepção difusa de sua subalternidade (FERREIRA, 2013). Assim, na busca por estratégias de reprodução que assegurem a constituição de um patrimônio fundiário estável e transmissível às gerações seguintes (WANDERLEY, 2004), é pressionada a se adaptar frente às condições que lhes são impostas.

Os agricultores familiares que antes mantinham uma relação complementar com a natureza, cuja preservação era central por proporcionar recursos para a sua reprodução social, passam a enxergá-la como um instrumento de trabalho, um recurso produtivo. Surgem, conseqüentemente, os agricultores familiares modernos e os assalariados, os quais passam a ter um maior alinhamento à racionalidade instrumental de gestão empresarial, ou seja, inserem mais elementos em suas ações da lógica capitalista (BRANDENBURG, 2010a; WANDERLEY, 2009). A esse respeito Ploeg (2008) sugere que há um modelo empresarial de fazer agricultura que segue a lógica empresarial, aqui entendida como capitalista. O mercado, dessa forma, torna-se o princípio orientador da unidade agrícola que passa a ser administrada de forma empresarial (*ibid*). A partir das colaborações do autor é possível auferir que os estabelecimentos familiares que seguem a lógica de mercado inserem mais elementos da racionalidade instrumental que almeja o lucro (capitalista) ao estarem mais integrados e orientados no/pelo mercado.

Ploeg (2008) apresenta algumas características em torno do modelo empresarial de fazer agricultura, as quais, neste trabalho, são consideradas elementos da manifestação das racionalidades orientadoras da lógica de gestão empresarial no meio rural. Para o autor esse modelo envolve relações de dependência que elevam o grau de mercantilização e

externalização de suas unidades de produção. São relações “ [...]de natureza dupla: elas incluem novas relações mercantis, bem como relações técnico-administrativas através dos quais o processo de trabalho na unidade é prescrito, condicionado e controlado” (PLOEG, 2008, p. 136). Segundo Bazotti (2016), **mercantilização** está ligada ao processo de externalização e a cientificização¹⁶ e, continua Ploeg (2008), poder ser percebida pela integração ao mercado durante toda a cadeia produtiva, desde a compra de insumos, aluguel/compra maquinários e terras, contratação de empregados, até a venda dos produtos gerados pelo estabelecimento produtivo. A **externalização** é revelada quando parâmetros externos são decisivos (relação entre preços e custos definem a margem de lucro, as tecnologias disponíveis definem a escala produtiva e a junção entre margem e escala definem o rendimento do estabelecimento), quando as atividades do processo de produção e trabalho são transferidos e controlados para/por instituições externas e agentes mercantis.

Assim, tendo como referência o mercado, o modo de gestão empresarial de unidades agrícolas apresentado por Ploeg (2008) é pautado pela forte **especialização** reduzindo as atividades à uma forma quase fordista de execução, por serem executadas pela **repetição de apenas uma simples rotina**. Também busca focar suas **atividades produtivas** para aquelas **mais rentáveis no mercado**, tendo como objetivo central tanto no curto quanto do longo prazo a **busca pelo lucro**. Considera como a principal alavanca para o alcance do lucro o **aumento da escala**. Se integra à **industrialização** (adquire tecnologias mais recentes que se encaixam no modelo tecnológico da modernização da agricultura), baseando-se para isso no **capital financeiro** (crédito para a expansão da atividade agrícola). Tende a vender a produção agrícola de forma centralizada para grandes empresas e comercializadoras que atendem o mercado mundial. Possui uma espécie de programa político-econômico do mercado, pautado na **superioridade moral** daqueles que ‘vencem’ em meio a um ambiente marcado pela competição, pois há o entendimento de que trabalhar de acordo com o mercado é uma virtude. E a natureza é vista como um elemento a parte de sua unidade produtiva, que por ser inconstante, impede a padronização do processo de trabalho e que, por isso, deve ser ‘dominada’ para atender o aumento de escala acelerado. Os agricultores que seguem essa lógica, desse modo, entendem que **a natureza limita e atrasa a produtividade**, procurando, assim **reduzi-la e reconstruí-la** pelo processo de **artificialização**.

Ploeg (2008), contudo, esclarece que há diferentes graus de mercantilização, ou seja, as unidades agrícolas podem apresentar mais ou menos elementos da lógica do mercado,

¹⁶ A cientificação é a maneira como a agricultura internaliza as técnicas desenvolvidas pela ciência moderna (PLOEG, 2008).

aproximando-se afastando-se do modelo empresarial de fazer agricultura. O processo de mercantilização é, dessa forma, segundo Bazotti (2016), inconcluso, heterogêneo e não linear. Quando a aderência a lógica do mercado é elevada ela pode se tornar uma empresa agrícola, pois passa a ser totalmente integrada ao mercado. Apesar desse cenário desfavorável, o que se percebe também é a excepcional capacidade de adaptação da exploração familiar, atenta Lamarche (1998), por meio, continua Wanderley (2014), de estratégias de resistências ao modo como se estruturou a atividade agrícola no país, criando espaços, ao longo de sua história, para uma outra agricultura, de base familiar e comunitária, a qual, por um lado dialoga com a racionalidade capitalista e, por outro, mantém aspectos específicos da racionalidade camponesa. Nesse sentido, retomando Ploeg (2008), apresentam um grau de mercantilização quando dialogam com a racionalidade capitalista, mas tendem a preservar muitos aspectos do modo camponês de fazer agricultura, e por isso, da racionalidade específica camponesa, reconfigurando seus modos de gestão. O tópico a seguir discorrerá sobre essa especificidade.

3.2 A GESTÃO DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES AGROECOLÓGICOS DO MEIO RURAL

Apesar da intenção da colonização do meio rural em dar exclusividade às ações racionais instrumentais que buscam o lucro, como é o modelo de gestão empresarial, é notável a permanência do modo de gestão camponesa. Trata-se de um modo de gestão específico, uma vez que a racionalidade que lhe é subjacente mantém aspectos tradicionais do campesinato ao mesmo tempo em que apresenta adaptações frente aos contextos sociais, culturais e econômicos em que está imerso. Assim, apresenta-se como uma forma de resistência à exclusividade da racionalidade capitalista no meio rural. Dentre as resistências existentes no meio rural está aquela relacionada à agroecologia, a qual ressignifica elementos da racionalidade específica camponesa quando os coloca em interação com a racionalidade ambiental forjada na modernidade. O encontro dessas diferentes racionalidades deve influir na orientação da gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos.

Nesse sentido, para melhor compreender a racionalidade da agricultura familiar na gestão de seus estabelecimentos agroecológicos procura-se demonstrar o modo como esses agricultores organizam suas produções, trabalhos e objetivos. Entende-se que a partir do entendimento desse modo de organização é possível extrair elementos teóricos que ajudam a

compreender as racionalidades dos mesmos na gestão de seus estabelecimentos. Desse modo, este tópico, primeiramente, traz as contribuições de alguns autores da teoria do campesinato tanto em torno da manifestação tradicional dessa formação socioeconômica quanto das suas expressões mais contemporâneas. Parte-se das colaborações de Chayanov sobre a racionalidade econômica do camponês dentro dos limites de sua unidade de exploração familiar, como também de autores que fazem uma releitura, atualizam e complementam seus estudos ao abordarem a especificidade camponesa. Na sequência, discute-se, a partir das ideias de autores contemporâneos como Lamarche, Ploeg e Wanderley, o modo de organização produtivo-econômico (gestão) e político da agricultura familiar na atualidade, especificamente no Brasil. Ao final, traz-se a compreensão de Brandenburg sobre o rural socioambiental, onde estão inseridos os atores ecológicos movidos pela racionalidade ambiental proposta por Leff. Dentre as manifestações desse novo ator está a agroecologia, que é apresentada, principalmente, através dos estudos de Altieri, Gliessman e Casado, Molina e Sevilla-Guzmán. Compreende-se que a agroecologia enquanto uma estratégia do ator ecológico do rural socioambiental, ao se orientar pela racionalidade ambiental, ressignifica e altera as racionalidades presentes na gestão das unidades de produção agroecológicas.

3.2.1 A gestão da unidade econômica camponesa

Para trazer as colaborações da teoria do campesinato sobre a forma de gestão camponesa é imprescindível iniciar com as ideias de Alexander Vasilevich Chayanov, cujos trabalhos em torno da economia agrária russa o tornou referência em seu país, principalmente na década de 1920, e mais tarde no ocidente, sendo considerado, hoje, o maior teórico da economia camponesa e cujos trabalhos são frequentemente utilizados por estudiosos da economia familiar¹⁷ (ABRAMOVAY, 1998a; HARRISON, 1975; SHANIN, 1986; 2009;

¹⁷ Ele foi um famoso economista e engenheiro agrônomo russo do início do século XX. Nascido em 1888, ele viveu uma época marcada por eventos que colocaram em foco o debate em torno do campesinato em seu país e que promoveram estágios convenientes “... for following the trend of Chayanov's thought and the development of his theory of peasant economy” (KERBLAY, 1966, p. xxvii). Em 1909, com apenas vinte e um anos, Chayanov começou a publicar estudos em torno do campesinato russo (HARRISON, 1975; SHANIN, 1986). Foi rapidamente reconhecido em seu campo de estudos e em 1919 foi indicado como diretor do Instituto de Economia Agrícola (*ibid*; KERBLAY, 1966). Foi, conforme Shanin (1986), um dos maiores representantes da inteligência russa de sua geração, com grande facilidade de trafegar entre diferentes disciplinas como economia, sociologia, história, arte, agricultura e epistemologia. Para mais informações sobre sua biografia e publicações ao longo de sua carreira ver Kerblay (1966) e Shanin (1986). E para mais informações sobre o contexto agrário russo do início do século XX ver Kerblay (1966), Thorner (1966), Archetti (1974), Sevilla-Guzmán (1990), Bernstein (2009) e Shanin (1986, 2009).

THORNER, 1966). Dentre suas publicações¹⁸, duas são a base para o desenvolvimento dos argumentos deste trabalho: o artigo “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas” e o livro “A organização da unidade econômica camponesa”¹⁹.

No artigo “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas”, Chayanov (1981) aborda a permanência da economia familiar - sendo a economia camponesa um gênero dessa - em diferentes configurações sociais ao longo da história, garantida pela sua grande capacidade de adaptabilidade a diferentes contextos sociais ao mesmo tempo em que mantém a reprodução de aspectos que lhes são específicos. Além disso, também revela especificidades do modo de gestão camponesa, cujas análises são mais aprofundadas em seu livro ‘A organização da unidade econômica camponesa’. O autor defende que “... la unidad económica campesina como un tipo de organización con fines productivos ha tenido existencia histórica y teóricamente se la ha considerado integrante de diversos sistemas económicos” (CHAYANOV, 1974, p. 41). Para Thorner (1966), nesse artigo, o autor propõe que no nível nacional ou macro, a economia familiar deva ser tratada como um sistema econômico com suas próprias leis, adicionando, segundo Kerblay (1966), mais esse modo de produção ao lado daquelas reconhecidas por Marx (escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo). Chayanov (1981) sugere a existência de seis economias: capitalismo, escravismo, comunismo, economia familiar, economia dos servos e economia feudal. A economia familiar é subdividida em economia natural e economia de *commodities*, as quais, segundo Thorner (1966), podem ser equivalentes à economia de subsistência e economia orientada ao mercado, respectivamente. Mas, como os sistemas senhor feudal-camponês eram misturas simbióticas dos dois tipos de economia familiar, Chayanov, por fim, indica somente quatro principais

¹⁸ A produção do autor reúne, segundo Kerblay (1966), 60 livros e cartilhas e inúmeros artigos e abordam quatro linhas de reflexão, conforme sistematizam Ploeg (2015) e Wanderley (2014): uma teoria do comportamento econômico diferenciado do camponês dentro dos limites de seu estabelecimento; um olhar interdisciplinar e localizado para a extensão rural em torno do que o autor concebe por agronomia social; uma teoria da cooperação vertical e dos ótimos diferenciais base, conforme Bernstein (2009) e Shanin (1986), para seu modelo de desenvolvimento rural russo; e a sistematização de ideias para compreender o campesinato russo em seu contexto mais global da sociedade capitalista moderna. Contudo, ainda são poucas as obras do autor traduzidas para línguas ocidentais. As obras mais conhecidas de Chayanov no ocidente são: o livro “A organização da unidade econômica camponesa”, o livro “A teoria das cooperativas camponesas”, o artigo “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas” e a novela “Viagem de meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa”. Menos conhecidos no ocidente, mas disponíveis em línguas anglo-saxônicas estão: a coleção de cartas de Chayanov durante sua estadia em Berlim e na Inglaterra - “Aleksandr Chayanov and Russian Berlin”-, produzido, conforme Bernstein (2009), por Frank Bourgholtzer em 1999; e o livro “Agronomia Social” disponível somente em alemão segundo Ploeg (2015). Em língua portuguesa somente estão disponíveis o artigo e a novela acima mencionados e, mais recentemente, o livro “A teoria das cooperativas camponesas”, publicada pela editora da UFRGS em 2017.

¹⁹ No Ocidente, conforme Shanin (1986), ele passou a chamar a atenção a partir da década de 1960 quando cientistas sociais ocidentais voltaram a considerar a questão camponesa, com a publicação dessas duas obras. O seu livro se tornou uma referência internacional, segundo Shanin (1986; 2009), para os estudos em torno do campesinato e, conforme Abramovay (1998a), para a economia do desenvolvimento.

sistemas: capitalista, escravista, comunista e economia familiar (*ibid*; CHAYANOV, 1981). Nesse artigo, Chayanov (1981) argumenta que a existência desses diferentes sistemas exigem teorias econômicas diferenciadas, pois conforme Kerblay (1966), o autor defende o pluralismo que permite que todas possibilidades de vida sejam expressadas e o desenvolvimento de um sistema econômico planejado que preserve iniciativas individuais de preços e salários.

O livro “A Organização da Unidade Econômica Camponesa” apresenta a compreensão do que o autor chama de morfologia da unidade econômica camponesa, ou seja, dos mecanismos do processo organizativo da atividade econômica da família camponesa (CHAYANOV, 1974). É uma compreensão baseada em uma análise diferenciada das Zemstvos²⁰, as quais forneciam uma vasta fonte de dados e uma rica literatura analítica sobre a economia camponesa russa da época (THORNER, 1966; ARCHETTI, 1974). Seria, conforme Thorner (1966) e Shanin (1986), uma teoria do comportamento camponês no micro nível, feito a partir do entendimento da lógica operacional existente em uma unidade de produção camponesa²¹.

Apesar do autor esclarecer que a especificidade do modo de vida econômico do camponês se expressa com maior evidencia em áreas de superpopulação agrária, ele propõe um conceito organizativo da unidade de produção camponesa independente do sistema econômico em que está inserida, já que entende que ele segue sendo preservado ao longo das diferentes formações socioeconômicas da história (*ibid*). A sua análise considera a família camponesa, quando posta em relação à organização de sua atividade econômica, como uma entidade “... que no contrata fuerza de trabajo exterior, que tiene una cierta extensión de tierra disponible, sus próprios medios de produccion y que a veces se ve obligada a emplear parte de su fuerza de trabajo en oficios rurales no agricolas” (*ibid*, p. 44). A partir dessa percepção, o autor desenvolve sua teoria em torno da especificidade da racionalidade econômica do

²⁰ Conforme Thorner (1966) e Borsatto e Carmo (2013a) eram escritórios distritais e provinciais criados devido a reforma agrária de 1961, após abolição do regime de servidão da Rússia. Os zemstvos, desde sua criação até a primeira guerra mundial, lançaram um vasto programa de investigação econômica e estatística dos problemas 'econômicos' do campesinato russo (THORNER, 1966). Havia, segundo Archetti (1974), uma coleta sistemática de informações sobre o tamanho das explorações camponesas, tipo de cultivos, tamanho das famílias e sua composição por sexo e idade, produção artesanais etc. Para Thorner (1966) a coleta e análise dos dados pelos zemstvos incluiu um dos mais capazes investigadores de campo da época, empáticos com o campesinato e ansiosos por solucionar seus problemas.

²¹ Neste livro o autor procura analisar, dentro dos limites da unidade econômica camponesa, o equilíbrio dos fatores de produção, a circulação e renovação de capital, os métodos para determinar o grau de satisfação e de proveito, o seu plano organizativo (a ser considerado também por extensionistas), a reação frente às influências de fatores externos, naturais e econômicos, as consequências geradas por esse tipo de organização à economia nacional e as possíveis formas de desenvolvimento ao considerar essas unidades como parte importante do modelo de desenvolvimento nacional (CHAYANOV, 1974).

camponês, sendo possível identificar as racionalidades substantiva e instrumental dela presentes na gestão (ou no plano organizativo, como chama o autor) de sua unidade produtiva. Em outras palavras, a racionalidade econômica específica do camponês é constituída pelas racionalidades instrumental e substantiva weberianas²², as quais reúnem aspectos específicos do comportamento econômico camponês. Essa especificidade é tida na teoria do campesinato enquanto um recurso de linguagem para diferenciar o padrão que orienta as ações sociais do camponês daquele típico do processo de racionalização das sociedades ocidentais modernas, dominadas pela lógica capitalista.

Se o autor tivesse que tomar como referência de sua análise categorias capitalistas teria que “[...] unir en el campesino al empresario capitalista y al obrero que él explota, que es el trabajador sujeto al desempleo crónico que obliga a su patrón, en nombre de sus intereses como trabajador, a desorganizar su unidad de explotación y a comportarse de modo inconveniente desde el punto de vista empresarial” (CHAYANOV, 1974, p. 33). Desse modo, ele desenvolve categorias conceituais próprias do comportamento econômico do campesinato²³, entendendo a realidade camponesa pelo

[...] concepto de la unidad de explotación agrícola como una **unidad económica familiar** en el cual la familia, como resultado de su **trabajo** de un año, recibe una simple remuneración de **trabajo y mide sus esfuerzos en relación con los resultados materiales obtenidos** (CHAYANOV, 1974, p. 33, grifo nosso).

A família, nesse sentido, se torna o elemento central para compreender tanto a forma de execução do trabalho quanto a forma de obtenção de renda pela unidade econômica. Explicado de outra forma por Wanderley, o camponês

[...] corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos **objetivos da atividade produtiva - voltados para as necessidades da família** - quanto do **modo de organização do trabalho**, que supõe

²²Vale ressaltar que o uso da conceituação weberiana se circuncreve aos seus tipo-ideais de racionalidade, enquanto um recurso metodológico-conceitual para analisar o padrão orientador das ações sociais de diferentes formações sociais. Não se refere a compreensão do autor sobre a racionalidade forjada pela modernidade em sociedades ocidentais capitalistas, a qual privilegia a racionalidade instrumental orientada pelo cálculo do lucro.

²³ Esse posicionamento gerou, conforme Chayanov (1974), muita polêmica, pois a teoria da unidade econômica camponesa desenvolvida por ele e seus pares da Escola da Organização da Produção recebeu muitas críticas por apresentar esse entendimento diferenciado em que muitos fatos e relações dependência não se encaixavam no marco conceitual das empresas de economia privada, revelando uma lista de violações das regras empresariais.

a **cooperação entre os seus membros**. A ele corresponde, portanto, uma **forma de viver e de trabalhar no campo** que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um **modo de vida e a uma cultura** (WANDERLEY, 2014, p. S027, grifo nosso).

Há uma importância estrutural do grupo doméstico na definição de seus objetivos e no modo de organização do trabalho e de produção, em que prioriza-se a reprodução da família por meio da produção para o autoconsumo e da venda do excedente enquanto mercadorias para complementar o atendimento das necessidades familiares, ficando a esfera da troca subordinada ao objetivo da autosuficiência (TOLEDO, 1993). A agricultura é a atividade principal da família camponesa e o atendimento de suas necessidades se baseia em uma combinação de práticas (agricultura, cuidado de animais, artesanato, pesca, caça e trabalhos fora da unidade em tempo parcial, estacionais ou intermitentes) (*ibid*). O trabalho executado na unidade de produção é predominantemente familiar, não é remunerado e nem regulado pelo mercado, é usado na própria unidade produtiva sendo orientado para o atendimento das necessidades familiares (PLOEG, 2015; WANDERLEY, 2009; 2014).

Nesse sentido, na agricultura camponesa o comportamento estratégico do agricultor não pode se separar do estabelecimento a que pertence e vice e versa, pois é nele empregado o trabalho familiar, aonde a família vive e sobrevive obtendo sua renda e que, por isso, possui mecanismos internos específicos (CHAYANOV, 1974; PLOEG, 2015). Por isso o estabelecimento camponês é visto como uma unidade conjunta de produção e reprodução aspecto que orienta as estratégias produtivas e econômicas locais, conforme apontam Petersen *et alli* (2017), Toledo (1993) e Ploeg (2008), para o atendimento das necessidades familiares a para a valorização do emprego do trabalho familiar.

Como trata-se de uma unidade econômica que reúne no camponês tanto o papel do trabalhador quanto o do gestor, a atividade econômica acaba por ser orientada mais pela motivação do 'trabalhador' em torno da geração de uma renda para atender as necessidades familiares, o que lhe permite ter **autonomia na gestão de seu tempo e na intensidade de seu trabalho** (CHAYANOV, 1974). Assim, é diferente da motivação do empresário que, como resultado de seu investimento, recebe a diferença entre o retorno bruto da venda e os gastos de produção, estando dentre esses gastos a consideração do salário, o qual está diretamente relacionado com o aumento ou diminuição do lucro e dos custos (PLOEG, 2015; THORNER, 1966). Nesse sentido, a ausência da relação capital-trabalho nas unidades de produção camponesas é, conforme Ploeg (2015) e Wanderley (2014), o momento decisivo do enfoque Chayanoviano.

A partir da compreensão dessa relação direta entre trabalho familiar e atendimento das necessidades da família por meio de uma atividade econômica executada em um local não só destinado à produção e trabalho, mas também à vida familiar, Chayanov sugere o conceito de balanços internos enquanto fenômeno central para explicar o comportamento econômico do camponês. O que **governa** e caracteriza as dinâmicas da agricultura camponesa é a **busca por balanços internos** que seguem uma lógica diferente: **o balanço trabalho/consumo e o balanço penosidade/utilidade** (CHAYANOV, 1974; PLOEG, 2015). Os balanços são **influenciados pelos valores sociais dos agricultores**, o que faz com que se evite que a estrutura do estabelecimento e de seus processos de produção sejam ordenados ou regidos diretamente pelas relações mercantis, ao mesmo tempo em que conectam “... la granja familiar y la unidad agraria, con el entorno más amplio en el que operan” (PLOEG, 2015, p. 47-48). Esses balanços **envolvem cálculos** concebidos como “... un conjunto de conceptos y relaciones mutuas que sirve para especificar cómo se debe organizar una granja. **Representa una lógica particular de agricultura**: una forma particular de percibir, calcular, planificar y ordenar los procesos de producción.” (PLOEG, 2015, p. 64, grifo nosso). Nesse sentido, nota-se que nos balanços chayanovianos o camponês articula as racionalidades instrumental (p. ex. cálculos específicos) e substantiva (valores sociais) que lhes são específicas.

Chayanov apresenta o balanço trabalho/consumo enquanto o meio pelo qual o camponês confere ordem e governa a sua atividade econômica. O autor explica na introdução de seu livro o seu entendimento sobre esse balanço:

Utilizo la hipótesis del balance subjetivo entre trabajo y consumo para analizar los procesos de continuidad en la unidad económica campesina y para establecer la naturaleza de la motivación de la actividad económica de la familia campesina ... yo he descubierto que en la practica económica de la unidad económica campesina se realiza un balance entre lo que se trabaja y lo que se consume, lo cual determina, en gran parte, el volumen de la actividad económica familiar, pero no considero en absoluto que se pueda deducir de esto todo un sistema de economía nacional (CHAYANOV, 1974, p. 38-39).

Em outras palavras, trata-se do balanço “... entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família” (WANDERLEY, 2014, p. 144). Conforme explica Chayanov (1974), há um equilíbrio entre o trabalho requerido para atender determinada necessidade da família: se a necessidade aumenta, o trabalho e a penosidade a ele associado tendem a aumentar também, gerando um incremento da produção e, conseqüentemente, da renda para atender a nova necessidade. Para que esse balanço seja exitoso, segundo Ploeg (2015), o trabalho realizado deve gerar uma **renda familiar justa** e

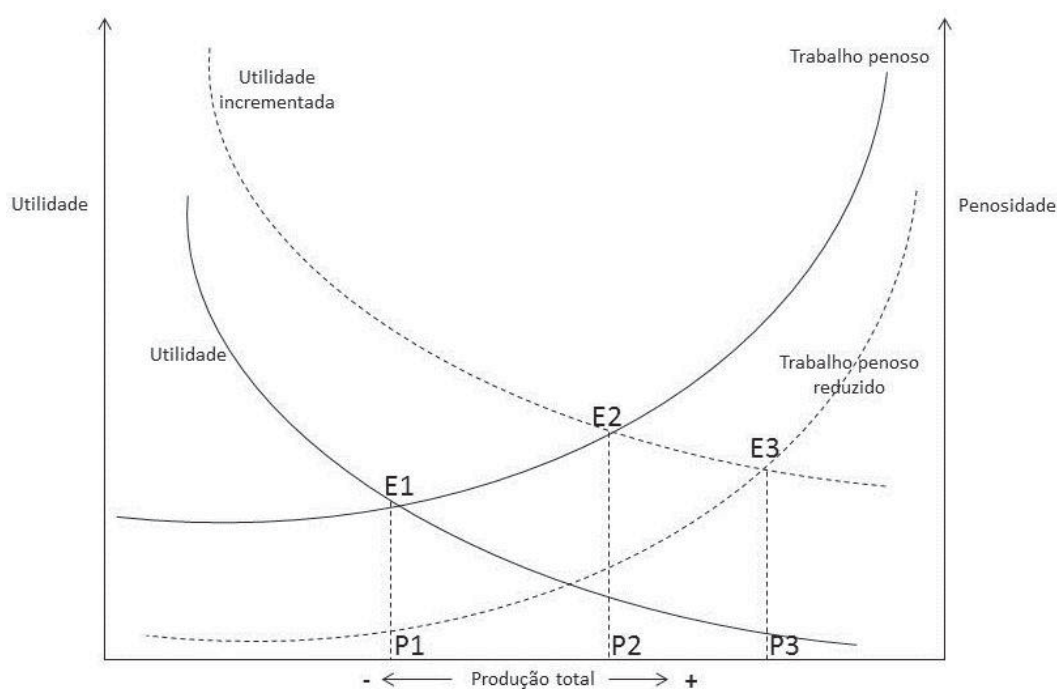
suficiente para cobrir as suas necessidades. Assim, é o balanço trabalho/consumo que define, para Chayanov, o volume e a motivação da atividade econômica familiar, moldando, assim, a organização da unidade de produção camponesa.

Esse balanço combina entidades incomensuráveis (o trabalho e o consumo), cuja relação é mútua, além de ser realizado subjetivamente (CHAYANOV, 1974; PLOEG, 2015). A subjetividade está no ajuste e reajuste desse balanço pela família camponesa, a qual o realiza a partir de sua situação particular. Está no que cada família considera como uma avaliação adequada entre o trabalho requerido para atender as necessidades da família, no qual está incluso deliberações que dependem de relações intergeracionais e de gênero, do contexto estrutural em que opera (situação de mercado, possibilidade de empreender ofícios e negócios, níveis de preço, influencia da cultura urbana, condições ambientais entre outros) e da percepção e o 'uso apropriado' de muitas particularidades da unidade de produção camponesa como a terra disponível, a quantidade de gado, o número de trabalhadores, as poupanças e investimentos, etc (*ibid*). **Na avaliação do balanço**, os atores envolvidos geralmente recorrem às regras do **repertório cultural** da sua comunidade ou grupo profissional, as quais sempre implicam em uma interpretação ativa e aplicação adequada em cada situação específica (*ibid*). Por exemplo, o lugar de trabalho carece de valores como **autonomia, independência e liberdade** para que a família possa fazer a avaliação do equilíbrio desse balanço, o que envolve a exclusão de qualquer prescrição, controle externo e formas rígidas de cooperação do processo de trabalho e produção (*ibid*). Todos os elementos (instrumentais e substantivos) envolvidos nesse balanço estão integrados com o objetivo de buscar a melhora da renda familiar.

Enquanto o balanço trabalho/consumo estabelece relações no nível do lar (quantos trabalhadores são necessários para atender a quantidade total de consumidores da família); há outro balanço, o da penosidade/utilidade, que se refere ao trabalhador individual (em especial a cabeça do lar), o qual avalia a influencia dos diversos fatores envolvidos no delicado balanço entre as necessidades da família e a penosidade do trabalho (PLOEG, 2015; THORNER, 1966). A penosidade se refere, conforme Ploeg (2015) ao esforço extra requerido para aumentar a produção total ou renda total do estabelecimento e está associado à adversidade como dias longos de trabalho (trabalho suado, abaixo do zero ou no frio extremo etc). A utilidade, continua Ploeg (2015), é o benefício extra que se obtém com a produção. Esse balanço surge quando aumenta o número de consumidor por trabalhador (quantidade de consumidores que um trabalhador atende) já que a produtividade deverá ser maior (o

trabalhador deve intensificar o trabalho, melhorar a qualidade de recursos, criar mais bens de capital) (*ibid*). Para esse balanço Chayanov utiliza alguns conceitos e técnicas da análise de utilidade marginal²⁴, levando-o a construir gráficos que relacionam penosidade, produção e utilidade (THORNER, 1966). A seguir é apresentado o balanço elaborado por Ploeg (2015) a partir da teoria de Chayanov:

GRÁFICO 1 - BALANÇO PENOSIDADE/UTILIDADE DAS UNIDADES ECONÔMICAS CAMPONESAS



FONTE: Adaptado de Ploeg (2015).

O gráfico 1 indica que um crescimento na produção gera um crescimento da penosidade e diminuição da utilidade, ou seja, se analisado a partir do ponto de equilíbrio entre penosidade e utilidade (E1, E2 ou E3). Na medida em que a produção aumenta, aumenta o trabalho pesado (penosidade) e diminui a utilidade desse trabalho para família, uma vez que as necessidades já foram já atendidas. O primeiro ponto de equilíbrio (E1) refere ao atendimento das necessidades de consumo imediatas da família em que a penosidade é menor se comparadas aos outros pontos de equilíbrio. O ponto de equilíbrio E2 indica que, para além das necessidades imediatas, há a inclusão de outras necessidades da família como a melhoria das instalações familiares, e assim por diante. Nesse caso chega-se a um balanço em que a

²⁴Ressalta-se que a forma como Chayanov utiliza a análise da utilidade marginal não se limita a racionalidade instrumental envolvida no comportamento econômico do camponês, mas também inclui a racionalidade substantiva, uma vez que é por meio da análise subjetiva da penosidade, muitas vezes atrelada à valores, que a avaliação da utilidade é realizada pelos camponeses.

produção deverá aumentar, o que, conseqüentemente, aumenta a penosidade também, contudo, a utilidade, nesse caso, não diminui, pois é restabelecida por causa da reelaboração das necessidades da família. E o ponto de equilíbrio E3, apresenta a situação em que a redefinição do objetivo da família pode vir acompanhado da redefinição para a mesma do que vem a ser a penosidade. Como exemplifica Ploeg (2015), quando se sabe que o ato de produzir batatas também abre a possibilidade de melhorar as condições de vida no futuro próximo, assim a penosidade será menos agonizante e problemática.

Assim, é possível verificar que a **noção/percepção de penosidade e utilidade** é altamente **subjetivo** e envolve também, conforme Ploeg (2015), repertórios culturais como **valores, normas, crenças e experiências compartilhadas**, memória coletiva, normas gerais, etc, que indicam respostas recomendadas a situações específicas. A percepção diferenciada de penosidade pelo agricultor o distancia mais ainda da lógica capitalista, pois, por vezes o agricultor pode decidir assumir a penosidade de determinado trabalho por juízos baseados em uma economia moral, o que no capitalismo poderia se um alto risco a ser assumido (*ibid*).

Esses balanços envolvem a relação de três fatores de produção das unidades econômicas camponesas. Um deles é o trabalho, fator abordado nos parágrafos anteriores, e os outros dois são a renda familiar e o patrimônio ou capital familiar. A renda familiar (ou como ressalta Thorner, o retorno da atividade da família) obtida pelos balanços realizados pelo camponês na gestão de suas unidades de exploração é considerada por Chayanov como a diferença entre o produto bruto obtido na comercialização dos produtos produzidos na unidade e o gasto com o material utilizado no curso de um ano, sendo a única categoria significativa de renda para um camponês, pois não dá para decompô-la analiticamente ou objetivamente como fazem as empresas capitalistas (em salário, investimento do capital, renda da terra), sendo, dessa forma, considerada uma renda indivisível conforme apontam Wanderley (2014), Ploeg (2015) e Thorner (1966). É dessa renda que o produtor prove o empreendimento familiar com os recursos produtivos necessários e a família com os itens de consumo necessários, não havendo, dessa forma, conflito entre retorno de capital e o consumo familiar (WANDERLEY, 2014; KERBLAY, 1966). A renda indivisível, continua Wanderley (2014), ao mesmo tempo oferece a possibilidade de realização de projetos comuns pelo conjunto da família.

O patrimônio ou capital familiar não se podem ser entendidos como o capital no sentido de Marx, como uma relação ou destinada para a produção do lucro e acumulado a partir do trabalho assalariado, e sim como as propriedades materiais e imateriais do agricultor

(CHAYANOV, 1974; PLOEG, 2015). O capital ou patrimônio familiar inclui a casa, as construções no lote, a terra, as melhorias feitas, os animais, o material genético disponível, o maquinário, os equipamentos, o poder de tração disponível, assim como a memória e as redes sociais da família utilizadas para vender, para a ajuda mútua e trocas e as poupanças (PLOEG, 2015). Quando são valoradas e somadas, formam o tamanho e a composição do capital fixo das unidades produtivas (CHAYANOV, 1974). São recursos criados e controlados pela família e meios para facilitar e melhorar o processo de trabalho, tendo, principalmente, um valor de uso, o qual permite com que a família camponesa empreenda a produção agrícola, e, assim, ganhe a vida. É também o seguro da família contra adversidades e contingências externas, como também uma ajuda para que a seguinte geração possa seguir com suas unidades produtivas. O patrimônio material pode ser formado por meio de recursos do próprio estabelecimento como também por meio da compra dos mesmos no mercado. Em uma situação ideal, o agricultor busca pelo incremento de capital (ou aumento da disponibilidade dos meios de produção) como forma de pode aumentar a produtividade do trabalho e, com isso, diminuir a penosidade e aumentar o atendimento das necessidades familiares. Conquanto, em uma situação desvantajosa, o destino de recursos econômicos para o investimento em capital, principalmente por meio de crédito, pode diminuir o atendimento das necessidades familiares.

O que se percebe é que a relação entre os fatores de produção de uma unidade econômica camponesa (renda, capital e trabalho) impõem influências um no outro quando avaliados a partir dos balanços. Nesse sentido, os estabelecimentos camponeses buscam um equilíbrio ótimo entre eles em que o investimento de capital realize uma redução na penosidade que a família considere razoável e que a diminuição da parte da renda destinada a atender as necessidades não seja demasiada (*ibid*). Qualquer situação em que a intensidade do capital extrapole o nível ótimo de equilíbrio entre os fatores resulta desvantajoso à família (*ibid*). Em outras palavras, sem perder de vista as condições de vantagens objetivas, nas unidades de produção camponesas o aumento da intensidade do capital está em equilíbrio com a subjetividade em torno da percepção da penosidade do trabalho e com o atendimento das necessidades da família. Vale ressaltar que esse equilíbrio tem como fator estável o trabalho (pois é o da família) e que é, por vezes, o de maior influência para estabelecer o equilíbrio desejado, uma vez que a família procurará atender as suas necessidades com a menor penosidade possível. Contudo, se houver o desequilíbrio entre os fatores de produção - como intempéries, família grande, pouca terra arável, redução dos meios de produção - a família,

para não comprometer sua renda e/ou ficar desempregada, busca por outras ocupações fora do estabelecimento, para assim chegar no equilíbrio pretendido entre trabalho e consumo (*ibid*).

A fim de complementar as contribuições trazidas por Chayanov sobre o modo de gestão camponês de seu estabelecimento produtivo, são trazidas também as colaborações de outros autores contemporâneos da teoria do campesinato. Ploeg (2008) traz no conceito da condição camponesa uma especificação do modo camponês de fazer agricultura. A condição camponesa é guiada pela luta pela **autonomia** dos camponeses, que buscam **liberdade e emancipação** diante das relações de exploração impostas pelo ambiente hostil onde estão imersos. A busca por essa autonomia passa pela criação e desenvolvimento de uma **base de recursos autocontrolada e autogerenciada** a fim de preservar o ecossistema em que habita a fim de atender a reprodução familiar ao longo dos anos, não só pela produção de alimentos, mas também de instrumentos de trabalho. Essa base de recursos permite a **relação de coprodução**, na qual há uma interação e transformação mútua e constante entre homem e natureza viva, em que relações sociais e naturais são constantemente configuradas e reconfiguradas.

Como essa base é limitada o camponês busca tirar o máximo de produtividade que pode dela por meio do **processo de trabalho** (que converte recursos naturais em bens e serviços para a família e para o mercado) incorporado à coprodução. Trata-se de um processo marcado por duas características: o **cuidado e a artesanabilidade**. São características que revelam a atenção, o cuidado dado a cada objeto de trabalho de forma a retirar o maior rendimento possível deles, sem destruí-los, força-los ou exauri-los. O camponês, assim, prioriza a competência dos objetos ao lidar com a natureza, respeitando seus limites, mas de forma a produzir novidade e um rendimento elevado orientado para a produção e crescimento do máximo valor agregado possível. Desse modo, a atenção por objeto possibilita uma artesanabilidade observada na concepção, no controle, na construção e na reconstrução do processo de trabalho com seus próprios recursos, ciclos, tarefas e relações, além de estar orientada para a produção e crescimento. Assim, o camponês, por vezes, opta por não aumentar a exploração da terra se houver um impacto negativo no valor agregado por objeto de trabalho. O **processo de trabalho** confere **dinamismo e maleabilidade** à gestão produtiva, uma vez que faz com que o camponês tenha que lidar com as incertezas da natureza e do mercado.

Toledo (1993) atribui à produção tradicional camponesa uma certa **racionalidade ecológica** que somente chega a ser analisada mais tardeamente pela teoria do campesinato

quando em contato com a teoria ambiental. Essa racionalidade é notada pela adoção da **diversidade produtiva** como uma forma de **produzir ao menos parte de produtos destinados à autosubsistência**, pelo **uso mínimo de insumos externos** e pela **reutilização na própria unidade agrícola de parte da produção**, a qual retorna aos ciclos futuros, criando auto-suficiência para o funcionamento da unidade agrícola como um todo (sementes, adubos, fertilizantes). Os recursos produtivos e produtos que não são adquiridos ou vendidos no mercado, sendo o trabalho familiar aí incluso, são vistos pelo camponês pelo seu valor de uso, conforme observam Ploeg (2008), Toledo (1993) e Petersen *et alli* (2017). O predomínio dos **valores de uso** fazem com que os camponeses adotem estratégias que maximize a variedade de produtos produzidos internamente ao estabelecimento para prover as necessidades da família e da produção (TOLEDO, 1993). Ademais, continua Ploeg (2008), o predomínio dos valores de uso permite com que o camponês tenha mais **autonomia diante das relações mercantis** mais de forma a permitir o máximo de flexibilidade, mobilidade e capacidade de escapar de controles.

Como já levantado anteriormente, há uma influência na gestão dos estabelecimentos de um repertório cultural das sociedades camponesas. Mendras (1978) explica que as sociedades camponesas possuem uma autonomia relativa em relação à sociedade como um todo, não só econômico, mas também social, já que determinadas personalidades de **prestígio** são as que estabelecem a ligação entre sociedade local e a sociedade em geral. A importância do ambiente social nas sociedades camponesas extrapolam os limites do estabelecimento, pois, segundo Abramovay (1998b) e Mendras (1978), é ele que permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida, como a família e a comunidade, fato que corrobora com as colaborações de Polanyi (2007) e Sabourin (2009), por destacarem a incrustação da economia camponesa nas suas relações sociais e culturais.

São sociedades que se organizam socialmente na comunidade ou nos grupos de vizinhança e desenvolvem relações de interconhecimento, formas de **solidariedade social**, **relações de confiança** e sentimento de pertencer a um lugar geográfico e social, se baseando em um viver intersubjetivamente compartilhado (BRANDENBURG, 2010b; WANDERLEY, 2009). Por isso que a obtenção de recursos ou produtos que faltam nas unidades produtivas camponesas são muitas vezes buscadas por meio das relações de **reciprocidade** e de trocas socialmente reguladas (PLOEG, 2008). Ainda, continua Ploeg, além da economia moral envolvida nas sociedades camponesas especificar como trabalhar (**trabalho com cuidado e árduo**) e como relacionar-se com os outros (reciprocidade e solidariedade com membros da

comunidade e **desconfiança nas relações externas**), ela atribui o valor de uso ao trabalho e patrimônio familiar que pretendem ser para os mais velhos uma pensão e/ou um ponto de partida para os mais jovens. É um processo de conversão de valor que viabiliza a atividade agrícola no curto e longo prazo.

Destarte, essa especificidade da economia camponesa permite a sua reprodução em ambientes que lhes são economicamente hostis, lhe conferindo certo poder de competitividade e outras formas econômicas.

The family farms use **family labor flexibility**, draw on **unwaged neighbors' help**, and give **priority to “home”** when deciding on the times of family members' departure to work elsewhere ... or to return. In result, family farmers advance their global production as well as their share of land held and produce compared with the capitalist farmers- employers (SHANIN, 1986, p.3, grifo nosso).

Nesse sentido, as especificidades socioeconômicas das unidades econômicas camponesas fazem com que elas, historicamente, demonstrem serem capazes de resistir às empresas capitalistas agrícolas de grande escala. Os camponeses tem a capacidade de intensificar seu trabalho quando necessário, reduzem preços de venda, tem maior produtividade da terra (rendimento por área) do que extensões de terra maiores, geram maior empregabilidade e consideram vários de seus ativos internos por seu valor de uso (PLOEG; 2008; BERNSTEIN, 2009, THORNER, 1966; KERBLAY, 1966). Todos esses fatores somam **eficiência com equidade e maior poder de competitividade** das unidades econômicas camponesas (*ibid*). Thorner (1966) reforça esse entendimento ao dizer que em condições em que estabelecimentos rurais capitalistas faliriam, as famílias camponesas trabalhariam mais horas, venderiam a preços mais baixos, não teriam lucros líquidos e ainda assim continuariam em sua atividade ano após ano. Por isso, continua Thorner, que Chayanov concluiu que a competitividade da família camponesa era muito maior do que havia previsto aqueles que defendiam a teoria do fim do campesinato.

Assim, diante do exposto, é possível levantar algumas das principais contribuições para compreender a racionalidade específica da gestão das unidades econômicas camponesas. Uma das mais evidentes é a relevância teórica e metodológica dos balanços chayanovianos, conforme pontua Ploeg (2015): a consideração de que os mecanismos internos das unidades não são simples resultados de relações e condições externas. O que se apreende é que o estabelecimento familiar é coordenado (ou gerenciado) pelo comportamento estratégico dos membros da família, os quais avaliam os equilíbrios requeridos e, quando os alcançam,

ordenam seus estabelecimentos e suas dinâmicas (*ibid*). As influências externas são interpretadas e são traduzidas nas práticas de gestão dos estabelecimentos familiares (*ibid*). Outras colaborações são trazidas por Ploeg (2008) e Toledo (1993) quanto a forma que os agricultores se relacionam com os recursos de seus estabelecimentos a fim de atender as necessidades familiares.

Assim, a gestão de unidades econômicas camponesas também uma racionalidade instrumental ao se valer de meios (produção, atividades econômicas fora do estabelecimento, patrimônio familiar, cálculos, diversidade produtiva, valores de uso, base de recursos mantida no longo prazo etc.) para atingir um fim (atendimento das necessidades familiares). Mas, diferentemente da racionalidade capitalista, a racionalidade camponesa tende a submeter a sua instrumentalidade à valores correspondentes à sua racionalidade substantiva ligados ao repertório cultural das famílias e suas comunidades em torno da execução do trabalho, do patrimônio familiar e das necessidades familiares.

Trazer a compreensão dessa racionalidade específica não quer dizer um isolamento ou uma oposição à racionalidade econômica capitalista, mas apenas trata de reforçar a diferença do comportamento econômico camponês. A compreensão dessa diferença traz importantes colaborações para a construção de um outro olhar sobre a gestão dos estabelecimentos rurais familiares, que não seja filtrado por critérios capitalistas, os mais comuns dentre os estudos administrativos. Compreender esse comportamento diferenciado facilita a apreensão das formas atuais da agricultura familiar que podem diferir, significativamente, do camponês do início do século XX. As diferenças se debruçam, principalmente, na maior interação que o camponês passou a ter ao longo do tempo com a sociedade capitalista englobante, a qual confere ao agricultor familiar o que Ploeg (2008) chama por diferentes ‘graus de campesinidade’. As mudanças incidentes sobre a racionalidade econômica específica do camponês, no caso brasileiro, serão exploradas no próximo tópico.

3.2.2 A gestão dos estabelecimentos da agricultura familiar brasileira

Mesmo que a tese sobre o fim do campesinato persista, sob o pressuposto central da imediata incorporação do camponês às duas classes básicas capitalistas, diferentes estudos ao longo do século XX, inclusive no Brasil, apontam para a observação da coexistência de explorações capitalistas e não-capitalistas no meio rural, sob a égide do capital (ABRAMOVAY, 1998b; FERREIRA, 1984). Wanderley (1979), por exemplo, avalia o

campesinato a partir de sua serventia à expansão capitalista, havendo espaço para a sua reprodução na medida em que contribui para a acumulação do capital. Ferreira (1984) destaca que há a consideração de um processo de trabalho específico que sofre transformações em sua interação com o capitalismo, mas que também, no nível da unidade camponesa, distingue-se como uma exploração qualitativamente diversa da capitalista.

Nesse sentido, a partir de um viés chayanoviano, autores ligados à teoria do campesinato, como Lamarche (1993), Wanderley (2009) e Ploeg (2015), entendem que a agricultura familiar concebe resistências e alternativas a diferentes tipos de sociedades e, atualmente, ao modelo de desenvolvimento vigente. Resiste para garantir a sua reprodução, a qual, ao longo do tempo, revela mudanças frente a contextos históricos e espaciais diferenciados, mas também, como bem observa Wanderley (2004; 2009; 2014), continuidades da figura do camponês. O agricultor familiar contemporâneo, nesse sentido, carrega consigo especificidades passadas de geração a geração, ao mesmo tempo em que se adapta às condições de seu entorno. Conserva aspectos do campesinato e se transforma no que, atualmente, concebe-se por agricultura familiar.

Estudos mais recentes em torno do campesinato, como os de Wanderley (2004; 2009; 2014), de Lamarche (1993) e Ploeg (2008), procuram compreender como se dá essa permanência do estabelecimento rural familiar e seu modo interno de organização em diferentes contextos sociopolíticos e econômicos. O que se observa, segue Lamarche (1993), é a perseverança da exploração familiar no espaço-tempo

[...] independentemente de quais sejam os sistemas sociopolíticos, as formações sociais ou as evoluções históricas, em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares [...] (LAMARCHE, 1993, p. 13).

Para o autor, a exploração familiar “[...] corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.” (LAMARCHE, 1993, p. 15). A família ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo e dele extrai o seu consumo, tendo, dessa forma, um papel central nas suas estratégias de sobrevivência (WANDERLEY, 2009). Desse modo, continua Wanderley (2009), as suas práticas implicam na associação entre o patrimônio, o trabalho e o consumo da família, cujas consequências são fundamentais na forma como ela age economicamente e socialmente ao conferi-la uma lógica de funcionamento específica, tal qual já indicava Chayanov.

Contudo, Lamarche (1993) chama a atenção para o fato de que nem toda exploração familiar é uma exploração camponesa, apesar de toda exploração camponesa ser uma exploração familiar. Assim, atualmente encontramos, também, explorações familiares não camponesas correspondentes ao que se conhece por agricultura familiar. Essa categoria surge dando uma conotação moderna à exploração familiar em função das transformações sofridas quando em contato com a sociedade capitalista (WANDERLEY, 2004; 2009). Quando a dinâmica interna da unidade produtiva familiar é considerada, indicam Wanderley (2004) e Lamarche (1993), enxerga-se a continuidade do camponês (tradição) no agricultor familiar (moderno).

Tais continuidades informam a essência camponesa no agricultor familiar “[...] na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão.” (WANDERLEY, 2004, p. 48). Assim, muitos aspectos levantados por Chayanov e outros estudiosos das sociedades camponesas ainda podem ser observados na agricultura familiar. Ao mesmo tempo, as rupturas dessa figura, ao se relacionar com o mercado, reconfiguram suas formas de vida. Atualmente, analisa Ploeg (2015), é impossível reproduzir a família e os estabelecimentos familiares sem recorrer aos mercados, uma vez que ninguém mais é independente dos circuitos de mercadoria. Assim, os modos de gestão da agricultura familiar relacionam dinamicamente aspectos da gestão camponesa com aspectos da gestão empresarial propagada, e, muitas vezes imposta, pela racionalidade instrumental dominante.

De maneira geral, é possível verificar que as estratégias da agricultura familiar conferem aos seus sistemas produtivos e ao seu trabalho algumas características próprias, como: (i) a **combinação e equilíbrio de diferentes técnicas e atividades agrícola e animal em pequenas propriedades**; (ii) a multiplicidade de tarefas exige **flexibilização na organização do trabalho e grande diversidade de competências**, além de requerer **autonomia e autopoder** para fazer frente a complexidade organizativa de produção; (iii) a busca pela **diversidade produtiva** a fim de ter mais segurança diante das intempéries; (iv) a **utilização, ao máximo, dos subprodutos de seu trabalho**; (v) **trabalho intensivo da família**; (vi) a **possibilidade da venda da força de trabalho da família para fora da propriedade** ou a sua ocupação em outros afazeres na propriedade em períodos de maior dificuldade de forma a garantir a sobrevivência familiar; e (vii) a **possibilidade do contrato de trabalhadores para ajudar na propriedade** em períodos de trabalho intensivo (WANDERLEY, 2009). A essas estratégias, outras se associam no intuito de constituir um

território familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e um saber tradicional e reproduzi-los para as gerações posteriores e enfrentar as exigências, dificuldades e possibilidades dos tempos atuais (*ibid*; PLOEG, 2015).

Uma das estratégias atuais é a **pluriatividade**, entendida como a diversificação das atividades para fora do estabelecimento, principalmente do chefe da família (WANDERLEY, 2004). Não se trata de um progressivo desfecho da atividade agrícola, mas uma estratégia com a finalidade de assegurar a reprodução familiar e a sua permanência (*ibid*). A pluriatividade serve como um complemento de renda para atender as necessidades familiares ou uma estratégia para investir na produção sem ter que recorrer ao crédito, fazendo com que recursos comprados logo se convertam em não mercadorias (valor de uso) (PLOEG, 2008). Ademais, é comum, continua Ploeg (2008), observar **padrões de cooperação** entre os agricultores familiares, a fim de fortalecer a sua condição camponesa e, com isso, enfrentar ambientes hostis. Mas, é uma cooperação que defende interesses e aspirações individuais e autonomia de forma equilibrada com os interesses coletivos (*ibid*). Outra estratégia é o estabelecimento de circuitos curtos e descentralizados de comercialização, como as feiras, que escapam do controle direto do capital e favorece a autonomia dos agricultores (*ibid*). Também é possível verificar processos massivos do que Ploeg (2008; 2015) chama por **recampenização**: o retorno de pessoas da cidade para as pequenas granjas familiares. O Brasil, conforme Ploeg (2015), é um lugar destacado em função da ida ao campo de milhares de pessoas vindas das regiões urbanas pobres, principalmente na década de 1990.

Por fim, há a adaptação dos projetos futuros dos agricultores quando decidem por uma maior integração ao mercado, mesmo que para muitos agricultores familiares permaneça a força do passado como referência para as suas práticas e representações da família (WANDERLEY, 2004; LAMARCHE, 1993). Nesse aspecto, Lamarche (1993) diz que o alcance do plano futuro deve levar em consideração o contexto sociopolítico, econômico e ambiental atual onde o agricultor familiar está inserido. Quanto menos integrados ao mercado, continua Lamarche (1993), mais próximo estarão de um modelo de subsistência (camponês), representado por um maior peso do passado e da tradição, representado pelo **patrimônio sociocultural** que cada explorador familiar dispõe, o qual mantém um peso forte na lógica familiar. Quanto mais integrados ao mercado, e, assim, mais alinhados à **lógica capitalista**, mais aproximados estarão seus projetos futuros ao que a sociedade elaborou para eles (*ibid*). Nesse sentido, conformam-se diferentes graus de campesinidade, que podem aproximar ou afastar os agricultores familiares do modo camponês ou modo empresarial de fazer agricultura

(PLOEG, 2008). O quadro 2, a seguir, reúne as principais diferenças entre esses dois modos.

QUADRO 2 - SÍNTESE DAS PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O MODO CAMPONÊS E O MODO EMPRESARIAL DE FAZER AGRICULTURA

Modo Camponês	Modo empresarial
Baseada na internalização da natureza; a coprodução e a coevolução são centrais	Desconectada da natureza; 'artificialização' da natureza
Distanciamento de mercados de insumos; diferenciação nos produtos (grau de mercantilização reduzido)	Elevada dependência de mercados; grau de mercantilização elevado
Centralidade da perícia artesanal e tecnologias baseadas em habilidades	Centralidade do empreendedorismo e das tecnologias mecânicas
Intensificação continuada baseada na quantidade e na qualidade do trabalho	Aumento de escala é a trajetória de desenvolvimento dominante; intensidade é adquirida e é em função da tecnologia
Multifuncional	Especializada
Continuidade entre passado, presente e futuro	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro
Aumento da riqueza social	Contenção e redistribuição da riqueza social

FONTE: Ploeg (2008).

Assim, quanto mais características do modo camponês de fazer agricultura o agricultor familiar reunir mais próximo da lógica de gestão familiar camponesa ele estará. E quanto mais características do modo empresarial de fazer agricultura o agricultor familiar reunir mais próximo da lógica de gestão capitalista de fazer agricultura ele estará. Essa avaliação pode ser utilizada também na forma como o agricultor orienta a gestão de seus estabelecimentos, pois quanto mais próximo estiver do modo camponês de fazer agricultura, mais proeminente será a racionalidade econômica específica do camponês; e quanto mais próximo estiver do modo empresarial mais elementos da racionalidade capitalista o agricultor utilizará.

No Brasil, tendo como referência a pesquisa de Lamarche (1993), é possível verificar aqueles mais alinhados à lógica capitalista (agricultores modernizados) e, dessa forma, mais integrados ao mercado, bem como aqueles que, por seu isolamento ou pelo peso de seu patrimônio sociocultural (tradição), estão mais próximos do modelo camponês, com diferentes níveis de integração no mercado. Dessa forma, complementa Wanderley (2004), percebe-se a grande diversidade de situações concretas de manifestações da agricultura familiar, desde aqueles mais próximos ao modelo de subsistência, até aqueles mais integrados ao mercado e da lógica capitalista, compondo diferentes elementos de continuidades e mudanças, os quais refletem diferentes combinações entre as racionalidades específicas da agricultura familiar com as racionalidades dominantes.

Atualmente, atenta Wanderley (2004; 2009; 2014), a agricultura familiar busca construir uma identidade social que pretende representar uma posição crítica e de resistência

em relação ao modelo dominante da agricultura moderna, hoje complexificado, no que Bernstein (2009) entende por dinâmicas, modalidades e efeitos da globalização, em especial o ambiental do sistema internacional de alimentos. Assim, como os agricultores familiares compartilham certas condições comuns de existência simultaneamente com o capital corporativo e, por isso, tem uma base comum de ação coletiva na busca por interesses comuns, conforme Ploeg (2015), eles tem uma base sólida para serem agrupados em uma só entidade, autointitulando-se, dessa forma, como camponês. Nesse cenário, o camponês representa uma outra concepção de agricultura, fundada: em formas de permanência e autonomia de seu modo de vida no campo a fim de diminuir ou eliminar a exploração do capital, e em uma crescente convicção de seu modo de vida e produção conter uma importante resposta aos problemas ambientais (BERNSTEIN, 2009; WANDERLEY, 2004; 2009).

Ploeg (2008) chama a atenção da relação de resistência que o campesinato possui com o Império. Este último consiste, conforme o autor, em formas múltiplas imperialistas que tem um relativo impacto sobre o campesinato, o qual busca manter ou criar graus de autonomia em um ambiente hostil e de disputas. O Império, orientado pela racionalidade econômica capitalista, desintegra, drena ou distorce as bases de recursos utilizados pelo campesinato, bem como se apropria deles por meio de mercados paralelos. O campesinato, por sua vez, resiste ao projeto hegemônico, por meio da “multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o império como principal modo de ordenamento” (PLOEG, 2008, p. 289), como formas de relações comerciais peculiares, diferentes organizações sociais e políticas etc.

Diante disso, há um aumento de poderosos movimentos camponeses internacionais, como a Via Campesina ou mesmo nacionais como o MST, os quais ajudaram a dar mais atenção à questão camponesa e propõem um modelo alternativo ao hegemônico (ou ao Império, como denomina Ploeg) para o futuro dos camponeses a partir de uma perspectiva mais local, do reconhecimento de suas especificidades, resgatando algumas ideias de Chayanov, e de uma relação mais integrada com a natureza (PLOEG, 2015; BERNSTEIN, 2009). Os movimentos de lutas rurais, hoje, buscam, conforme Ploeg (2015): i - pela **autonomia** de seus modos de vida e produção, em que o mercado não é o único fator que molda a organização do trabalho, uma vez que a natureza, o meio social e o **repertório cultural** são princípios coordenadores dos estabelecimentos rurais de igual importância; ii - manter a heterogeneidade de formas de vida; iii - **o uso de bens comuns** como as ocupações de terra, os bancos de sementes compartilhados, mercados de proximidade; e iv - fortalecer as

discrepâncias ou o contraditório que distanciam a operação das unidades de exploração camponesas da lógica hegemônica (como o trabalho não remunerado, a gestão por balanços), pois são esses os lugares de luta permanente, de resistência que se produz e reproduz a singularidade do camponês. Wanderley (2004; 2009) ressalta o viés ambiental da disputa entre o campesinato e o modelo hegemônico presente no campo, baseado na compreensão de que o camponês detém o conhecimento detalhado de sua terra, plantas e animais e, por isso, sente-se comprometido com o respeito e conservação da natureza (WANDERLEY, 2004).

Nesse sentido, a configuração da racionalidade que guia a gestão dos estabelecimentos rurais familiares na atualidade dialoga com a racionalidade econômica capitalista, mas sem, necessariamente, se afastar de aspectos da racionalidade específica do camponês. Ainda ressignifica substancialmente essa especificidade ao incorporar a política e o ambientalismo, ressaltando mais ainda a racionalidade substantiva de suas ações. Vê-se com isso que por mais que haja uma aproximação com o mercado, a forma de gestão da agricultura familiar se guia por uma interação entre racionalidades que a distingue do modelo de gestão empresarial capitalista.

A incorporação da dimensão ambiental por parte do campesinato em sua resistência aos modelos hegemônicos de desenvolvimento rural, revela a conformação de um novo rural, o socioambiental, conforme sugere Brandenburg (2010a;2010b), configurado pela disputa de diferentes atores, entre eles o ecológico, o qual fundamenta suas ações na adoção de uma nova racionalidade apresentada por Enrique Leff, racionalidade ambiental, e tem como uma de suas expressões atuais a agroecologia. O tópico a seguir discorre sobre o rural socioambiental e a racionalidade orientadora das ações do ator ecológico, representado neste trabalho pelo agricultor familiar agroecológico.

3.2.3 A racionalidade ambiental na gestão dos estabelecimentos da agricultura familiar brasileira: agricultores familiares agroecológicos

Diante da expansão da racionalidade instrumental do modelo conservador de modernização em direção ao campo, um novo rural emerge, o rural socioambiental, a partir da reação de novos atores sociais, os quais tornam o rural um espaço de disputa em que distintas racionalidades convivem e competem pelo uso produtivo e simbólico do meio ambiente (BRANDENBURG, 2010a). A reação desses atores irrompe “quando a vida social encontra-se em fase de degradação [...] e a vida biológica em fase de desequilíbrio”

(BRANDENBURG, 2010a, p. 183). Dentre os atores presentes nesse novo rural, continua Brandenburg (2010a), existem aqueles alinhados à modernização promovida pela colonização do meio rural como o agricultor familiar modernizado e o agricultor do agronegócio, cujas estratégias de ação se baseiam na racionalidade instrumental de fins econômicos mais próximos gestão empresarial capitalista; há aqueles orientados pela reflexividade, reagindo ao movimento da colonização do meio rural ao somar à tradição as racionalidades instrumental e substantiva forjando outras formas de gestão; e, por fim surgem atores também reflexivos, mas direcionados a estratégias de ações mais ecológicas em que a preocupação com o meio ambiente tem centralidade, como os agricultores agroecológicos que também apresentam formas alternativas de gestão.

Esse novo ator ecológico orienta suas ações pela racionalidade ambiental enquanto uma reação à racionalidade capitalista imperante da modernidade que, continua Leff (2006), impõem à natureza e às diferentes culturas práticas depredatórias, degradantes e excludentes²⁵. Há um processo de ressignificação do mundo e da natureza diante dos limites da racionalidade capitalista, por meio da articulação entre ecologia e cultura, para a construção de uma racionalidade ambiental, cujo objetivo é a **sustentabilidade socioambiental** (*ibid*). Quando essa racionalidade é localizada nas ações sociais ela comporta, continua Leff (2006), quatro níveis de racionalidades inspiradas nos tipos-ideais racionais weberianos: a racionalidade teórica e a racionalidade cultural²⁶, a racionalidade substantiva e a racionalidade técnica ou instrumental. Duas delas, as racionalidades substantiva e a instrumental, são as que interessam a este trabalho, sendo apresentadas a seguir:

- a) *racionalidade material ou substantiva*: é da qual emerge, conforme Fernandes e Ponchirolli (2011), a consciência ambiental, além de **novos valores e forças materiais** para a construção de uma racionalidade ambiental fundada em **princípios teóricos (saber ambiental), materiais e éticos da sustentabilidade**,

²⁵ Leff (2006) traz o conceito da racionalidade ambiental a partir da análise da problemática ambiental - presente em processos econômicos, tecnológicos, produtivos e de conhecimento - e da ideologia ambiental - presente no movimento ambientalista e na sociedade civil organizada, incluindo setores da ciência -, as quais enxergam na globalização da racionalidade capitalista um dos principais causadores da crise socioambiental atual (FERNANDES; PONCHIROLLI, 2011; LEFF, 2006).

²⁶ A racionalidade teórica orienta a elaboração dos instrumentos de gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável, por meio da construção de conceitos que articulam os valores da racionalidade substantiva com os processos materiais que a sustentam, sendo muitas vezes construída por meio do diálogo dos saberes (ex.: ecosofias, bioeconomia, economia ecológica, agroecologia) (LEFF, 2006). A racionalidade cultural integra diferentes formas organizacionais culturais e racionalidades. Cada cultura possui valores presentes em suas práticas tradicionais que incorporam certos princípios da organização ecológica do meio em que vivem e imprimem formas de significação do meio, de usos dos recursos e tecnologias a fim de satisfazer as necessidades fundamentais de ter qualidade de vida seus povos (*ibid*).

sendo os mais proeminentes: o **direito dos povos à ressignificação e à reapropriação da natureza que habitam** (reconhecimento dos valores da diversidade cultural de cada território de vida) reforçando a **autonomia, solidariedade e autossuficiência** dos povos à razão reducionista do mercado; a **equidade social** e o **princípio da gestão ambiental** que implica a participação direta das comunidades no manejo de seus recursos (democracia participativa direta)²⁷ (LEFF, 2006);

- b) *racionalidade técnica ou instrumental*: estabelece os meios que **conferem eficácia a gestão ambiental** (ecotécnicas, tecnologias limpas, instrumentos legais, arranjos institucionais das políticas ambientais, formas de organização do movimento ambiental). **Estabelece o vínculo entre os objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável**, por meio de ações coerentes com os princípios da racionalidade substantiva, gerando um sistema de meios eficazes. Essa racionalidade conduz a um **paradigma de produtividade ecotecnológica** em que técnicas e tecnologias são desenvolvidas respeitando os ritmos, ciclos e potenciais da natureza (capacidade fotossintética do planeta e da organização ecológica de cada ecossistema) e de cada cultura, como é o caso da agroecologia (LEFF, 2006; FOLADORI, 2000). Há a recuperação ou fortalecimento de “... **inovações para tecnologias adaptadas à conservação produtiva e à oferta ecológica dos ecossistemas**” (LEFF, 2009, não p., grifo nosso). Preza por criar novos indicadores de caráter qualitativo e quantitativo, como contas patrimônio natural e cultural, indicadores ambientais e métodos multicritérios de tomada de decisões, avaliadores da qualidade de vida.

É por meio da interação reflexiva entre essas diferentes racionalidades que a racionalidade ambiental dos atores ecológicos do rural socioambiental é posta em prática. Para Leff (2006), essa interação, diferentemente da racionalidade capitalista, é dominada pelas racionalidades teórica e substantiva/material, já que orienta o seus meios instrumentais (instrumentos e técnicas sustentáveis que aproveitem os potenciais da natureza e da diversidade cultural) pelos valores ligados à sustentabilidade. A ênfase nessas duas

²⁷ Leff relaciona como valores da racionalidade substantiva ambiental: a defesa dos direitos humanos; a preservação e equilíbrio do meio ambiente, reconhecimento de diversos estilos de desenvolvimento sustentável; avaliação do patrimônio de recursos naturais e culturais da humanidade; a eliminação da pobreza extrema; a prevenção de catástrofes ecológicas e degradação ambiental; a elaboração do saber ambiental para compreender os processos socioambientais e propor manejos sustentáveis; a distribuição da riqueza e do poder e fortalecimento da autogestão e da autodeterminação tecnológica ecologicamente adequadas e culturalmente apropriáveis dos povos (LEFF, 2006).

racionalidades pode ser identificada nas ações sociais quando se analisa nelas a interiorização de **uma visão ecologista do mundo** contra uma **visão mecanicista**; e quando são **valorizados a existência e conhecimentos de diferentes formações culturais** que apresentam uma relação mais recíproca com a natureza, como é o caso da cultura camponesa. São **conhecimentos em conexão e diálogo** com os produzidos pelo movimento ambientalista, pela sociedade civil organizada e pela ciência, os quais buscam expandir o saber ambiental²⁸ construído para a sociedade como um todo.

Em outras palavras, a racionalidade ambiental é vislumbrada quando **elementos instrumentais e substantivos da dimensão ambiental são incluídos nas ações sociais tanto em uma dimensão global** (aparato estatal, economia, sociedade civil organizada, movimento ambientalista, ciência) **quanto em dimensão local** (diferentes formações culturais), mas de maneira com que a racionalidade instrumental esteja submetida à racionalidade substantiva desenvolvidas pelo ambientalismo (FERNANDES; PONCHIROLLI, 2001; LEFF, 2006). Sem perder de vista que a racionalidade ambiental também é permeada por critérios capitalistas em função do constante dinamismo com a hegemonia, mas o faz de maneira a submeter esses critérios aos valores do ambientalismo (*ibid*). É uma racionalidade caracterizada, portanto, pela reflexividade, pois articula diferentes racionalidades de forma deliberada na direção da sustentabilidade socioambiental.

No rural socioambiental, os atores ligados ao movimento ecológico, ao se valerem dessa racionalidade, segundo Brandenburg (2010a; 2010b), resistem à exclusividade da racionalidade técnico-instrumental e **ressignificam o tradicional e suas experiências de vida, no sentido da natureza e da sociabilidade serem revalorizadas**. Utilizam instrumentos orientados pela produtividade tecnológica (racionalidade instrumental) a fim de alcançar a sustentabilidade socioambiental (racionalidade substantiva), a qual inclui o resgate e/ou manutenção de forma deliberada de aspectos do campesinato como **a autonomia, a reciprocidade e solidariedade e as relações mais harmônicas com a natureza**. Eles evidenciam os objetivos ecológicos de suas ações e projetos e criam alternativas ao reforçar e disputar modos de vida que contrapõem o modelo de desenvolvimento vigente (BRANDENBURG 2010a; 2010b). O fazem ao associar dinamicamente esse passado camponês com elementos da sociedade dominante de forma a propor estratégias presentes e futuras de reprodução que possam garantir não só sua sobrevivência, mas também da

²⁸ Conforme Leff (2006) o saber ambiental busca solucionar os problemas da crise socioambiental por meio conjunto e articulado da interdisciplinariedade e do diálogo dos saberes entre conhecimento técnico-científico com o conhecimento tradicional.

sociedade como um todo. Associam ações voltadas para transformar seus meios de vida que agem sobre seus modos de produção, de gestão e de relação com o mercado, com ações políticas na defesa desse outro modo de fazer agricultura e por um outro modelo de desenvolvimento socioambiental. Forjam, com isso, alternativas que recriam, conforme atenta Ferreira (2013), um outro patamar de sociabilidade camponesa em que o discurso ecológico se faz presente no intuito de expandir a lógica local e contrapor a global.

No Brasil, no final da década de 1990, continuam Wanderley (2004; 2009) e Brandenburg (2010a; 2010b) o movimento ecológico passa a tomar um espaço de forma expressiva no mundo rural, disseminando práticas que “[...] constituem uma escolha, produto de uma decisão reflexiva e não fruto de uma rotina em que natureza e tradição se complementam de forma ajustada, visando à manutenção da sobrevivência conforme as comunidades tradicionais” (BRANDENBURG, 2010a, p. 186). Os atores pertencentes a esse movimento se valem de estratégias para enfrentar a precaridade e instabilidade das situações vividas da agricultura familiar, não só **por meio de relações mais sustentáveis com a natureza**, mas também **por um certo nível de integração ao mercado**. São atores que, no Brasil, tendem a se organizar socialmente (Cooperativas, Associações, Organizações não governamentais - ONGs²⁹) e que no meio rural, normalmente, promovem a agroecologia.

As teorizações e práticas concernentes à agroecologia possuem grande aderência tanto à teoria da racionalidade ambiental, conforme já reconhecido por Leff (2009), quanto as ações dos atores ecológicos do rural socioambiental, como também propõe Brandenburg (2010a; 2010b). Assim, a agroecologia pode ser considerada como uma das manifestações da racionalidade ambiental no rural socioambiental brasileiro, quando é defendida e praticada pelos atores ecológicos desse novo rural. Para compreender melhor esse alinhamento é importante localizar seu surgimento em meio à crise socioambiental da modernidade e conceituá-la.

O surgimento da agroecologia na década de 1970 se dá como uma reação à crise ecológica na agricultura impulsionada pelo modelo capitalista da revolução verde e, ao longo dos anos de seu desenvolvimento, passa a ser considerada um movimento ecológico e uma ciência interdisciplinar conformadora da racionalidade ambiental no meio rural. (ALTIERI,

²⁹ São organizações que, conforme Costa (2017), priorizam o trabalho de base com agricultores familiares e suas organizações para: diminuir a dependência produtiva externa; desenvolver formas de comercialização alternativas em que há a priorização de circuitos curtos e a prática de preços justos tanto para o agricultor quanto para que sua produção seja acessível a população; fortalecer formas alternativas de certificação de produtos orgânicos; estimular ações governamentais para o estímulo e promoção da agroecologia. Brandenburg (2017) também indica para a difusão da agricultura alternativa no Brasil mediante a assessoria de ONGs, principalmente a partir da década de 1980.

2009; GLIESSMAN, 2009; CASADO; MOLINA; SEVILLA-GUZMÁN, 2000)³⁰. A racionalidade ambiental expressada pela agroecologia não está só na orientação das ações sociais dos agricultores, pesquisadores e técnicos no âmbito produtivo, mas também quando a agroecologia se soma ao debate sobre a sustentabilidade na agricultura em nível internacional, do desenvolvimento rural e passa a adquirir dos movimentos ambientalistas a perspectiva crítica da racionalidade científico e técnica, desenvolvendo um pensamento ecologista e uma nova ética ambiental (GLIESSMAN, 2009; CASADO; MOLINA; SEVILLA-GUZMÁN, 2000; SEVILLA-GUZMÁN, 2006). Diante disso, adere a uma concepção da atividade agrária mais imbrincada no meio ambiente, mais equilibrada socialmente e preocupada com a sustentabilidade no longo prazo (*ibid*).

Contudo, antes de adquirir sua expressão política, ela se assentou na aproximação entre as disciplinas da ecologia e da agronomia que, continua Gliessman (2009), possibilitou o estabelecimento de seu foco de estudo, os agroecossistemas. Tratam-se de espaços em que se dá a produção agrícola de forma a preservar processos, estruturas e características dos ecossistemas naturais. Assim, processos e características naturais de ecossistemas como o fluxo de energias (entre solo, plantas e animais), a ciclagem de nutrientes (da atmosfera, chuva, animais e solo), a regulação de populações (maior diversidade de habitats que abrigam inimigos naturais e antagonistas) e a resiliência, estabilidade e equilíbrio são cuidados³¹ para que, mesmo diante das alterações ocasionadas pela intervenção humana (entrada de insumos, cultivos, criação de animais e saídas para consumo e mercado), sejam preservados nos agroecossistemas, levando-os a se aproximarem dos ecossistemas naturais.

Porém, os agroecossistemas são resultados da percepção e interpretação que os seres humanos fazem em relação ao seu meio, por isso, a partir da década de 1980, continuam Altieri (2009), Gliessman (2009) e Casado, Molina e Sevilla-Guzmán (2000), a agroecologia introduz a análise de aspectos sociais ao se aproximar de mais disciplinas (economia, geografia, sociológica, antropologia), transformando-se em uma ciência trans e

³⁰ Há um debate no campo da agroecologia sobre considerá-la uma ciência ou um movimento social. Casado, Molina e Sevilla-Guzmán (2000) e Sevilla-Guzmán (2006), compreendem a agroecologia enquanto um movimento surgido em meio as ações de organismos governamentais e científicos do terceiro mundo que, assim como o movimento em curso da agricultura ecológica nos países avançados, rejeita o uso de produtos químicos, de organismos transgênicos e o empobrecimento e a dependência da agricultura tradicional. Gliessman (2009) e Altieri (2009), referências nos estudos da agroecologia na América Latina, explicam a agroecologia a partir do conhecimento científico interdisciplinar por ela gerada. Como este trabalho não busca fazer desenvolver essa discussão e pela autora enxergar manifestações não só científicas, mas também políticas em torno da agroecologia, optou-se por considerá-la tanto um movimento quanto uma ciência.

³¹ Um ecossistema é “... um sistema funcional de relações complementares entre organismos vivos e seu ambiente, delimitado por fronteiras escolhidas arbitrariamente, as quais, no espaço e tempo, parecem manter um equilíbrio dinâmico, porém estável.” (GLIESSMAN, 2009, p. 63).

interdisciplinar. A aproximação com essas disciplinas auxiliou a reabilitação para a ciência do conhecimento tradicional, o qual é dialogado com o conhecimento científico para compreender as interações entre elementos e processos agronômicos, econômicos e sociais (solo, plantas e seres humanos), pois passa a reconhecer que as culturas camponesas desenvolveram ao longo da história sistemas ecologicamente mas corretos de apropriação dos recursos naturais, caracterizados pela coevolução³² (*ibid*). Os estudos sociais, dessa forma, colaboram ao evidenciar a sofisticação e adaptação ao meio de muitos conhecimentos, práticas e técnicas camponesas, pois, complementa Toledo (1993), para conseguir administrar os ecossistemas os camponeses acumularam ao longo da história um conhecimento dos recursos geográficos, físicos, vegetacional e biológico a que estão relacionados. De maneira reflexiva, resgata o conhecimento e a práxis ecológica dos agricultores (taxonomias biológicas locais, conhecimento sobre o meio ambiente, práticas agrícolas de produção e conhecimento experimental), e os articula com com “... nuevas tecnologías agrarias de carácter medioambiental, diseñar formas de agricultura alternativa.” (CASADO; MOLINA; SEVILLA-GUZMÁN, 2000, p. 113).

Se por um lado a aproximação com as ciências sociais possibilitou descobertas em torno da ecologia dos agroecossistemas evidenciado por um conhecimento tradicional orientado, pontua Toledo (1993), pela racionalidade ecológica dos camponeses; por outro lado, os estudos sociais passam a incorporar critérios ecológicos em suas análises, complementando um conhecimento anteriormente mais limitado em torno do campesinato. Esse é o caso, por exemplo, da teoria econômica do campesinato, a qual só mais recentemente, a partir do enfoque agroecológico, passa a aproximar economia e ecologia. Como explica Toledo:

... cualquier analisis de la producción rural y campesina debe incluir ambas variables: económica y ecológica, que afectan este proceso. La producción campesina siempre implica la combinación de valores de uso y de cambio: es el resultado de procesos naturales y de fuerzas de mercado que actúan sobre el campesino como productor y consumidor (TOLEDO, 1993, p. 200).

Para Toledo (1993) o trabalho familiar gera, a partir de sua ação no ecossistema, materiais (alimentos, ferramentas, insumos, estrutura etc) para o autoconsumo destinados ao consumo doméstico e da unidade de produção e considerados pelo seu valor de uso, ao

³² A coevolução é a interação e mútua determinação entre seres humanos e a natureza (CASADO; MOLINA; SEVILLA-GUZMÁN, 2000). Assim, os sistemas agrícolas são o resultado da coevolução entre cultura e meio ambiente (*ibid*). Na agroecologia a coevolução se dirige pela sustentabilidade socioambiental.

mesmo tempo em que gera bens que circulam como mercadorias consideradas pelo seu valor de troca (*ibid*). A venda de mercadorias gera uma renda que é usada para a compra de bens e serviços destinados a subsistência familiar e que ao retornarem ao estabelecimento, continua Ploeg (2008), são convertidos para valores de uso. Como os agroecossistemas gerenciados pelo camponês dependem mais da troca ecológica (subsistência e valores de uso) do que da troca econômica (excedente e valores de troca), os camponeses se veem obrigados a adotar mecanismos de sobrevivência que garantam um fluxo ininterrupto de bens, matérias e energias da natureza (*ibid*). Por isso que sua estratégia produtiva precisa ter diversidade de práticas e recursos e utilizar ao máximo os ecossistemas disponíveis para obter a maior quantidade de produtos necessários que cada ecossistema oferece ao ano, mas sem forçá-lo, de modo a garantir o provento familiar ao longo do tempo (*ibid*). Para Toledo (1993) o principal diferencial ecológico dos agroecossistemas ecológicos é a predominância do valor de uso dos produtos e serviços por ele produzidos, o que faz com que o agricultor tenha uma relação sustentável com seu entorno produtivo.

Mas, para além da interdisciplinaridade ou do diálogo dos saberes em torno, principalmente, das ações produtivas e econômicas, autores como Caporal e Costabeber (2002) e Sevilla-Guzmán e Soler (2010), enxergam que a agroecologia envolve outras dimensões interrelacionadas, uma vez que reconhece outros aspectos relacionados à coevolução da cultura dos homens com o meio ambiente. Sevilla-Guzmán e Soler aponta para as dimensões ecológica e técnico agrônômica (uso de técnicas agrícolas e formas de manejo que respeitem o equilíbrio ecológico em um agroecossistema), a socioeconômica e cultural (harmonização ecológica do desenvolvimento econômico e valorização dos saberes e culturas locais para o manejo dos agroecossistemas) e sociopolítica (conjunto de experiências produtivas que pretendem diminuir a desigualdade dos agricultores, a qual é considerada um efeito do desequilíbrio ambiental). A principal diferença entre as dimensões de Caporal e Costabeber e as de Sevilla-Guzmán e Soler está na inclusão pelos primeiros da dimensão ética, a qual se refere à “[...] solidariedade intra e intergeracional e com novas responsabilidades dos indivíduos com respeito à preservação do meio ambiente.” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 79).

Nesse sentido, a agroecologia provoca uma transformação nos conhecimentos científicos e tradicionais em torno da gestão dos agroecossistemas, em suas diferentes dimensões de uso, destacando a racionalidade ambiental que lhe passa a ser inerente. Essa racionalidade fundamenta as ações dos agricultores agroecológicos do rural socioambiental,

uma vez que buscam a **sustentabilidade socioambiental** por meio do **reforço e incorporação de instrumentos e métodos ambientalmente adequados** e de **uma gestão produtiva que reconhece a coevolução entre homem e natureza** e consideram a **integração dos diferentes elementos do agroecossistemas**. Especificamente, na dimensão econômica e administrativa há um resgate do conhecimento tradicional que é em parte compreendida, continuam Borsatto e Carmo (2013a), por intermédio das concepções chayanovianas em torno da racionalidade econômica do campesinato, como o balanço trabalho/consumo e o conhecimento do agricultor, enquanto sujeito, sobre o seu agroecossistema. É o conhecimento do agricultor sobre o seu agroecossistema o que lhe permite, continuam Casado, Molina e Sevilla-Guzmán (2000), a desenvolver uma **gestão baseada no controle sobre os mecanismos de produção e reprodução**, cuja **organização se centra no manejo inteligente dos recursos ambientais do agroecossistema** por meio do **trabalho humano**, utilizando **pouco capital, terra e energia inanimada**. Somam-se a esse conhecimento tradicional **novos instrumentos** (p. ex. ecotécnicas desenvolvidas a partir do conhecimento técnico-científico) e **valores** (sustentabilidade socioambiental) forjados também pela racionalidade ambiental na modernidade, ocasionando uma ressignificação desse conhecimento.

Tal ressignificação, no âmbito das ações econômicas e administrativas, também envolvem a relação com a sociedade englobante, por meio da criação de formas alternativas de interação com o mercado e com o Estado que podem inserir alguns elementos da racionalidade instrumental-capitalista, mas que permanecem submetidos aos critérios socioambientais da racionalidade ambiental dos atores agroecológicos. Nessa interação incluem-se a articulação de iniciativas de inserção no mercado que visam a viabilidade econômica por meio da comercialização de curta e média distâncias, nas próprias comunidades dos agricultores familiares, e na proximidade da relação produtor-consumidor na busca da construção de uma relação de confiança e reciprocidade (SEVILLA-GUSMÁN, 2006). Ademais, há uma aproximação com o Estado de forma a disputar a incorporação da questão agroecológica nas políticas públicas voltadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento rural (*ibid*).

As estratégias econômicas, políticas e administrativas dos agricultores agroecológicos, muitas vezes, são desempenhadas e/ou fortalecidas pela organização coletiva dos mesmos (COSTA, 2017; PEREZ-CASSARINO *et alli*, 2015). Por meio de organizações os agricultores agroecológicos agem a fim de fortalecer sua autonomia diante das relações de

exploração e submissão do mercado capitalista, garantir sua reprodução social como também ambiental de seus agroecossistemas e disputar um espaço no debate sobre o modelo de desenvolvimento rural (*ibid*). São formas institucionais baseadas, predominantemente, na racionalidade ambiental concebida na modernidade em busca por um outro modelo de agricultura e de desenvolvimento, em que há a submissão dos critérios capitalistas a que são obrigadas ou influenciadas a utilizar à sustentabilidade socioambiental. Dessa forma, **a racionalidade ambiental dos agricultores agroecológicos ressignifica suas formas tradicionais de produção e gestão, incorporando novos conhecimentos frutos da inter e transdisciplinaridade e do diálogo dos saberes tanto no âmbito interno dos estabelecimentos quanto em sua relação com agentes externos (Estado e mercado) mediada, muitas vezes, pelas suas organizações coletivas.**

Apesar da revisão de literatura apresentada por este tópico (3.2) reunir informações acerca das racionalidades presentes na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos, observa-se a falta de um foco mais direcionado as suas práticas administrativas. Nesse sentido, o tópico a seguir procura verificar as possíveis contribuições dos estudos sobre racionalidade da teoria administrativa para a análise das racionalidades na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos.

3.3 A GESTÃO DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES AGROECOLÓGICOS À LUZ DA TEORIA SUBSTANTIVA DAS ORGANIZAÇÕES: LIMITES E CONTRIBUIÇÕES

A gestão, segundo Azevedo e Grave (2014), reflete as atividades que são realizadas em determinada organização que busca bens úteis à existência humana. Ela designa, continua Reed (1990), a integração flexível de práticas sociais orientadas a reunião e controle de recursos e atividades referentes à produção que influenciam e são influenciadas pelo seu ambiente circundante. Neste trabalho, a realização e configuração de tais atividades estão ligadas às práticas do agricultor familiar agroecológico em sua organização: a sua unidade de produção familiar. Tal unidade, por meio de seus sistemas produtivos, reúne e controla atividades e recursos de uma produção que busca bens úteis à existência de sua família e da sociedade. Contudo, por mais que a unidade de produção familiar seja considerada uma organização que pratica gestão, ela apresenta especificidades que lhe concedem uma racionalidade de gestão específica.

No tópico anterior aspectos específicos à realidade da agricultura familiar são trazidos para compreender a sua forma de gestão. São aspectos tidos pela literatura acerca do campesinato como indicadores de uma racionalidade específica, ou seja, diferente da típica racionalidade do capitalismo, a instrumental de fins exclusivamente econômicos. As ideias resgatadas de Chayanov para a atualidade por Wanderley e Ploeg, por exemplo, explicam que as unidades de produção não podem ser desassociadas da unidade de consumo familiar, que o trabalho é um recurso de suma importância analisado de maneira subjetiva em relação a sua penosidade, que o patrimônio envolvido na gestão é familiar e que possui um valor de uso mais do que um valor de troca, que o capital empregado no estabelecimento pode ser originário de diferentes fontes - não necessariamente dos ganhos produtivos do estabelecimento - , que a família administra suas 'finanças' a partir de uma renda entendida como indivisível e que há um relacionamento hereditário de coprodução entre agricultores e natureza. Ainda, quando a agroecologia se insere nessa gestão, como explicam Leff, Gliessman, Sevilla-Guzmán e Brandenburg, a coprodução entre agricultor familiar e natureza se dá de maneira reflexiva, deliberada, de forma a incluir técnicas, ferramentas e valores que promovam a sustentabilidade ambiental. É uma forma de gestão que balanceia elementos da racionalidade instrumental e da substantiva, mas de forma com que a instrumental esteja submetida à substantiva.

Trata-se de uma outra forma de realizar a gestão, diferente daquela comumente propagada pela literatura da área da Administração, especificamente da teoria das organizações, a qual têm como parâmetro de suas formulações, conforme Guerreiro Ramos (1989), a racionalidade instrumental prevalente nas sociedades industriais, ignorando a possibilidade de fazer ciência e enxergar a realidade a partir de outros enfoques, como o substantivo. Desde o começo do desenvolvimento dessa área do conhecimento - já na modernidade, no fim do século XIX quando se torna uma ciência autônoma (BRESSER-PEREIRA, 1979) - há o uso privilegiado da racionalidade instrumental capitalista nas formulações teóricas e análises empíricas, na qual o indivíduo esforça-se em fazer nada mais do que o cálculo utilitário das consequências, passando, com isso, a se focar na preocupação em estudar sistematicamente o trabalho e a produtividade e controlar a produção, por meio de normas e do planejamento técnicos e de análises quantitativas para se chegar à eficiência e eficácia próprias da racionalidade econômica capitalista (*ibid*; GUERREIRO RAMOS, 1989)³³. Isso levou a legitimação da lógica empresarial como um modelo a ser seguido por

³³ A ciência das organizações absorveu o sentido da razão trazido pelo período moderno da história, o qual,

todos, impondo um estranhamento a formas de gestão baseadas em outras racionalidades, tidas, muitas vezes, como irracionais ou atrasadas e pressionando-as a se adequarem as suas premissas e formulações, como é o caso da gestão empreendida pela agricultura familiar.

Diante desse cenário, Guerreiro Ramos (1989) apresenta quatro pontos cegos da teoria das organizações, os quais ainda podem ser verificados atualmente: i) o entendimento da racionalidade instrumental própria da gestão empresarial como a totalidade da natureza humana, não se preocupando com a natureza ética dos fins; ii) não distingue o significado substantivo e instrumental das organizações, ignorando as diversas funcionalidades na vida humana entre elas aquelas expressadas em organizações substantivas - como é o caso da gestão de unidades de exploração familiares; iii) ignora o papel da interação simbólica (amor, confiança, honestidade, verdade, auto-atualização) no conjunto dos relacionamentos interpessoais, o que faz com que indivíduos sintam a própria existência como algo harmonizante com a sociedade; e iv) a incapacidade de distinguir entre a prática produtiva subordinada as necessidades produtivas, própria das organizações econômicas formais, e aquela que é livremente produzida pelo indivíduo em busca de sua atualização pessoal, própria de organizações substantivas. A esses pontos cegos podem se somar outros também levantados por Guerreiro Ramos em seu trabalho como: os problemas socioambientais acarretados pela expansão da racionalidade preponderante das sociedades modernas, assim como verificado por Leff, Brandenburg, Sevilla-Guzmán, Ploeg e Wanderley; e, conforme lembram Fernandes e Ponchirolli (2011), os problemas psicológicos e sociais que a prevalência da racionalidade instrumental causa nos indivíduos, como o individualismo, a alienação, a desintegração e a eliminação da cooperação e da solidariedade.

Assim, como ainda muitos teóricos da organização negligenciam esses pontos cegos, é recorrente verificar a análise e compreensão de diferentes tipos de sistemas sociais e de gestão sob a perspectiva de um conjunto de pressupostos presente em somente um desses tipos, o da organização econômica formal capitalista. Esse é o caso das unidades de produção familiares, as quais são, geralmente, incompreendidas em sua totalidade quando nelas são aplicadas teorias ou ferramentas originárias da teoria administrativa. Contudo, a partir do reconhecimento dessas lacunas na teoria das organizações há um esforço entre alguns pesquisadores da área em desenvolver teorias e ferramentas mais condizentes a realidade de organizações que seguem outros formatos e formas de gestão, como é o caso dos autores brasileiros Alberto

segundo Guerreiro Ramos, começou no século XVII com o Iluminismo, passando pelas revoluções comercial e industrial e as reformas religiosas, e associou sua noção à razão predominante nas sociedades centradas no mercado, a instrumental de fins econômicos.

Guerreiro Ramos³⁴ e Maurício Serva. Esses autores apresentam, principalmente a partir das duas últimas décadas do século passado, um enfoque crítico à teoria administrativa baseado no destaque da racionalidade substantiva associada às questões éticas, morais, estéticas e políticas intrínsecas a subjetividade ou psique dos indivíduos, se distanciando do entendimento de que o sujeito é moldado pela estrutura organizacional ou socioeconômica.

Guerreiro Ramos (1989 [1981]) sugere o desenvolvimento de uma teoria substantiva das organizações³⁵, cujos elementos epistemológicos sustentam a análise da sociedade sob a ótica do paradigma paraeconômico, o qual prevê uma sociedade multicêntrica em que diferentes tipos de organizações – das mais substantivas às mais instrumentais – convivem de maneira integrada na vida dos indivíduos. Guerreiro Ramos compreende “... que uma teoria da organização centrada no mercado não é aplicável a todos, mas apenas a um tipo especial de atividade.” (1989, p. XI). Para o autor, a organização econômica formal, foco da teoria organizacional centrada no mercado, é somente um enclave restrito e incidental no meio de outros espaços organizacionais destinados aos relacionamentos interpessoais livres das expectativas geradas pelas organizações formais. Esses outros espaços são entendidos por Guerreiro Ramos como organizações substantivas, fundamentadas, principalmente na racionalidade substantiva. Pode-se afirmar que a busca por organizações substantivas é resultado dos anseios do que o autor sugere como homem parentético, fruto da história contemporânea, na sua maioria jovens detentores de uma consciência crítica desenvolvida por valores de seu dia-a-dia como o desejo por **liberdade** e pela **auto-realização** (GUERREIRO

³⁴ O autor é referência no Brasil nos estudos em torno do tema da racionalidade nas organizações. Neste trabalho têm-se como principal referência do autor o livro “A nova ciência das organizações”, cuja primeira edição foi publicada no ano de 1981 nos Estados Unidos no período em Guerreiro Ramos era professor da *University of Southern California*. Essa obra é considerada por ele, como também por seus discípulos, o seu principal trabalho, por tratar-se do amadurecimento de pesquisas e reflexões realizadas nas décadas anteriores de sua vida intelectual. Sua trajetória compreende a sua formação acadêmica mais alinhada a sociologia europeia, os seus estudos em torno do tema do desenvolvimento fruto do período no qual trabalhou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) de visão nacional-desenvolvimentista, e a sua visão crítica aos estudos sociais dos Estados Unidos, país no qual se exilou após o início da ditadura militar no Brasil (PAULA, 2007; SERVA, 1996; 1997; VENTRISS; CANDLER; SALM, 2010). Como o próprio autor menciona no livro, as ideias apresentadas estavam ainda em construção e sua intenção era a de avançar, aprofundar e esclarecer mais o tema tratado, porém, Guerreiro Ramos faleceu no ano posterior à publicação dessa obra, deixando-a inacabada. Suas obras são mais influentes no Brasil e, conforme Ventriß, Candler e Salm (2010), apesar de ter passado as últimas décadas de sua vida no exterior, sua influência intelectual entre acadêmicos anglosaxônicos é bastante limitada, o que não se deve a uma falha do autor, mas sim pelo pragmatismo estreito e cultura insular desses acadêmicos.

³⁵ Essa teoria é elaborada por Guerreiro Ramos com base na recuperação dos estudos de alguns teóricos clássicos, principalmente Aristóteles, como também de cientistas sociais críticos da modernidade como Weber, Polanyi, autores ligados à Escola de Frankfurt, em especial Habermas, e de Manheim e Voegelin. Para Guerreiro Ramos esses autores, de alguma forma, destacam a racionalidade substantiva em suas teorias, apresentando-a de maneira distinta, quando não oposta, à racionalidade instrumental predominante na sociedade centrada no mercado.

RAMOS, 1984)³⁶. Partindo das inferências de Guerreiro Ramos, Serva (1996) compreende que essas organizações foram criadas a partir do esforço pela emancipação humana, desenvolvido por diversos indivíduos em diferentes épocas e sob variadas formas. Trata-se de um fenômeno recente, cuja grande expansão se deu no final da década de 1960, sendo organizações quase sempre urbanas, ligadas a movimentos mundiais pelas liberdades e emancipação e criadas em função das crises geradas pelo capitalismo, como a massificação e complexidade urbanas, o desequilíbrio que a industrialização causa na ecologia, a padronização social etc (*ibid*).

A racionalidade substantiva inerente a essas organizações é entendida por Guerreiro Ramos (1989) e Serva (1996) como **intrínseca ao ser humano**, sendo o seu lugar adequado à psique humana, ao mesmo tempo em que possui uma estrita relação com **o senso comum**. Ela é determinada independentemente das expectativas de sucesso não se caracterizando por nenhuma ação interessada na consecução de resultado ulterior a ela, sendo baseada em **valores absolutos** tais como a **ética, a estética e a moral** (*ibid*). Busca-se, por meio da razão substantiva, a ordenação ética da vida, com **permutas autogratiíficas**, a **emancipação do indivíduo** e equilibrando, de maneira dinâmica, a **satisfação pessoal** e a **satisfação social** (FERNANDES; PONCHIROLI, 2011; SERVA, 1996; PAULA, 2007). Busca-se por “... conhecimentos derivados **do e no** processo de realidade, diferentemente da teoria formal que descreve procedimentos operacionais.” (SERVA, 1996, p. 129, grifo do autor). Essa racionalidade traz às organizações produtivas questões morais, estéticas e éticas, além das técnicas, e direciona os indivíduos a **ações sociopolíticas conscientes**, já que se consideram os impactos das organizações formais no meio ambiente e na autorealização e satisfação dos indivíduos (GUERREIRO RAMOS, 1989; FERNANDES; PONCHIROLI, 2011; SERVA *et alli*, 2015).

Ao aproximar a teoria das organizações substantivas das unidades de produção familiares agroecológicas, percebe-se tanto distanciamentos quanto algumas possíveis colaborações. Os distanciamentos são encontrados entre algumas conceituações e recortes teóricos da teoria da organização substantiva com os aportes sobre a gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos trazidos pela sociologia rural. Entretanto, há a

³⁶ O homem parentético surge, conforme Guerreiro Ramos (1984), com a mudança dos problemas básicos das sociedades. Antes era necessário superar a escassez dos bens materiais e serviços elementares, situação que justificava o foco no trabalho meramente técnico baseada na racionalidade instrumental. Atualmente, o homem contemporâneo possui necessidades acima do nível da simples sobrevivência, almejando a eliminação do trabalho desnecessário e tomando consciência de fatores políticos envolvidos à organização e ao contexto social global, levando-o a se tornar um ator político ativo (*ibid*).

possibilidade de extrair algumas colaborações para uma melhor compreensão do ambiente em que se inserem as unidades de produção familiares agroecológicas e para a operacionalização do estudo aqui pretendido, havendo, com isso, a possibilidade de realizar aproximações entre o campo administrativo ao da sociologia rural e a agroecologia.

O distanciamento fica por conta de que as organizações substantivas sugeridas por Guerreiro Ramos (1984; 1989), reforçadas por Ventriss, Candler e Salm (2010)³⁷ e conceituadas por Serva (1996; 1997), são quase sempre urbanas³⁸, com personalidade jurídica ou razão social, com profissionais ligados a suas atividades-fim, ligadas a movimentos mundiais que reagem à crise socioambiental gerada pelo capitalismo, principalmente a partir de 1960, e que se destacam pelo peso de suas ações substantivas. Esse entendimento limita a compreensão, à luz dessa teoria, de organizações produtivas presentes no meio rural, como as unidades de produção familiares rurais, pois: i) não se localizam no meio urbano; ii) não são organizações com registros oficiais; iii) não são conduzidas por profissionais no sentido de indivíduos com formação especializada para a atividade que executam, mas por agricultores que reúnem o papel tanto de proprietário quanto de gestor e trabalhador de sua unidade de produção como atentam Chayanov, Wanderley e Ploeg; iv) nem sempre estão ligadas aos movimentos mundiais que reagem à crise socioambiental e; v) apresentam um modo de gestão específico de organização que podem estar distantes das organizações estudadas por Serva (1996;1997) e aquelas analisadas em Serva *et alli* (2015) por não se aproximarem de organizações com características mais empresariais e públicas. Sobre esse último ponto, nos trabalhos de Serva e aqueles citados em Serva *et alli*, em sua maioria, as organizações substantivas analisadas continham mais elementos da racionalidade empresarial (como a separação unidade produtiva da de consumo, a contratação de trabalho assalariado, a especialização das funções executadas, o planejamento prévio de atividades, produção para o

³⁷ Fundações públicas, ações coletivas informais para fins públicos, atividades individuais sem fins lucrativos para crescimento e satisfação pessoal, projetos de organizações não hierárquicas e orientadas para a clientela, órgãos voltados para a proteção de cidadãos e consumidores, associações de pais e professores, associações de estudantes e de minorias, comunidades urbanas, empresas de propriedade dos trabalhadores, algumas associações artísticas e religiosas, associações locais e consumidores, grupos de cidadãos interessados em assuntos e problemas da comunidade, organizações não governamentais (ONGs) com objetivos públicos por meio de mecanismos de mercado, organizações internacionais, associações de defesa do meio ambiente, dentre outras organizações contemporâneas em que as pessoas buscam estilos de vida diferentes dos padrões normativos que dominam a sociedade como um todo. Além, continuam Ventriss, Candler e Salm (2010), de ações substantivas que podem ser encontradas em organizações formais, como a responsabilidade social.

³⁸ Serva (1996) ainda delimita o que entende por organizações produtivas, sendo aquelas que transacionam seus produtos e serviços com a sociedade, desempenham atividades legais, não são secretas, detém cadastramento oficial como personalidade jurídica e razão social, possuem profissionais ligados a algumas de suas atividades-fim e não se destinam a atividades de cunho religioso ou parlamentar. Tal delimitação acaba por excluir formais informais de organizações.

mercado, limitação da variedade dos produtos ou serviços oferecidos) do que pode ser verificado na gestão de estabelecimentos familiares rurais agroecológicos.

Esses estabelecimentos, tendo por base os trabalhos de Chayanov (1974), Ploeg (2008), Wanderley (2009) e Sevilla-Guzmán (2006), possuem características específicas que influem no seu modo de gestão, como: são, em conjunto, uma unidade de produção e de consumo; se baseiam, predominantemente, no trabalho familiar; não contam com trabalhadores profissionais; produzem não só para o mercado, mas também para o autoconsumo; produzem insumos utilizados internamente nos processos produtivos; e possuem considerável diversidade produtiva. Ainda o conceito de razão substantiva apresentada por esses autores é fruto dos ensejos dos indivíduos das sociedades modernas, da história contemporânea, sendo, em sua maioria, urbanos (homem parentético), os quais buscam por valores como a atualização e autorealização numa concepção mais individual não sendo, necessariamente, valores característicos da agricultura familiar, uma vez que essa tende a se guiar por valores orientados a realização e satisfação da família e da comunidade em que vivem. Por fim, na área da administração os estudos em torno de organizações substantivas, no geral, conforme pôde ser verificado no artigo de Serva *et alli* (2015), não versam sobre a racionalidade na realidade da agricultura familiar, especificamente, na gestão de sua unidade de produção.

Todavia, apesar dessas incompatibilidades, o estudo em torno da racionalidade e organizações substantivas abrem possibilidades para a consideração pelo campo da administração de outros tipos de organização, já que enxerga a organização burocrática e formal somente como um enclave dentre tantas outras formas de gestão, o que corrobora com o entendimento de Chayanov, Ploeg, Lamarche e Wanderley sobre reprodução da organização econômica camponesa no interior de diferentes configurações sociais ao longo da história. Esses estudos oferecem uma visão crítica sobre o domínio da racionalidade instrumental na teoria das organizações, na práxis administrativa e nas sociedades capitalistas. Recuperam a noção de racionalidade substantiva associando-a com a política, a emancipação, a autonomia e o desejo pela satisfação individual e social. Nesse sentido, a teoria das organizações substantivas é uma porta de entrada para pesquisas que envolvam o estudo da racionalidade em formas de gestão da agricultura familiar agroecológica, já que pode ser vista um tipo específico de organização que também se associa com a **política**, a **emancipação**, a **autonomia**, **emancipação**, **julgamento ético**, **entendimento** e o **desejo pela satisfação social**. São agricultores que, assim como o homem parentético, reagem às consequências da

imposição da racionalidade empresarial. Reação acompanhada pela busca da preservação de suas formas organizativas a fim de garantir a sua reprodução social por meio de uma relação recíproca com a natureza, sendo assim, fundamentadas na racionalidade ambiental.

Um de suas destacadas características é a organização política e econômica enquanto estratégia para viabilizar a reprodução pretendida, como movimentos sociais, Cooperativas e Associações, conforme sugere Sevilla-Guzmán nas dimensões econômica e política da agroecologia ou como observam Wanderley e Ploeg ao identificarem as ações políticas dos agricultores agroecológicos contemporâneos. Quando analisados a partir dessas formas organizativas é possível fazer mais aproximações com a teoria das organizações substantivas, pois elas possuem registro oficial (cooperativas e associações), são ligadas aos movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, conectam o rural com o urbano (produção e consumo) e possuem um modelo de gestão parecida com a maioria das organizações produtivas substantivas analisadas pela literatura brasileira baseada nessa teoria.

Ademais, são organizações que, por serem formadas principalmente por agricultores agroecológicos, são baseadas na racionalidade ambiental proposta por Leff (2006) e que estão em constante relação dinâmica com a lógica instrumental dominante. Tal dinâmica faz com que, conforme já citou Leff, a racionalidade dominante inclua critérios ambientais em suas ações ao mesmo tempo em que a racionalidade ambiental absorva elementos da racionalidade dominante. Mas, a absorção de elementos da racionalidade empresarial (**cálculo, fins, a maximização de recursos, o êxito e resultados, o desempenho, a utilidade, a rentabilidade e a estratégia interpessoal**), é realizada de maneira reflexiva, de forma com que estejam submetidos à valores como a **ética da sustentabilidade, a autonomia e a emancipação**.

Outra colaboração que a teoria das organizações substantivas traz ao trabalho aqui proposto é a compreensão que os estudos atuais em torno de organizações substantivas têm em relação à presença tensionada das racionalidades instrumental e substantiva em uma mesma organização, o que é válido para as unidades de produção familiares agroecológicas, uma vez que esta pesquisa trabalha com a hipótese de que a gestão nessas unidades envolve diferentes racionalidades que estão relacionadas umas com as outras.

Essa compreensão é fruto do progresso que se obteve na área em torno do estudo da racionalidade nas organizações ao longo dos anos, os quais, conforme observado em Serva (1996; 1997) e Serva *et alli* (2015), além de procurarem realizar testes empíricos com base na

teoria de Guerreiro Ramos³⁹, flexibilizaram o entendimento inicial do autor sobre as organizações substantivas. Por mais que Guerreiro Ramos tenha construído seu modelo de sociedade multicêntrica em tipos ideais, pois, como afirma Serva (1996, p.187) “... no mundo concreto só existem sistemas sociais mistos”, destaca-se em seu trabalho afirmações como a de que nas organizações formais não é possível realizar atividades autogratificantes/autorealização ou que nas organizações substantivas as atividades instrumentais eram incidentais ou, consideravelmente, minimizadas. Já no trabalho de seus seguidores, como o de Serva (1996, 1997)⁴⁰, as organizações produtivas (formais ou substantivas) são consideradas *locus* aonde se manifestam tanto a racionalidade instrumental quanto a substantiva, mesmo que uma predomine sobre a outra, o que reflete uma relação de **tensão** entre elas. A esse respeito Serva ressalta que “[...] vive-se numa dualidade tensa, permanentemente, pois tenta-se construir uma empresa dentro de uma sociedade que já oferece um modelo geral, as diretrizes de base, e a lógica de ações, todos esses elementos fundantes intuídos de uma racionalidade utilitária, instrumental.” (SERVA, 1996, p. 583). Em sua pesquisa, Serva (1997) supõe que as organizações produtivas podem conseguir êxito sem seguir, predominantemente, as normas da racionalidade instrumental, o que as levam a ter um alto grau de autonomia. Assim, fundamenta sua posição conceitual na

[...] ideia de que a dinâmica do cotidiano das organizações produtivas implica a presença tanto da razão substantiva quanto da razão instrumental. Os comportamentos dos membros de um grupo produtivo não são retilíneos, suas ações desenrolam-se por meio de projetos tortuosos, isto é, de avanços e retrocessos nas direções substantiva e instrumental, gerando contradições e estabelecendo contrapontos. À medida que tais contradições e contrapontos são enfrentados e solucionados (ou não), novas questões que podem conduzir a outras contradições presentes e/ou futuras são geradas. (SERVA, 1997, p. 24)

Assim, há, para Serva (1996) a interpenetração de aspectos instrumentais e substantivos nas práticas administrativas de organizações produtivas. Para identificar ambas racionalidades Serva (1996; 1997) além de conceituá-las, associou elementos a elas. A **ação social substantiva em organizações** produtivas é formada por duas dimensões que estão em

³⁹ Serva (1996, 1997), Paula (2007) e Ventriss, Candler e Salm (2010) concordam que faltou um lastro empírico nos estudos de Guerreiro Ramos sobre organizações substantivas. Mesmo os trabalhos brasileiros que se basearam em suas ideias após o seu falecimento, como os de Ramon Moreira Garcia, Wellington Newton Feliz Martins e Fernando Guilherme Tenório, por mais que, conforme Paula (2007), reforcem uma abordagem crítica às ciências administrativas, permaneciam, continua Serva (1996; 1997), em abstrações conceituais sem testes empíricos.

⁴⁰ Com base na teoria substantiva das organizações de Guerreiro Ramos e da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, Serva desenvolve um modelo de análise para destacar a concretização da racionalidade substantiva nas organizações produtivas (SERVA *et alli*, 2015).

constante balanço: “... na individual, que se refere à autorealização, compreendida como concretização de potencialidades e satisfação; na dimensão grupal, que se refere ao entendimento, nas direções das responsabilidades e satisfações sociais (SERVA, 1997, p. 22). Seus elementos são: **a autorealização, o entendimento⁴¹, o julgamento ético, a autenticidade, os valores emancipatórios e a autonomia**. Já a **ação racional instrumental** é aquela “... baseada no cálculo, orientada para o alcance de metas técnicas ou de finalidades ligadas a interesses econômicos ou de poder social, através da maximização de recursos disponíveis” (*idem*). Ou seja, são as ações que prevalecem na lógica da gestão empresarial. Seus elementos constitutivos são: **o cálculo, fins, a maximização de recursos, o êxito e resultados, o desempenho, a utilidade, a rentabilidade e a estratégia interpessoal**.

A tensão entre ambas racionalidades apresentada por Serva se aproxima da racionalidade ambiental proposta por Leff (2006), pois este autor também propõe a interação entre aspectos instrumentais e substantivos na racionalidade ambiental, podendo, assim, abarcar organizações fundamentadas na ética da sustentabilidade, como são as organizações econômicas e políticas de agricultores agroecológicos. E, por mais que sua definição de organização produtiva afaste as unidades de produção familiares agroecológicas, essas também são permeadas por aspectos instrumentais e substantivos em suas práticas administrativas, uma vez que, como bem atenta Ploeg (2008), Wanderley (2009) e Lamarche (1993), elas carregam elementos não só do passado, mas de sua interação com o mercado, o qual, conforme aponta Serva já oferece um modelo geral de organização, fundamentado na racionalidade instrumental, utilitária.

Ainda, a tese de Serva (1996, 1997) procura identificar a predominância das ações racionais substantivas ou instrumentais nos processos administrativo-organizacionais presentes em organizações produtivas com o intuito de poder reconhecer organizações substantivas. No seu entendimento as organizações substantivas possuem a predominância de práticas administrativas ‘substantivas, caracterizando essas organizações como aquelas cujos graus de formalização dos procedimentos é, na maioria das vezes, reduzidos, não contando, frequentemente, com administradores profissionais; além de ter uma tendência a possuir uma

⁴¹ Com base em Habermas e Guerreiro Ramos, Serva (1996) compreende o entendimento como um acordo obtido racionalmente envolvendo a correção, verdade, superordenação ética e autenticidade dos indivíduos do acordo levando a uma boa regulação dos atores de um grupo. Esse processo ocorre com tropeços, dificuldades e recuos momentâneos.

acentuada diversidade de práticas administrativas e de despadronização (SERVA, 1996). Para realizar essa identificação, o trabalho do autor envolveu a elaboração e aplicação de um quadro de análise, no qual relaciona processos administrativos das organizações com elementos das racionalidades instrumental e substantiva, conforme é apresentado na figura 4, a seguir:

FIGURA 4 - QUADRO DE ANÁLISE DA RACIONALIDADE PREPONDERANTE NOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

Tipo de racionalidade x Processos organizacionais	Racionalidade substantiva	Racionalidade instrumental
Hierarquia e normas	<i>Entendimento Julgamento ético</i>	<i>Fins Desempenho Estratégia interpessoal</i>
Valores e objetivos	<i>Autorealização Valores emancipatórios Julgamento ético</i>	<i>Utilidade Fins Rentabilidade</i>
Tomada de decisão	<i>Entendimento Julgamento ético</i>	<i>Cálculo Utilidade Maximização de recursos</i>
Controle	<i>Entendimento</i>	<i>Maximização de recursos Desempenho Estratégia interpessoal</i>
Divisão do trabalho	<i>Autorealização Entendimento Autonomia</i>	<i>Maximização recursos Desempenho Cálculo</i>
Comunicação e relações interpessoais	<i>Autenticidade Valores emancipatórios Autonomia</i>	<i>Desempenho Êxito/resultados Estratégia interpessoal</i>
Ação social e relações ambientais	<i>Valores emancipatórios</i>	<i>Fins Êxito/resultados</i>
Reflexão sobre a organização	<i>Julgamento ético Valores emancipatórios</i>	<i>Desempenho Fins Rentabilidade</i>
Conflitos	<i>Julgamento ético Autenticidade Autonomia</i>	<i>Cálculo Fins Estratégia interpessoal</i>
Satisfação individual	<i>Autorealização Autonomia</i>	<i>Fins Êxito Desempenho</i>
Dimensão simbólica	<i>Autorealização Valores emancipatórios</i>	<i>Utilidade Êxito/resultados Desempenho</i>

FONTE: SERVA (1996; 1997).

A partir desse quadro o autor identificou os elementos racionais preponderantes em cada processo administrativo das organizações produtivas por ele estudadas. Atualmente, esse instrumento é ainda hoje utilizado por outros pesquisadores da área administrativa, mas de forma adaptada para analisar a tensão entre as racionalidades instrumental e substantiva em diferentes tipos de organizações produtivas. Tal fato é verificado no balanço realizado por Serva *et alli* (2015) dos trabalhos científicos publicados em bases científicas da área da administração sobre a racionalidade nas organizações no Brasil que aplicaram o quadro de análise formulado por Serva (1996). Os estudos analisados pelos autores validaram a principal ideia de Serva, da coexistência das racionalidades instrumental e substantiva na gestão das

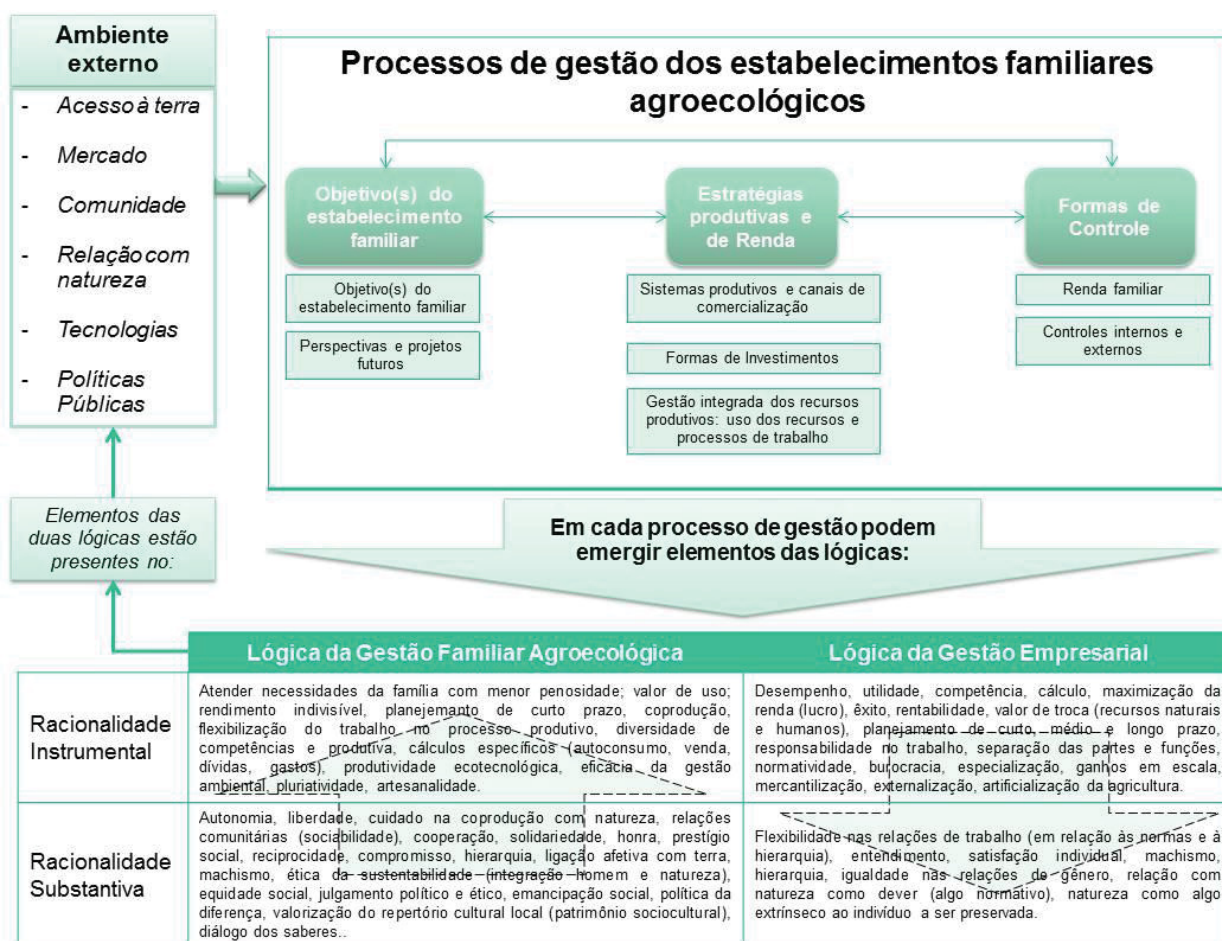
organizações e nas ações de seus atores e, mais atualmente, da relação tensionada entre ambas (SERVA *et alli*, 2015).

Nesse sentido, o esquema analítico proposto por Serva na figura 4 sugere uma forma de analisar a racionalidade na gestão de organizações produtivas ao relacionar processos de gestão com elementos das racionalidades substantivas e instrumental ligados a eles. Esse modelo inspira a análise da racionalidade na gestão de estabelecimentos familiares agroecológicos, pois, se reelaborados os processos de gestão propostos por Serva para a realidade da gestão da agricultura familiar, há a possibilidade de se chegar à análise pretendida por este trabalho. É possível fazer tal reelaboração tomando em conta os elementos da gestão de estabelecimentos rurais familiares verificados nos trabalhos de Chayanov (1974) e Ploeg (2008; 2015), como: como o objetivo das unidades de produção camponesas, as estratégias produtivas e de renda e suas formas de controle. Dessa forma, a partir da revisão de literatura apresentada até aqui, o tópico a seguir é dedicado à descrição de um quadro analítico elaborado para analisar as racionalidades em jogo na gestão das unidades de produção familiares agroecológicas.

3.4 QUADRO ANALÍTICO

A revisão de literatura acerca da racionalidade do agricultor familiar na gestão de suas unidades de produção e da teoria das organizações substantivas, além do campo coletivo exploratório realizado no ano de 2016 com os agricultores agroecológicos do Assentamento Contestado, permitiram destacar aspectos relacionados à racionalidade e gestão desses agricultores, os quais compõem um quadro de análise, ilustrado pela figura 5 a seguir, que tem por intuito o apoio à análise dos resultados desta pesquisa:

FIGURA 5 - QUADRO DE ANÁLISE



FONTE: A autora (2018).

A figura 5 relaciona três processos de gestão (ou administrativos) dos estabelecimentos familiares agroecológicos com duas lógicas distintas - uma associada à gestão empresarial e outra à familiar agroecológica -, nas quais permeiam elementos das racionalidades substantiva e instrumental referentes a cada uma delas. As grandes setas localizadas ao fundo da listagem dos elementos racionais indicam a relação de submissão entre as duas racionalidades em cada uma das lógicas: na lógica da gestão familiar agroecológica, a racionalidade instrumental está submetida à racionalidade substantiva; e na lógica de gestão empresarial, ao contrário, a racionalidade substantiva fica submetida à racionalidade instrumental. Além disso, o quadro sugere a interrelação entre os três processos de gestão, em que cada um deles sofre influências e mudanças em função das atividades contidas nos outros dois processos, uma vez que compreende-se que a unidade produtiva se baseia na relação sistêmica e integrada entre as suas diferentes partes (GLIESSMAN, 2009; SEVILLA-GUZMÁN, 2006).

Os três processos de gestão sugeridos também são influenciados pelas relações que estabelecem com o seu ambiente externo, uma vez que, como explicam Wanderley (2009), Ploeg (2008) e Lamarche (1998), esse ambiente representa um cenário onde as estratégias dos agricultores familiares são concebidas e, por isso, tem o poder de (re)organizar a gestão dos estabelecimentos. No caso da agricultura familiar contemporânea essa relação é forjada na modernidade, atribuindo-lhe uma conotação ‘moderna’⁴² por trazer fatores - antes inexistentes ou marginais na agricultura camponesa - que passam a ser consideradas em suas ações como a luta pelo acesso à terra, a interação com a comunidade, com o mercado e com a natureza e as tecnologias e políticas públicas acessadas (*ibid*; LEFF, 2006; BRANDENBURG, 2017; TOLEDO, 1993; SEVILLA-GUZMÁN, 2006). Dessa forma, a interação com o ambiente externo concebe relações que impactam, (re)definem ou (re)organizam a gestão dos estabelecimentos familiares, sendo, um importante componente a ser considerado neste estudo.

Assim sendo, o quadro analítico é pensado para servir como um instrumento de análise para o estudo da orientação da gestão dos agricultores agroecológicos diante de diferentes aspectos encontrados na agricultura familiar moderna (mercantilização e externalização e/ou autonomia; separação e/ou de coprodução com a natureza; saber técnico-científico e/ou diálogo de saberes; busca pelo lucro e/ou reprodução familiar etc.) de forma a direcioná-la mais para uma lógica de gestão familiar agroecológica ou para uma lógica de gestão empresarial ou mesmo a um balanço entre as duas lógicas. Nesse sentido, o quadro se propõe a ser uma referência para discutir e analisar como se dá a interação das racionalidades que possam estar presentes na gestão das unidades de produção familiar estudadas.

Conforme já mencionado no tópico anterior, a construção desse quadro inspirou-se no quadro de análise proposto por Serva (1998), mas de forma adaptada à realidade da gestão da agricultura familiar agroecológica a partir da consideração: das atividades organizativas e elementos da racionalidade específica do campesinato levantados por Chayanov (1974) e suas comparações com a lógica capitalista de fazer agricultura; nas características da condição camponesa e da agricultura empresarial apresentadas por Ploeg (2008; 2015); nos aspectos do camponês e de sua relação com o mercado indicados por Lamarche (1998); na relação entre

⁴² Importante esclarecer que ao associar o termo ‘moderno’ aos agricultores familiares não se intenciona, neste trabalho, equivar-lo ao que Lamarche (1998) conceitua como agricultores modernizados, cujas ações se alinham mais à lógica urbana-instrumental, e, por isso, empresarial. Neste trabalho a associação do termo ‘agricultura familiar’ aos termos ‘moderno/a’ ou ‘modernidade’ se faz no sentido de localizar o agricultor familiar no período histórico da modernidade, onde está sujeito a outros tipos de relações diferentes daquelas comumente associadas à agricultura camponesa, cuja dominância se deu, principalmente, até o início do século XIX.

agricultor familiar e natureza sugeridos por Toledo (1993), Ploeg (2008), Casado, Molina e Sevilla-Guzmán (2000), Sevilla-Guzmán (2006) e Brandenburg (2010a; 2010b; 2017); nos elementos da lógica empresarial presentes nos trabalhos sobre organizações substantivas de Guerreiro Ramos (1989) e Serva (1998); nos aspectos da racionalidade ambiental apresentados por Leff (2006) e na relação dos estabelecimentos familiares com seu ambiente circundante conforme apontamentos de Wanderley (2009); Ploeg (2008) e Lamarche (1998).

Vale ressaltar, mais uma vez, o caráter interrelacional entre os três processos de gestão e entre esses e os elementos do ambiente externo, como também dos elementos racionais das lógicas de gestão aqui propostos. Recorre-se a um recorte analítico fruto de um esforço de síntese conceitual do referencial teórico utilizado nesta pesquisa para a definição dos três processos de gestão, dos quatro aspectos do ambiente externo, das duas lógicas de gestão e seus respectivos elementos racionais. A pesquisadora entende que na realidade a relação entre todos os componentes do quadro analítico é dinâmica e não estática, e que dificilmente as ações referentes a eles se encontram exatamente como são apresentados neste modelo. Conquanto, para fins da análise científica, a separação e simplificação de um todo complexo em partes interrelacionadas serve enquanto um recurso analítico, tal como defende Raynaut (1994) ao propor um modelo analítico holístico às pesquisas sobre desenvolvimento.

Para melhor compreender a proposta do quadro e a relação dinâmica entre seus componentes, esses são apresentados nos tópicos a seguir, com exceção da relação dos estabelecimentos familiares com seu ambiente externo, fator já comentado anteriormente neste tópico e também considerado a partir de sua relação com os outros dois componentes presentes no quadro (processos de gestão e lógicas de gestão).

3.4.1 Processos de gestão das unidades de produção familiar

A gestão é “... uma configuração frouxamente integrada de práticas sociais dirigidas à junção de e controle sobre diversos recursos e atividades requeridos à produção” (REED, 1990, p. 79), executadas pelos indivíduos rotineiramente e também moldadas por eles. Além disso, a gestão, enquanto prática social é influenciada por e influencia o seu ambiente circundante (REED, 1990). Em conformidade com esse entendimento, os Estudos Baseados em Prática (EBP) da ciência administrativa, conforme indica Bispo (2013a; 2013b), estudam a gestão focando na prática administrativa, a qual é tida como uma prática social que é relativamente estável no tempo e um modo socialmente reconhecido de ordenar elementos

heterogêneos (palavras, ações, situações, artefatos materiais) em um conjunto coerente por meio da negociação de pessoas e grupos na criação de conhecimento. No EBP, uma das práticas administrativas analisadas são os processos organizacionais, aqui chamados por processos de gestão. Nesse sentido, a partir das considerações de Reed sobre gestão e do EBP apresentado por Bispo, é possível considerar que processos de gestão são práticas administrativas (e, por isso, sociais) por integrarem recursos, atividades e elementos em um todo coerente a fim de produzirem algo e por serem construídos pela negociação entre indivíduos e grupos de uma organização e de fora dela. Tais processos inter-relacionados refletem, dessa forma, a gestão de uma determinada organização. Portanto, a consideração dos recursos, atividades e elementos dos processos de gestão dos estabelecimentos familiares e sua relação com o ambiente circundante torna-se central ao propósito deste trabalho de conhecer as racionalidades inerentes à gestão dos agricultores familiares agroecológicos.

A definição dos três processos de gestão aqui propostos, por mais que sejam influenciada pela proposta do quadro analítico de Seva (1997) para analisar a racionalidade em organizações substantivas, tem como fundamento central a especificidade das práticas de gestão da agricultura familiar apresentada por Chayanov (1974), Ploeg (2008; 2015), Shanin (1986; 2009) e Wanderley (2009; 2014) quando discorrem sobre a racionalidade e o modo de organização da produção das unidades de produção da agricultura familiar e camponesa. Vale ressaltar que a maneira como esses autores analisam o que chamam por ‘modo de organização da produção’ da agricultura familiar e camponesa se assemelha muito ao que neste trabalho é apresentado como gestão, sendo, por isso, aqui considerados sinônimos.

O quadro de Serva relaciona processos administrativos com elementos das racionalidades substantiva e instrumental e foi construído para ser aplicado, principalmente, em organizações empresariais ou públicas. Assim, somente algumas ideias de Serva foram consideradas, sendo elas: a relação dos processos administrativos com elementos das racionalidades instrumental e substantiva e o uso adaptado de dois processos administrativos por ele apresentado (controle e objetivos da organização). A adaptação dos processos administrativos à realidade da agricultura familiar aqui apresentada é baseada no plano organizacional e no modo de organização da produção das unidades camponesas sugeridas por Chayanov e na leitura atualizada desse autor presente nas obras consultadas de Ploeg, Shanin e Wanderley. Esses autores ressaltam a importância do trabalho familiar para o plano organizativo da agricultora familiar, uma vez que a família não só administra as atividades de sua unidade de produção, mas também as executa, resultando em uma relação com o trabalho

e um entendimento sobre ele diferentes daqueles presentes em empreendimentos capitalistas. Outro fator ressaltado por esses autores é a consideração pelas famílias agricultoras do autoconsumo na gestão produtiva de seus estabelecimentos. Assim, para esses autores, ambos fatores - o trabalho familiar e o autoconsumo - destacam certa autonomia da agricultura familiar em suas relações com o mercado, denotando, mais uma vez, uma especificidade quando comparada a gestão de empreendimentos capitalistas.

Esses aspectos da gestão de estabelecimentos familiares (trabalho familiar, autoconsumo e autonomia) é, em grande parte, explicado quando Chayanov - e reforçado por autores neochayanovianos como Ploeg e Wanderley - elucida o papel do balanço trabalho/consumo na lógica de funcionamento das atividades produtivas camponesas, aonde há um equilíbrio entre o trabalho realizado e o atingimento das necessidades da família. Nesse sentido, este trabalho optou pela escolha de processos de gestão que se aproximassem de tal balanço, o qual pode ser encontrado no 'objetivo(s) do estabelecimento familiar' (necessidades familiares), nas 'estratégias produtivas e de renda' (trabalho familiar) e nas 'formas de controle' (equilíbrio entre trabalho/consumo).

Cada processo administrativo aqui trabalhado é desmembrado em atividades a fim de oferecer um melhor suporte à análise de dados e explicar no que cada processo consiste. Os **Objetivo(s) do estabelecimento familiar** abordam as necessidades da família no presente e no planejamento produtivo e familiar contidos em seus projetos futuros, perpassando por reflexões sobre a forma como se dá a relação da produção familiar com a terra, a comunidade e o bem estar da família. As **Estratégias produtivas, de renda e de trabalho** remetem a maneira como a família escolhe, dispõe, aloca, conecta, relaciona e gerencia os recursos e as atividades de seu trabalho, abarcando: os cultivos e matrizes produtivas; o patrimônio familiar e os investimentos contraídos que compõem esse patrimônio; os principais recursos utilizados; e como se dá o processo de trabalho, estando aqui também relacionados a divisão das atividades, a comunicação e a resolução de conflitos. Neste estudo o trabalho é considerado como um recurso produtivo a parte, sendo-lhe reservado um espaço específico de análise neste processo de gestão. Isso se dá porque o valor que lhe é atribuído no âmbito da agricultura familiar é diferenciado se comparado ao valor (de troca) dado por organizações que seguem uma lógica de gestão mais empresarial, as quais enxergam o trabalho como apenas mais um recurso produtivo. As **Formas de controle** estão relacionadas com os instrumentos utilizados e modos e cálculos que os agricultores dispõem para acompanhar e controlar o patrimônio familiar. Esses três processos de gestão são permeados por aspectos

oriundos de um saber tradicional que sofrem continuidades e rupturas quando em contato com a sociedade englobante (WANDERLEY, 2009), o que denota à gestão desses estabelecimentos seu caráter específico.

Nesse sentido, em todos os três processos permeiam atividades da relação com seu ambiente externo, em especial as instituições presentes no assentamento (o mercado, o MST e a Rede Ecovida de Agroecologia), e da relação com a natureza. Ou seja, em todos os processos também são consideradas as relações dinâmicas entre a unidade de produção familiar com o seu ambiente circundante, estando aí incluída a sua relação de coprodução com a natureza. A definição dos seis elementos desse ambiente - o acesso a terra, a comunidade, o mercado, tecnologias, políticas públicas e a natureza – origina-se da análise dos dados coletados pelo campo coletivo. Tais elementos estão fortemente ligados à relação dos estabelecimentos familiares com as principais organizações presentes no Assentamento, com o mercado e com o Estado, os quais se aproximam de lógicas de gestão diferenciadas e, por vezes, inter-relacionadas. Assim, as lógicas de gestão trazidas por essas ‘instituições’ podem influir nas racionalidades dos processos de gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos aqui estudados.

Dessa forma, as racionalidades conformadoras dos processos de gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos são forjados não só por um saber passado de geração em geração, mas também pela relação com o seu ambiente circundante. Para analisar as racionalidades presentes nos processos de gestão e seu ambiente externo foram definidas duas lógicas de gestão, o tópico a seguir procura explicá-las.

3.4.2 As racionalidades dos estabelecimentos familiares agroecológicos

A análise de cada um dos processos de gestão definidos é realizada por meio da identificação da interação/tensão entre diferentes racionalidades ligadas a lógicas de gestão, resumidas neste trabalho em duas: uma que se aproxima mais da lógica específica da agricultura familiar agroecológica, apreendida pelo conhecimento gerado pela teoria do campesinato e da teoria ambiental; e outra que se aproxima mais da lógica empresarial, representada pelas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais na agricultura típicas do sistema capitalista, onde estão imersos os agricultores familiares agroecológicos objetos desse estudo.

Ambas lógicas reúnem um conjunto de elementos das racionalidades substantiva e

instrumental que, reunidas em cada uma das lógicas, representam um todo coerente, um modelo, representativo do que a literatura pesquisada ‘idealiza’ ser a orientação das ações do agricultor familiar agroecológico ou do agricultor empresarial-capitalista. As listagens de elementos racionais apresentados no quadro tomaram em conta a conceituação weberiana de racionalidade instrumental e substantiva. A racionalidade substantiva não considera as consequências previsíveis de sua ação, mas atua a serviço de convicções de dever, mandatos, obrigações morais, sendo valores generalizados e transformados em princípios e aplicados procedimentalmente que transcendem situações concretas. A racionalidade instrumental é tida como a associação entre fins, meios e consequência de um pensamento mais econômico-técnico aplicado em situações concretas, sendo neste trabalho utilizada para resolver os problemas das unidades de produção/estabelecimentos familiares agroecológicos.

Mesmo que nas sociedades modernas capitalistas o cálculo seja a manifestação máxima da racionalidade instrumental, levando-o a, muitas vezes, ser o principal elemento empírico para identificar a racionalidade instrumental em situações concretas, a expressão dessa racionalidade não se reduz a ele. Seguindo a conceituação weberiana, reforçada por Habermas (1999), Guerreiro Ramos (1989) e Polanyi (2007), é possível verificar situações em que a racionalidade instrumental ocorre sem que o cálculo seja utilizado, como em comparações técnicas entre diferentes meios, fins e consequências e em associações entre fins, meios e consequências a partir de uma referência não-numérica. Nesse sentido, verifica-se uma aderência dos processos de gestão definidos no par racional típico ideal weberiano, em que a racionalidade instrumental se expressa na relação entre ‘o(s) objetivo(s) dos estabelecimentos familiares’ (fim) com as ‘estratégias produtivas, de renda e de trabalho’ e as ‘formas de controle’ (meios), e a racionalidade substantiva é desvendada pelos valores e princípios associados a esses processos enquanto fins e meios. Tendo isso em mente, a análise será conduzida para perceber como se dá a relação entre aspectos dessas duas racionalidades presentes nas duas lógicas de gestão, revelando tensões e balanços que indiquem qual delas é a orientadora principal das ações e como os critérios ambientais estão nelas relacionadas.

A partir do entendimento conceitual de ambas racionalidades e sua aderência aos processos de gestão aqui definidos, somados à compreensão de que há uma lógica de gestão específica da agricultura familiar diferente da empresarial, foram definidas as duas lógicas de gestão e a elas relacionadas elementos das racionalidades substantiva e instrumental. A lógica de gestão familiar agroecológica foi concebida a partir dos elementos racionais substantivos e instrumentais levantados pela revisão de literatura acerca da teoria do campesinato de

Chayanov, Ploeg, Wanderley e Lamarche, da teoria ambiental de Leff e da agroecologia de Toledo, Gliessman, Sevilla-Guzmán e Brandenburg. Pode-se separar essa lógica em dois estágios, um primeiro referente à teoria do campesinato em que se expressa a forma de gestão da agricultura familiar em seus estabelecimentos, e o segundo que além de levar em conta a forma de gestão da agricultura familiar a associa de maneira reflexiva a motivações e critérios ecológicos discorridos pela teoria ambiental e agroecológica, formando, dessa maneira, a lógica de gestão familiar agroecológica. Já a lógica de gestão empresarial foi construída a partir das análises de Ploeg, Chayanov, Leff, Guerreiro Ramos e Serva acerca de como os imperativos da racionalidade hegemônica capitalista se expressam em manifestações e organizações no meio urbano ou rural.

Os elementos das racionalidades instrumental e substantiva das duas lógicas estão em constante relação dinâmica, não só interagindo entre os elementos presentes de uma mesma lógica, mas também na tensão/interação entre os elementos das racionalidades das duas lógicas. Essa relação (lógica familiar agroecológica e empresarial) está presente na gestão da agricultura familiar, tal como explica os conceitos de balanço, da condição camponesa e da agricultura empresarial de Ploeg (2008; 2015) e as noções sobre a agricultura familiar apresentadas por Lamarche (1993) e Wanderley (2009). Apesar dessa interação apresentar dilemas, ela também está relacionada a manutenção da unidade de produção familiar para sobreviver, podendo, em alguns casos, indicar os balanços realizados pelos agricultores entre racionalidades de lógicas diferentes a fim de garantir a reprodução familiar. Os parágrafos a seguir relaciona cada uma das duas lógicas com seus elementos racionais.

A Lógica da gestão familiar agroecológica reúne elementos específicos tanto de uma racionalidade instrumental quanto substantiva, organizadas neste trabalho a partir dos estudos de Chayanov, Lamarche, Ploeg e Leff. A racionalidade instrumental da lógica dessa gestão abarca a procura por atender as necessidades da família agricultora com a menor penosidade possível, formas de cálculo e controle específicos da renda, o planejamento à curto prazo, a atribuição do valor de uso aos recursos e produtos, o uso de recursos da natureza de forma a garantir ao longo de gerações o sustento da família (coprodução com a natureza), a flexibilização das formas de trabalho, a diversidade de competências produtivas dos membros das famílias agricultoras, a ecotecnologia desenvolvida a partir dos conhecimentos tradicionais e do saber ambiental e a eficácia da gestão ambiental. A racionalidade substantiva dessa lógica compreende a busca por autonomia, liberdade, por emancipação, pela valorização das relações comunitárias, pela honra, pelo prestígio social, pela reciprocidade,

pelo compromisso, pela hierarquia, pelo machismo, pela ligação afetiva com a terra, pelo cuidado e coprodução com a natureza, pela ética da sustentabilidade (integra homem e natureza e dá significação à a coprodução com a natureza), a equidade social, o julgamento ético e político, a cooperação, a solidariedade, a emancipação social, a política da diferença e a valorização cultural. Nessa lógica, a racionalidade instrumental se encontra submetida à racionalidade substantiva tal qual explicam Leff, Wanderley e Abramovay.

A **Lógica da gestão empresarial** compreende aspectos já bastante conhecidos de sua racionalidade instrumental como o desempenho, utilidade, competência, cálculo, maximização da renda (lucro), eficácia, uso da natureza pelo valor de troca, o planejamento de curto, médio e longo prazo, a responsabilidade ligada ao trabalho, a separação das partes dos processos e das funções, a normatividade, a especialização, os ganhos em escala, a mercantilização, a externalização e a artificialização da agricultura. E também envolve aspectos de sua menos explorada racionalidade substantiva que atribui valores que se encontram submetidos a sua lógica instrumental, como: flexibilidade das normas e hierarquia do trabalho, o entendimento, a satisfação individual, o machismo, a igualdade de gênero e a percepção da natureza enquanto um ente separado do homem e a relação com ela ser tida como um dever do indivíduo e menos do sistema ou organizações. A construção dos elementos dessa lógica se deu a partir: i) dos estudos de Leff (2006) e de Guerreiro Ramos (1989) e Serva (1997) quando discorrerem como a lógica de mercado, própria das sociedades modernas, incide sobre as relações entre homem e natureza e nas organizações formais, respectivamente; ii) do trabalho de Ploeg (2008) ao expor a manifestação atual da lógica do modelo conservador de agricultura e do ‘Império’ no campo e sua relação com os agricultores familiares; e iii) na obra de Weber (2012) quando explica o processo de racionalização e as racionalidades das sociedades modernas ocidentais, as quais privilegiam ações sociais baseadas na racionalidade instrumental.

Aqui são relacionados os elementos racionais possíveis – levantados pela revisão de literatura – de serem verificados na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos, mas não significa que todos eles deverão estar relacionados em uma mesma análise. Em outras palavras, ao analisar os processos de gestão realizados pelos agricultores estudados são identificados os principais elementos racionais de cada uma das lógicas e como eles estão relacionados. A listagem de todos esses elementos racionais se dá apenas como uma referência, a qual a investigadora recorre para nela verificar quais elementos estão presentes na gestão dos estabelecimentos familiares do universo pesquisado.

Diante do exposto neste tópico (3.4), a análise dos resultados deste trabalho, por meio da aplicação do quadro analítico proposto, foi dividida em duas partes. A primeira, percorrida no capítulo 4 a seguir, estuda as racionalidades presentes no ambiente externo dos estabelecimentos familiares agroecológicos que podem interferir em seus modos de gestão. Foca-se, principalmente, nas organizações presentes no Assentamento, mas também no mercado, tecnologias e políticas públicas acessadas pelos agricultores estudados. A segunda parte, apresentada no capítulo 5, analisa as racionalidades da gestão no interior das unidades de produção a partir do conhecimento dos três processos de gestão efetuados pelos agricultores estudados e suas interações, bem como da (re)organização da gestão em função das racionalidades advindas externamente. Em ambos capítulos, o quadro de análise se torna uma referência para analisar as racionalidades das duas lógicas de gestão que estejam presentes tanto no ambiente externo dos estabelecimentos como na gestão dos mesmos.

4 A REALIDADE DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO: TRAJETÓRIAS, ORGANIZAÇÕES, CARACTERIZAÇÃO, MERCADOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E TECNOLOGIAS

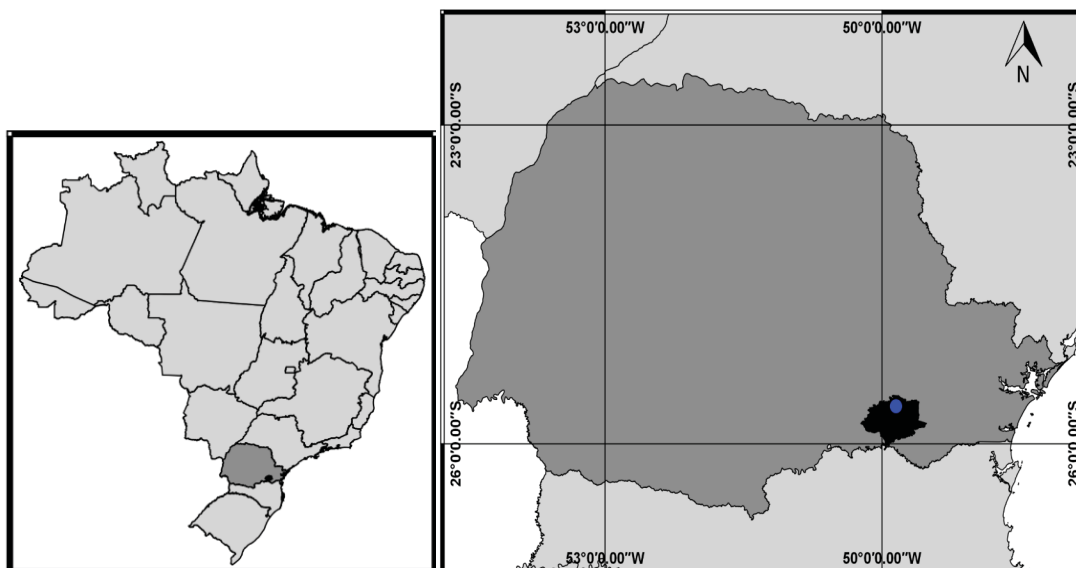
Este capítulo procura contextualizar a realidade em que os agricultores agroecológicos do Assentamento Contestado estão inseridos de forma a elucidar alguns elementos que colaborem para a análise das racionalidades da gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos estudados. Os dados aqui apresentados e discutidos referem-se, principalmente, aos coletados pelas ferramentas da fase coletiva da pesquisa, uma vez que suas aplicações foram motivadas a explorar e conhecer melhor o perfil e o ambiente no qual os agricultores estudados estão imersos. Primeiramente, discorre-se sobre a trajetória do desenvolvimento da agroecologia e da estrutura organizativa do Assentamento Contestado desde antes de sua criação, destacando e discutindo, principalmente, os fatos e as organizações que influenciam o modo de organização da produção das explorações familiares agroecológicas ali presentes. Por fim, é apresentado um retrato dos agricultores agroecológicos analisados, por meio de uma caracterização geral na qual são evidenciados os principais fatores que compõem as racionalidades da gestão dos agricultores, sendo alguns internos – experiências passadas, composição da família e produção – e outros externos – mercados, políticas públicas e tecnologias acessadas - aos estabelecimentos. Compreende-se que as observações trazidas por este capítulo colaboram, principalmente, na compreensão do papel do ambiente externo ou da sociedade englobante, como chama Wanderley (2009), sobre os estabelecimentos familiares na conformação das racionalidades presentes na gestão deles, já que como assevera Wanderley, a interação com a sociedade englobante provoca rupturas e continuidades da forma camponesa de se fazer agricultura podendo incorporar, nesse sentido, motivações diferentes daquelas encontradas nos modos mais tradicionais.

4.1 A TRAJETÓRIA AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO CONTESTADO

O Assentamento do Contestado, localizado no município da Lapa, no estado do Paraná, adota seu nome em referência à Guerra do Contestado, por ter sido uma das regiões aonde se deu o conflito (VALADÃO, 2012). No século XIX, a terra pertenceu ao Barão dos Campos Gerais, formando a Fazenda Santa Amélia, e em 1985 é comprada pela Incepa

(empresa de revestimentos cerâmicos) e usada para a produção de carvão a partir da instalação de áreas homogêneas com plantio de espécies exóticas (pinus e eucalipto) (*ibid*). Conforme as lideranças 2 e 4, a área era manejada de forma desordenada com queimadas, o que enfraqueceu o solo. Mais tarde, o MST descobre uma grande dívida da empresa com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e pede ao Governo a destinação de suas terras à reforma agrária (*ibid*). As terras foram ocupadas por agricultores ligados ao MST em 1999, e em 2001 o Assentamento foi criado. A área total do Assentamento é de 3.228 hectares, sendo 1.240 hectares componentes da Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana, no encontro entre primeiro e o segundo Planalto Paranaense (SEMA, 2004; VALADÃO, 2012). Caracteriza-se “... por quatro tipos de solo, mas predominantemente um solo rochoso, com vegetação de ciclo curto, sendo necessária bastante adubação do solo para a produção de alimentos” (DIÁRIO DE CAMPO DA PESQUISA COLETIVA – ENTREVISTA COM LIDERANÇA 2). Ainda na época do acampamento, conforme a liderança 2 e a agricultora 11, foi realizado um estudo da área (solo e clima) por um técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para verificar a vocação produtiva local e constatou-se que frutas e verduras eram as produções que mais se adaptavam.

FIGURA 6 - LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO CONTESTADO NO MUNICÍPIO DA LAPA-PR



FONTE: Adaptado de SILVA (2016b).

Ao todo, são 108 lotes entre 10 e 16 hectares, indica Valadão (2012), compreendendo mais de 108 famílias se for considerado o número de famílias presentes em cada lote. Com o passar dos anos, filhos de agricultores formaram novas famílias e alguns permanecem no lote

dos pais, além de algumas famílias convidarem parentes ou conhecidos para cultivar um pedaço de terra em seus lotes, fazendo com que o número total de famílias do Assentamento possa chegar à 120, relata a liderança 1.

Desde o acampamento a agroecologia norteia as ações do Assentamento, principalmente por meio das organizações ali presentes, estando fortemente manifestada, em suas diferentes dimensões no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). O tópico a seguir busca demonstrar a trajetória e o perfil agroecológicos local a partir da atuação das três organizações, cujas ações fortalecem as práticas agroecológicas dentre os assentados aderentes a esse modelo.

4.1.1 As organizações que influem na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos do Assentamento Contestado: o MST, a Rede Ecovida de Tecnologia e a Cooperativa Terra Livre

Conforme Valadão (2012), muitos dos agricultores, antes de vir para o Assentamento perderam ou tiveram que deixar suas terras e não tinham ligação com o MST. Após a conquista da terra é possível verificar discursos em torno da mudança que o movimento causou nas vidas dos agricultores agroecológicos estudados:

Se não fosse o movimento, nós não taria aqui também né [...] Nossa, tem que segurar o movimento com a palma-da-mão da gente, né. Nossa, eu sou muito, eu ajudo, e se precisar ir nos manifesto, a gente vai, mais não, sair do movimento não (Agricultora 8).

É, porque, que nem diz, o MST, essa luta deles, é para pro povo que não tem né. Não tem um pedacinho de terra para trabalhar, consiga né. A luta deles é essa né [...] O movimento te ensina a viver. Erra quem quer errar. Mas o movimento ensina para viver, né. Estuda. Eu não voltei a estudar ... Mas o que eu aprendi hoje, hoje é, olha para mim, é muito tempo de estudo, né. Se eu tivesse lá, não sabia nada que eu sei hoje. Só sabia trabalhar hoje com o que eu fazia (Agricultor 4).

E o que eu consegui hoje, voltar, vamos dizer, às minhas origens, aquilo que eu queria e não sabia, que eu gostava... foi atrás do movimento [...] Além da terra, ele, eles, a gente conseguiu ... a terra não é só um monte de terra, que ela é, que ela é viva, que você precisa cuidar. Que você tem que fazer assim... Essa outra coisa, que talvez eu já tinha, mas eu não sabia como. Igual eu falei para você. Eu não achava que a terra, poderia acabar, se você não cuidasse. Eu gostava dela. Mas eu não sabia que ela precisava... E aqui, eu aprendi que... que ela tem que ser tratada diferente (Agricultor 5).

A na verdade, eu fui entender algumas coisa só depois que eu entrei mesmo no movimento porque a gente não sai muito de casa e essas informações não vem muito pela TV então muita coisa que eu aprendi foi graças eu ter vindo pra cá com o Luiz longe das famílias, mesmo esse negócio de dividir as tarefas, tipo dos direitos que a

gente tem, eu aprendi tudo no movimento (Agricultora 11).

É, vamos dizer assim. Para nós, pelo menos serviu né. Que, eu vou dizer, olhando para mim aqui, eu aprendi muito mais, depois que eu vim para o assentamento do tempo, que eu até estudei né, ou que eu trabalhava fora né. E claro, tem as peleinha e coisa que também acontece. Mas eu acredito que foi o único movimento, que conseguiu, meio que atender as necessidades de muita gente, né [...] Não só na questão da terra, mas na questão da educação, formação, coisarada (Agricultor 1).

Ah, nosso papel, MST, nosso papel, é se mantê produzindo comida, aumentar a diversidade, e se for o caso, abrir novos acampamentos e receber esse povo da cidade, que quer voltar, quer recuperar a vida digna. Porque sinceramente, tá chegando no fim da gota (Agricultor 3).

Os relatos dos agricultores revelam que além do MST ter papel um importante na conquista da terra, o envolvimento com o movimento facilita o acesso à educação e saúde, atendendo a necessidade de muitos que procuram por uma ‘vida digna’. Para alguns proporcionou mais aprendizados do que aqueles provenientes de ofícios anteriores como: saber trabalhar na agricultura e com agroecologia, aprender ‘a viver’, conhecer a questão de gênero (divisão de tarefas entre homens e mulheres) e saber seus direitos. Além disso, a identificação e/ou comprometimento com o movimento leva com que os agricultores, em especial os agroecológicos, incorporem no seu dia-a-dia os objetivos da organização, como o de produzir comida diversificada, o de ajudar nas mobilizações e na criação de novos acampamentos, bem como o envolvimento em atividades relacionadas a sua estrutura organizativa.

Nesse sentido, em função da forte presença e influencia do MST, a dinâmica de organização do Assentamento se desenvolveu a partir da estrutura organizativa do MST, conformada em núcleos de base. São 10 núcleos compostos por 10 à 15 famílias cada (VASCO, SILVA, KAMINSKI, 2016, 2017; VALADÃO, 2012). Cada núcleo possui dois coordenadores (um homem e uma mulher), participantes de outras instâncias de organização do MST, como a coordenação do assentamento, a qual destaca dois coordenadores para fazer parte da Brigada Monge José Maria. Ainda, como explicam as lideranças 2 e 5, após a conquista da terra, o agricultor precisa ter casa, cultura, economia, educação, saúde, transporte, água, energia, o que deve ser conquistado por meio da pressão e diálogo com os poderes públicos. Nesse sentido, tanto o assentamento quanto os núcleos de base possuem setores de atividades (produção, educação, saúde etc.) formados pelos assentados a fim de discutir e propor ações em torno dessas áreas para o desenvolvimento do assentamento (VASCO, SILVA, KAMINSKI, 2016, 2017; VALADÃO, 2012).

Na época do acampamento, o MST anunciou a revisão dos modelos de assentamento criados, conforme pode ser observado nas diretrizes produtivas anunciadas no IV Congresso Nacional do Movimento em 2000, cujas ações incluem o debate sobre o meio ambiente; o combate no uso de transgênicos e o desenvolvimento de um modelo tecnológico sustentável (MST, 2009a)⁴³. O movimento vinha realizando uma autocrítica do modelo produtivo historicamente adotado e passa a buscar por outra proposta.

O movimento começou a se preocupar com essas coisas, pois, não tem sentido a gente reproduzir o sistema. Passado o tempo, percebemos que repensar se estamos ou não reproduzindo o sistema, o modelo tecnológico que é o modelo do capital. As experiências das revoluções socialistas mostram isso. Nenhum adotou uma reforma agrícola. Adotaram o modelo de desenvolvimento capitalista. Isso serviu para o MST. Nós imaginava: conquista a terra, forma uma cooperativa, compra trator, passa veneno e vamos enriquecer os assentados (Liderança 5).

A liderança 5 esclarece que o MST, historicamente, se pautava por um modelo produtivo alinhado à muitos aspectos da lógica capitalista do agronegócio e que, com o tempo, passou a buscar o rompimento com ela. Conforme explicam Borsatto e Carmo (2013a) e Borges (2009), o modelo de assentamento rural preconizado pelo MST tinha um forte viés produtivista, inspirado nas ideias de Lênin (1985) e Kautsky (1972), era impositivo e não considerava características inerentes ao campesinato e as especificidades regionais e locais. Pautava-se na alta produtividade, especialização (principalmente a produção de *commodities*), em um modelo único de integração vertical por meio de cooperativas de produção e processamento⁴⁴, na coletivização, na forte mecanização, no uso intensivo de agroquímicos, na divisão e especialização do trabalho e na produção em escala (*ibid*; BORGES, 2009; FABRINI, 2000). Acreditava-se, explicita Fabrini (2000), que o cooperativismo era o meio de alcançar o desenvolvimento dos agricultores, pois entendia-se que produção familiar e individual era inviabilizada pelo modelo de produção capitalista. Destarte, incorporavam características como a mercantilização e externalização e, como apontam Borges (2009) e Fabrini (2000), os projetos de agroindustrialização de grande escala (verticalização produtiva), pois só assim “os assentados teriam condições de competir no mercado e, concomitantemente, desenvolver a consciência

⁴³ Tal posicionamento é aprofundado no V Congresso em 2007 ao defenderem a difusão de práticas agroecológicas e a utilização de sementes crioulas e nativas, além de produzir, prioritariamente, alimentos sem agrotóxicos (MST, 2009b). No VI Congresso Nacional, de 2014, permanecem as diretivas sobre a produção agroecológica.

⁴⁴ Fabrini (2000) explica que em 1992 surge a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (CONCRAB), ‘... que passa a centralizar as ações de mais de uma centenas de cooperativas de produção, comercialização e prestação de serviços e estimulando a implantação de Cooperativas nos assentamentos de todo o Brasil’ (*ibid*, 2000, p. 72).

revolucionária” (BORSATTO; CARMO, p. 654, 2013a). Nesse sentido, o modelo produtivo adotado defendia muitos dos aspectos encontrados no modelo de empresa capitalista, representado neste trabalho pela lógica de gestão empresarial, como: a maximização de recursos e a busca do lucro na produção agrícola e, de certa forma, na vida das famílias.

Com o passar do tempo, as frustrações causadas pela adoção de tal modelo⁴⁵ levou o movimento a mudar o discurso produtivista para “[...] outro mais aderente à visão agroecológica, passando a incorporar ao centro de seu ideário conceitos como o de respeito e resgate da agricultura camponesa, bem como as diretrizes da agroecologia.” (BORSATTO; CARMO, p. 646, 2013a)⁴⁶. O debate agroecológico torna-se crescente no MST, circunscrevendo-se, conforme Borsatto e Carmo (2013b), em dois níveis: um mais voltado para fora centrado na crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista e que apresenta a agroecologia como uma contra-proposta para o desenvolvimento rural, principalmente; e o outro voltado para seu público interno, os agricultores dos acampamentos e assentamentos organizados pelo movimento, no qual se destaca a agroecologia nas atividades e relações originadas internamente aos estabelecimentos familiares.

No Assentamento Contestado, a proposta agroecológica adotada pelo MST defende a função produtiva da terra como a de produzir comida saudável para alimentar a família e a população por meio de uma matriz produtiva diversificada fundamentada na autonomia dos modos de produção e vida e no protagonismo do camponês. Aproxima-se de um viés chayanoviano, corroborando com as análises de Borsatto e Carmo (2013a; 2013b), Caporal e Costabeber (2004) e Sevilla-Guzmán (1990), por enxergar o agricultor enquanto um sujeito criando a própria existência, detentor de valores morais e conhecimentos que passam a ser considerados subsídios para a construção da justiça social e do desenvolvimento sustentável. Assim, essa mudança de orientação leva em consideração a priorização de uma economia voltada pa-

⁴⁵ Conforme Borsatto e Carmo (2013a), não houve aderência da maioria da base social do MST ao modelo preconizado, como também tiveram dificuldades de mantê-lo em função da “[...] intervenção do Estado, incompetência gerencial estratégica, além de condições macroeconômicas [...]” (BORSATTO; CARMO, p. 655, 2013a). Houve também, continuam os autores e Barcellos (2009), impacto das reformas liberais efetuadas pelo Estado brasileiro na década de 1990 na continuidade das estratégias produtivas do Movimento Barcellos (2009). adiciona que a contradição da dependência das práticas agrícolas aos insumos externos e a coletivização compulsória nos assentamentos também colaboraram para a crise do modelo.

⁴⁶ Essa mudança é, em parte, influenciada pela aproximação do MST, em meados da década de 1990, com outros movimentos sociais internacionais que já haviam incorporado a questão ambiental como uma de suas bandeiras, como é o caso da Via Campesina⁴⁶, como também de militantes da organização que se identificavam com as pautas dos movimentos ambientalistas (BORSATTO; CARMO, 2013a; BORGES, 2009; BARCELLOS, 2009). “A Via Campesina é uma rede de cooperação internacional de organizações camponesas que passam a lutar, de forma conjunta, contra a expansão do capitalismo na agricultura, representado, principalmente, pelas empresas multinacionais produtoras de sementes transgênicas e agronegócio.” (BORGES, 2009, p. 14).

ra as necessidades das famílias, acrescentada pelo componente ambiental, traduzido pelo que a liderança 5 chama por produtividade agroecológica, enquanto uma forma para fazer frente a situações de instabilidades e de precariedade de vida, principalmente em épocas de crise:

Se eu tenho alimento produzido em casa, de boa qualidade, eu tenho semente, tenho meus animais de trabalho, minhas máquinas. E eu não tenho dívida. Deixa o dólar explodir, o salário ir pra cucunhas, pois aqui não gira salário. Por isso, tem que ter a diversidade. Se constrói uma outra lógica de economia. Se você tem diversidade, você tem sua própria semente, você não tá pendurado nos bancos, essa crise não vai pegar, não tem crise. Aprendi isso com meu pai. A crise econômica vai pegar com quem está com dívida. a crise vai pegar nas políticas sociais, na legislação agrária. O governo quer se desfazer dessas terras do estado, da união, eles querem privatizar esse negócio [...] você precisa olhar o solo, vento, influencia astrológica, composição química do solo, física do solo, etc [...] precisa de uma tecnificação mínima. Não destrutiva, não uma tecnificação destrutiva, mas que traz um benefício. Não destrói a natureza, mas também não se mata nessa produção, sobre um tempo pra estudar, sobre um tempo para descansar (Liderança 5).

Assim, a fala da liderança 5, expõe o alinhamento do Assentamento ao discurso nacional do MST em defesa do modelo agroecológico. Nele, explica a liderança, prioriza-se a autonomia do agricultor enquanto dono de seu próprio trabalho, de seu tempo, produtor de recursos produtivos e de parte da alimentação para o autoconsumo por meio da diversidade produtiva e de uma tecnificação não destrutiva que respeita o tempo e elementos da natureza. Trata-se de uma estratégia pautada por uma maior autonomia do agricultor e relação mais harmônica com a natureza para enfrentar situações de instabilidades, em especial em momentos de crises, nos quais os pequenos produtores, geralmente, são os que mais se fragilizam. Percebe-se, assim, a valorização da racionalidade econômica camponesa conjugada a racionalidade ambiental, conforme apresentado por Leff (2006), em que o modo camponês de fazer agricultura é resgatado e dialogado com outros saberes na direção da sustentabilidade.

Porém, apesar da agroecologia ser a principal estratégia do Assentamento, a sua adoção não compreende todas as famílias do local, as quais, em função do perfil produtivo, são tidas como divididas, pelos agricultores agroecológicos entrevistados, em dois grupos: os ‘veneneiros’, formado por famílias que adotam a agricultura convencional com uso de agrotóxicos e venda da produção em mercados que estabelecem controles externos, e os ‘orgânicos’ referentes às famílias envolvidas com a produção de base ecológica, conforme pontuado por Vasco, Silva e Kaminski (2017), Valadão (2012) e Souza (2010). Há também os casos em que um mesmo lote pode ser setorizado e comportar tanto a agricultura

agroecológica quanto a convencional, mas que por estarem em transição agroecológica são considerados parte do grupo dos ‘orgânicos’.

Por mais que os agricultores convencionais se envolvam nas discussões políticas do Assentamento e do MST, eles não têm tanto tempo para participar das discussões, pois conforme liderança 2 eles defendem a tese dos ‘fazendeiros’ e trabalham com a mesma lógica desses. Assim, não são tão organizados como os ‘orgânicos’, os quais, continuam as lideranças 3 e 4, conformam a maioria dos coordenadores dos núcleos de base do Assentamento, além de representarem, por meio da Cooperativa Terra Livre, o setor da produção. A relevância e exercício político dos ‘orgânicos’ é apoiada pela atuação das organizações presentes no Assentamento na propagação da proposta agroecológica, fazendo com que, ao contrário de outros assentamentos, conforme atenta a agricultora 11, a organização política do Assentamento Contestado não vá se arrefecendo com o passar do tempo.

A divisão entre ‘orgânicos’ e ‘veneneiros’ pode ser vista desde o acampamento já que, continua a liderança 5 “... construir uma proposta dessas, com gente excluída, alguns com a ideia de se tornar rico e toda diversidade de pensamento” não é fácil. A liderança 2 explica que pensaram que em cinco anos não haveria mais produção convencional no local, mas na prática é mais difícil, pois há muita resistência à adaptação ao trabalho e à técnica de produção agroecológica. Ainda a agricultora 11 complementa ao observar que, ainda na fase do acampamento, alguns agricultores desejavam seguir outras linhas produtivas, como o leite e grãos, pois eram as produções que já tinham familiaridade, mas em função das características geográficas locais e falta de mercado não deram resultado para grande parte deles. Assim, em conformidade ao analisado por Borsatto e Carmo (2013b) e Barcellos (2009), apesar dos esforços dos agricultores alinhados com a agroecologia e com a proposta nacional do movimento, existe no Assentamento Contestado um efeito limitado na alteração dos sistemas produtivos de parte dos assentados que, em muitos casos, derivam das experiências passadas/tradição dos agricultores e/ou das pressões do sistema sócio-econômico capitalista que os cercam.

Relatos de agricultores como a liderança 2 e o agricultor 1, dão a entender que apesar do Assentamento ter considerado outras linhas produtivas, a produção de horta/agrofloresta para o autosustento e venda foi a que acabou se fortalecendo não só no discurso, mas também no número de famílias adeptas, especialmente após a criação da Cooperativa Terra Livre que passa a intermediar a venda de produtos agroecológicos certificados pela Rede Ecovida para

os canais institucionais do Programa de Aquisições de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴⁷.

Assim, seguindo a estratégia agroecológica, ao longo dos anos, o Assentamento começou a criar e se aproximar de organizações que reforçam a agroecologia, como a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), a Rede Ecovida de Agroecologia e a Cooperativa Terra livre. Em 2005 a ELAA foi inaugurada com o objetivo da qualificação técnica e capacitação de militantes e pequenos agricultores provenientes da América Latina e do Caribe para a atuação em torno da agroecologia em seus locais e países de origem (KAMINSKI *et alli.*, 2017; LIDERANÇA 3). A Escola é atuante no Assentamento ao incluir na formação de seus estudantes o apoio ao manejo agroflorestal dos agricultores agroecológicos. A aproximação com a Rede Ecovida, a partir de 2002, e a criação da Cooperativa Terra Livre em 2010, se deram com o principal intuito de viabilizar a produção e comercialização dos produtos agroecológicos certificados do Assentamento e regiões vizinhas, como também a de ofertar, mesmo que de maneira limitada, auxílio técnico na produção agroecológica⁴⁸.

A Rede Ecovida de Agroecologia⁴⁹, organização credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a conceder a certificação participativa a agricultores que produzam alimentos orgânicos em conformidade com a Lei nº10.831/03, a qual institucionaliza a agricultura orgânica no Brasil, dispensa a obrigatoriedade da certificação para vendas diretas e prevê o sistema participativo de garantia (SPG), no qual se encontra a certificação da Rede Ecovida (BRASIL, 2003; COSTA E SILVA, 2012). Trata-se de uma organização que congrega e conecta, de maneira descentralizada, organizações autogestionárias e grupos informais de agricultores familiares, técnicos e consumidores e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia (COSTA E SILVA, 2012).

⁴⁷ O PAA e o PNAE são programas voltados para a aquisição governamental de alimentos oriundos da agricultura familiar, dos assentados da reforma agrária e de comunidades tradicionais para a distribuição em entidades beneficentes que atendem pessoas em situação de insegurança alimentar (PAA) ou para a alimentação escolar pública municipal e estadual (PNAE) (MDS, 2012; MEC, 2016). Tanto o PAA quanto o PNAE estabelecem limites de comercialização, sendo para o PAA o de R\$ 8.000,00 por DAP ao ano na combinação de diferentes modalidades; e para o PNAE R\$ 20.000,00 por DAP ao ano (*ibid*). Dentre os dois mercados, somente o PNAE é regulamentado por lei (Lei 11.497 de 2009), enquanto o PAA, administrado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), permanece como um programa de governo, regulamentado via decretos (*ibid*). Ambos mercados institucionais disponibilizam uma lista dos alimentos a serem comprados por ano, e as organizações e/ou famílias agricultoras optam pelos alimentos que poderão fornecer (*ibid*).

⁴⁸ O INCRA também disponibiliza ATER, mas conforme os agricultores entrevistados ela não é constante e a formação dos técnicos disponibilizados não é compatível como modo agroecológico de produzir.

⁴⁹ Para informações sobre o contexto de surgimento dessa organização ver Rede Ecovida (2018a; 2018b) e Perez-Cassarino (2012). No trabalho de Perez-Cassarino, o autor descreve qual foi o objetivo inicial da formação da Rede Ecovida, o seu papel político na criação legal da certificação participativa e como isso reorganizou suas atividades e objetivos.

Ela se organiza em 27 núcleos espalhados nos três Estados do Sul do país, os quais são formados por grupos de seis à 12 famílias agricultoras que se reúnem com regularidade para trocar experiências, organizar a comercialização conjunta de seus produtos e deliberarem sobre as questões da certificação (REDE ECOVIDA, 2018b)⁵⁰.

A fim de obter a certificação da Rede Ecovida alguns agricultores do Assentamento começaram a fazer parte do Núcleo Maurício do Amaral da Rede Ecovida e, ao final do período exigido para a transição agroecológica, o assentamento possuía um grupo de agricultores ecológicos certificados, o Terra Livre. Ao longo dos próximos anos, novos grupos de agricultores ecológicos com interesse na certificação e na produção ecológica foram se formando no Assentamento, totalizando, até o ano de 2016, sete grupos. Em 2015 esses grupos passaram a conformar, juntamente com outros grupos localizados em municípios de próximos, um novo núcleo da Rede Ecovida, o Maria Rosa da Anunciação. A produção certificada do núcleo se centra mais em hortaliças, grãos e erva-mate. Ainda, há famílias certificadas que possuem a produção convencional paralela, as quais, para receber o selo Ecovida, devem isolar a produção convencional com a instalação de barreiras físicas além de terem o prazo de cinco anos desde a sua filiação para realizar a transição ecológica total da unidade de produção familiar.

A Cooperativa Terra Livre, criada em 2010, tem por objetivo viabilizar a comercialização da produção ecológica certificada pela Rede Ecovida, contando, até o ano de 2016, com 315 cooperados localizados não só no Assentamento, mas também em grupos do Núcleo Maria Rosa da Anunciação de municípios próximos. A Cooperativa é fundada em meio a aderência à proposta agroecológica pelo MST, o qual passa a adotar uma formato organizativo, segundo Borsatto e Carmo (2013a), mais flexível e democrático, com a consideração e valorização das especificidades locais. Além disso, a organização também coletiviza o uso de maquinário adquiridos por meio de projetos, compra coletivamente insumos ecológicos a fim de reduzir os preços e de facilitar a troca de conhecimento, por meio da assistência técnica, e coleta os produtos nos estabelecimentos dos agricultores cooperados. A organização conta com um quadro de trabalhadores formado por agricultores ecológicos do Assentamento Contestado, sendo três assistentes técnicos, duas auxiliares administrativas e um diretor.

⁵⁰ Toda essa estrutura foi pensada e organizada pelos participantes da Rede Ecovida, entre eles agricultores e técnicos, de forma a valorizar a solidariedade, reciprocidade e confiança mútua proporcionadas pelo modelo participativo de certificação (REDE ECOVIDA; 2018a; 2018b).

O principal canal de comercialização da cooperativa é o mercado institucional por meio do PAA e do PNAE. Recentemente a cooperativa começou, através de pequenas parcerias, entregar cestas de produtos agroecológicos nos municípios da Lapa e Curitiba, uma vez que almeja diversificar os canais de comercialização para não depender predominantemente de um só mercado. A prevalência desses mercados também espelha a aproximação da organização à agroecologia, uma vez que privilegia o acesso a mercados alternativos àqueles que reproduzem relações de dependência dos agricultores (NIERDELE; ALMEIDA 2013; PEREZ-CASSARINO, 2012) Também há produtos de agroindústria que começaram a ser implementados em 2017 (doces de frutas, picolé, mandioca e abóbora descascadas e verduras embaladas à vácuo) com o objetivo de diversificar e de agregar valor aos produtos a serem comercializados nos mesmos mercados. Conforme discussões acompanhadas da Assembleia Ordinária da organização do ano de 2016, há o entendimento de que a dependência a um só mercado, o institucional, os fragiliza, pois com a recente crise econômica há mais concorrentes para comercializar pelo PAA e PNAE e, mudanças de governo podem alterar as regras do PAA de forma a diminuir o acesso de agricultores familiares a esses mercados.

Os dados levantados pela pesquisa coletiva sugerem a prevalência do formato organizativo exigido pela Rede Ecovida sobre os outros existentes no assentamento. Assim, as ações em torno da certificação moldam e direcionam parte da dinâmica produtiva, comercial e social dos agricultores envolvidos. A organização certificadora orienta a formação de grupos de agricultores com dois coordenadores cada (de preferência um homem e uma mulher) a fim de, separadamente, se reunirem uma vez por mês no estabelecimento de um dos membros a cada reunião podendo haver, no máximo, três faltas nas reuniões dos grupos sem justificativa.

A reunião tem por objetivo realizar a troca de informações, experiências e a avaliação da conformidade ecológica dos estabelecimentos pelos membros do grupo – destino correto dos resíduos, tratamento para erosão do solo, diversidade produtiva, o uso de insumos ecológicos preferencialmente do estabelecimento e barreiras para separar produções convencionais -, e cada grupo tem autonomia sobre a forma de organizá-la. Essa fiscalização é complementada, uma vez por ano, pelo “Olhar Externo”. Trata-se da visita de grupos de outras localidades do Núcleo Maria Rosa da Anunciação, cuja intenção é fiscalizar um terço das propriedades dos membros de cada grupo de agricultores para avaliar a concessão ou continuidade do selo Ecovida. Os documentos envolvidos nas reuniões grupais são uma lista de presença e uma ata, além do acompanhamento do preenchimento do caderno de campo,

feito individualmente pelas famílias, o qual registra o que é produzido no estabelecimento pelas famílias, incluindo informações sobre datas de semeaduras, adubação e colheita, insumos utilizados e quantidade colhida. Esses documentos, juntamente com o plano de manejo, são exigências do MAPA para conceder a certificação. Ainda há a reunião do Núcleo Maria Rosa da Anunciação, realizada a cada dois meses, no qual comparecem os coordenadores de cada grupo e técnicos ligados ao Núcleo, como a disponibilizada pela parceria com a UEPG e os da Cooperativa Terra Livre, para discutir questões concernentes aos temas relacionados à certificação, à proposta agroecológica dos agricultores membros, à entrada de novos grupos e à gestão do Núcleo.

Quanto aos documentos envolvidos nas ações da cooperativa, estão o planejamento anual da produção dos agricultores em conformidade com a demanda do PAA e PNAE, recibos da entrega dos produtos e os comprovantes de pagamento pelos alimentos enviados pelas famílias, os quais, em conjunto com um modelo de caderno de campo exigido pela Rede Ecovida, são organizados pela Cooperativa em um quadro e distribuídos para cada cooperado. Além desse apoio no preenchimento de documentos da Rede Ecovida, a Cooperativa também age sobre denúncias, conforme foi relatado por um técnico da Cooperativa na assembleia ordinária de 2016, de agricultores que supostamente não respeitam as regras de participação e conformidade ecológica da Rede. A figura 7, a seguir, mostram algumas reuniões observadas nessas duas organizações, como também alguns dos documentos exigidos por elas:

FIGURA 7 - REUNIÕES DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA E COOPERATIVA TERRA LIVRE



FONTE: A autora (2018).

As ações em torno da agroecologia proporcionadas por essas organizações, em 2017, tinham o apoio de algumas instituições como: a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) na certificação orgânica; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMPRAPA) nas análises de solo e financeira das agroflorestas e no planejamento dos estabelecimentos para a expansão das mesmas; e do projeto Agroflorestar da Cooperafloresta e do Flora do Instituto Contestado de Agroecologia (ICA) para a consultoria e assistência técnica em SAFs e aquisição de equipamentos adaptados a esse sistema produtivo, ambos patrocinados pelo Programa Petrobrás Socioambiental. Essas parcerias configuram parte do diálogo de saberes presentes nas estruturas organizativas do Assentamento, em que técnicos e agricultores buscam trocar saberes em torno das práticas agroecológicas.

No contexto dessas parcerias, em especial por meio dos projetos Agroflorestar e Flora, por volta do ano de 2012, o Assentamento adota os Sistemas Agroflorestais (SAFs) como matriz produtiva agroecológica⁵¹ a fim de se alcançar maior diversidade produtiva, e, até o ano de 2017, foi possível verificar que praticamente todos os agricultores agroecológicos do Assentamento tinham iniciado suas produções de olerícolas e frutas em agroflorestas. A agrofloresta (ou SAFs) é, segundo Dubois (2008), um sistema de uso da terra no qual espécies florestais são intencionalmente utilizadas e manejadas em associação com cultivos agrícolas e/ou animais, havendo, continua Randolph *et alli* (2009), a manutenção da diversidade biológica pela conservação e/ou recuperação do ecossistema. A figura 8, a seguir, apresenta algumas fotos das agroflorestas visitadas a campo.

FIGURA 8 - AGROFLORESTAS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO, LAPA-PR



FONTE: A autora (2018).

⁵¹ Anteriormente aos SAFs, o Assentamento havia adotado como matriz produtiva agroecológica a horta ‘mandala’, conforme informam Souza (2010) e Valadão (2012).

Diante da trajetória do Assentamento descrita se observa um maior peso de questões socioambientais em suas estratégias, revelando a opção por uma maior valorização da lógica familiar agroecológica de produção e de vida. Nessa lógica que a racionalidade ambiental, conforme apresenta Leff (2006), leva com que aspectos substantivos tendam a guiar a racionalidade instrumental-empresarial, uma vez que outros fatores que não os econômicos tomam centralidade, como: a saúde, o autosustento, a produção saudável, o respeito aos ciclos da natureza, a 'produtividade agroecológica', a cooperação, o lazer, o acesso à educação agroecológica e ações/estratégias coletivas.

É possível aferir que a racionalidade ambiental identificada nas estratégias do Assentamento é incentivada pelas organizações do Assentamento - o MST, a Rede Ecovida de Agroecologia e a Cooperativa Terra Livre -, as quais, podem ser vistas como organizações substantivas, conforme o conceito apresentado por Guerreiro Ramos e Serva. Tratam-se de organizações que se aproximam das organizações substantivas descritas por Serva e Guerreiro Ramos por, algumas, possuírem registro oficial (cooperativas e associações), por serem ligadas a movimentos sociais e ambientalistas nacionais e internacionais, por conectarem o rural com o urbano (produção e consumo) e por possuírem um modelo de gestão parecida com a maioria das organizações produtivas substantivas analisadas pela literatura brasileira baseada nessa teoria. O interessante é verificar que a manifestação dessas organizações substantivas baseadas na racionalidade ambiental também estão presentes no meio rural, diferentemente do que Serva (1997) apresenta em sua conceitualização de organizações substantivas ao dizer que elas ocorrem quase sempre no meio urbano ou dos exemplos de organizações substantivas – todas urbanas - elencados na obra de Guerreiro Ramos e no artigo de Ventriss, Candler e Salm (2010).

Os dados colhidos a campo demonstram que o MST, a Rede Ecovida e a Cooperativa possuem uma estrutura organizativa semelhante à de organizações produtivas mais descentralizadas e participativas e se organizam fundamentadas em valores como a cooperação, a justiça social, a solidariedade, a sociabilidade, a autonomia, a emancipação, o entendimento, a igualdade e a ética da sustentabilidade. São organizações que aderem às bandeiras do movimento socioambiental mundial e nacional, reforçando a racionalidade ambiental por incentivarem e apoiarem a agroecologia dentre os agricultores envolvidos nessas organizações, a qual está orientada para o resgate de conhecimentos tradicionais e de experiências atuais dos agricultores com a absorção de novos conhecimentos socioambientais (ex. questões de gênero, produção de alimentos saudáveis para a população) orientados para

uma relação de coprodução com a natureza.

Assim, buscam pela melhoria da renda dos agricultores, mas não restringem suas ações na racionalidade econômica e dão prevalência à construção de ações baseadas na horizontalidade, na descentralização, nas relações em rede, na valorização da condição camponesa (PLOEG, 2008) em constante diálogo com conhecimentos técnicos e científicos hegemônicos em busca pela sustentabilidade ambiental e justiça social. Buscam, por meio da cooperação, acesso facilitado à tecnologias necessárias e adequadas as suas produções, que não agriam o meio ambiente, refletindo aspectos de uma produtividade ecotecnológica (LEFF, 2006). Destarte, ao considerarem elementos da natureza, aspectos da condição camponesa e os recursos e informações existentes da modernidade, projetando nessa a natureza e o tradicional, agem reflexivamente tendo como base a racionalidade ambiental, conformando o rural socioambiental (BRANDENBURG, 2017; LEFF, 2006).

Assim, compreender essas organizações enquanto substantivas de racionalidade ambiental é importante para este trabalho, pois os agricultores agroecológicos estudados são membros delas e ortogam a elas parte de sua representação no mercado, no Estado e na sociedade. Ou seja, essas organizações se encarregam de mediar muitas das relações existentes entre esses agricultores e o meio que os circundam. Nesse sentido, alguns aspectos racionais identificados na gestão das unidades de exploração familiares estudadas podem ser oriundas da mediação realizada por essas organizações, já que elas intermediam a venda de boa parte da produção para o mercado institucional (Cooperativa), determinam regras ecológicas de produção para que a produção seja certificada e, assim, comercializada como ecológica (Rede Ecovida com respaldo da Cooperativa), incentivam os agricultores do Assentamento a serem agroecológicos e propõem formas de manejo e planejamento produtivo (MST, Rede Ecovida e Cooperativa).

O tópico a seguir pretende apresentar alguns dados gerais dos agricultores agroecológicos do assentamento a fim de iniciar o levantamento de alguns dos aspectos racionais presentes na gestão de seus estabelecimentos, estando alguns ligados às ações das organizações substantivas aqui identificadas.

4.2 AS FAMÍLIAS AGROECOLÓGICAS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO: DADOS GERAIS E TRAJETÓRIAS

As famílias agroecológicas do Assentamento se dividem em 10 grupos de famílias, mas somente 7 grupos são certificados - referentes à 56 lotes certificados, dos quais foi possível levantar informações de 55 conforme explicado na metodologia deste trabalho. Os grupos certificados são formados por famílias próximas umas das outras e variam entre 9 à 31 titulares cada grupo, somando o total de 75 famílias, as quais reúnem 238 pessoas no total (incluindo crianças), sendo em média 4,3 pessoas por estabelecimento. Desse total, 106 são mulheres (45%) e 131 (55%) são homens, além de haver maior concentração de agricultores entre adultos – são 45% entre 30-59 anos -, seguido por 21% de crianças até 11 anos. Ainda, 43% (103) do total de pessoas envolvidas com a agroecologia possui o ensino fundamental incompleto ou completo, seguido por 16% (38) que possui ensino médio completo. Chama à atenção o grau de ensino dos 134 jovens e adultos, pois 44% (59) deles possuem ensino médio completo e estão presentes em 58% (32) dos estabelecimentos agroecológicos, o que aponta para uma significativa melhoria no acesso à educação e da qualidade de vida dos agricultores estudados, principalmente, nos últimos 29 anos. Essa melhoria relaciona-se à percepção de alguns dos agricultores entrevistados, conforme apresentado no início deste capítulo, das atuações do MST em torno do acesso à educação.

Mais do que a metade das famílias agroecológicas têm ao menos um membro que está no assentamento há 14 anos ou mais. E, antes de ali chegarem, a maioria delas já trabalhava na agricultura, e muitas conheciam o modelo de agricultura convencional, conforme relata a agricultora 10 “Somos tudo do campo ... [Plantávamos] ... fumo, feijão, milho, arroz ... Só no fumo, a gente usava veneno [...]”, ou o agricultor 1 “[...] Que nem no caso da horta e o que nós se alimentava, desde quando nós era pequeno, nós sempre fizemo, meio que sem químico. Daí, já o que era para o comércio e coisa, daí era meio convencional.”. Há também casos de agricultores que antes de serem assentados eram meeiros:

Que nem nós fazia, que arrendava a terra né, a gente se cansou porque nunca compravam nada. A gente produzia aquele mundo de milho, aquele mundo de feijão e tinha que dar tudo para o fazendeiro, e o que ficava para a gente era só para ir pagando as continhas, que a gente fez naquele período da colheita. Ficava sem nada (Agricultora 7).

Antes não tinha terra, tinha que pegar um pedaço de terra de alguém pra produzir nem que fosse produzir vinte sacos de milho e que se desse ia sobrar sete ou oito pra nós que o resto tinha que devolver pro patrão (Agricultora 2).

E, apesar de muitos do assentamento não terem uma ligação prévia com o MST antes do acampamento, foi possível notar casos em que famílias vieram de outros acampamentos ou assentamentos ligados ao movimento, como é o caso da agricultora 6 “Que nem daí, o meu marido ficou nos barraco lá, eles chegaram no barraco, ele tinha oito ano. Quando eles ganharam terra lá, ele tava com dezoito. Ficaram dez ano em baixo do barraco. [...]que nem, nós também, nascemo e se criamo assim, na lavoura.”.

Mesmo que seja marcante a experiência prévia dos agricultores estudados na agricultura convencional, conforme também foi levantado por Valadão (2012) em sua pesquisa no Assentamento, foi possível verificar outros casos em que já se praticava a agricultura agroecológica antes da chegada ao local:

Então, práticas agroecológicas que só quem tinha os bois, não tinha nome. Plantava soja no meio do milho. Hoje tem nome ... produção agroecológica sem veneno, sem né, hoje tem nome, mas naquele tempo não tinha. É colhido tudo na foicinha, até tenho uma foicinha aí, que eu puxava daqui até a estrada, cobria lá, depois ia a colhedeira, mais água, tá ... a cobertura de inverno era o trigo. Era o sustento para passar o ano, comendo pão. O arroz, o arroz plantava no meio da mandioca ... Daí ia lá, tinha o arroz, mandioca, pipoca, farinha de pipoca, porque daí ... produz um monte né [...]A única coisa que era usada por dentro, era já o, naquela época já existia o granulado para dar para as formigas. A única coisa de veneno e veneno pra rato no paiol. Era usado veneno. Daí o verme, carrapato, lembro que era dado alho-poró, dentro de um balde de milho, daí a vaca comia, daí uns três, quatro dia não dava para consumir o leite ... Imunizava ... Esterco era só usado na roça, tanto é que as vacas [...] ou era atrás de chiqueiro ou era atrás disso daí, onde era a hora, era a horta ... A compostagem já existia naquela época ... Era feito ia jogando no monte, daí tratava a vaca do leite com pasto no coxo, forragem do milho, umas palha e coisa e tal. Usava muito a tática de desfolhar do pendão das folhas do milho [...] E depois jogava no coxo, ela comia, depois juntava pegava, nós ia junto com o papai e jogava no monte. Daí depois pegava o esterco e jogava lá. O repolho dava assim ó [...]Então assim, a casa, tem uma calda que era usada na época, e hoje em dia ainda usa, que é a tal da bordalesa (Agricultor 3).

É agroecológica, a colônia, assim era uma área só de polaco. Então, era tudo, trabalhado assim, manual, com cavalo, arado ... Só plantava para o gasto [...] Que daí, o pai dava assim, o dinheiro que ele ganhava, ele criava uns porco. Porco, assim criação, um monte de criação. Então, ele vendia isso, para comprar alguma outra coisa que precisasse. A roupa, um calçado, assim [...] Faxinal. Daí, não tinha dono. Ninguém mandava ... A vida, era uma vida assim, muito boa. Ele tinha o que comer, né. Então se tinha o que comer, não gasta dinheiro. Dinheiro é só para comprar... (Agricultor 4).

As experiências passadas trazidas por esses relatos envolvem o trabalho na agricultura em terra própria, ocupadas pelas famílias ou de terceiros. Dentre os que praticavam a agricultura convencional havia produção mais diversificada para o autoconsumo, muitas vezes sem o uso de defensivos como aponta o agricultor 1, e a produção para venda tendia a ser

convencional incorporando aspectos de uma lógica mais empresarial no modo de trabalhar, em que procurava-se diminuir a penosidade e o acesso facilitado a mercados por meio da adoção desse modelo. Os agricultores que eram meeiros apontam as dificuldades em torno desse tipo de relação de vida e de produção baseada na exploração, sugerindo a valorização da autonomia enquanto contraponto e escolha de suas realidades atuais de assentados da reforma agrária. Há também os casos de agricultores que vem de uma história familiar de busca pela conquista da terra, reforçando a valorização da busca pela autonomia notada nas experiências passadas dos agricultores estudados.

E os agricultores com experiências anteriores na agroecologia, revelam que a prática estava incrustada de tal forma no cotidiano e história das famílias que não se utilizava essa terminologia, simplesmente se reproduzia aquele tipo de agricultura enquanto um saber tradicional. Essas percepções ressaltam a racionalidade ecológica trazida na tradição de muitos agricultores, mesmo entre aqueles que produziam convencional, pois parte de suas produções era cultivada de maneira ecológica, corroborando com a associação da racionalidade ecológica feita por Toledo e Ploeg à agricultura familiar. A percepção e resgate da realidade agroecológica de suas práticas passadas destaca a reflexividade atual desses agricultores, uma vez que aciona um saber herdado, presente na memória e na trajetória dos agricultores, que agora é utilizado de forma consciente, reflexiva em seus projetos de vida. Tal reflexividade adiciona ao resgate dos saberes tradicionais outros aspectos políticos, tecnológicos, econômicos e culturais da modernidade, muitos dos quais frutos da interação dos agricultores com outros atores sociais da agroecologia, tornando esse modo de vida e produção uma opção deliberada e consciente dos agricultores em suas ações atuais e de seus projetos futuros.

Os agricultores 3 e 4 mostram que a produção agroecológica que praticavam envolvia bastante diversidade e também penosidade, além de boa parte dela ser destinada ao autoconsumo, fato muito valorizado pelo agricultor 4. Ainda o agricultor revela que sua família praticava faxinal em que as relações em torno da produção se davam de forma coletiva. O agricultor 3 detalha mais a prática agroecológica praticada por sua família, onde já utilizavam técnicas que hoje podem ser entendidas como novidades para alguns agricultores, como a consórcio de cultivos (mandioca/arroz), tratamento natural para pragas em animais, a compostagem e a calda bordalesa, demonstrando como as técnicas agroecológicas bastante difundidas hoje em dia se baseiam em um diálogo com os saberes tradicionais dos agricultores. Essas experiências expõem o saber e relações conscientes trazidos por esses

agricultores para as suas práticas atuais, reforçando a lógica de gestão familiar agroecológica por valorizarem aspectos trazidos de suas experiências passadas como a relação de complementariedade com a natureza, de cooperação comunitária e autonomia.

Ainda, dentre as famílias entrevistadas seis já tiveram pelo menos uma pessoa com experiência anterior como bóia-fria ou empregado assalariado agrícola em cultivos convencionais. Já 56% (31) delas, possui algum membro que já trabalhou em ofícios não agrícolas no passado, principalmente em trabalhos autônomos em meio urbano como o ligado à construção civil e de serviços gerais. Também foi possível levantar dois casos de famílias que vieram da cidade e que não trabalhavam economicamente na agricultura, podendo ser consideradas neorurais. Um desses casos é o do agricultor 12:

[...] eu nasci em São João do Ivaí. ... Lá [meu avó] trabalhava com algodão. ... lá era diária para eles [...] devia ter uns quatro, cinco anos [quando fui pra Curitiba] [...] É, daí em Curitiba, meu pai virou, ajudante de pedreiro, vigilante... muita coisa. Daí ele faleceu [...] Mas é assim, é o contato que eu sempre tive com a terra, né. Lá em Curitiba mesmo, era muita horta, no terreno deles, assim [...] [Fiz] Um monte de coisa. Eu fui vendendor, fui lojista. Eu com doze, treze anos de idade, eu entregava jornal no centro de Curitiba. Eu comecei muito cedo. Muito cedo, eu comecei. [...] Fui metalúrgico, eu tenho dez anos de carteira assinada. Fui metalúrgico, trabalhei com pintura, com galvanização. Serviço de pedreiro, eu faço. [...] Daí [meu cunhado] disse, ah venha para cá, para vocês né... trabalhar a agroecologia [...] É, é uma coisa que eu tenho prazer [...] Eu gosto muito daqui, eu gostei muito do interior. De morar no mato. Então, eu nem me vejo mais morando na cidade, assim. Eu quero ter uma casa melhor, mas no campo mesmo. Porque a vida no campo para mim, me atrai mais assim, eu acho que... tanto em criar minha filha, como a alimentação, o sossego, a tranquilidade. Então, para mim, aqui ...(Agricultor 12).

Nesse caso, a ligação com a terra e a agricultura vem da história dos avós e da horta que cultivavam no quintal da casa na cidade. Assim, a experiência prévia que possuía era da agricultura urbana para a autossustentabilidade que coexistia com outras atividades econômicas em comércio ou como empregado assalariado na metalurgia, por exemplo. A vinda para o meio rural se deu em função de trabalhar em algo que lhe dá prazer e na busca por melhor qualidade de vida. Além disso, alguns dos agricultores evidenciam ocupações anteriores em organizações do Assentamento, como relata o agricultor 4:

[...] nós viemos para limpar, para fazer limpeza ... Ajudar a construir, a abrir a escola. Porque daí eles tinham combinado de vim, e daí ia ser refugiado aqui na escola latino-americana de agroecologia. Daí nós fiquemos ali, viemos dez família e fiquemos ai, fizemos um controle e montamos um acampamento. E, daí dali, viemos e moramos ali na escola, três anos. E daí depois nós passamos... fiquemos na primeira turma ali dos alunos junto. Assim, eu era coordenador da escola, ali, um tempo. Fazendo escritura, ficava cuidando da escola quando os alunos entravam de férias (Agricultor 4).

Nesse sentido, por mais que ocupações relacionadas com a agricultura (bóia-fria, empregado assalariado agrícola e trabalho nas organizações do Assentamento – coordenador da ELAA), destacam-se os conhecimentos trazidos pelos agricultores que já tiveram ofícios não rurais em meio urbanos. Esses carregam em suas experiências passadas outras formas de se relacionar com o mundo, não só aquelas dadas a partir da agricultura, podendo, dessa forma, trazer outros elementos racionais à gestão de seus estabelecimentos. Isso fica evidenciado no caso da família do agricultor 12, cuja companheira é enfermeira e realiza cálculos de retorno de investimento do estabelecimento comparando diferentes plantações tendo como base o conhecimento prévio que adquiriu na universidade em torno da aplicação desses cálculos.

Em relação às ocupações atuais, os dados coletados a campo indicam que 45% (105) do total de pessoas do universo pesquisado trabalha só no estabelecimento, 27% (64) trabalha tanto no estabelecimento como fora dele e somente 0,04% (10) trabalha integralmente fora dele, demonstrando, assim, a permanência da centralidade do trabalho na agricultura pelas famílias, mas também a complementação pela pluriatividade e trabalhos agrícolas fora do estabelecimento. Dentre as atividades não agrícolas fora do estabelecimento se destaca aquela relacionada com as atividades das organizações ali presentes, as quais reúnem membros de 25% (14) das famílias agroecológicas, sendo algumas delas o trabalho na cozinha do ELAA, no quadro administrativo e técnico da Cooperativa, de motorista dos caminhões da Cooperativa e de técnicos ligados ao Núcleo Maria Rosa da Anunciação. O envolvimento com atividades das organizações locais tende a reforçar a racionalidade ambiental existente, pois o dia-a-dia desses agricultores encontra-se envolvido com a aproximação de aspectos da lógica empresarial (cálculos financeiros, procedimentos burocráticos, maximização recursos) com a da lógica familiar agroecológica (cooperação, autonomia, ética da sustentabilidade, justiça social, produtividade ecotecnológica) em direção a uma relação mais harmônica entre sociedade e natureza.

A expressiva maioria das famílias pratica a agroecologia há cinco ou mais anos, demonstrando a constância desse modelo produtivo e de modo de vida no local, principalmente após o início das vendas aos canais institucionais iniciados pela Cooperativa Terra Livre. Agricultores que praticam a agroecologia há 10 anos ou mais correspondem à 58% (32) do total de estabelecimentos, seguido por 25% (14) de estabelecimentos entre cinco e 10 anos. Vale ressaltar que mesmo nos casos em que estabelecimentos são compartilhados entre mais de uma família (22% do total de estabelecimentos), sendo parentes ou não, a

produção das unidades de produção - geralmente separadas - são agroecológicas. Assim, mais uma vez, percebe-se a influência das ações das organizações substantivas do Assentamento em torno do estímulo e apoio à agroecologia entre os agricultores estudados.

As informações adquiridas pela análise documental dos planos de manejo indicam que as produções agroecológicas dos agricultores estudados, no geral, envolvem a horta/agrofloresta, o cultivo de grãos e a criação de animais. Parte dessa produção é destinada ao autoconsumo das famílias e dos animais e outra à venda no mercado. Do total de estabelecimentos entrevistados, 95% (52) produzem alimentos para o consumo da família e dos animais, 66% (36) produzem parte dos insumos utilizados na produção agroecológica e 73% (40) produzem plantas medicinais para agir na saúde dos familiares. As produções voltadas ao estabelecimento familiar são indicativas da busca pela autonomia dos agricultores, como também da aproximação com a natureza, uma vez que buscam por seus próprios meios e técnicas ecológicas atender demandas internas (saúde ou produção) em que se observa potencial ecológico da produção local.

A produção agroecológica destinada à venda envolve 52 agricultores certificados pela Rede Ecovida e se concentra em produtos oriundos da horta, da lavoura e da agrofloresta, envolvendo a comercialização de 134 itens entre grãos, legumes, frutas, folhosas e tubérculos *in natura* e é realizada, predominantemente, por meio da Cooperativa Terra Livre. Apesar da forte presença da Cooperativa para a comercialização coletiva da produção dos agricultores agroecológicos do assentamento, existem cinco casos em que há iniciativas comerciais individuais sistemáticas como a venda de cestas ou determinados produtos orgânicos nos municípios de Curitiba ou da Lapa. Ainda 14 famílias (25%) produzem alimentos tanto agroecológicos quanto convencionais. A produção convencional envolve grãos, leite, verduras e/ou frutas, sendo os grãos vendidos a uma Cooperativa situada em um município vizinho, o leite a um laticínio de Witmarsum que faz a coleta na casa dos agricultores, e as verduras e frutas à empresas de municípios vizinhos, principalmente Araucária. As empresas que compram leite e verdura/frutas estabelecem acordos informais com os produtores semelhantes ao modelo de integração, mediante a venda exclusiva da produção em troca da coleta do produto na casa do agricultor e do fornecimento de crédito para o investimento em estrutura, insumos e defensivos providos pelo comprador, cujo pagamento é descontando dos agricultores na hora da compra dos produtos.

Quanto às formas de trabalho, a tabela 1 a seguir indica as existentes dentre os agricultores agroecológicos pesquisados:

TABELA 1 - FORMAS DE MÃO-DE-OBRA ENTRE OS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO

Mão de Obra	Qtd agricultores	%
Familiar	55	100%
Mutirão	35	64%
Troca de dias	30	55%
Empregado temporário	13	24%

FONTE: A autora (2018).

Predomina o trabalho familiar em todas as famílias, sendo que 80% (44) das famílias complementam com troca de dias e/ou mutirão com os vizinhos e 24% (13) também contratam em épocas de maior intensidade de trabalho empregados temporários. Assim, observa-se que aspectos da lógica familiar agroecológica em torno das formas de trabalho tendem a prevalecer, em que há a predominância do trabalho familiar com complementação da cooperação da comunidade. A contratação de empregados temporários aproxima 13 famílias da lógica de gestão empresarial, contudo, como se trata de casos em que a contratação é incidental ao longo do ano, prevalente em períodos de maior intensidade do trabalho, tende a denotar o balanço que esses agricultores realizam em torno do trabalho em seus estabelecimentos, no qual há a absorção de aspectos da lógica instrumental dominante, mas ao lado da conservação de aspectos da lógica familiar centrada na predominância do trabalho familiar com a cooperação da vizinhança.

Dentre os equipamentos de trabalho utilizados nos estabelecimentos estão o trator por 78% dos agricultores, o microtrator por 11%, o tratorito e a tobata por 22%, a roçadeira por 42% e a tração animal por 29%, conforme pode ser visto na tabela 2, seguir:

TABELA 2 - MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO EM SEUS ESTABELECIMENTOS

Maquinário	Origem			% que usa esse tipo de maquinário/equipamento
	Cooperativa Terra Livre	Alugada ou emprestado de terceiros	Próprio	
Trator	36	7	-	78%
Microtrator	2	1	3	11%
Tratorito	11	1	-	22%
Roçadeira	6	1	16	42%
Tobata	8	1	3	22%
Tração animal	-	3	13	29%

FONTE: A autora (2018).

Poucos são os maquinários próprios (seis famílias possuem microtrator ou tobata próprias), a maioria dos agricultores acessa, preferencialmente, os da Cooperativa⁵², e alguns alugam de terceiros ou emprestam. A tobata, tratorito e microtrator, em função do porte, são mais utilizados na horta/agrofloresta e o trator nos cultivos de grãos e preparação da terra. Contudo, apesar de haver a disponibilidade de maquinário mais adequado a produção agroecológica local (SAFs), ainda são poucas as famílias que o utiliza, talvez pelo fato do microtrator e tratorito terem sido uma aquisição recente da Cooperativa no ano em que foi levantado os dados do questionário coletivo. Destaca-se também, a aquisição da Cooperativa⁵³ de dois outros equipamentos a serem utilizados nas agroflorestas - também pouco conhecidos pelos agricultores no momento do levantamento de dados em função da compra recente -: o cata-capim que corta e prensa a biomassa gerada pela poda das árvores para serem posteriormente utilizados como material de cobertura dos SAFs; e um equipamento de poda de árvores que evita com que os agricultores tenham que subir em árvores de grande porte para realizar esse trabalho. Ainda é possível observar que somente 16 agricultores possuem roçadeira própria e 13 deles permanecem utilizando a tração animal em seus cultivos, o que sugere que, nesses casos, há a permanência de mais aspectos do modo de trabalho mais tradicional, o que deve envolver maior intensidade. Também há o aumento para 76% (42) das famílias entrevistadas do uso de insumos orgânicos na produção desde que se tornaram ecológicos, sendo parte produzida no próprio estabelecimento e outra parte substancial, segundo observações a campo, obtida no mercado por meio da Cooperativa.

Nesse sentido, apesar de haver a introdução de tecnologias que colaboram para a produtividade ecotecnológica levantada por Leff (2006) e do desenvolvimento da dimensão técnica da agroecologia apresentada por Sevilla-Guzmán (2006) - evidenciando a racionalidade ambiental envolvida no uso delas, uma vez que há o uso de modos de produção que mesclam modos tradicionais (predominância do trabalho familiar com complementação do mutirão e troca de dias, uso de insumos internos ao estabelecimento, uso da tração animal) com influências produtivas da sociedade englobante, mas adaptadas a produções agroecológicas (uso de tecnologias, compra de insumos externos e contratação de trabalho temporário) -; elas ainda são apropriadas de forma limitada pelos agricultores, podendo sugerir uma resistência entre aqueles mais apegados a modos tradicionais de produção ou uma

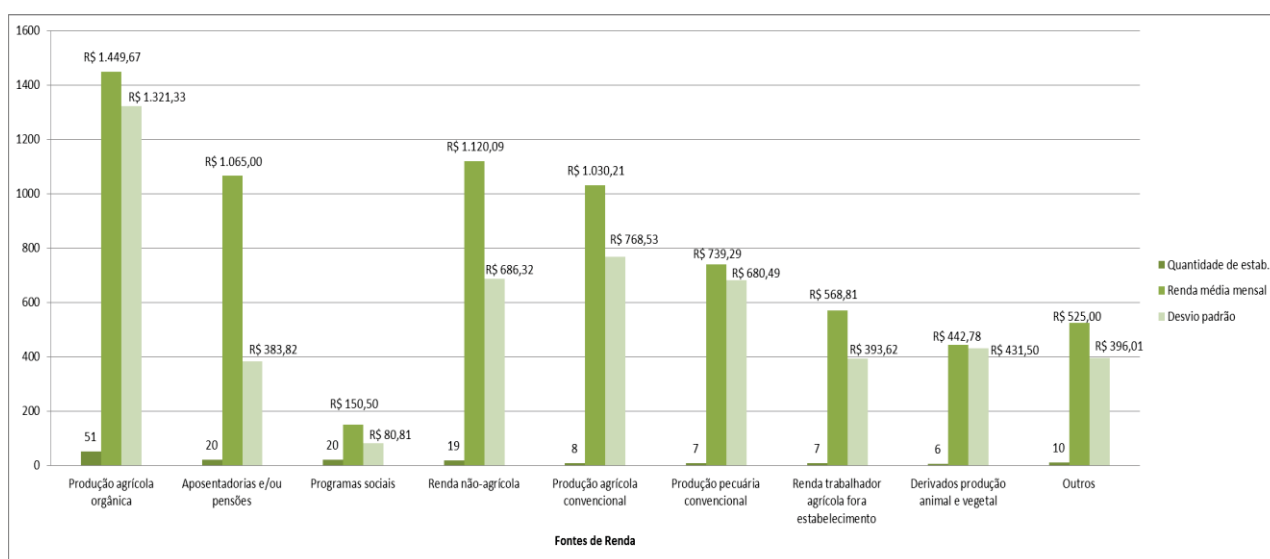
⁵² Destaca-se que, dentre as regras de conformidade ecológica, as plantações agroecológicas devem utilizar maquinários que não são utilizados nas produções convencionais.

⁵³ As aquisições de equipamentos mais adaptados aos SAFs realizadas pela Cooperativa Terra Livre foram, na maioria, executadas por meio dos fundos dos projetos Agroflorestar e Flora.

difficuldade entre aqueles que desenvolveram um modo de produzir a partir de referências externas ditadas pela proposta da agricultura mais convencional.

A origem e média da renda das famílias estudadas são apresentadas no gráfico 2, a seguir:

GRÁFICO 2 - RENDA MÉDIA MENSAL, DESVIO PADRÃO E QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS FAMILIARES DE CADA FONTE DE RENDA ACESSADAS PELAS FAMÍLIAS AGROECOLÓGICAS DO ASSENTAMENTO



FONTE: A autora (2018).

A renda média mensal das famílias agroecológicas do Assentamento gira em torno de R\$ 2.618,48, sendo composta, principalmente, pela venda da produção ecológica para 93% (51) dos entrevistados, seguida pela aposentadoria/pensão para 36% (20) deles, de políticas públicas de assistência social para 36% (20) e de trabalho não agrícola para 35% (19). Dos 14 agricultores que produzem também convencional, somente 5 deles – que representam 0,09% do total de estabelecimentos agroecológicos - obtêm da venda dos alimentos convencionais renda maior da obtida na venda dos agroecológicos. Frente a essas informações, observa-se a predominância da agroecologia enquanto fonte de renda para as famílias estudadas do assentamento, por meio da venda dos produtos agroecológicos pela Cooperativa para os mercados institucionais. Ainda, quando é analisado o desvio padrão das fontes de renda mais acessadas pelas famílias, é a venda da produção agroecológica a fonte que possui menos oscilação de valores entre aqueles que a acessam e a aposentadoria/pensão a que mais se distancia da média entre aqueles que a acessam, o que chama a atenção para a renda não agrícola, já que o desvio padrão desta indica menos distanciamento da média do que o da

aposentadoria/pensão. Tal situação destaca, mais uma vez, a pluriatividade presente entre 35% dos agricultores agroecológicos do assentamento, demonstrando a importância do trabalho não-agrícola e fora do estabelecimento para o balanço trabalho/consumo das famílias.

Além do PAA e PNAE e da previdência social, outra política pública figura entre as três fontes de renda mais acessadas: o bolsa família acessado por 20 famílias. Nesse sentido, os programas governamentais são os principais responsáveis pelas rendas das famílias entrevistadas, tendo papel de destaque o mercado institucional. Ainda, mesmo que não conformador da renda dos agricultores, há outra política pública acessado por 29% (16) deles, o PRONAF (custeio ou investimento) ou Mais Alimentos⁵⁴, os quais demandam dos agricultores um projeto técnico a ser elaborado por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do Estado ou município, prazos para a aquisição dos itens envolvidos no pedido de crédito e apresentação das notas fiscais das compras efetuadas em conformidade com o que foi orçado (MDA, 2018).

Há um entendimento entre os agricultores assentados, conforme também observaram Borsatto e Carmo (2013b) em seu trabalho, do papel e importância das políticas públicas para a melhoria de suas vidas, conforme explica o agricultor 4:

Porque o acampamento, de uns tempo para cá, ele tem pouca ajuda, né. No começo do acampamento, uns 20 ano atrás ou mais, tinha muita ajuda, assim uma cesta básica. As vezes você vai para o acampamento, e não tem ganho, não tem nada. É, eu não sei, eu não tinha celular, não tinha bolsa-família, não tinha nada. De uns tempo para cá que melhorou, hoje eu tenho. Nós não tinha nada disso, nada, nada [...] produto, sabendo o preço. Porque não adianta, eu produzir o produto, eu sei que esse produto vai ter um custo, vai ter adubo, tem serviço meu ... E daí, entra governo, sai governo, nunca era para mudar. Sempre falaram assim, das políticas do Lula, que o Lula que criou né, esse tipo de programa. Para o agricultor vender o produto, sabendo o preço né. E, agora, depois que começou a mudar esse governo, de um lado que não é a favor nosso, nós não botamo muito na fé. Sei lá... (Agricultor 4).

Há uma avaliação de que políticas de assistência social como o bolsa-família, e de segurança alimentar e nutricional como o PAA e o PNAE, principalmente, proporcionam melhores condições de vida e dignidade aos agricultores, uma vez que fornecem uma renda ‘garantida’ às famílias, facilitando o planejamento econômico delas, denotando uma dependência econômica dos agricultores agroecológicos estudados às políticas públicas acessadas.

⁵⁴ É um programa de crédito para investimentos em infraestrutura produtiva dos estabelecimentos agrícolas familiares (MDA, 2018).

No que diz respeito à gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos do Assentamento, as informações dessa caracterização geral destacam alguns elementos que se aproximam da lógica de gestão familiar agroecológica e da lógica de gestão empresarial. Entre aqueles afinados ao modo camponês de fazer agricultura está o trabalho cooperativo, não só da família no estabelecimento, mas da troca de dias e da prática de mutirão com vizinhos. Também se destacam: o destino de parte da produção para o autoconsumo (autonomia), a prevalência dos mercados alternativos na comercialização dos produtos agroecológicos (PAA, PNAE, sacolas), a diversidade produtiva, a pluriatividade, a cooperação na compra de insumos e uso de maquinário e o acesso a tecnologias adaptáveis as produções agroecológicas. Dentre os elementos que se alinham mais a lógica da gestão empresarial estão a externalização, mercantilização e especialização da produção convencional dos 14 agricultores que mantêm essa produção paralela, a marcante dependência a compra de insumos agroecológicos externos aos estabelecimentos, assim como os controles e procedimentos externos daqueles que acessam crédito. Essas questões e outras serão melhor examinadas no capítulo 5, a seguir, uma vez que nele o foco de análise está dentro dos limites internos dos estabelecimentos familiares agroecológicos, sendo possível, assim, conhecer com mais profundidade a dinâmica entre as racionalidades ali presentes, sejam elas originadas internamente ou sejam elas originadas externamente.

5 OS PROCESSOS DE GESTÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIARES AGROECOLÓGICAS: UMA ANÁLISE DAS RACIONALIDADES NELES PRESENTES

Este capítulo foca a análise das racionalidades na gestão dos estabelecimentos agroecológicos dentro dos limites das unidades de produção familiares, por meio de três processos de gestão. O primeiro processo, ‘Objetivo(s) do estabelecimento familiar agroecológico’, aborda as finalidades das atividades econômicas dos estabelecimentos estudados tanto no presente como no futuro. Os outros dois processos abordam os meios para atingir as finalidades buscadas pelos estabelecimentos familiares estudados. Assim, o segundo processo, ‘Estratégias produtivas, de renda e de trabalho’, abrange as estratégias produtivas, as fontes de renda que são utilizadas no estabelecimento familiar e os modos de organização da produção e do trabalho. E o último processo, ‘Formas de controle’, compreende as maneiras como os agricultores realizam seus controles e cálculos da renda e da produção, enfatizando as formas construídas pelos próprios agricultores e as prescrições externas exigidas ou que influenciam a gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos.

A intenção é a de mostrar como a gestão se dá a partir desses três processos, e, ao revelá-la, discutir as racionalidades nela presentes. Compreende-se que o foco no estabelecimento familiar permite desvendar com mais profundidade as racionalidades presentes na gestão desses estabelecimentos, ao expor como o agricultor dialoga e interpreta o modo camponês de fazer agricultura em sua constante interrelação com fatores externos à unidade de produção - no âmbito da comunidade, do mercado ou governamental. Os dados aqui tratados englobam aqueles coletados na fase individual da pesquisa, pois se focam nos aspectos relacionados à gestão interna dos estabelecimentos. Em alguns momentos, esses dados são complementados por aqueles coletados na fase coletiva para que seja possível relacionar e problematizar a realidade dos casos individuais estudados com a do universo da pesquisa e aprofundar o entendimento de como o ambiente externo a esses estabelecimentos podem (re)organizá-los. Ainda, o último tópico deste capítulo apresenta uma síntese conclusiva das racionalidades discutidas nos três processos de gestão estudados, demonstrando as interrelações entre elas e como orientam a gestão dos estabelecimentos familiares dos agricultores agroecológicos do Assentamento Contestado.

5.1 OBJETIVO(S) DO ESTABELECIMENTO FAMILIAR AGROECOLÓGICO

Os objetivos do estabelecimento familiar agroecológico referem-se às finalidades buscadas pelos agricultores em torno da atividade produtiva de seus estabelecimentos. Nos estudos sobre o tema da racionalidade nas organizações, a análise dos objetivos se faz presente para conhecer o padrão orientador geral das ações das organizações, como pode ser visto em Serva (1997). Sendo o foco desse processo de gestão as finalidades/objetivos (fim), há uma conexão direta ao conceito weberiano de racionalidade instrumental (a associação entre meios, fins e consequências de um pensamento econômico-técnico). Contudo, como o próprio Weber reconhece, é impossível, em situações concretas, disassociar essa racionalidade da racionalidade substantiva, uma vez que essa pode atribuir valores aos meios utilizados e/ou aos fins pretendidos. Nesse sentido, a análise desse processo de gestão procura desvendar os fins buscados pelos estabelecimentos familiares agroecológicos de maneira a auxiliar na compreensão das racionalidades instrumental e substantiva apreendidas nas análises dos tópicos subsequentes deste capítulo.

Quando se fala em ‘objetivos’, entende-se que eles não se circunscrevem somente às finalidades associadas às ações apreendidas no atual momento, mas também ao que os sujeitos almejam realizar no futuro, pois essa pretensão influencia o que está sendo realizado no presente. Desse modo, nesse processo de gestão são analisados, primeiramente, as racionalidades dos objetivos atuais dos estabelecimentos familiares agroecológicos refletidos no que as famílias agricultoras buscam com suas atividades econômicas no presente para, na sequência, estudar as racionalidades envolvidas nas perspectivas e projetos futuros das mesmas.

5.1.1 Objetivo(s) dos estabelecimentos familiares agroecológicos

O principal objetivo das atividades econômicas realizadas nos 12 estabelecimentos agroecológicos estudados visa, via de regra, o atendimento da subsistência, conforme demonstra o agricultor 3 “O objetivo do meu trabalho é suprir as necessidades [...] Primeiro, de matar a fome.”, ou o agricultor¹⁰ “Sobreviver né ... Que nem eu falei, para se manter né. Ter uma cama boa, uma casa [...] É, o trabalho aqui, ao final de contas, é necessidade ... Porque se nós não trabalhar, nós não temo, né? Para comer.”, ou a agricultora 5:

É a tua empresa, o mais importante dela é o quê? É você ter a comida. Eu não vou vender o alface, não tem problema. Mas eu vou ter que ter ele para comer. Eu não vou vender o milho? Não tem problema. Mas eu vou ter que ter para comer. Qual que é a nossa necessidade principal? ... É a comida ... Agora, se eu tiver só alface, eu não vou almoçar, tomar café e lanchar e tudo, só com alface. Eu tenho que ter uma mandioca, eu tenho que ter uma batata, tenho que ter abobrinha. Eu tenho que ter um porco, eu tenho que ter uma galinha, eu tenho que ter um queijo, eu tenho que ter tudo. Porque um carneiro e um boi, eu coloco no freezer, eu tenho carne. Eu carnei uma galinha, eu carnei um porco, eu tenho banha e eu tenho carne. Eu... eu vou comer [...] Então, o que que eu vou comprar no mercado? O que que eu vou fazer na minha empresa? Pegar e... E isso eu tenho que ter. Pode ser, eu vou vender ou não vou vender. Entendeu? Então, eu não vou precisar de ir trabalhar, porque eu posso ali no mercado, deixar de comprar uma bolacha, e deixar de comprar uma roupa, mas isso não vai me matar (Agricultora 5).

O relato da agricultora 5, além de reafirmar o primeiro objetivo do estabelecimento ser o atendimento das necessidades familiares imediatas (a subsistência alimentar), aponta que para atender esse objetivo a família precisa ter um sistema de produção diversificado. A agricultora complementa dizendo que a importância da diversificação produtiva está na possibilidade de se prevenir de momentos em que a família não consegue gerar renda suficiente, mas que, ao menos, consegue sobreviver com a sua produção. Esse entendimento é o mesmo do agricultor 1, para o qual o trabalho na agricultura dá a possibilidade de ‘sobrevivência’ da família em momentos de instabilidades, crises: “Se a gente se debruçar, produzir uma criação, ter uma horta, ter meio que a subsistência [...] Por mais que venha crise grande lá, você aqui consegue ...”. Essas falas, além de evidenciar que o estabelecimento familiar é uma unidade que reúne produção e consumo, reforça um aspecto típico da agricultura familiar: a retração da atividade econômica familiar em épocas desvantajosas de mercado ou frente à instabilidades que diminuem ou anulam a renda da família (intempéries, atrasos de recebimento da renda etc). Reflete um traço do modo camponês de fazer agricultura levantado por Ploeg (2008; 2015), Wanderley (2009), Bernstein (2009), Thorner (1966) e Kerblay (1966), quando analisam os fatores que garantem uma maior competitividade/sobrevivência das unidades econômicas camponesas e da agricultura familiar quando comparadas às empresas agrícolas, as quais, nessas condições iriam à falência.

Mas, a subsistência alimentar do estabelecimento, apesar de principal, não é o único objetivo dos estabelecimentos estudados, como é possível apreender da fala do agricultor 1:

[...] que nem a gente que tem essa área, tentar tirar dessa área, meio que, vamos dizer, a nossa subsistência e até nosso futuro, na verdade. Se você tem, como no meu caso, quatro alqueire. Se eu não conseguir, nesses quatro alqueire produzi, pode ser verdura, pode ser morango, pode ser roça. Se eu não posso viabilizar aqui, acaba daí ficando meio que, sem sentido, isso daqui. Só que, que nem eu ia dizer, nós tem uma grande dificuldade aqui ... É, que nem nós falamos antes. A primeira ideia é

tirar a subsistência, né? Mas, também você tem que produzir e tirar alguma coisa, para tentar evoluir, né. Melhorar a casa, enfim. Todo ser humano, ele tem isso, né. De tar buscando melhorar um pouco a situação. Então, a gente aqui também pensa nisso [...] nós entendemo que, na verdade, as nossas raiz já é meio que ligada nisso. Eu acredito, mesmo que, até pelo estudo que nós tentamos fazê ... O que, vamos dizer, o que meio que sobrou para nós foi isso. Se nós fôssemos para a cidade, tentar buscar outro emprego, nós não ia conseguir. Tem o desemprego. Mas que também não ia viabilizar, como nós, hoje aqui (Agricultor 1).

O agricultor 1 esclarece que para além da subsistência, os estabelecimentos familiares buscam também atender outras necessidades materiais da família, como a melhoria do domicílio familiar e a empregabilidade, pois, em função da sua história e experiência sua melhor possibilidade de trabalho é na agricultura, o que é proporcionado pelo acesso à terra. Outras necessidades materiais foram apresentadas como: pagar as contas da casa e as necessidades vestuárias dos filhos como levantado pelas agricultoras 6 e 8 ou adquirir um automóvel apontado pela companheira do agricultor 3. A aquisição de itens relacionados à qualidade de vida material das famílias também foi levantada por 40% (22) dos agricultores agroecológicos do Assentamento na entrevista realizada na fase coletiva.

Vale destacar que, por mais que os agricultores analisados não tenham mencionado diretamente o atendimento das necessidades produtivas quando questionados sobre o objetivo de seus estabelecimentos, é possível observar que a indicação da importância de um sistema produtivo diversificado para atender as necessidades familiares envolve a produção de insumos internos e/ou compra/aluguel de recursos externos para que isso seja possível. Dessa forma, atender os objetivos do estabelecimento familiar agroecológico também implica produzir e ter renda suficiente para arcar com as necessidades produtivas que, como visto nos relatos anteriores, tem como principal destino o atendimento das necessidades familiares.

O que se apreende é que o principal objetivo das atividades produtivas e econômicas realizadas nos estabelecimentos familiares agroecológicos estudados é o atendimento das necessidades familiares materiais que garantam a sobrevivência, a reprodução da mão de obra familiar e uma vida digna (fim): primeiramente da subsistência alimentar da família e, na sequência, de outras necessidades familiares materiais. Essa constatação é sustentada por uma característica típica da agricultura familiar e reforçada quando os agricultores adotam a agroecologia: a indivisibilidade entre unidade de produção (trabalho) e de consumo (família). Trata-se de uma junção entre produção e consumo voltada, primeiramente, para o atendimento das necessidades familiares, como indicam as falas dos agricultores acima. A produção (meio) gera trabalho (fim) e está destinada ao autoconsumo (fim), bem como à

venda no mercado para a compra de itens que atenderão as necessidades materiais da família (fim). Com isso as famílias buscam garantir a sua reprodução social.

A partir desses relatos, é possível perceber um distanciamento ao modelo empresarial, uma vez que os estabelecimentos estudados não são exclusivamente unidades de produção em que a família está apartada e que visa o lucro, como é o caso de empreendimentos capitalistas. Como bem observa Chayanov (1974) as unidades econômicas camponesas reúnem no agricultor o papel de gestor/proprietário e trabalhador, sendo impossível separar os interesses do agricultor-trabalhador com o do agricultor-gestor, o qual procura gerar a melhor renda possível, considerando, principalmente, os interesses do agricultor-trabalhador (emprego e o atendimento das necessidades familiares). Além disso, continua Chayanov, Wanderley (2009) e Ploeg (2015), a prioridade pelo atendimento das necessidades familiares (trabalho e consumo) não devem ser confundidas com o lucro. Os extratos das entrevistas com os agricultores 3 e 12, apresentados a seguir, ajudam a compreender o distanciamento ao lucro nos objetivos dos estabelecimentos familiares agroecológicos estudados:

[...] A gente tem os objetivo mais específico né, que é viver bem [...] Então, se hoje eu vivo com 1000 reais e tô vivendo tranquilo, é que nem aquela fábula do índio e do branco, né? O índio deitado na rede lá, e uma manga dali ele levantava e comia uma manga e deitava de novo na rede. Daí chegou o branco: o bicho, porque você não pega isso aqui e começa tudo, colhe tudo e leva na cidade, pra vende e pra ganhá dinheiro. Mas ganhar dinheiro para que? Para você ser feliz? O índio dá uma pensada, cata uma manga e deita na rede e fica pensando. Por quê? ... Eu tenho tudo aqui. Eu não preciso nem subir na mangueira para apanhar uma manga. A que tá madura, ela cai, eu vou lá e como. Então, a consciência [...] O padrão de vida. Eu ainda tô correndo atrás da máquina. Porque eu não produzo arroz, eu ainda não produzo yajimoto para fazer o óleo [...] Arroz, o trigo agora [...] A renda não é o mais importante só que é necessária. Pensar na questão da renda [...] Claro que para mim andar, botar gasolina na minha moto, que eu tenho uma moto velha, eu tenho que comprar. Eu não consigo produzir gasolina. Para mim manejar minha agrofloresta, até para cortar uma lenha, para cozinhar a minha comida, produzir daqui, eu no machado, a gente não dá para cortar, tem que forçar com motosserra, mais gasolina. Ai, então, a gente precisa um pouco, de dinheiro (Agricultor 3).

Porque foi assim: Dezembro teve uma substituição. Porque alguns dos produtores, deixar, não quiseram mais plantar, daí passaram à Cooperativa, fez a substituição e daí passaram um projeto para mim. Só que isso em Dezembro, liberou para: ó pode começar a plantar. Isso que, os trâmites lá, levou quinze dias, a burocracia. Daí coincidiu de fazer a transição do projeto para o meu nome, e: ó, você já pode começar a produzir, lá. O que que eu fiz? Eu tinha cebola, que eu tinha plantado lá, e repolho. Eu não tinha mais plantado nada. Porque tinha o projeto que eu já tinha fechado, e eu vou continuar com a merenda escolar. Daí, como era Dezembro e eu ia tirar umas férias, ah agora não vou plantar mais nada (Agricultor 12).

Para o agricultor 3, é importante que a sua atividade econômica gere uma renda suficiente, para ele R\$ 1000,00, para que possa adquirir mercadorias que não produz e que são usadas pela família ou na produção para atender as necessidades familiares. Mas, ao mesmo tempo, ele diz que a sua atividade produtiva deve atender a outros objetivos imateriais revelados pela fábula do índio e do branco. Por meio dessa fábula o agricultor esclarece que o seu objetivo não é o lucro, mas a geração de uma produção e, com isso, de uma renda que lhe permita ‘viver bem’, ter tranquilidade. O agricultor 12 destaca que, apesar de terem conseguido mais um projeto por meio da Cooperativa Terra Livre para vender alimentos ao mercado institucional, o que aumentaria a renda deles, a família preferiu manter as férias já que a transferência do projeto ocorreu em Dezembro. Se os agricultores seguissem a busca pelo lucro, eles enxergariam o estabelecimento familiar mais (ou apenas) pela perspectiva da produção, em que essa teria que gerar resultados lucrativos continuamente. Assim, o agricultor 12 não teria férias, pois não diminuiria a intensidade de seu trabalho ao longo do ano diante da possibilidade de ter mais renda; e o agricultor 3 aproveitaria todas as possibilidades de venda e lucratividade de sua unidade de produção, mas não ‘viveria bem’. Esses exemplos também revelam que os interesses do agricultor-trabalhador (tirar férias e ‘viver bem’, que também podem indicar a busca por menor penosidade) acabam por prevalecer nas decisões em torno dos rumos dos estabelecimentos familiares, submetendo os objetivos econômicos-técnicos.

Dessarte, é possível dizer que as famílias agroecológicas buscam pelo o que Ploeg (2015) chama por balanços internos, sendo o principal deles aquele apresentado por Chayanov (1974), em que se almeja o alcance de um equilíbrio entre o trabalho e o consumo. É um balanço que representa a especificidade do comportamento econômico da agricultura familiar, em que a família trabalha/produz (meio) o que, subjetivamente, avalia como suficiente e/ou adequado para atender as suas necessidades (fim). A título ilustrativo a companheira do agricultor 12 diz: “É, ninguém se mata de trabalhar ... Não. Porque não é muito bom, né? Só trabalhar ... Tem que ter um tempo, para cuidar da filha.”. Desse modo, na avaliação do balanço trabalho/consumo, como explicam Ploeg (2015) e Wanderley (2009), geralmente os agricultores recorrem às regras do repertório cultural de sua comunidade ou de seu grupo profissional (p.e. ter tempo para ‘cuidar’ da família), o que tende a limitar a estruturação e ordenação dos estabelecimentos familiares pelas relações mercantis capitalistas (p.e. a busca pelo lucro), apesar de não desconectá-los do mercado. Isso explica as razões imateriais, representadas por valores e/ou princípios, orientadoras dos objetivos dos estabelecimentos

familiares agroecológicos estudados, como a busca do ‘viver bem’ indicado pelo agricultor 3 ou de não ‘se matar de trabalhar’ pela agricultora 12. O tópico a seguir tratará dos valores associados aos objetivos dos estabelecimentos familiares analisados.

5.1.1.1 Os valores envolvidos nos objetivos dos estabelecimentos familiares agroecológicos

Diferentes valores são relacionados pelos agricultores estudados ao objetivo de seus estabelecimentos familiares. Eles podem ser percebidos quando os agricultores desvendam as suas percepções em torno da ‘terra’:

[...] fui para um acampamento de sem-terra, porque eu queria voltar para a terra. E ter um lugar que eu pudesse produzir o que comer e viver, sem me preocupar com dinheiro. [...] Mas é, eu para mim, a minha relação é que essa aqui é a minha terra prometida [...] ela emana mel e leite [...] (Agricultor 3).

Ah... É a nossa casa, né? É a nossa casa de tudo, né? Porque quem mora na cidade, tem a benção de ter uma separação assim. Você tem a casa, você tem o emprego. Você perde um, de repente você tem outro. Nós não. Se nós chegar a ficar fora daqui, nós perdeu tudo. Tudo. Tem que ser... Tá tudo aqui ... Porque... até podia pensar assim... Ah, mas se eu não ficar aqui, eu vou arranjar um emprego. Mas onde você vai arranjar um emprego, né? É bem complicado a relação emprego [...] Ó menina, eu não sei te dizer assim, eu... é, é estranho assim, porque aqui é nossa casa, é o nosso trabalho (Agricultora 5).

[...] Se a gente quer dar estudo para as crianças, né? Que nem, eu estudei até a oitava [...] eles agora tão, que nem a Jeni, entrou no nono, esse ano. E a gente quer dar, né? Para eles estudarem, né? Quem sabe ali [...] fazer uma faculdade, né? Isso a gente pensa, né? Para eles... (Agricultora 6).

... Segurança também [...] É uma qualidade de vida... Eu acho. Pelo menos, nasci e me criei, na terra, né? [...] E, não depender de trabalhar fora, né? Trabalhar em família, assim mesmo. Por exemplo, não depender de se empregar em outro lugar ... Montar um negócio para a gente mesmo, né? [...] Conseguir trabalhar aqui... na família, não precisar sair fora (Agricultora 9).

Os agricultores 3 e 5, assim como 68% (37) dos agricultores agroecológicos entrevistados na fase coletiva, enxergam a terra como um lugar de produção (ter o que comer e onde trabalhar) e de vida. A agricultora 5 ainda explica que diferente de um emprego típico de um modelo empresarial, na agricultura familiar não se pode separar o lugar em que se vive do lugar de trabalho. A agricultora 6, assim como outros sete casos analisados, percebem que o trabalho na ‘terra’ também está voltado para proporcionar a formação educacional dos filhos. A agricultora 9, assim como os agricultores 3, 7 e 12 e 27% (15) dos agricultores entrevistados na fase coletiva, acrescentam a tranquilidade, o sossego, a segurança e/ou a

qualidade de vida que a terra lhes proporciona. Ainda, a agricultora 9 destaca a importância de manter a família unida trabalhando, de ter um ‘negócio’ familiar, o qual, complementam os agricultores 6, 8 e 10 e 17% (9) dos agricultores entrevistados na fase coletiva, permite flexibilidade e liberdade no trabalho e nos destinos da unidade de produção, uma vez que a família é a dona dos meios ali presentes (agricultor-proprietário/gestor).

Nesse sentido, valores (tranquilidade, sossego, segurança, educação, trabalho autônomo e flexível e liberdade) são associados aos objetivos e balanços dos estabelecimentos familiares agroecológicos, uma vez que esses são, como explicam os agricultores 3 e 5 um lugar não só de produção/trabalho, mas também de vida, voltado, como atentamente pontua Wanderley (2009), para a construção de um território familiar. São valores referentes ao repertório cultural e tradicional dos agricultores, como a centralidade da família e a busca por autonomia, reforçada pela agroecologia de forma servirem como orientação aos objetivos econômicos dos estabelecimentos familiares estudados.

Além desses relatos, cinco agricultores associam a conquista da terra à possibilidade de construção de um patrimônio da família, a ser passado às próximas gerações:

É, nós achamo, nós achamo. Achamo, pode ser que tudo eles fique, né?[...] Tem os outros que gostam, os dois filho homem ... Mas é, olha eu acho que aqui dá. De quiserem fazer uma casa, moram ali, construímo tudo junto ali. Não querem sair daqui. Porque eu também ... Se for só eu e minha esposa, acho que nem ia vencer para cuidar do lote e tudo [...] Porque, se eu for lidar com criação, criação dá serviço. Leite dá serviço. E daí, que nem, o que nós ia fazer era lidar com o pomar, se fosse ficar só nós dois aqui, lidar com o pomar, e a horta e plantar semente (Agricultor 4).

Eu queria, que pelo menos, pelo menos, uma delas ficasse ... Pelo menos. Aqui cabe todas. Mas uma, a gente não sabe... A gente não sabe, então, eu queria, que pelo menos, uma delas ficasse ... porque eu acho que tá sendo bom para mim, sabe? E tá sendo bom para ela. Porque mais talvez, ela não venha a passar pelo que eu já passei, né? De plantar convencional, de trabalhar na cidade, né? Então, eu acho assim que ... que essa vida é uma vida boa. Mas, de repente, ela tem que passar por outras coisas, para voltar. Então, eu não sei, né? Então, eu gostaria que elas ficassem por causa disso, porque eu acho assim, que por onde eu já passei, a melhor tá sendo essa. E já tá começando ... Porque, por exemplo, quando ela poder ter a casa dela, eu acredito que essa terra aqui, vai tá bem melhor... Tanto que pra cesta, pra onde a gente tá vendendo, é só continuar, fazer para vender... Já tá meio que preparado! Porque que começar... Porque começar é difícil... (Agricultora 5).

Esses relatos indicam o desejo dos agricultores entrevistados de que a terra fique para, pelo menos, um dos filhos. O agricultor 4, em conformidade com o observado na entrevista da agricultora 11, entende que é importante que um dos filhos permaneça para ajudar os pais a ‘tocar’ o patrimônio da família, aspecto bem conhecido dentre os estudos sobre a sucessão na

agricultura familiar, conforme verificado no trabalho de Matte, Spanevello e Azevedo (2010). A agricultora 5 faz uma reflexão de suas experiências passadas e entende que o trabalho e a vida que estão construindo no estabelecimento familiar é a melhor alternativa para as filhas, e o trabalho e estrutura já estão iniciados facilita a continuidade das atividades do estabelecimento pelas suas sucessoras. Seis dos agricultores entrevistados valorizam a importância da sucessão familiar na terra, em função da história e do conhecimento acumulado e nela construído pela família, já que para eles a terra é o lugar onde foram criados e onde aprenderam e desenvolveram os seus conhecimentos em torno do trabalho agrícola, fatores a serem deixados como ‘herança’ aos filhos. O que se percebe nesses relatos é o desejo de que o território e o patrimônio familiar - guardião da memória da família, de um saber tradicional e de meios de produção – seja herdado, reproduzido e melhorado pelas gerações posteriores, corroborando com o observado por Wanderley (2009) e Ploeg (2015). A terra e o patrimônio familiar são vistos, em conformidade com Ploeg, a partir de seus valores de uso, pois eles permitem com que a família empreenda a produção agrícola (meio), atenda as suas necessidades (fim) e se apresentem como um seguro para a família enfrentar adversidades, garantindo, com isso, a reprodução social familiar.

Desse modo, a percepção em torno da ‘terra’ traz mais elementos para entender o estabelecimento familiar em sua totalidade, pois envolve, além do patrimônio e do trabalho familiar, o lugar de vida e reprodução da família. Os valores ligados a essa percepção orienta as ações produtivas e econômicas da família, uma vez que elas executam atividades que entendem que lhe proporcionarão ‘viver bem’, ter mais qualidade de vida (diminuição penosidade, tranquilidade, segurança, educação) e a construção de um patrimônio e território familiar a ser herdado e reproduzido pelos filhos (meios de produção, memória e saberes acumulados pela família). Esses valores estão, no geral, associados ao atendimento das necessidades familiares (fim), dando o rumo à ação econômica dos estabelecimentos.

Outros valores, relacionados mais ao patrimônio sociocultural da agricultura familiar, também influenciam o atendimento das necessidades familiares, como aqueles associados à vida em comunidade, apontado por nove dos casos analisados, bem como por 49% (27) dos agricultores entrevistados na fase coletiva quando se manifestaram sobre o que compreendem por viver bem. Oito dos 12 agricultores entrevistados expressam o apoio à infraestrutura comunitária, conforme aponta a agricultora 6 “Daí, que nem, tem lá o posto de saúde, que inauguraram lá há pouco tempo. Daí lá quando vai roçar, a gente roça. O pessoal lá, a gente sempre vai ajudar. Nas festas do assentamento [...] Daí a gente vai, voluntário, ajudar a fazer,

né? [...]”. Há quem enxerga na vida comunitária maiores possibilidades de emprego do que se fosse para a cidade como explica a agricultora 9 “E aqui, vocês sai, trabalha uns diazinhos fora, você já consegue fazer uma compra do mês. Porque você não depende de tudo do mercado.”. Observa-se também que a vida em comunidade é permeada por trocas ou doações de alimentos realizados por 10 dos casos analisados. Ainda, outros valores estão presentes na relação comunitária, como o prestígio em torno da dedicação ao trabalho levantado por seis entrevistados quando analisam os estabelecimentos vizinhos e o machismo presente na comunidade denunciado por duas agricultoras. E, ainda, há o resgate e/ou fortalecimento dessas relações comunitárias a partir da estrutura organizativa da Rede Ecovida, como indica a agricultora 9 “É, nós viemo. Na igreja, nos programa de natal, nos grupo de agroecologia. Daí a gente tem umas reflexão que vai fazendo. Daí se reúne nas casas. Tem essas coisas assim.”

Esses relatos demonstram que a vida e o trabalho dos agricultores é apoiada pelas relações comunitárias, pois há entre os membros valores como solidariedade, cooperação e ajuda mútua no desenvolvimento da comunidade e na garantia do atendimento das necessidades das famílias. Mas também é influenciada por outros valores culturais como as relações desiguais entre gênero e a valorização do trabalho duro. São aspectos presentes na economia moral, conforme levantado por Ploeg (2015) e no patrimônio sociocultural, como apontado por Lamarche (1993), que são legitimados dentro dos estabelecimentos familiares, permeando o principal objetivo dos estabelecimentos: o atendimento das necessidades familiares. Desse modo, o patrimônio sociocultural do campesinato (solidariedade, cooperação, machismo, prestígio social) influi na gestão produtiva e econômica das famílias, o qual é reforçado e/ou facilitado pelas organizações substantivas do Assentamento como a Rede Ecovida.

Diante do exposto sobre a relação com a terra e as relações comunitárias, é possível aferir que valores correspondentes ao repertório cultural do campesinato se imbricam e, muitas vezes, orientam o objetivo principal dos estabelecimentos familiares de garantir o atendimento das necessidades familiares e com isso garantir a reprodução social das famílias. Contudo, a reprodução social não se encontra dissociada da reprodução ambiental, pois a relação que os agricultores estabelecem com o estabelecimento familiar para o atendimento das necessidades familiares inclui um olhar e atitudes perante a natureza, como será analisado no tópico a seguir.

5.1.1.2 O papel da natureza nos objetivos dos estabelecimentos agroecológicos

É explícito e recorrente discursos que apontam para a relação recíproca entre agricultores e natureza e uma percepção diferenciada a seu respeito, como pode ser notado nos relatos a seguir:

[...] E a nossa casa não é aqui dentro aqui, a nossa casa é mais lá, né? [...] é mais fora [...] Então nós não quer colocar lá, no cantinho, um negócio que nós não... não querer, não suporta ele [...] Tanto o veneno, quanto, como o... qualquer coisa assim, que a gente. Ó, Por exemplo, vou dar um exemplo para você assim. Nós tirava o leite, e daí dava mamar para o bezerro. Aí a gente achou: ‘Meu Deus, mas ela é a mãe. Por que que nós tem que dar mamã pro filho dela, sendo que ela não vai poder lambar o filho dela, não vai poder ...?’ Imagina eu sem pode lambar a minha filha. É ruim isso, né? Não, mas a gente não pode tirar o leite e dar para o bezerro. A gente tem que tirar um pouco do leite, e deixar ela dá mamã pro filho dela, que daí ela lambe, lambe, ele dá aquele soco nela, que é normal deles, né? ... Então, são coisas assim, que a gente vai notando. Que os bichos também sente, que a bezerra também sente. Aqui em casa, aqui dentro de casa, às vezes eu não gosto muito, mas daqui a pouco, eles vão carpir, sabe? Os passarinhos, eles vêm comer os restinhos, né? A gente, por enquanto, eles não tão subindo em cima, mas no chão eles vêm. Eles têm os ninho ali, tem aqui. Então, a gente não consegue pensar mais, de viver sem isso. Como é que a gente vai viver sem isso, né? ... Então, a gente não tem outro pensamento assim. De mudar mais para frente, e tal [...] Para nós. Porque, como é que você vai ser mandado? Como é que você vai tá cumprindo horário? [...] Não que nós não cumpre horário aqui. Nós cumpre horário da natureza. Nós não cumpre horário de relógio. Claro, que tem muita coisa, que nós tem que cumprir horário de relógio. Vamos buscar tal coisa... Tem que buscar horário. Vamo lá entregar tal coisa... Vamo entregar no horário. Mas isso é estranho [...] (Agricultora 5).

Daí, a gente se resolveu. Daí, ele disse, ah venha para cá, para vocês ... trabalhar a agroecologia. Que é uma coisa assim, que sempre chamou minha atenção, né? O cultivo orgânico, ver o que eu tô comendo, como que eu tô me alimentando. O que eu posso também produzir, né? Para tar levando... Eu levando indiretamente, mas diretamente também, né? Para a mesa de alguém lá de fora, para tá se alimentando do que eu falo, que nem, que é correto, né? [...] Que nem, a gente come muita porcaria, né? se for analisar. Eu acho um trabalho interessante. Eu vejo que não é... uma coisa que tenha muito retorno para mim. Mas é uma coisa que eu gosto de fazer, né? [...] É, é uma coisa que eu tenho prazer [...] Se você não tá agredindo, você ... sem você jogar nada. Sem você precisar gerar um gás metano, para você produzir. Então, eu acho que... Se fosse até dentro de uma floresta, dá para fazer isso ... Ah, eu acho que é um, é um complemento, né? Que você sabe que você tá vivendo com a natureza e complementa, né? Eu acho que, é um complemento assim, que satisfaz a pessoa, né? (Agricultor 12).

A agricultora 5, como também foi possível verificar na fala de outros cinco agricultores, relaciona a importância do estabelecimento familiar (casa) com a forma com que se relaciona com seus recursos naturais e quer seu sistema produtivo. Para ela é importante que o lugar de vida e trabalho da família seja livre de defensivos agrícolas e que a família observe e se adeque às necessidades e ciclos dos recursos naturais e vivos (aleitamento bezerros e necessidades alimentares dos pássaros, ritmo natureza) de seu estabelecimento. O

agricultor 12 fala de viver com a natureza e ter uma relação de complementação de forma a não agredi-la e gerar alimentos saudáveis não só para a família, mas também para a sociedade. O agricultor ainda indica que essa relação com a natureza é proporcionada pela agroecologia. E a companheira do agricultor 12, como também as agricultoras 7 e 8, relatam o prazer em torno do trabalho na terra, na natureza, gerando como efeito a diminuição do estresse.

O que se vê nesses relatos é uma relação de coprodução e de cuidado com a natureza presente em seus estabelecimentos familiares (PLOEG, 2008; 2015; TOLEDO, 1993). Os agricultores tem uma relação diferenciada do que se empreendessem o modelo empresarial de agricultora em que a natureza é vista como um mero recurso produtivo que deve gerar apenas produtividade e lucro. Ao contrário, os agricultores agroecológicos percebem a natureza como algo com quem se vive, convive, se inter-relaciona, se observa de forma a respeitar os ciclos, limites, pois como diz o agricultor 3 “Não tô explorando a terra. Antes [do Assentamento] ela era explorada agora a gente tá tentando dar tempo ao tempo, que Deus ajude na recomposição do solo.”. Assim, a sustentabilidade enquanto valor, representada pelo estabelecimento de uma relação recíproca com a natureza, se faz presente enquanto um meio e fim para o atendimento das necessidades familiares das famílias. Meio por estabelecer princípios e critérios ‘sustentáveis’ que orientam as formas de produção. Fim por almejar atender necessidades familiares, como a saúde, de forma sustentável ao longo dos anos, o que só é possível a partir de uma ótica de complementariedade com a natureza.

Essa relação diferenciada com a natureza é fortalecida pela agroecologia, como pode ser observado na fala anterior do agricultor 12, e nas entrevistas desse e mais cinco agricultores e três lideranças quando exaltam a produção de alimentos saudáveis não só para as famílias, mas para a sociedade também. Outra exemplo da relação diferenciada com a natureza reforçada pela agroecologia é apresentada pelo agricultor 3 quando relaciona como um de seus objetivos a disseminação do conhecimento gerado por ele em torno da produção agroecológica. O que se vê nessas duas falas é a reverberação de um aspecto do repertório cultural do grupo profissional dos agricultores e outros atores agroecológicos: o resgate dos saberes tradicionais fundamentados no que Toledo (1993) chama por racionalidade ecológica, mas associado à geração de novos conhecimentos, possibilitando a emergência da racionalidade ambiental postulada por Leff (2006).

Mas, também é possível verificar nessas falas a dimensão sociopolítica da agroecologia, conforme indicado por Sevilla-Guzmán (2006), e a atuação política dos agricultores familiares na contemporaneidade, segundo observado por Wanderley (2009; 2014)

e Ploeg (2008). É uma atuação em que os agricultores buscam também incidir de forma reflexiva na sociedade por meio do sentimento de compromisso em dar a ela um retorno sobre os conhecimentos por eles gerados e pela oferta de alimentos saudáveis. Ela é incentivada pelas organizações substantivas do Assentamento, como visto no capítulo 4, uma vez que estimulam a organização dos agricultores e, com isso, a construção de discursos e entendimentos que procuram disputar modelos de agricultura e de desenvolvimento rural.

A reflexividade torna da agroecologia também pode ser percebida na fala da agricultora 5, ao comparar o modelo adotado pelos agricultores familiares convencionais com o modelo agroecológico:

E esse outro pessoal, que não é orgânico, eles tem uma cabeça assim, de empresário. Aquelas coisas sabe, ah é, você não conseguiu? Não consegue fazer esse pedaço aqui? Eu vou fazer, vou ponhar veneno ali e vou por tanto... e vou querer você como empregado. Sabe, é aquela coisa muito de, sabe de, loucura... de loucura de querer passar a perna ali, sabe? ... Então, às vezes, os pequeno que tem cabeça de grande. Vai sair com uma mente assim, então, eu não consigo fazer as minhas terra. Eu não consigo comprar um maquinário, que ele tá comprando... Eu não consigo gastar veneno que nem ele tá passando, mas eu preciso passar. Eu tenho que ficar bem apertado. Então, já que eu não uso, então eu arrendo [...] Não sabe assim, não entende que a pessoa tem que começar devagar. Que a pessoa tem que começar a fazer a conta. Que não é aquele negócio, vou pegar 400 litro de leite, que nem a gente hoje em dia, vender a um real e tirar 400 real por dia. Meu Deus, trabalhando na roça, acha que vai ganhar 400 reais por dia? É muito dinheiro. Só que daí, você vai fazer a conta, de um litro de ração, mais três litro de leite, mais... Quando você ve, não dá (Agricultora 5).

A agricultora explica a maneira como os agricultores familiares convencionais pensam e agem como se fossem grandes proprietários de terras capitalistas, em que é adotado um modelo de agricultura em que há grande dependência externa. A fala da agricultora se alinha com o apontamento de Ploeg (2008) sobre a mercantilização e externalização típicas do modelo empresarial de se fazer agricultura, como também dos valores empresariais em torno da competição, em que o agricultor seguidor desse modelo entende que só alguns podem vencer e esses devem ser vistos como melhores e superiores moralmente. A agricultora 5, ao contrário, avalia que esse modelo causa dívidas que deprimem o atendimento das necessidades dos agricultores, levando-a a valorizar a agroecologia. Tal valorização reside em diferentes fatores, como no resgate e ressignificação do modo camponês de fazer agricultura, no aprendizado de novos conhecimentos em torno de uma produção considerada saudável e sustentável tanto para a família quanto para o estabelecimento e na redução dos gastos proporcionando melhores condições para o atendimento das necessidades familiares.

Dessa maneira, diante dos relatos aqui arrolados, nota-se que, apesar de secundários,

outros objetivos se somam ao atendimento às necessidades familiares, como a produção de alimentação saudável e disseminação do conhecimento agroecológico para a sociedade. Esses objetivos remetem à racionalidade ambiental ligada à agroecologia, que é compromisso ou responsabilidade socioambiental dos agricultores em que se percebe uma atuação política no meio da sociedade na busca por um outro modelo de agricultura e desenvolvimento. A partir da fala da agricultora 5, é possível dizer a agroecologia reforça e adiciona meios (produção sustentável, redução dos gastos externos) e valores (resgate conhecimento tradicional baseado na racionalidade ecológica, relação recíproca com natureza, construção de novos conhecimentos) ao modo camponês de fazer agricultura para o atendimento das necessidades familiares. São ações tomadas de maneira reflexiva, pois são conscientes na fala dos agricultores as suas descrições e aproximação à valores agroecológicos para atender as necessidades dos estabelecimentos familiares, remetendo, com isso, à racionalidade ambiental.

A manifestação da agroecologia dentre os agricultores estudados reforça a reprodução socioambiental dos mesmos, tida por Corona e Almeida (2014) como a busca por relações mais sustentáveis a partir da relação dinâmica entre sociedade e natureza. Os agricultores, nesse sentido, compreendem que a sua reprodução (atendimento das suas necessidades) depende da consideração e respeito aos ritmos, ciclos e limites do meio natural em que se inserem. Com isso em vista, agem no presente, bem como estabelecem as suas estratégias futuras. Ou seja, a partir de uma análise sobre suas possibilidades reais no contexto em que se inserem no presente – sendo a natureza um dos elementos dessa análise –, os agricultores agroecológicos formulam e avaliam as possibilidades de suas estratégias futuras. O tópico a seguir tratará desse assunto.

5.1.2 Perspectivas e projetos futuros

Quando questionados sobre os planos futuros para o estabelecimento familiar, os agricultores, no geral, expõem mais desejos ou projetos materiais relacionados com a melhoria da estrutura produtiva e da comercialização como demonstram os relatos a seguir:

Ah, eu queria tanto... Na horta, uma judiação. Fazer, ao menos, a cobertura, nem que for com lona, pra gente no inverno, não queimar, não escurecer. No inverno, a gente perde muito. A geada queima, chuva corta e estraga. Nossa ... se eu pudesse tanto, eu comprava uns dois canteiros de gota. Comprar os cano para fazer a irrigação e

cobrir, porque daí da menos trabalho [...] Porque as vezes, eu tenho que ir lá de noite, daí vou lá com a lanterna e a mangueira molhar toda a verdura, porque não dá para deixar para o outro dia, né? (Agricultora 8).

Ano que vem, se não puder plantar mais (frutíferas) do que dez, mas pelo menos dez eu vou plantá com cabo de enxerto, e vou plantar nativa, porque já tá germinando de semente [...] Viver de fruta que dá uma garantia, né? [...] A cooperativa tá com umas propostas já, foi criado um site, né? então de entrar no mercado, com as cestas já, de alimentos [...] a diversidade é maior, então você tem uma liberdade maior [...] Daí o agricultor vai tá sendo planejado de diversificar o máximo (Agricultor 3).

Mas a gente tenta, por exemplo, eu quero plantar amora. E daí a gente pode fazer doce, congelar, entregar em algum lugar, tudo isso eu penso. E vai crescer com o tempo, né ... Porque imagine, congelar aquelas amora, daí vende, dá suco, dá geleia né ... Eu já ganhei as mudas, só que não plantei ainda. Ali no Celso ali, tem bastante. Se eu puder pegar uns três canteiros para plantar, eu vou fazer, né [...] Tem de duas amoras. Daquela preta e daquela rosada (Agricultora 7).

São projetos futuros em torno da aquisição de estrutura que visam menor penosidade e relacionados à diversificação de produção para o aumento da renda. A agricultora 8 explica que pretende adquirir lona de cobertura de inverno para não perder produção nessa época, como também instalar um sistema de irrigação para diminuir a penosidade do trabalho. Os agricultores 3 e 7 já possuem planos de diversificar a produção a fim de melhorar suas rendas. O agricultor 3 enxerga a produção de uma variedade de frutas uma possibilidade, pois os clientes das cestas da Cooperativa Terra Livre prezam pela diversidade produtiva e esse é um canal que a organização está tentando expandir. A agricultora 7 avalia que a produção e posterior processamento da amora poderá trazer aumento de renda para a família. Adiciona-se a intenção da agricultora 5 de mudar seu canal individual de comercialização de cestas para a venda de caixas de alimentos para restaurantes, o que diminuirá a intensidade do trabalho da família; do agricultor 12 que pensa em melhorar a renda familiar por meio da venda de seus produtos agroecológicos em uma Kombi itinerante em cidades próximas ou do turismo rural. Mas, essas melhorias produtivas e estruturais dos estabelecimentos levantadas pelos agricultores estão orientadas para o atendimento das necessidades materiais e imateriais familiares, como indicado pelos agricultores a seguir:

Se eu tivesse uma terra, uma casa melhor ... ah, eu ia ter um pedaço lá de pasto, um pedaço de planta, eu queria ter um pedaço com tanque, né? Uma horta, eu ia dividir as coisas, né? Não ia plantar tudo, porque eu não tenho condição e isso não leva [tempo] ... Eu ia fazer diversidade, né? Ia deixar criar mato, eu ia deixar, porque imagine morar perto de um bosque assim, eu ia fazer as coisas, né? [...] Eu pretendo ... Ah agricultura, agricultura não em grande escala, né? Igual, igual a gente vê aí hoje, o né, nos meios de comunicação. Não é isso que eu quero pra mim. Eu quero... me manter com uma horta boa, uns animal bom, né? [...] Uma casa boa, suprir as necessidades do estudo, independente da minha filha. Porque a gente vê, hoje aí, hoje é muito fraco. Saúde a mesma coisa. É isso que eu penso (Agricultor 12).

[...] o que eu quero chegar assim, ajeitar, terminar de ajeitar essa casa, né? Não terminar ela assim, colocar aquelas coisa lá... Eu quero que ela fique melhor para mim limpar. Colocar as janela... É, esse piso aqui era para ficar diferente, para não ter que mudar ele. Então, ter a casa, o carro tá bom, e ter comida, assim ó. Não vou precisar ficar pensando, nossa mas se acontecer que a CONAB não pagar, mês que vem, eu não vou poder ter uma comida... Então, ter uma reserva. Não aqui, talvez, mas lá no banco, ter uns três, quatro mil no banco, que aquilo ali, qualquer coisa que der errado, em questão de pagamento, coisurada, você tem o que é uma reserva ... (Agricultora 5).

O trabalho ele tem que ter, né? Mas assim, eu podia dizer, ah, ter, alguma, mais liberdade, sei lá, menos trabalho. A gente pensa só no trabalho. De segunda a segunda, a gente tá presa no trabalho. Pra manter, poder segurar, essas coisinha que a gente tem, né? A gente não pode comprar um coisa dentro de casa nova, porque não tem, né? Uma roupa e calçado, a gente tem que comprar em duas ou três vezes. Fazer conforme ganha, vai pagando. Daí, nossa, eu queria, até ganhar um pouquinho mais, para ter um pouquinho melhor (Agricultora 8).

O agricultor 12 além de apontar o desejo de ter uma terra já que mora em uma área cedida por um familiar, ele crê que a diversificação produtiva em menor escala, ao contrário da agricultura de escala e especializada é mais adequada à disponibilidade de mão-de-obra familiar e para atender as necessidades da família, como: a subsistência, ter uma casa melhor e garantir a saúde da família e a educação da filha. Além disso, o agricultor diz querer ter um bosque ao lado de casa, pois, uma vez que é ali que a família vive, ter ‘mato’ significaria melhor qualidade de vida. A agricultora 5, assim como visto nas entrevistas realizadas com os agricultores 2, 4 e 11, relata que quer melhorar a sua casa, mas, além disso, a agricultora quer fazer uma poupança para ter uma reserva de dinheiro em períodos em que a renda fica limitada, de forma a não comprometer o atendimento das necessidades familiares. E a agricultora 8 gostaria de poder atender as necessidades familiares com menos penosidade aumentando, com isso, as horas de lazer, desejo também declarado pela agricultora 5. Além desses relatos, cinco agricultores pretendem encontrar meios de melhorar a renda para adquirir um automóvel a fim de facilitar a mobilidade da família, como explica o agricultor 4 “Nóis não temo carro. Para nóis ir para a cidade. Para ir no dentista, na cidade, é, o ônibus cobra vinte reais a passagem, daí 25 tem que levar dinheiro lá, cinquentão, cada vez [...]. Então, nóis precisa aumentar a produção aqui para vender, cada vez mais, para sobrar mais dinheiro.”. E ainda, na fase coletiva, 56% (31) dos agricultores entrevistados disseram que gostariam de que os filhos continuassem na terra conquistada pela família e 22% (15) desejam garantir a educação e saúde dos filhos no longo prazo.

Desse modo, a busca pela melhoria de renda (estratégias produtivas focadas nas melhores possibilidades de venda, turismo rural, estufa inverno, aumentar a produção, venda

em Kombi itinerante, ter poupança para momentos difíceis) se dá no intuito de atender as necessidades familiares (subsistência, melhorar a casa, ter terra, ter automóvel, ter bosque, ter qualidade de vida, garantir saúde e educação aos filhos, permanência dos filhos na terra) e garantir, com isso a reprodução social da família. Mas, também essa busca não se desconecta de projetos que busquem a diminuição da penosidade envolvida com o trabalho familiar (irrigação e venda de caixas para restaurantes, desejo por trabalhar menos). Nesse sentido, quando analisados os projetos futuros dos agricultores agroecológicos, nota-se que eles se valem de meios avaliados como melhores para gerar um aumento de suas rendas. Há uma projeção balizada pelo o que pode ser melhor aproveitado do mercado agroecológico e da agricultura familiar quando buscam pela venda de produtos diversificados – frutas –, pelo turismo rural ou vender com uma Kombi itinerante. Isso demonstra que os agricultores também utilizam o mercado como referência para determinar suas estratégias produtivas e econômicas. Todavia, são meios utilizados para alcançar finalidades materiais (atendimento necessidades materiais familiares) e imateriais (diminuição penosidade do trabalho, viver bem) relacionadas ao modo camponês de fazer agricultura.

A imbricação entre materialidade e imaterialidade se assenta na submissão do uso de meios que toma o mercado agroecológico como referência aos fins instrumentais e substantivos do modo camponês de fazer agricultura, evidenciando, assim, a racionalidade ambiental tal como Leff (2006) a apresenta. Os agricultores lançam mão de técnicas e análises comuns à racionalidade instrumental capitalista (mercado como referência para suas ações), mas não deixam de submetê-la aos objetivos socioambientais relacionados aos seus modos de vida e produção e o fazem de maneira consciente, reflexiva. A reflexividade se nota quando os agricultores externam o desejo pela produção alimentar saudável, pelo convívio e reciprocidade com a natureza, pela qualidade de vida, pela melhoria das instalações familiares e diminuição da penosidade, enquanto finalidades orientadas para a sustentabilidade e a reprodução socioambiental da família e do estabelecimento familiar.

Entretanto, a realização dos projetos futuros dos agricultores agroecológicos não fica dissociada das perspectivas futuras sobre seus modos de vida e de produção. As falas a seguir procuram apresentar um panorama de como os agricultores estudados analisam o contexto sociopolítico diante das possibilidades de concretizar suas estratégias futuras:

Porque o PAA é um programa que amanhã ou depois o governo pode cortar e PNAE é um projeto, uma lei. O PNAE então eles não podem, mas se quiserem também cortam e a Cooperativa já está correndo atrás de outros meios para comercializar para que se o governo cortar o PAA nós temos que produzir, temos que [ter] renda e ter que ter outro meio pra ... O Bolsa Família cortaram de quase todo mundo [...] (Agricultora 2).

É, tá dando uma insegurança... Sei lá, se ele pensar assim que, que as família melhorou muito assim, as classe mais pobre, ter uma alimentação, ter uma casa boa, saúde, melhorou, porque antes... Ter um posto de saúde aqui dentro do Assentamento, não é qualquer possibilidade que tem. É, tudo essas coisas, que veio... A prefeita ajudava nós, a prefeita era muito boa. E agora, vem as mudança [...] Então, isso, nós não podemos perder a esperança, mas sei lá ... (Agricultor 4).

... tem o PRONAF. Mas ele não, esse PRONAF, já vem meio que, quase que, direcionado, né? E, mas dizer assim, uma linha de crédito que, até os prazos ... mais longo, de prazo mais longo, porque a, principalmente a produção orgânica, você não gira dinheiro rápido assim, é lento. Eu acredito que esse plano de governo, de um ano só, eu não sei se consegue atender ... Eu não sei se ele vai se manter, né? Porque, né? Pegando a questão da CONAB, o caso, já me parece, não sei, tá em dúvida, se vai ser feito mais projeto. Então, eu acho, pelo menos, nesse governo, eu temo que vamo mal [...] Eles querem que olhe para a indústria, olhe para o agronegócio, e nós que se exploda ... (Agricultor 1).

[...] a gente se preocupa com essa questão de estudar, de capacitar, política pública voltada para quê? Para que a gente consiga ter acesso a máquinas de pequeno porte, que supram a nossa demanda e a nossa necessidade [...] Eu queria o seguinte, acesso ao mercado, o mercado tá aí, com a boca aberta, mas que tipo de mercado? Então assim, eu avalio que deveria assim ter, a política pública, mais voltada para a sensibilização da sociedade [...] Olha teve, teve avanço. Mas só que assim ... a proporção veio de vinte para um, mínimo, cada real investido na agricultura, tá envolvido vinte reais para o agronegócio. E daí para produzir o quê? Claro, não tem como negar, que a balança, garante uma grande fatia, na balança comercial. Mas para eles vender o quê? [...] *Commodities*, né? Enquanto que nós somos responsáveis, por no mínimo, 70% da alimentação que vai para a mesa do brasileiro. Daí surge uma outra preocupação, que tipo de alimentação? Aonde que se encaixa a produção agroecológica, orgânica? Tá lá? Em todo o planeta, agora eu não sei se aumentou, mas dados de 2014 ou 2015, em todo o planeta, nós eramos um milhão e trezentos mil produtores agroecológicos e orgânicos [...] (Agricultor 3).

Dentre os 12 agricultores analisados, oito demonstraram insegurança em torno da manutenção dos programas e políticas públicas que apoiam a melhoria de vida dos agricultores após a mudança de governo em 2016. Programas como o bolsa família, o PAA e o PNAE, levantados pelos agricultores 1 e 2, ou políticas que proporcionaram mais acesso a educação e saúde e melhoria na alimentação e qualidade de vida das famílias, como indica o agricultor 4, podem ser reduzidos, precarizados ou eliminados na visão dos agricultores. Além disso, os agricultores 1 e 3 analisam que outros programas e/ou políticas voltados para a agricultura familiar e já existentes em governos anteriores são insuficientes ou equivocados quando orientados para a agricultura agroecológica. O agricultor 1 explica que como a agricultura agroecológica apresenta resultados em um prazo mais longo, as linhas de crédito para a agricultura familiar deveriam incluir essa demanda. E o agricultor 3 entende que seriam

necessárias mais políticas públicas voltadas a esse modelo de agricultura para o acesso a meios de produção mais apropriados e incentivo de criação de novos mercados. Ele critica, como também percebido na entrevista do agricultor 1, a relação desproporcional de ações governamentais voltadas ao modelo de agricultura convencional com a agricultura agroecológica, entendendo que como essa última atende as necessidades alimentares da população é que deveria ser mais valorizada. Tal desvalorização também é percebida pela agricultora 6 na renda da família, para a qual “[...] Não tem valor, muitas vezes não tem valor, o serviço do agricultor. Mas a agricultura que movimenta o país, né? Sem agricultura... Como é que os da cidade, vão viver, né? [...] os preço né dos produto que você vende né. Eu acho que tem mais valor nesse sentido, né?”

O que se nota é uma visão de que o Estado deve atender e resolver os problemas dos agricultores familiares e agroecológicos. É uma visão defendida pelo MST, principalmente, como atentaram Borsatto e Carmo (2013b) quando observam que é comum, dentre os dirigentes do movimento, a ideia da responsabilidade do Estado em torno do apoio à agricultura familiar e agroecologia. Assim, é possível que a organização substantiva do Assentamento influencie a análise de conjuntura dos agricultores agroecológicos locais uma vez que esses estão mais envolvidos na estrutura organizativa no MST. Contudo, isso não quer dizer que não haja reflexividade entre os agricultores, pois é uma análise aderente às suas realidades, em que vê no Estado um agente que deve atuar sobre a desigualdade e, com isso, apoiar o acesso a meios demandados pela agricultura agroecológica que garantam o atendimento das necessidades familiares (fim). Ademais, é uma análise que coloca em foco a questão ambiental, o modelo de agricultura priorizado pelo país, que impacta não só na sociedade como também na vida familiar dessa categoria social, indicando, mais uma vez, a atuação política dos agricultores e a racionalidade ambiental que a apóia.

Todavia, diante da iminência de uma diminuição da atuação do Estado em ações que colaboram para a melhoria da qualidade e condições de vida dos agricultores, parte dos agricultores analisados enxergam outras formas para garantir a reprodução socioambiental das famílias. Seis entrevistados entendem que a Cooperativa Terra Livre deve procurar ou melhorar outros mercados e cinco projetam a possibilidade de ter que trabalhar fora do estabelecimento (diárias) para conseguirem atender as necessidades familiares. Já os agricultores 1 e 2 entendem que o MST junto com outros movimentos sociais, diante da ameaça de endurecimento político e policial, devem se articular para procurar garantir as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, o que, para o agricultor 1, passa pela disputa

e pressão política, nas palavras dele: “sem luta, sem peleia, não tem nada. Tudo que conseguimos até aqui, foi através disso”. A agricultora 2 explica como a Cooperativa Terra Livre e o MST estão avaliando a situação:

Tenho certeza que o governo vai cortando os projetos, a ajuda pros agricultores e pros pequenos agricultores da agricultura familiar então vai ficar bem mais difícil, a nossa discussão na cooperativa, no movimento, [é de que] a família tem que se preocupar com a alimentação porque se amanhã ou depois o governo cortar os recursos, né? Você não tem mais programa e recurso pra vender a comida, você não pode começar a pensar em produzir pra vender, vender que o governo corta tudo. Então os produtores tem que produzir e terem de tudo no lote, animais e plantações de tudo pra comer (Agricultora 2).

Nesse sentido, há o entendimento dentre as organizações substantivas do Assentamento, conforme apontado pelo relato da agricultora 2 e também visto nas falas da liderança 5 no capítulo 4, de que a agroecologia serve como uma segurança para os agricultores em momentos de crise para garantir suas necessidades mais básicas. Outros enxergam meios individuais de enfrentar crises, como o trabalho fora do estabelecimento. Mas, também há o entendimento dentre os agricultores que essas organizações, uma vez que os representam, devem buscar por outros mercados ou fazer a disputa política para que o Estado não reduza o apoio aos agricultores a fim de que seja possível manter e/ou melhorar o atendimento das necessidades familiares.

Assim, a racionalidade ambiental continua a se destacar, pois relaciona fins com valores presentes dentre as perspectivas futuras dos agricultores de modo a garantir a reprodução socioambiental dos agricultores como também almejar a sustentabilidade socioambiental da sociedade como um todo. Ela envolve a racionalidade instrumental quando os agricultores defendem o papel do Estado e/ou das organizações coletivas na aquisição ou adoção de meios (maquinário, crédito, mercados, agricultura agroecológica) para garantir o objetivo dos estabelecimentos de atender as necessidades familiares (subsistência alimentar e/ou demais necessidades familiares) e de ofertar alimentos saudáveis para a sociedade. E também envolve a racionalidade substantiva na adoção da agroecologia (meio) e na disputa política pelo modelo de agricultura agroecológica (meio) para a melhora a saúde e condições de vida da família, dos agricultores familiares e da sociedade (fim), uma vez que a sustentabilidade ambiental subscrita a esse modelo de agricultura colabora com a reprodução dos agricultores e da sociedade no longo prazo.

5.2 ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS, DE RENDA E DE TRABALHO

Esse processo de gestão compreende os principais meios utilizados pelos agricultores agroecológicos para o atendimento dos objetivos dos seus estabelecimentos. Assim, busca-se avançar na análise pretendida por este trabalho, uma vez que procura compreender as racionalidades ligadas aos meios que os agricultores lançam mão para alcançar o fim principal de seus estabelecimentos – o atendimento das necessidades familiares. Os meios analisados nesse processo referem-se: aos sistemas produtivos adotados pelos agricultores estudados (motivações para adotá-los, influência dos canais de comercialização e fatores que influenciam o planejamento produtivo); aos investimentos realizados nos estabelecimentos familiares (fontes de renda, dívida e crédito); e à forma como se dá a gestão integrada dos recursos produtivos (patrimônio familiar, integração sistêmica, principais recursos utilizados e o processo de trabalho familiar).

Referem-se aos meios de produção e renda dos agricultores familiares, os quais podem apresentar diferenças significativas daqueles utilizados por organizações que seguem o modelo empresarial capitalista, fazendo com que se torne importante desvendar as especificidades racionais em torno de seus usos para melhor compreender a gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos.

5.2.1 Sistemas produtivos: motivações e influências dos canais de comercialização acessados

Quando os estabelecimentos familiares agrícolas agroecológicos estudados são analisados em seu interior se observa a adoção de diferentes sistemas produtivos como a lavoura, horta, agrofloresta, pastagens e criação de pequenos animais. A tabela 3, a seguir, apresenta os sistemas produtivos dos casos estudados:

TABELA 3 - SISTEMAS PRODUTIVOS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS ESTUDADOS

Sistemas produtivos	Quantidade de agricultores	% de agricultores que produzem ecológico
Horta/agroflorestal	12	100%
Criação de pequenos animais	12	58%
Grãos	11	58%
Pasto	10	58%
Leite	10	58%
Mel	3	100%
Mudas	2	100%
Plantas medicinais	1	100%
Panifícios	1	0%
Tomate e pimentão	1	0%

FONTE: A autora (2018).

No geral, os agricultores agroecológicos estudados se caracterizam pela diversidade produtiva de seus estabelecimentos, por produzirem horta em conjunto com agrofloresta, criarem pequenos animais, produzirem milho e feijão e possuírem pasto para produção de leite, refletindo o mesmo padrão de produção encontrado nos outros agricultores agroecológicos do Assentamento, conforme foi possível aferir dos dados levantados dos planos de manejo e do questionário coletivo demonstrados no capítulo anterior. Além dessas produções, quatro casos estudados possuem outras: um produz pães, doces, mel, amendoim e mudas; outro produz mel e mudas; outro produz mel, plantas medicinais e arroz; e o último produz leite, tomate e pimentão convencional.

A produção de horta/agrofloresta é ecológica para 100% dos agricultores analisados, e a produção de grãos, a criação de pequenos animais e o pasto é ecológico para sete famílias. Apesar da prevalência da produção ecológica, três famílias analisadas produzem alimentos convencionais para a venda, assemelhando-se a proporção de agricultores agroecológicos do Assentamento que também comercializam produtos convencionais (25% - 14). A principal produção convencional é a de grãos, em especial, o milho e o feijão, além de se destacar a família que produz tomate e pimentão e leite convencional. Ainda chama a atenção a produção convencional de pequenos animais e do pasto em três dos casos, devido ao uso de ração com base na produção convencional e/ou no uso de medicamentos comprados em agropecuárias próximas em que não há conhecimento da origem ou da forma de fabricação.

Diante dessas informações, é possível aferir que há entre os agricultores

agroecológicos analisados diversificação produtiva e que a maioria produz alimentos ecológicos. As razões para que esses agricultores optem pela produção agroecológica em seus estabelecimentos variam desde aquelas mais instrumentais com fins econômicos até aquelas substantivas orientadas por valores, entre eles a sustentabilidade. Os relatos a seguir explicam algumas razões instrumentais ligadas a motivação de fazer agroecologia:

Desde o começo [comecei a plantar agroecológico]. Quando eu entrei aqui, [há] 16 anos. Nós nunca usamos veneno [...] Porque já tinha aquela proposta, né? A discussão que tinha que trabalhar sem veneno, né? Daí a gente fez bastante curso, reunião, palestra, né? Daí, a gente foi percebendo, que era melhor plantar sem veneno, né? E daí nós começamos a trabalhar, desde o começo, sem veneno. Viu que era melhor, vendia mais as coisas também, né? E... Vendia. Vendia mais, porque procuravam mais. Ainda procuram. Eles vêm aqui procurando as coisas [...] E o preço também é melhor, do agroecológico do que o convencional, né? [...] Porque, a gente ... tem o PAA, tem o PNAE. Tem que pegar que também é uma coisa que ali não perde, né? (Agricultora 8).

É, você gasta menos. Porque as caixas de adubo hoje, eu acho que já tá atingindo, o regional, acho que uns 80 reais ... E você vai plantar um pouquinho aí de milho, você já tem que comprar um monte ... E mais uréia e tudo, e semente ... Daí você precisa buscar quase 300 reais ... Então, é isso (Agricultora 7).

Alguns dos agricultores como as agricultoras 8 e 7, apresentam como justificativa de serem agroecológicas fatores econômicos, como o mercado garantido dos canais institucionais, a renda maior e menores custos se comparados com a agricultura convencional. Essas são também as principais razões levantadas pelos 54 agricultores agroecológicos do Assentamento, conforme apontam dados do questionário coletivo, apontadas por, em média, 28% dos agricultores entrevistados. Vale ressaltar que a preferência da existência de um mercado garantido para a venda de produtos agroecológicos se dá, principalmente, pela garantia de renda, pela facilidade logística, pois a Cooperativa Terra Livre coleta os produtos nos estabelecimentos dos agricultores, e pela diminuição da vulnerabilidade dos agricultores diante do mercado, podendo representar uma relação mais autônoma em que os agricultores, conforme explica Ploeg (2008), escapam a controles e dependência externa, alcançando, com isso, melhores condições para o atendimento das necessidades familiares. A agricultora 11 já faz uma relação do tamanho da área e o tipo de cultivo:

É bem fraca a terra, mas quando você começa a mexer nesse sistema de que cada vez que você planta você coloca o adubo e também se você mantém coberto logo você vê resultado que a planta já vem mais verde, escura. Daí você já nota e por isso você tem que pegar aos poucos porque você não dá conta de uma área grande assim o lote todo, planta você pode plantar tudo e limpar? (Agricultora 11).

A agricultora 11 explica que a produção agroecológica, por intensificar o trabalho familiar, geralmente é focada em áreas menores, mas, diferentemente da agricultura convencional, recupera a fertilidade do solo ao longo do tempo. Os agricultores 5 e 12 acrescentam a essa compreensão que a ‘empregabilidade’ e renda adquirida durante o ano todo justificam e viabilizam a produção agroecológica se comparada à produção de grãos convencional.

Então sendo que em uma área menor, eu consigo implantar projeto de 8 mil, mais um tanto para a merenda escolar, para o PAA [...] E daí é o ano inteiro, né? Eu posso produzir o ano inteiro. Porque grão, eu vou produzir uma mixaria, no máximo duas vezes no ano (Agricultor 12).

[...] você plantar o milho, o feijão. Então, três meses você colhe, e daí, você vai levar o quê? Quatro meses para pegar o dinheiro do feijão. Se deu, deu. Se não deu, paciência. O milho, a mesma coisa. Você planta o milho. Para quem planta com veneno, vai passar o veneno. Daí, você vai colher. Daí, muitas vezes, vai colher com máquina. Você vai trabalhar menos, mas você vai pegar dinheiro quanto por mês? Por quantas vezes? ... Deu, deu. Não deu, é aquilo... Você vai passar o inverno inteiro ... Sem fazer nada. O que que você vai fazer no inverno? ... Porque tem muitas pessoas, que tem gado, plantam aveia, planta... Mas o pequeno agricultor, não tem a vez, tudo isso. Ele não consegue tá pensando, em tudo isso, né? Aí, você... você não tem nada para fazer no inverno, mas daí, também, não tem uma renda. E a horta não. A horta, você tem trabalho direto, mas você tem o dinheiro direto. Por exemplo, se você plantou um alface, porque a gente tá sujeito ao tempo, né? Você tem aí, uma chuva de pedra, o sol, uma chuva de mais. Porque tudo atrapalha, tudo demais atrapalha, né? Você... se você perdeu, nossa você perdeu, daí você fica ali, daí dá uma... Já você planta outra, e já, você, talvez, umas três, quatro plantas, você... consegue esperar aquelas que você plantou e... Começa a girar! Você gira! (Agricultora 5).

Assim, diante dos relatos até aqui mencionados, é possível perceber razões relacionados à racionalidade instrumental na opção pela agroecologia, como as motivações econômicas expressadas pelas agricultoras 7 e 8 e em parte pelos agricultores 5 e 12 quando apontam para a possibilidade de venda contínua com maiores ganhos durante o ano dos produtos agroecológicos da horta para os mercados institucionais. Todavia, também há razões que se alinham a uma instrumentalidade, como a indicada pelos agricultores 11 e 12 e vista também na entrevista do agricultor 1, que foca na avaliação do trabalho a ser despendido no estabelecimento. Esses agricultores ponderam que o trabalho intensivo é melhor empregado em áreas menores típicas de estabelecimentos da agricultura familiar e da agricultura agroecológica ou valorizam a empregabilidade da família no estabelecimento produtivo ao longo do ano todo, algo que, conforme os agricultores 5 e 12, é possibilitado pela venda dos produtos oriundos da horta/agroflorestal aos mercados institucionais possuem sobre a empregabilidade da família durante o ano inteiro. São motivações que se orientam para a

instrumentalidade envolvida nas ações típicas do modo camponês de fazer agricultura e que são reforçadas pela agroecologia, resgatando ideias de Chayanov (1974), Ploeg (2008), mas também de teóricos da agroecologia como Casado, Molina e Sevilla-Guzmán (2000) e Gliesman (2009).

Apesar da instrumentalidade apresentada nas motivações de alguns agricultores, é evidente e destacada a substantividade das motivações da maioria dos agricultores analisados em torno da opção agroecológica, conforme os relatos a seguir:

Antes não tinha terra, tinha que pegar um pedaço de terra de alguém pra produzir nem que fosse produzir vinte sacos de milho e que se desse ia sobrar sete ou oito pra nós que o resto tinha que devolver pro patrão, hoje o pouco que a gente produz é pra gente, não tem patrão, não tem firma te esperando pra receber do adubo, da semente (Agricultora 2).

Isso eu falo, ele mesmo aí, é contra a horta. Eu já não. Mudaria por causa, o que você comer. Porque daí, se você, que nem eu falei para você hoje, se você não planta, você não come. Você acaba comprando fora, e não sabe o que come, né? (Agricultores 10).

Mais por causa da saúde em primeiro lugar a saúde, e depois a gente foi conhecendo. Mais hoje a gente não pensa só na família da gente, pensa na família dos outros do consumidor no caso (Agricultora 11).

[...] quando eu tomei conhecimento assim, da agroecologia, e plantar sem veneno, sem as coisa.. Desde o acampamento, desde que eu tava no acampamento, sempre nós tinha muita fala assim, muita palestra, daí o jornal ... Daí eu pensei, ah, então não tem... é besteira trabalhar com veneno. Com convencional, não sei nem lidar [...] E também se a gente for pensar na agroecologia, em nível de dinheiro, não dá muito dinheiro. Mas tem que pensar mais no querer para a gente, né? Lá para frente, na doença, a água que tá se terminando, né? ... Trabalhar de uma forma que a gente consiga produzir e a água seja suficiente para molhar, né? [...] A agroecologia não é só profissão, a agroecologia hoje, lida com a vida né? Ah, você tem tua casa lá, você tem tua horta ... Você tá fazendo agroecologia. Não tamo usando veneno, se tá fazendo alguma coisa pro meio ambiente né? [...] Então já é, nós já entendi assim, as pessoas confundem as coisas. Confundem que a agroecologia tem que produzir orgânico, não é agroecologia. A gente tinha uma vizinha ali que ela falava, eu quero produzir orgânico, mas também não quero entrar no grupo, que tem que ser fundamental lá ... (Agricultor 4).

Os agricultores 8 e 4 indicam como um dos fatores que motivaram a serem agroecológicas as orientações presentes desde o Acampamento, evidenciando aspectos políticos de suas motivações, uma vez que a agroecologia se apresenta como uma estratégia coletiva para garantir maiores rendas e diminuir situações de instabilidade e precariedade de vida dos agricultores e, com isso, garantir a reprodução da família por meio do atendimento de suas necessidades. A agricultora 2 explica a autonomia em torno da produção agroecológica, a qual diminui a dependência a agentes externos entre eles o mercado, questão também levantada na entrevista realizada com o agricultor 10 quando destaca a importância

da produção agroecológica para se ter alimento para o autoconsumo. Para esses agricultores, a agroecologia se torna um meio de fortalecer a liberdade dos agricultores diante de relações de exploração e subordinação, garantindo maior autonomia em relação ao mercado e com isso, melhores condições para o atendimento das necessidades familiares. Por fim, os agricultores 4 e 11, como também as entrevistas realizadas com os agricultores 5 e 12, apontam a saúde da família, da comunidade e/ou do consumidor como principal motivador para serem agroecológicos, além do agricultor 4 evidenciar o papel da relação que o produtor tem com a natureza na agroecologia, em que suas ações devem considerar a preservação e manutenção das bases de recursos naturais, pois eles garantem a vida. Em conformidade com os relatos aqui apresentados, os dados levantados pelo questionário coletivo também apontam como umas das principais razões e/ou vantagens para os 54 agricultores agroecológicos do Assentamento optarem pela agroecologia: a saúde e/ou qualidade de vida das famílias (28%), por ser uma diretriz política do Assentamento e MST (12%), por recuperar aspectos da tradição e o autoconsumo do estabelecimento (11%).

Nesse sentido, valores como a autonomia, a política, a busca pela saúde e sustentabilidade norteiam as motivações da maioria dos agricultores analisados, estando a esses valores submetidos a racionalidade instrumental envolvida na opção pela agroecologia. Tal constatação corrobora com as análises de Ploeg (2008), Sabourin (2009), Bazotti (2016), sobre a econômica moral ou a orientação por valores das relações econômicas da agricultura familiar, uma vez que se evidencia a racionalidade substantiva em suas decisões produtivas. E, em alguns casos, como o do agricultor 4, fica destacada a racionalidade ambiental, já que o agricultor também considera em suas ações a busca da sustentabilidade, na qual há uma relação de cuidado e complementariedade com a natureza de maneira reflexiva. A reflexividade se dá na compreensão da agroecologia como algo que transcende razões exclusivamente econômicas, pois permite a manutenção de uma base de recursos auto-controlada e que, por meio de uma relação de coprodução com a natureza, possibilita a reprodução familiar.

Contudo, nem todos possuem produções totalmente agroecológicas. Como já levantado, parte dos agricultores analisados possuem produções paralelas convencionais e outros avaliam em deixar a agroecologia, como explicam, respectivamente, os agricultores 1 e 8:

Somos poucos que trabalha ainda, então, em quantidade, você não vai ter mão-de-obra, para fazer tudo, né? A não ser que tivesse uma máquina, que auxiliasse. Mas na enxada mesmo, é quase impossível. Vamos dizer, vamos tá carpindo dois alqueire aí, eu, [e minha mulher], então, nesse caso, não tem lógica. Mas na horta, a gente consegue. Porque é um espaço menor, e, isso a gente vai fazendo (Agricultor 1).

Mas só que a gente não tem mais braço, para aguentar tudo. Dá trabalho, né? ... [Precisa] Mais mão-de-obra, máquina também, senão ... Para a gente não se desgastar tanto, correndo, atrás de um cavalo, né? Que nem, esses dia, o cavalo, judia o cavalo e a gente, né? Judia demais. O cavalo anda, né? A gente não tem perna, para correr o dia inteiro atrás dele ... [Se meu filho ajudasse seria] Tudo orgânico! [...] Mas só que a gente não tem mais braço, para aguentar tudo. [...] O meu lote lá embaixo, eu farei convencional ... Já plantei. Vou plantar tudo convencional. [...] Aqui não, eu vou deixar orgânico, para eu fazer para mim comer (Agricultora 8).

Os relatos revelam a avaliação que os agricultores fazem da penosidade envolvida no trabalho agroecológico, em função da falta de mão-de-obra familiar suficiente e maquinário apropriado. Para o agricultor 1 essa penosidade somente se justifica em produções que ocupem pouca área, como a horta, e já as produções que necessitam maior área, para ele, compensa produzir alimentos convencionais, como os grãos. Para a agricultora 8, a penosidade envolvida na agroecologia está levando a família a cultivar produtos convencionais para a venda e manter o agroecológico somente para o autoconsumo. Ainda outros fatores são levantados como dificuldades em torno da agroecologia, como a demanda que se tem por adquirir mais conhecimento sobre técnicas agroecológicas apontada pelo agricultor 1, o constante ataque de bichos levantado pelo agricultor 4, o valor dos custos dos insumos comprados conforme agricultora 7 e as limitações impostas pelos mercados institucionais do que cada família pode comercializar ao ano segundo os agricultores 1, 6 e 10, especialmente o PAA, o qual, conforme os entrevistados limita a comercialização de somente R\$ 8.000,00 ao ano por família. Acrescenta-se, segundo informações do questionário coletivo, a falta de investimento e aparato legal que apoiem as ações agroecológicas. Mas, é a penosidade envolvida com a agroecologia e as limitações dos projetos dos mercados institucionais as razões mais recorrentes apontadas para que alguns agricultores agroecológicos possuam produções convencionais paralelas, conforme explica o agricultor 1:

Porque, o convencional, já vem, meio que um troço meio pronto, né? Se você ver assim. Até eu acredito que seja mais risco, o pessoal não quer esquentar muito a cabeça, né? ... Aqui, que nem para a horta, se nós se dedicasse só para a verdura. Aí, nós, até a ideia anterior, era essa. Mas parou, mais ou menos, no mercado. Porque, como a cooperativa, não buscou um mercado alternativo, além desse projeto do governo. Acabou, meio que ficando, só meio que limitado a produzir, um x de valor. Vamos supor, que nem eu tinha ali, é oito mil reais (Agricultor 1).

A produção convencional é tida, por alguns, como mais prática, pois oferece um pacote pronto, além de ser mais fácil encontrar mercados para esse tipo de produtos do que os agroecológicos. São aspectos entendidos pelos agricultores entrevistados como aliviadores da penosidade envolvida no trabalho intensivo da agricultura familiar, como também na venda de produtos. Assim, a racionalidade instrumental econômica (limitações dos projetos dos canais institucionais, dificuldades de maior e melhor acesso a canais agroecológicos e a penosidade, enquanto uma percepção subjetiva em torno do trabalho demandado) é a principal orientadora pela opção da produção convencional. Ressalta-se aqui a importância da análise da penosidade envolvida com o trabalho na agricultura familiar, aspecto já destacado por Ploeg (2015) e Wanderley (2009) ao discorrerem sobre os balanços chayanovianos. Uma vez que o trabalho é conduzido pela família, a percepção subjetiva da penosidade é um fator primordial que orienta as ações produtivas dos estabelecimentos agroecológicos, diferentemente de um estabelecimento empresarial capitalista que analisa o trabalho, exclusivamente contratado, a partir de seu valor de troca.

Além dessas razões, soma-se mais uma, a da agricultora 6 “... se falta de um, a gente pega e tira de outro. Por isso, que o pessoal já fala que, só ter um só, não tem como. Que nem, muitos que tinham ali, só da CONAB, daí termina o projeto, tinha que ir trabalhar fora, né? Porque só a CONAB não dá a renda [...] Daí que nem nós, ter mais, acaba um, daí tem né?”. Ela explica que a família optou pela produção convencional paralela como uma forma de complementar a renda e também ter segurança perante as instabilidades dos diferentes canais acessados, já que se o retorno ou a produção destinada a um deles apresentar dificuldades, a família tem os outros canais para garantir sua provisão mensal. Mais uma vez se nota a racionalidade instrumental em torno das estratégias produtivas adotadas, uma vez que se procura comparar os diversos canais acessados e ter uma noção da complementariedade entre eles de forma a garantir uma renda mensal que vai atender as necessidades familiares.

Nesse sentido, as análises apresentadas até agora sobre as motivações em torno das produções agroecológica e convencional torna evidente a recorrência de um dos principais fatores influenciadores, senão o principal, da escolha dos sistemas produtivos pelas famílias: a facilidade envolvida dos mercados acessados. A tabela 4, a seguir, apresenta os canais de comercialização acessados pelas famílias dos casos estudados:

TABELA 4 - CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO ACESSADOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DOS CASOS ESTUDADOS

Canais de comercialização	Quantidade de agricultores por classe de alimento				
	Total	Olerícolas	Frutas	Grãos	Origem animal
Cooperativa Terra Livre (PAA/PNAE/Sacolas)	12	12	7	3	-
Venda e/ou troca na comunidade	5	5	3	-	1
Feiras ou no lote	3	3	3	1	2
Sacolas/Cestas/Mercado Municipal de Curitiba	4	4	4	2	1
Cooperativa cerealista (convencional)	2	-	-	2	-
Empresas (convencional)	2	2	-	-	1

FONTE: A autora (2018).

Em conformidade com o restante dos agricultores agroecológicos do Assentamento, todos os casos estudados comercializam olerícolas agroecológicas por meio da Cooperativa Terra Livre, principalmente, aos canais institucionais do PAA e PNAE. Cinco famílias vendem parte da produção na comunidade ou realizam trocas, acompanhando a tendência do Assentamento de 33% das famílias. Ainda há vendas individualizadas em feiras realizadas por três famílias e por meio de sacolas realizadas por quatro famílias. E, por fim, as três famílias que comercializam produtos convencionais o fazem com uma cooperativa cerealista do município de Balsa Nova e com empresas de outros municípios ou comunidades próximos que compram verduras e leite convencionais.

Dentre os canais acessados destaca-se a preminência da Cooperativa Terra Livre enquanto mediadora do acesso a canais de comercialização alternativos, havendo a predominância do mercado institucional, no qual são vendidos produtos agroecológicos certificados dos cooperados. Alguns agricultores explicam sua preferência pelos canais acessados por meio da organização:

Da CONAB mesmo ... É o melhor, porque daí você só colher, e colocar naqueles banco ali, e eles pegarem, levar, chegar a época de pagamento e receber ... Tem que ir lá levar, avisar daí entregar, só para complementar mesmo, alguma coisa. Senão, se fosse ver não compensava ... Não compensava [...] daí a gente vai no ônibus, daqui a rodoviária, daí tem que ir a pé, para ir onde eu entrego, para entregar as coisas ... (Agricultora 7).

E o nosso, o valor do nosso produto, ele é só, ele é um valor bom, nós não podemos dizer que é um valor barato, porque o nosso preço, nós vendemos, é acima de qualquer preço que os outros vendem aí. Que nós temos um preço tabelado, né? Eu planto e eu sei, a quanto que eu vou vender. Então se eu to plantando ali, uma bandeja de alface, eu sei que eu vou vender essa bandeja de alface, vou vender alface o ano todo, a quatro real [...] Que nem, o PAA, dá todo dia, só que não abaixa ... Daí, se eu to produzindo aqui, eu não sei quanto que eu vou vender. Daí, o adubo sobe, uma ou outra coisa que você vai usar, eu uso a gasolina para o capim ... Então, ele tem um custo. Tem um custo, só que daí também, se eu não tenho esterco, daí eu

tenho que comprar [...] Outros mercados, mas daí trabalhar com mercado, eles vão vir para cima. Ah não, a qualidade tem que ser outra... Até não é qualidade, mas ele vão sempre tá criando coisa. Eles vão criar coisa, para prejudicar nós. Porque eles não quer que nós vendam nossos produto. Eles querem que os grandes vendam ... Eles acham que nosso produto aqui não é o suficiente, e também, não é, produto bão (Agricultor 4).

[...] agora tem um projeto muito bom, né? Para nós é... o PNAE né ... Além de nós planta, o povo ainda come um alimento bom ... E nós comemo também, né? ... Porque a pessoa que não planta, ela não come. Geralmente essa pessoa que ficam plantando essas coisa tudo convencional, eles acabam comprando tudo convencional. Eles acabam comendo também ... E a gente, se você tem ali a horta. A galinha, o porco, a vaca. Você tá comendo as coisa, que você! Você sabe o que você tá comendo (Agricultores 10).

[...]. Tipo assim, ah eu colhi 400 gramas de semente de tomate. A cooperativa tem interesse em pelo menos 200 gramas, então para a cooperativa [...] Agora, se a cooperativa não tem interesse, senão sabemos de alguém que tem interesse, vai tudo para lá [...] Os outros produtos, eu, quando eu tenho um pouco de mel, aí se a cooperativa pode colocar para mim, beleza, eu uso a mesma lógica ... Eu priorizo lá ... (Agricultor 3).

Eu pago, pago para a cooperativa, por quê? Porque tem que ter. Porque pra eles conseguirem, o que eles conseguiram lá ... Eles tem que fazer parte desse outro mundo lá de fora, que tem que ter um tanto de gente... tem que ter um tanto de grupo... Então... O meu nome também tá lá. Como eu faço parte dessa cooperativa. Mas ó... mas eu não tenho que tá vestida que nem eles, eu não tenho que tá falando como eles, eu não tenho que tá comendo como eles... . Então, [a venda pra Cooperativa] é um giro assim, que para você ter, você tem que [...] Para a gente fazer o planejamento (Agricultora 5).

Os relatos acima revelam que a preferência por comercializar pela cooperativa é: (i) pela facilidade ofertada pela organização na coleta dos produtos nos seus estabelecimentos; (ii) pelo mercado garantido proporcionado pelos canais institucionais, pois além do agricultor já saber quanto vai receber pelo produto que está plantando, ele possui uma renda periódica o que lhe possibilita arcar com os custos da produção, bem como oferece a garantia de que ele será vendido, diminuindo a vulnerabilidade dos agricultores típicas de outras relações de mercado; (iii) pelo valor pago pelos mercados institucionais; (iv) por comercializar alimento agroecológico que beneficia a saúde dos consumidores e das famílias produtoras; (v) pela valorização do agricultor familiar, já que outros mercados, como os convencionais, há uma relação de exploração; (vi) por mediar a relação do agricultor com o mercado, como atenta a agricultora 5; (vii) e por questões políticas, de priorizar a venda à Cooperativa localizada no Assentamento, uma vez que ela representa os interesses comerciais dos agricultores agroecológicos locais, podendo, continua o agricultor 10, ser instigada a negociar preços melhores e encontrar novos canais. Nesse sentido, ao optarem por comercializar pela Cooperativa se orientam pela racionalidade instrumental que compara fatores logísticos (coleta), econômicos (preço e garantia de venda) e relacionais (valorização x exploração)

entre mercados diferentes, como também consideram a racionalidade substantiva como a saúde envolvida na produção dos alimentos agroecológicos, a cooperação na relação com os canais de comercialização e o comprometimento político dos mesmos enquanto um coletivo que tem na organização sua mediadora comercial.

Além da Cooperativa, alguns agricultores, eventualmente, acessam outros canais, como a venda na própria comunidade:

Então, para outro mercado, vai para a casa da semente. [...] Porque aqui dentro, além da cooperativa, tem mais três que comercializam cesta de produto ... Às vezes eles mandam mensagem no whats app, se tem como armar essa coisa assim ... quando tá sobrando, a gente Por exemplo, safra passada de ... a safra de pinhão passada, eu vendi bastante quilo de pinhão para o Luiz. Ele tinha uma demanda grande de pinhão em Curitiba ... (Agricultor 3).

Se eu for vender com uma pessoa diferente assim, que nem eu falei dessa mulher que ela compra na feira, ela compra maço de pimenta, xuxu, as coisa que tem agora aqui no PAA, ela compra às vezes. Mas ela paga conforme o preço tá lá [...] Mas ela ainda paga bem. Ela paga bem ... Antes a gente jogava três, quatro caixa, das coisa, pros carneiro aí. Daí ela veio e disse, eu compro. ... Só vendo para ela, as coisas que eu não ... Que fica sobrando. Que não é para consumo. Daí eu vendo. Pepino, xuxu. Quando não tem no projeto, ela compra ... Então, ela paga bem. Mas se eu fosse vender, assim, bastante para ela. Entregar toda semana para ela, uns 500 reais para ela, ela ia pagar o preço que tá lá (Agricultor 4).

Ambos agricultores - 3 e 4 - relatam que vendem os produtos que sobram da venda da cooperativa e do autoconsumo das famílias para outros agricultores da comunidade que possuem canais de comercialização individualizados, mas que diferentemente dos mercados institucionais, praticam um valor de venda varia de acordo com as alterações do mercado de produtos orgânicos. Ainda o agricultor 3 revela que nem tudo o que ele cultiva está previsto nos canais de comercialização da Cooperativa, levando-o a, eventualmente, vender esses produtos que inicialmente seriam destinados somente ao autoconsumo, para outros canais. Há também dentre os agricultores estudados a troca ou doação de alimentos que sobram de suas produções, como também a venda em feiras em algumas épocas do ano. Assim, mesmo que dentro da comunidade a racionalidade instrumental se mantém presente, pois a venda, troca ou doação oferecem condições materiais para a reprodução familiar – atendimento das necessidades familiares. Mas, é uma ação acompanhada da racionalidade substantiva que preserva certa autonomia das famílias em relação ao mercado e resgata a cooperação e solidariedade entre as famílias para garantir a reprodução social da comunidade.

O que se percebe é a Cooperativa Terra Livre como o principal canal de comercialização dentre os agricultores agroecológicos estudados, revelando uma grande

dependência aos mercados acessados pela organização, que por sua vez, também apresenta demasiada dependência no mercado institucional, sendo um aspecto de vulnerabilidade tanto dos agricultores quanto da organização, já que qualquer oscilação ou barreira apresentadas por esse mercado impacta nas rendas dos agricultores e na estrutura organizativa da Cooperativa construída em torno do acesso aos mercados institucionais. Já é possível verificar, conforme a CONAB (2018), uma redução do volume de compras do PAA - programa não amparado por lei como o PNAE - em função dos cortes de verbas governamentais ocorridos de forma sucessiva, principalmente, a partir do ano de 2015⁵⁵. Uma vez que parte dos agricultores agroecológicos do Assentamento tem como motivação para serem agroecológicos o fato de terem um mercado garantido, a construção de novos mercados e o fortalecimento e consolidação de outros já iniciados, como as sacolas e feiras, são primordiais para a manutenção de parte da agricultora agroecológica do Assentamento Contestado e, com isso, a reprodução social das famílias.

Essa dependência só é reduzida nos casos em que há iniciativas de comercialização de produtos agroecológicos individuais e naqueles em que há a produção convencional paralela, justificados por serem, para os agricultores que as praticam, formas de diversificar a produção e se protegerem dos atrasos de pagamento e limitações de projetos dos mercados institucionais. A agricultora 11 explica a razão por sua família ter estabelecido vendas de produtos agroecológicos em sacolas para clientes fixos da cidade de Curitiba:

A que a gente consegue ter uma renda melhor que antes a gente nem plantava muito, plantar o lote inteiro de grãos, a gente sempre procurou de ter sempre mais que uma atividade. Tinha galinha, os porcos, uma época a gente fazia linguiça pra vender então já faz tempo que veio esse negocio de venda, o pessoal fazia linguiça e todo mês vendia um pouco. A gente nunca plantou uma coisa só porque plantar uma coisa só ... então a gente sempre planta um pouco de cada coisa. Antes da venda a gente sempre tinha as miudezas pra família pro gasto da gente [...] eu acho que a gente já saiu meio procurando mesmo tendo o projeto da CONAB um outro meio e na verdade pensando nós mesmo é a venda fora que dá a renda maior. Nós já chegamos a ter quatro meses de atraso da CONAB ... daí se você depender só do projeto da CONAB você não dá conta de pagar tudo as contas e atrasava muito, até fazer a contabilidade eles pagavam a cada mês e daí nós fomos procurando outras alternativas. Eu acho que é muito bom esses programas ajuda muito, agora não dá pra ficar só nisso e não é só aqui em casa é no geral (Agricultora 11).

⁵⁵ Entre os anos de 2003 à 2012 há um crescimento de 86% dos recursos destinados ao PAA, chegando em 2012 a R\$ 586.567.131,00. Já no ano de 2013, em função da operação Agro Fantasma da Polícia Federal que investigou desvios de recursos do programa, houve uma queda de 62% dos recursos, chegando à R\$ 224.517.124,00. No ano seguinte, 2014, há um novo aumento totalizando R\$ 338.004.942,00, mas a partir do ano de 2015 há sucessivas reduções, chegando a R\$ 124.708.502,00 em 2017, representando uma diminuição de 63% dos recursos destinados ao programa se comparado com o ano de 2014 (CONAB, 2018; PF, 2013).

A agricultora 11 esclarece que sempre tiveram produção diversificada para o autoconsumo da família e para a venda em canais diferentes, a fim de não depender só de uma fonte de renda. Ainda a agricultora explica que para a venda em sacolas, quanto maior a variedade de produtos melhor, pois os clientes querem comprar mais de um tipo de produto agroecológico, levando com que a família se planeje para produzir essa variedade, além de também comprar dos vizinhos os produtos que, por ventura, não tenham produção suficiente ou que não produzam. Dentre os casos estudados, outros três também vendem sacolas, dois em Curitiba (Agricultores 12) e outro na Lapa (Agricultora 7) e um para o Mercado Municipal de Curitiba (Agricultores 5). Para esses agricultores essas vendas complementam a renda familiar, sendo elas também baseadas em uma oferta de produto variada, na qual está incluída a revenda de produtos de vizinhos ou de outras localidades como é o caso da família da agricultura 5:

Nóis planta, nóis cuida, nóis colhe, nóis faz sacola, nóis vende, nóis recebe [...] Aham, que essa aí é [venda] direta [...] É, que hoje i... A gente tá tentando expandir. Daí de Antonina vem buscar, em Morretes buscar, sabe?[os produtos] Que nós não tem. ... Aqui dentro do assentamento também, porque a gente não consegue... Mas isso, com as sacolas, não para CONAB, nem para o PAA. A gente, porque assim ó: para você vender, você tem que ter a variedade, né? E ... às vezes a pessoa pede: ‘ó eu queria isso, isso, isso’ ... Ah, isso nós não temo, mas o que que nós vamos fazer? Nós vamo pegar desse grupo aonde a gente trabalha, aonde tá com o mesmo certificado. Muitos deles faz parte do mesmo grupo, da mesma reunião nossa ... Aí a gente pega desse pessoal, e vende também. Ajuda dos dois lados. Ajuda pra nós ter mais variedade para a gente vender, e ajuda eles, para ganhar um dinheirinho extra. Porque esse dinheiro que a gente pega, para vender no sacolão, a gente faz na hora. No máximo, na próxima... Porque a gente faz duas entregas por semana. São no máximo, na outra vez. Então, eu passo na segunda, pego. Passo na quinta, pago e acabou, pego. Então, dentro da mesma semana, eu vou receber. E, a, lá da sede... tem que fechar o mês [...] Porque assim ó: a venda fora, ela é, para nós, digamos assim, uma extra. A gente não tem a nossa venda fora, como a principal. Portanto... (Agricultora 5).

Assim, a venda individualizada ou gera a principal renda para a família, como é o caso da agricultora 11, ou é um ‘extra’ para os demais casos. Diferentemente do mercado institucional, cujo pagamento tende a ser mensal, a renda proveniente da venda por sacolas ou para o mercado municipal de Curitiba é gerada em períodos menores, sendo considerado um importante aspecto para esses agricultores. Nesse sentido, nota-se, nesses casos, a racionalidade instrumental se faz presente na gestão no que se refere à opção pela produção diversificada para atender o mercado orgânico e/ou agroecológico e à possibilidade de ter um ‘capital de giro’ com maior frequência. Mas, a adequação da oferta de produtos conforme o desejo do mercado (variedade produtiva no estabelecimento e compra de produtos dos vizinhos e/ou outras localidades), ao mesmo tempo em que pode ser considerado um critério

instrumental para fins econômicos, não se pauta pela padronização e especialização da produção comum a um modelo de agricultura empresarial. Além dessa variedade produtiva ser realizada também para o autoconsumo, garantindo a reprodução social da família. O acesso a esses mercados também preserva certa autonomia dos agricultores nas relações com os consumidores, pois há uma relação direta e maiores possibilidades de negociação.

Os casos que buscam a diversificação de canais por meio da produção convencional paralela, o fazem pelas facilidades percebidas no acesso a esses canais, como também por já estarem familiarizados com essa produção e com a relação com os canais, conforme observado nos seguintes relatos:

[...] Nós lidava com verdura... Daí ele falou se nós não queria, né? [...] Porque daí, ele já tinha na propriedade dele, essas estufa, né? Ele falou: vamos fazer um experimento aqui, se der certo, e der aqui, é uma renda, é uma renda maior ... Ele tem, a propriedade dele, é no Capão Bonito, aqui na Lapa ... Ele tem daí lá né. Na propriedade dele, ele tem todas as instalações, que ele... daqui, a gente colhe, põe nas caixas e ele leva. Daí, lá ele prepara. Que nem, o cereja, lá ele, monta as bandeja. Tem todas as bandejinha, para mandar pros... Ele tem contatos, mercado ... Daí ele financiou para nós as estufa, e daí nós fomos pagando... com a produção ... E daí, esses custo da estufa, ele vai controlando a produção ... É, que nem agora, como caiu o tomate, principalmente o cereja né. Teve uma época, que ele pagava cinco reais, para nós, o quilo, do cereja. Mas agora né... Com essa, queda que deu do tomate ... Diminuiu bastante (Agricultora 6).

[...] teve uma reunião na sede, né? ... Que quem queria pegar, que daí naquela época, nós tinha duas vaquinha só. Mas elas eram bem leiterinha. Faz o que, uns... faz mais de quatro anos, daí ele fez a conversa né. Porque tem mais produtor que entrega leite aqui [...] Eu entrego cada um, dia sim, dia não. Ele vem pegar... o leite (Agricultora 6).

Eu acho que... eu acho que a horta é a que dá [mais renda] ... a horta ali, mantém aquele preço ... que vem aquela lista. Você já viu aquela lista que vem da ... É, porque daí, aquele preço, é do começo do projeto até o final. E o convencional já não. Tem época que o preço sobe e tem época que o preço vai lá embaixo (Agricultora 6).

É, no caso da lavoura, a gente fica um pouco de olho no preço né. Que nem, vamos supor, ah o milho baixou. Daí tem que ver, se compensa vender ou não [...] Tem que tentar, tentar. Que nem daí, no caso dos grãos, não tem muito o que você falar, porque o mercado é meio que definido. Principalmente, milho e soja, o dólar, tem aquilo, feijão é uma coisa (Agricultor 1).

A agricultora 6 vende tomate e pimentão convencionais a um produtor de uma localidade próxima que possui uma pequena empresa que produz e vende verduras e frutas convencionais e também vende leite a um laticínio da colônia de Witmarsum. Ela explica que os compradores foram até a família para oferecer o negócio, no qual em troca pela venda das produções, os compradores ofereceriam a coleta dos produtos nos estabelecimentos familiares e o fornecimento de crédito para o investimento em estrutura quando necessário, sendo o

crédito descontado no momento da compra. Ela ainda analisa a vantagem do preço tabelado dos produtos agroecológicos destinados aos mercados institucionais se comparado com as variações do preço dos produtos convencionais. A variação dos preços dos produtos convencionais também é levantado pelo agricultor 1 e também visto na entrevista do agricultor 10. Ambos comercializam grãos convencionais com a Cooperativa cerealista de um município vizinho. Eles esclarecem que produzem grãos, principalmente o milho e o feijão, e que vão acompanhando o preço dessas *commodities* no mercado internacional para avaliar o momento mais propício de vendê-los.

O que se nota é a preferência por mercados convencionais nos quais os agricultores já possuem familiaridade e/ou de fácil acessibilidade, mesmo que os preços de venda não sejam os mais vantajosos, podendo indicar uma influência das experiências passadas deles (venda de produtos – grãos - que tradicionalmente os agricultores seguem produzindo e em canais já conhecidos) e/ou opção por mercados que ofereçam mais facilidades em tona da produção e da venda de produtos. Por mais que esses agricultores encontrem nesses canais uma forma de diminuir a dependência ao mercado institucional, há neles um elevado grau do que Ploeg (2008) chama por mercantilização e externalização, diminuindo sua autonomia. A externalização se percebe na submissão de suas produções à determinações e procedimentos externos e a mercantilização na dependência do mercado na utilização de insumos, equipamentos, investimentos e venda (PETERSEN *et. alli*, 2017). Tal situação aproxima as relações que possuem com o mercado convencional da racionalidade instrumental-econômica no modelo de agricultura empresarial, uma vez que há a predominância de interesses econômicos na escolha e planejamento produtivo dos produtos convencionais, principalmente dos compradores, além de haver um alto grau de submissão da produção ao mercado e dos procedimentos internos referentes a gestão produtiva do estabelecimento familiar à regras externas.

Ainda que, no geral, as famílias tenham como maior fonte de renda a comercialização com esses canais de comercialização (mercado institucional e mercados convencionais), 11 delas complementam a renda por meio de outras fontes a fim de atender as necessidades familiares. Dentre todos os agricultores agroecológicos do assentamento, 84% (46) se encontram na mesma situação. Essas famílias buscam renda em ocupações fora do estabelecimento familiar e/ou por meio de políticas públicas a fim de atingir os ganhos considerados necessários para a reprodução familiar. O tópico a seguir discorre sobre essas situações.

5.2.2 Investimentos no estabelecimento familiar

Dentre os agricultores agroecológicos analisados é comum verificar a existência de mais de uma fonte de renda das famílias, levando-as a somarem ganhos que não provenham exclusivamente das relações com o mercado de produtos orgânicos e/ou agroecológicos. O quadro 3, a seguir, apresenta a origem dessas fontes e as razões pelas famílias acessarem elas:

QUADRO 3 - FONTES DE RENDA ACESSADAS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS ESTUDADOS E RAZÕES PARA ACESSÁ-LAS

Relatos dos agricultores agroecológicos analisados	Tipo de fonte de renda	Razão para acessá-la
<p>... a gente vai sobrando os 10 dias de plantação, a gente faz dos outros, que nem assim, ó vamos plantar morango, limpar morango, colher tomate, eles[meus filhos] fazem as atividade deles. [...] Eles precisam de roupa nova, daí vai na cidade, vai na loja, compra calçado, compra roupa. Já tá bom. Porque eles tão me ajudando, se eu não conseguisse, eu ia ter que tirar de outra coisa para fazer (Agricultora 7).</p> <p>[...] nós trabalha para ela ... É diária ... É, já faz uns três anos né, que nós tamo nessa vida ... A gente pensa em melhorar o lote, para não precisar tá saindo, mas tá difícil ... Uhum. Ela é uma pequena agricultora né [...]O que faz, daí é para investir na casa, nos animais. Porque os animais também precisam de uma comida, de remédio. Então, você tem que sair trabalhar fora, por causa disso. Mas se fosse só do lote, só para comer, você tira do lote. Mas o problema é que você não vive só da comida. Você tem carro, você tem casa, você... Né ... Mas tem que ter outras coisas para comprar. Tem a reforma da casa, você tem móveis para comprar. Daí se não sai trabalhar fora, você não tem. Que é, tem muitas pessoa que não trabalha fora, geralmente vivem só do lote (Agricultores 10).</p> <p>Que nem, agora, vai entrar o dinheiro do feijão e do milho. Então agora, a gente tá pensando, que vai entrar uma renda boa. Porque além dessa, que eu tenho aqui, eu fiz um acordo com essa cara que eu trabalho [de tratorista], que 5% de tudo que ele por ali é meu. Daí eu to estimando ... Eu to trabalhando de salário inicial. Então, esse dinheiro que nós vamos botando para fazer esses investimento aí, no caso do morango. Para daí, nós ... (Agricultor 1).</p> <p>É que quanto não vai ter dinheiro aí... Que nem, agora que o PAA deu uma quebrada, meio que parou, não tinha condições de muda, não tinha nada... Daí eu to trabalhando por dia, fora, para pagar minhas dívida, e meio que larguei o PAA agora (Agricultora 8).</p> <p>Tenho. (bolsa família) [...] Já ajuda. É, é mais esse bolsa-família, mas é sessenta e oito reais só, que eu pego [...] O outro (filho) tem 15. Seria os dois. Daí eu fui lá vê, porque eu pegava 164. Daí deu aquela cortada, na época da Dilma e Temer [...] Daí fica 35 por criança só. Porque eu recebia um pouquinho também né. Uma bolsa que a mãe ganhava. Daí, a minha parte eles cortaram. Daí ficou só as crianças. Mas é 35 por criança só (Agricultora 8).</p>	<p>Trabalho agrícola fora do lote</p>	<p>- Complemento de renda para atender as necessidades familiares (consumo e instalações familiares)</p> <p>- Complemento de renda para investir na produção</p> <p>- Complemento de renda em períodos de menor retorno financeiro: pagamento dívidas relacionadas ao consumo da família e produção</p>
	Políticas Públicas de assistência social	- Complemento de renda para atender as necessidades familiares

FONTE: A autora (2018).

A renda familiar dos agricultores agroecológicos analisados é complementada mensalmente ou de forma recorrente por aquelas provenientes de trabalho agrícola fora do estabelecimento familiar, da pluriatividade e de programas de governo, permitindo um melhor atendimento do principal objetivo do estabelecimento familiar: o atendimento das

necessidades familiares e, assim, a reprodução social familiar. Dos casos estudados, cinco famílias complementam a renda com recursos do Estado destinado à aposentadoria ou pensão, cinco com outra política pública de assistência social o Bolsa Família, quatro com trabalho não agrícola fora do estabelecimento (pluriatividade) e quatro com trabalho agrícola fora do estabelecimento. Das quatro famílias que praticam a pluriatividade, duas possuem membros que trabalham em ofícios não agrícolas, celetistas, e três centram-se na colaboração remunerada às atividades do Assentamento, seja para a Cooperativa, seja para algum projeto ali presente, seja para o ELAA, seja para o MST, revelando a forte presença de atividades políticas e técnicas dentre os agricultores agroecológicos estudados. Vale observar que os dados do questionário coletivo também indicam essas fontes como as principais origens de complementação de renda quando analisados todos os agricultores agroecológicos do Assentamento. No que diz respeito à pluriatividade praticada por importante parte dos agricultores agroecológicos do Assentamento (33%) nas atividades locais, é possível observar que ela traz um caráter colaborativo e autônomo sustentador da proposta agroecológica do Assentamento e das famílias ali presentes, uma vez que reforça o papel político desses agricultores na busca por melhores condições de vida, por meio da defesa pela reforma agrária, de estruturas organizativas participativas e de outra forma de se fazer agricultura que traga mais sustentabilidade ambiental.

A associação do papel político com a pluriatividade traz um elemento que vai além dos efeitos que esse tipo de atividade traz a vida econômica da família, conforme já abordado por Wanderley (2009) e Ploeg (2008; 2015) quando enxergam nessa prática uma forma de complementar a renda, associada, por vezes, a uma alternativa à dependência de crédito. O que se percebe é que pluriatividade praticada no Assentamento, na maioria dos casos, reforça a dimensão sociopolítica sugerida por Sevilla-Guzmán (2006) da agricultura familiar contemporânea agroecológica, uma vez que os agricultores estudados executam atividades remuneradas dentro do Assentamento que procuram apoiar uma outra forma de agricultura pautada na reforma agrária, na disseminação técnica e social da agroecologia e no acesso à mercados alternativos. Percebe-se, com isso, a racionalidade ambiental envolvida na opção por essas atividades econômicas, pois os agricultores agroecológicos priorizam a atuação em ofícios que, além de complementares a renda da família (racionalidade instrumental), são pautados pela cooperação, solidariedade e busca pela sustentabilidade ambiental (racionalidade substantiva).

A partir das informações sistematizadas pelo quadro 3, é possível averiguar que o recurso a essas outras fontes de renda se dá para: i) atender as necessidades familiares de consumo como alimentação, roupa, remédios, material escolar ou de estrutura das instalações familiares; ii) complementar a renda insuficiente obtida pela comercialização no mercado institucional, em períodos em que há atraso de pagamento ou de recesso de compras, a fim de atender as necessidades de consumo familiar e de (dívidas da) produção; iii) ter um trabalho menos penoso, no caso da pluriatividade; e iv) adquirir maior renda para investir na produção (estrutura, maquinário e equipamentos). Dessarte, no geral, a busca por outras fontes de renda se dá para atender necessidades familiares, as quais incluem o atendimento das necessidades produtivas, pois os produtos ali gerados são destinados ao consumo interno ou trocados no mercado para atender a reprodução familiar, principalmente.

Tal situação esclarece que significativa parte das unidades de produção familiares agroecológicas estudadas não conseguem atender as suas necessidades familiares e produtivas apenas vendendo seus produtos agroecológicos, tendo que recorrer a atividades remuneradas executadas fora do estabelecimento ou a programas de governo, aspecto já amplamente conhecido na literatura da agricultura familiar brasileira. Mas, diferentemente de unidades de exploração capitalistas, os estabelecimentos familiares agroecológicos, por reunirem em um mesmo espaço uma unidade de produção e de consumo, conforme já observado por Wanderley, Ploeg e Shanin, não organizam suas atividades laborais exclusivamente para atender a atividade econômica da unidade, mas para atender, principalmente, as necessidades de consumo familiares, enquanto uma forma de atender o balanço trabalho/consumo. Nesse último ponto, destaca-se a importância das necessidades de consumo da família na gestão econômica do estabelecimento familiar, enquanto uma orientação instrumental presente no modo camponês de fazer agricultura e reforçado pela agroecologia, uma vez que, parte significativa da razão por recorrerem a outros meios de provisão é para atender a essas necessidades.

Alguns agricultores revelam que preferem complementar a renda familiar por meio de uma das fontes de renda mencionadas no quadro 3 do que adquirirem dívidas por meio de crédito. Quando questionadas sobre acessar créditos a agricultura 8 respondeu “Não, não faço isso ... Não faço, eu tenho muito medo ... Depois, vem a hora de pagar, a gente não tem o dinheiro na hora certa, né. Nossa, eu fico sem minhas coisas, mas eu não faço.”, a agricultora 2 afirmou “especialmente quando quer contratar alguma coisa eu e marido nós somos muito decididos pra (não) fazer uma dívida ...” e a agricultora 5 revelou “Então, se você colocar na

cabeça, vou passar a necessidade ali... E vou, e vou comprar a vista, a tua cabeça vai tá mais tranquila.”. São relatos que desvendam a desconfiança que alguns agricultores possuem em torno da contração de dívidas, fazendo-os preterir a obtenção de crédito para o trabalho fora do estabelecimento a fim de atender as necessidades econômicas (familiares e produtivas) que possuem. Isso traz um aspecto tradicional muito recorrente na fala dos agricultores familiares em torno da contração de dívidas, uma vez que representa um aumento de sua vulnerabilidade e dependência frente ao mercado, levando-os a optarem por outras soluções econômicas (trabalho fora do estabelecimento e políticas públicas de assistência social) que possam lhes preservar certa autonomia na administração de suas rendas.

Esse aspecto é levantado por Ploeg (2008) quando fala do modo camponês de fazer agricultura. O autor explica que há uma desconfiança do agricultor familiar em relação ao mercado que o faz buscar por relações mercantis mais autônomas para evitar a dependência externa, o que explica a expansão ou contração da atividade econômica da família dependendo da situação de mercado como forma de preservar certa autonomia na gestão de sua produção e na relação com o mercado. O que é visto nesta pesquisa é que essa desconfiança expressa pelos agricultores em relação ao mercado ao não contraírem dívidas, tem como reação o trabalho fora do estabelecimento ou acesso a políticas públicas que colaboram para a preservação da autonomia na gestão de sua produção.

Todavia, quando considerado o investimento destinado à produção, é comum averiguar a obtenção de créditos por outros agricultores, conforme apontado nos relatos a seguir:

O PRONAF ... Já tô com um ... Tô pagando ... Para comprar um pouco de material de irrigação, forrageira, motosserra ... Mais cinco anos ... Três de carência e sete de pagamento (Agricultor 3).

Que eu fiz, o primeiro PRONAF, parece que é 24 mil. Daí eu fiz, tô pagando agora, parece que já venceu a primeira parcela. Só que eu comprei tudo o que eu precisava ... Comprei desde, não tinha criação, comprei criação. Carneiro, eu comprei. Daí eu comprei tudo [...] Motosserra, roçadeira, o triturador, é, calcário, assim para a horta, tudo... Comprei um pouco de adubo, os tubo para irrigação. Para a irrigação e as cultura, gastei 9 mil. Tudo, tudo no dia. Caixa d'água [...] Tudo ferramenta que eu precisei, pro milho, precisava de ferramenta. Freezer. Tudo essas coisa que eu precisava, eu comprei. Daí, passei no projeto, e daí arame para a cerca. É, enxada, umas coisinha pequena. Bastante coisa de comprar (Agricultor 4).

[...] estamos pagando a tobatinha ainda ... Pronaf A ... A primeira irrigação foi ido lá na Carrer e pago em prestação, a primeira bomba e ... depois foi comprado o tobatinha, uma bomba, uns canos de irrigação e umas frutas que nós trabalhava junto com a Ivonete lá atrás do lote deles, que plantava lá antes de nós começar com as sacolas [...] a tobatinha e uns canos que a gente tá pagando ainda ... Em conjunto, no nome dos dois é no nome da Ivonete, mas é dos dois. O tobatá não é só nosso ...

Comprar uma coisa sozinho sai caro e como a gente já veio lá do mesmo lugar e eles quiseram ficar junto e trabalhar algumas coisas junto daí ficou melhor (Agricultora 11).

[...] ainda tamo pagando [a estufa das verduras convencionais] ... Foi 2015, final de 2015, 2016. Eu acho que uns dois anos faz... que nós tamo pagando. E ele não desconta tudo né. Ele desconta pouco ... Não, eu acho que não. Daí hoje... (Agricultora 6).

O que se nota é o uso de créditos para o investimento em infraestrutura produtiva (estrutura, equipamentos e maquinários), por meio: do PRONAF, o qual é acessado atualmente por quatro famílias dos casos estudados; do empréstimo dos compradores de produtos convencionais no caso da agricultora 6; da compra a crédito em comércios agropecuários, conforme relatou a agricultora 11 e também levantada na entrevista com o agricultor 12. Nesse sentido, a externalização e a mercantilização, como observam também Petersen *et. alli* (2017), adentram os estabelecimentos familiares agroecológicos, uma vez que a concessão de crédito, independente do credor, incorre ao atendimento de uma série de procedimentos e regras estipuladas pelo agente que concede o crédito e pela compra de insumos e estrutura no mercado, os quais, geralmente, seguem os parâmetros do modelo de agricultura convencional. Os projetos a serem creditados devem, no caso do PRONAF e das empresas de produtos convencionais, seguir um modelo estabelecido pelos agentes de assistência técnica por eles indicados, além de atender a prazos estabelecidos por esses credores. Os agricultores agroecológicos, nesse sentido, ficam submetidos e dependentes a controles externos, não só quanto ao pagamento das parcelas, mas também ao modelo de agricultura empregado em seus estabelecimentos, diminuindo, com isso, a autonomia dos mesmos.

Apesar do peso da racionalidade instrumental nas relações de investimento no estabelecimento familiar agroecológico mais alinhadas ao modelo empresarial de agricultura, é possível verificar frestas pelas quais os agricultores conseguem inserir aspectos da racionalidade substantiva mais próxima de um modelo de agricultura camponesa, como a cooperação vista no caso de acessar crédito em parceria, verificado em dois casos estudados. A agricultora 11 explica que comprou por meio do PRONAF uma tobata e alguns canos para irrigação em conjunto com uma vizinha, estando o empréstimo no nome dessa. Para a agricultura, a relação de proximidade com a vizinha – por já terem morado próximas antes do Assentamento e realizarem trabalhos agrícolas em conjunto - e a possibilidade de dividir a compra do maquinário e materiais aliviando economicamente as contas de ambas famílias, apoia a opção por compartilhar o acesso à crédito. Fica, dessa forma, evidenciado a utilização

de outros aspectos, ao lado do econômico, para a obtenção pelo crédito, como a cooperação e reciprocidade, demonstrando, mais uma vez um balanço que os agricultores familiares agroecológicos realizam entre a racionalidade instrumental e substantiva em sua forma de gestão do estabelecimento.

Como visto, parte da renda adquirida pela família na comercialização de suas produções, em trabalhos fora do estabelecimento familiar ou por políticas públicas de assistência social, bem como os recursos adquiridos via financiamento, são destinados aos sistemas produtivos empregados pelos agricultores agroecológicos em seus estabelecimentos. O tópico a seguir se destina a compreender como ocorre a gestão pelos agricultores agroecológicos dos recursos envolvidos nesses sistemas.

5.2.3 Gestão integrada dos recursos produtivos

Os sistemas produtivos típicos da agricultura familiar são diversificados, aspecto reforçado quando há a adoção da agroecologia (WANDERLEY, 2009; PLOEG, 2008; 2015; GLIESSMAN, 2009; CASADO; MOLINA; SEVILLA-GUZMÁN, 2000). Tal diversificação, como já visto no tópico 5.2.1, é usada como uma segurança dos agricultores perante as oscilações do mercado, porém ela não só diz respeito à venda de uma variação produtiva no mercado, mas principalmente para atender as necessidades familiares. A integração entre sistemas é realizada por meio da interconexão entre diferentes recursos produtivos (terra, equipamentos, maquinários, insumos, ferramentas, conhecimentos tradicionais e adquiridos e recursos ambientais) e desses com outro recurso essencial da agricultura familiar, o trabalho familiar.

Quando se trata de sistemas produtivos agroecológicos essa integração é aprofundada, diferentemente de um sistema convencional ou ‘orgânico’, uma vez que se busca diversificar a produção, optando por formas produtivas que diminuam a degradação do solo e água da região, interligue os produtos e subprodutos dos diferentes sistemas produtivos e garantam o autoconsumo e a comercialização da produção excedente, ou seja, da parte não destinada ao consumo da família (GLIESSMAN, 2009; CASADO; MOLINA; SEVILLA-GUZMÁN, 2000). Os relatos dos agricultores a seguir buscam descrever a integração sistêmica por eles realizada:

[...] que a gente põe um pouco mais de adubo, cuida mais água, é bem melhor. Mas se você já abandona aquele pedacinho e deixa, a planta já fica... sofrendo, né. [O veneno] Ah, daí mata tudo né [...] Ah, ureia até ajudaria um pouquinho. Mas daí mata todos os bichinhos que tem na terra também [...] Ah, a minhoca né. É tudo, nossa. A minhoca ajuda muito na terra. Ela segura mais umidade, você coloca o capim, você vai tirar, aquela umidade tá... Não precisa tá molhando todo dia, né? (Agricultora 8).

Que é aquela questão diferente dessa do orgânico pro agroecológico né. O orgânico é só substituição de insumo ... é monocultura, é explorar, tirar e colocá, tirar e coloca. No agroecológico não. No agroecológico é reconstituição, reconstituição de solo, né, e com isso, elevar fazendo melhorias, daí vai, vai, vai. Daí a cadeia produtiva, que vai desde a semente até o produto final [...] E de preferência em parceria com outros companheiros da agroecologia. São produtores ecológicos, né. Tipo, a gente organiza um mutirão, uma oficina na casa de alguém e daí produzi, prepara um supermagro [...] composto, compostagem [...] Em conjunto, porque daí se acaba mais fácil. De fazer e daí a gente acaba adquirindo e repassando conhecimento (Agricultor 3).

Na visita, foi possível verificar que a casa do Agricultor x tem biofossa aonde ele planta bananeira e outras plantas que puxam umidade. A biofossa não contamina o lençol freático. Tem agrofloresta com árvores nativas, em partes tem ‘forrageiro’ que protege o solo. Ele foi mudando a forma de fazer agrofloresta conforme foi tendo mais conhecimento. Fala que, às vezes, muda plantio porque os insetos não se adaptam. A área tem cabeceira de água protegida e tiraram criação de gado para proteger a mata ao lado da cabeceira. O pasto para gado e o cultivo de milho e feijão ficam no fundo da área (Diário de campo – reunião grupo Antônio Tavares).

Uma única [atividade produtiva importante] específica não tem. São todas, é uma corrente. Uma tem que tá ligada na outra. Não tem, se você planta um canteiro agroflorestal. Porque é o seguinte, cada unidade, tem, que nem as palavras do Pedro lá da Coopera, não existe uma unidade separada ... E também não existe uma unidade igual a outra. As outras são marca registrada de quem tá planejando... [...] Mesmo não conseguindo tocar todas essas atividades, que elas estejam sincronizadas uma com a outra, tudo em sintonia assim, ainda tá dando resultado [...] está tudo junto. Não tem desligar, descolar. Por isso a gente usa o termo unidade de produção e não lote ou propriedade. A gente usa o termo Unidade de produção. Você vai colocar uma colmeia de abelha na tua Unidade de produção lá, tipo assim, ela vai produzir o mel, mas qual é a outra função dela? Ela vai polinizar tua produção, aumentar a produção da tua fruta e da tua semente e com isso, como é que tu retribui o mel que ela produziu pra você? O pólen, o própolis, a gente usa muito o própolis tanto pra nós como pra proteção, produção vegetal. [...] E como eu retribuo? Não poluindo e plantando cada vez mais árvore para preservar. O modelo agroecológico de produção é um modelo tecnológico, então por exemplo, o solo, o solo é um piso, não tem como você tirar o solo desse pacote. Então uma coisa liga a outra (Agricultor 3).

Os agricultores agroecológicos tendem a olhar para suas ‘unidades produtivas’ com um olhar diferente daquele propagado pelo modelo de agricultura convencional ou orgânica baseados na especialização produtiva, onde há a separação da unidade produtiva em partes e a forma de se produzir é prescrita, condicionada e controlada externamente. A agricultora 8 entende que a produção agroecológica exige manejo continuado e que o uso do veneno matam seres vivos essenciais às produções, como a minhoca que ajuda na umidade necessária ao solo. O agricultor 3 explana que a produção agroecológica não se resume somente ao não uso

de defensivos agrícolas, como é com a produção orgânica, ela considera diversos elementos ambientais presentes nos estabelecimentos familiares, à jusante e à montante da cadeia produtiva (das sementes à produção do alimento final), bem como prevê uma relação colaborativa, de reciprocidade com outros agricultores próximos. A observação do estabelecimento do agricultor x do grupo Antônio Tavares, desvenda aspectos da integração de diferentes elementos presentes no local: o agricultor aproveitou uma estrutura sustentável ligada a sua instalação familiar (biofossa) à produção de bananas; bem como ‘cuida’ e integra as necessidades de outros elementos ambientais presentes em seu estabelecimento que influem nas produções, como o solo e os insetos. O agricultor 3 traz maiores esclarecimentos sobre o que se trata a integração produtiva agroecológica. Esse agricultor explica a interconexão, a ‘sintonia’, entre os diferentes sistemas produtivos de seu estabelecimento familiar, chamado por ele de unidade de produção, uma vez que tudo o que ele faz ali conforma uma mesma unidade produtiva. Para explicar do que se trata essa unidade de produção ele cita como exemplo a criação de abelha que além de produzir o mel, poloniza a produção e proporciona o própolis usado tanto para a saúde da família quanto da produção, e também menciona a função do solo para a produção.

Assim, há uma ligação entre os diferentes sistemas produtivos e desses com diferentes elementos ambientais essenciais às produções presentes nos estabelecimentos: desde a produção de sementes, passando pelo desenvolvimento de repelentes, adubos, caldas naturais, bem como pelo manejo dos solos e das águas e cuidado com os insetos e animais, até a colheita do produto final. Os produtos e subprodutos dos diferentes sistemas são aproveitados em outros (ex. polén, própolis), há a aproveitamento de estruturas sustentáveis das instalações familiares (biofossa) na produção e a valorização da parceria com vizinhos, sendo assim uma ação também coletiva, integrada em uma comunidade. Além disso, é destacado tanto pelo agricultor 3, 4 e o agricultor x, os conhecimentos que são adquiridos ao longo de suas trajetórias na agroecologia, quando em contato com outros atores agroecológicos (comunidade, técnicos, parceiros, investigadores).

Dois aspectos levantados por Ploeg (2008) e Toledo (1993) são observados nesses exemplos em torno da racionalidade ecológica do agricultor familiar. Os agricultores agroecológicos entrevistados criam e desenvolvem uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada para manter o funcionamento constante do ecossistema em que vivem e produzem para adquirir dele no curto e longo prazo consumo e instrumentos de trabalho (subprodutos e ferramentas). A criação e desenvolvimento dessa base permite a coprodução

dos agricultores com a natureza em que há uma interação e transformação mútua e constante, apontando para uma relação diferenciada em que o ecossistema acessado é visto a partir de um olhar sistêmico, em que se considera a relação entre diferentes elementos vivos nele presente. Só que dentre os agricultores agroecológicos estudados a percepção dessa relação diferenciada se dá maneira reflexiva, deliberada, a partir de um conhecimento socialmente construído em conjunto com outros atores agroecológicos, reforçando a racionalidade ambiental presente na gestão integrada de seus estabelecimentos agroecológicos. Os relatos a seguir dão conta de explicitar um pouco mais como se dá a relação entre os agricultores agroecológicos e a natureza:

Quando agora, a gente pegou essa noção, que isso mudou... que a terra ela é viva, que a terra morre, que a terra precisa, que a terra é viva. Então, o que a gente tá tentando fazer? Dentro do nosso lote. Tá tentando voltar, a tratar a terra. Então, o que antes, com meus pais, era muito fácil. Era só ir lá e plantar. Hoje, nós tem que plantar, nós tem que colocar o esterco, nós tem que colocar o matinho ... Nós carrega mato, nós carrega daqui para lá... Para colocar o matinho em cima do canteiro. Para que o esterco não pegue muito sol. Para que os bichinho possam entrar em cima, para trabalhar naquele esterco que a gente colocou ... Então a gente tá tentando, voltar essa terra para trás (Agricultora 5).

Então, por exemplo assim, a gente tem no projeto, vamos supor seis produtos. Tá, quais são? Cenoura, almeirão pão-de-açúcar, alface, salsa, cebola de tempero e couve. Então a gente respeita [...] mas tem umas que não combinam. A cenoura e a salsa não combina. Então consórcio que dá muito certo, é o alho com cenoura e couve [...] [Sei por] Experiência própria. O Paulo Mayer, eu tenho um livro dele aqui, que ele publicou, tem uma publicação e aqui foi quebrado os outros conceitos dele ... Que, no livro dele tá escrito que em um consórcio não combina couve com beterraba. Na agrofloresta combina super bem ... Outra coisa que ele fala que não combina em consórcio, é o feijão com mandioca. Na agrofloresta combina. O que eu tenho certeza que não combina é cenoura com salsa ... Mas isso eu sei, tenho certeza que não combina. Não sei também se é por causa, a questão que eles são da mesma família botânica ... Não, é cenoura com salsa, que não combina. Então por exemplo, assim ó, eu não tenho alho, no PAA [...] Batatinha. Batatinha com alho vai bem. Então eu planto nas laterais, as batatinhas que vai sair por primeiro, que é 70 dias o ciclo. No meio, sempre duas carreiras de alho, que leva seis meses, não tem choro nem vela, é no mínimo seis meses o ciclo do alho, tá. E, taquei fora as batatinhas, depois a gente vai plantar, porque não cenoura e batata. E a batata, não tá no projeto nem o alho [...] Não tem como intensificar [o trabalho], porque você tem que respeitar o ciclo das coisas, a ordem. A ordem natural das coisas, você tem que respeitar (Agricultor 3).

Se você vai plantar feijão é melhor você plantar aveia que daí elas não são parentes, porque se você plantar a aveia e o milho são parentes, daí você planta a ervilhaca pro milho ou as duas juntos, porque ervilhaca é muito boa ... Também, nas jornadas e cursos de Agroecologia, e aprende também se você vai na casa do outro também. O homem que a gente comprava feijão lá de Palmeiras só plantava na adubação verde só que diz que eles faz anos e já desinchou a terra dele, só que ele planta o milho assim jogado e depois planta o feijão e a palhada de milho fica lá (Agricultora 11).

[...] A horta e a agrofloresta. Isso para mim, é tudo, nossa. [...] Ah, eu me sinto tão bem lá no meio. ... Nossa, é uma paz, um sossego. É a maior alegria, de mim tá no meio do mato, é a horta ... Nossa, para mim, parece que traz toda a energia de volta,

da gente [...] É o melhor para a gente, ver aquela hortinha crescendo. As vezes mingadinha que nem a gente. Daí, na falta de uma água, a gente vai lá e já molha. Eu, tem vez que eu fico guardando, fico conversando com (as plantas) (Agricultora 8).

O que se apreende desses relatos é a observação e o cuidado na relação entre os agricultores agroecológicos e a natureza. A agricultura 5 expõe a conscientização que obteve após iniciar a produção agroecológica em torno da terra, em que a ‘terra é viva’ e precisa de cuidados para recuperar a fertilidade perdida com as explorações passadas realizadas no local. Os agricultores 3 e 11 demonstram o desenvolvimento do conhecimento em torno das ‘combinações’ entre diferentes tipos de cultivos na produção agroecológica a partir da observação da natureza e da troca de conhecimento com outros agricultores, com técnicos e em eventos relacionados à agroecologia. Eles explicam os cultivos que podem ser consorciados, os quais nem sempre, conforme explica o agricultor 3, terão o mesmo tempo de desenvolvimento, destacando, com isso, a necessidade de se respeitar as combinações e o ‘tempo’ da natureza. Vale ressaltar também que o agricultor 3 deixa claro que os consórcios por ele praticados não se orientam somente pelos produtos que serão vendidos nos mercados institucionais, mas também por aqueles que ‘combinam’. Já a agricultora 8 se foca na sua relação de reciprocidade com seu agroecossistema, em função do cuidado que destina a ele e dos benefícios trazidos por ele ao bem-estar da agricultora.

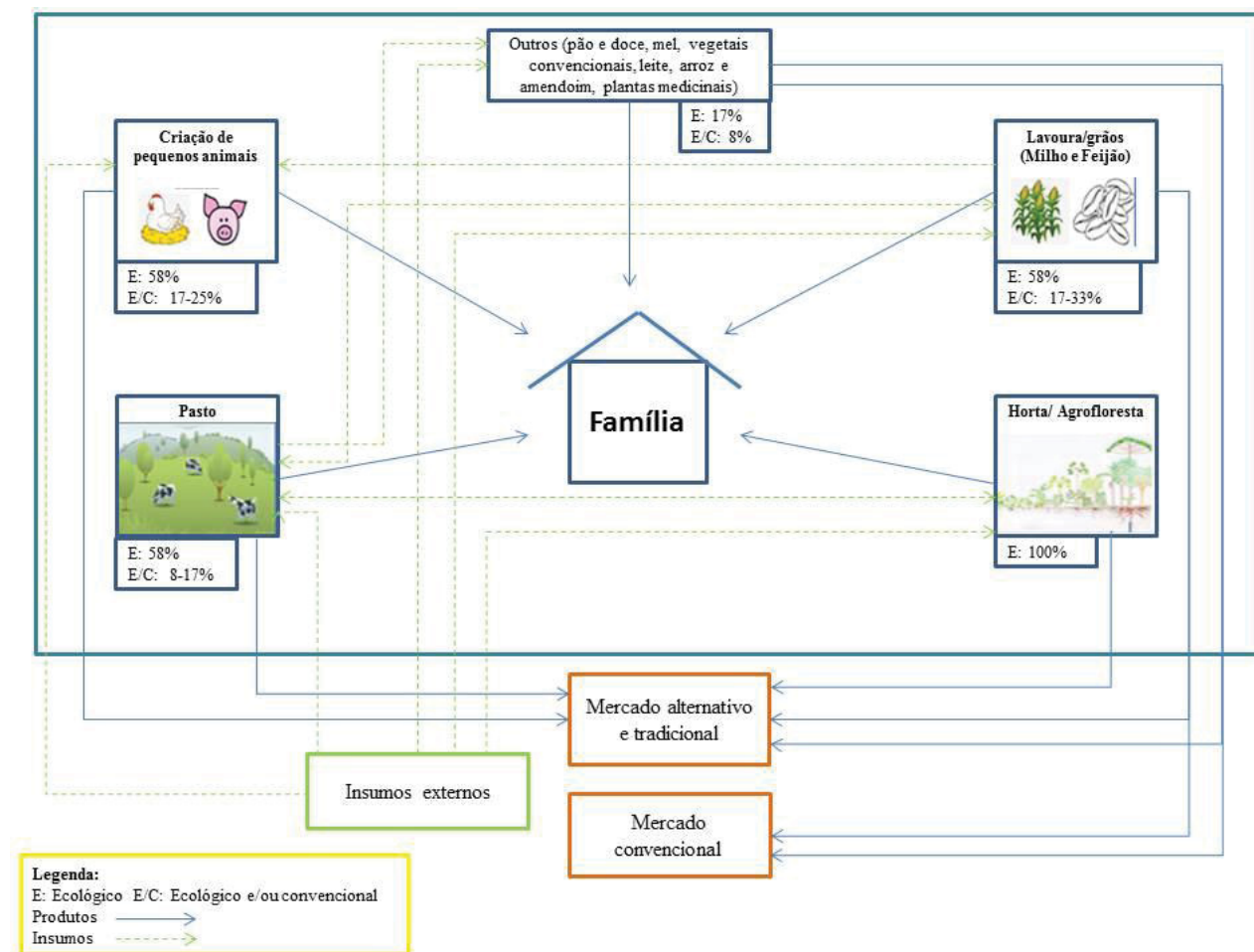
Com isso é possível verificar algumas características apontadas por Ploeg da condição camponesa e por Toledo (1993) e Casado, Molina e Sevilla-Guzmán (2000) sobre a racionalidade ecológica do agricultor familiar: a coprodução (consciência de que o manejo do ecossistema deve regenerar e reproduzir continuamente a natureza de forma que o agricultor possa também se reproduzir vivendo na terra), o cuidado (observação e respeito dos ciclos e produção da natureza) e a artesanidade (conhecimento gerado a partir de experimentos de consórcios) dos agricultores com os agroecossistemas. Esses aspectos acionam um conhecimento passado que toma consciência e é ressignificado ou reconstruído a partir do diálogo com outros atores agroecológicos, explicitando, com isso, mais uma vez, a racionalidade ambiental sugerida por Leff. É uma racionalidade que, ao ser empregada nas atividades produtivas, dinamiza, balanceia as racionalidades instrumental e substantiva. A instrumental é percebida quando as ações produtivas demonstram ser orientadas pela coprodução, experimentações e comparações a partir do diálogo de saberes com outros atores agroecológicos para atender não só as exigências do mercado (produtos que devem ser entregues nos canais de comercialização), mas também ao autoconsumo e combinações que

considerem os limites da natureza. A substantiva quando expõem o cuidado e a relação recíproca com natureza. O imbricamento dessas racionalidades se dá de maneira consciente e deliberada na direção da sustentabilidade ambiental (respeito dos ciclos, tempo e combinações da natureza e cuidado).

Dentre as quatro famílias estudadas que possuem produção convencional paralela - apesar da especialização de suas produções convencionais (grãos, leite ou verdura convencional) quando são analisadas isoladamente -, ainda há integração produtiva, pois essa produção existe dentro de um conjunto de outros sistemas ecológicos e se integra, mesmo que em menor grau, a eles. É comum observar que, mesmo sem utilizar insumos ecológicos oriundos do próprio estabelecimento nas produções convencionais, parte dessa produção é destinada ao consumo familiar ou para criação de animais. Assim, há, nesses casos, um balanço entre especialização, aspecto instrumental mais comum em modelos que seguem a lógica capitalista, e diversificação e integração produtiva, aspectos instrumentais mais próximo da forma de gestão camponesa. Contudo, a integração da produção convencional aos outros sistemas dos estabelecimentos, atenua características como a coprodução e a busca pela sustentabilidade ambiental, enfraquecendo, nesses agricultores, a orientação pela racionalidade ambiental típica da agroecologia.

A fim de melhor ilustrar a gestão ecológica e, por isso, integrada, até aqui discutida, foi desenvolvida a figura 9, a seguir, na qual são apresentados, de forma generalizada, o mapa dos sistemas e os fluxos dos produtos e insumos referentes presentes nos estabelecimentos familiares agroecológicos estudados:

FIGURA 9 - FLUXOGRAMA DOS INSUMOS E PRODUTOS DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DOS CASOS ESTUDADOS



FONTE: Inspirado no modelo do mapa dos sistemas produtivos e do fluxograma de insumos e produtos de Moreira e Stamato (2009) e da modelização do agroecossistema de Petersen *et. alli* (2017).

A figura 9, demonstra o destino, conexões e usos dos diferentes sistemas e seus respectivos produtos e subprodutos. Um aspecto que se destaca é o destino das produções finais ou secundárias dos diferentes sistemas produtivos tanto para o consumo familiar e produtivo quanto para a venda, como relatam os agricultores a seguir:

[...] rabanete, rúcula, batata-doce, batatinha tem um monte de coisa que a gente planta pro nosso consumo não em grande quantidade pra vender [...] a gente planta soja orgânica um pouquinho pros porco, pra gente [...] [o feijão] vende pros vizinhos ou pra cooperativa, pros programas de repente você botou três sacos de feijão e você não tem, e a cooperativa tem no contrato e daí ele vem procurar se tem dois quilos ou mais [...] (Agricultora 2).

O feijão nós plantamo o que a gente tira da despesa, e eu reparto com todas as crianças que moram na cidade e deixo na despesa, e sobra até pro animais. E o milho é gostoso, porque é lenha pras vaca, né. E nós plantamo para vender também. E para vender é só da horta que tem (Agricultora 7).

[...] mas a gente vai ter que separar assim um pro gasto se não vende tudo e pra semente de novo [...] Damos pros animais. E na sacola às vezes você vai lá e sobra, porque o cliente já foi embora, porque atrasou e foi embora então perdemos trabalho. A gente tem perdas também não é só vendas (Agricultora 11).

Caldas fertilizantes, o próprio substrato para as mudas é produzido aqui também. E coleta madeira da floresta ... Alimentação dos animais é produzida aqui dentro [...] Eu voltei a produzir milho agora [...] Eu tinha cinco variedades de milho crioulo aqui, tive que eliminar tudo porque contaminou por um tempo [...] Perto da horta, daí a gente planta e tem cobertura assim de inverno. Só que eu não planto, assim, tipo aveia no inverno para soltar o gado [...] Eu planto aveia, mas eu corto e levo para o gado [...] Não adianta o gado vai lá e ele pisou toda a terra. Então, as áreas mais íngremes do lote, a área útil mais íngreme, que é imprópria para a agricultura, ali tá virando pastoril [...] (Agricultor 3).

Assim, as famílias agroecológicas destinam suas produções não só para a venda, mas também para o consumo familiar ou para as próprias produções internas (alimento para animais, produção de caldas fertilizantes para uso nas produções, para fazer pasto). Há produções destinadas especificamente para esse consumo interno como pode ser identificado nas falas dos agricultores 2, 7 e 3, como também há o consumo interno de produções que sobraram das vendas, como explica a agricultora 11. Dentre as produções destinadas, principalmente, ao consumo interno dos estabelecimentos, estão a criação de pequenos animais, os grãos e o leite para 10, 5 e 9 dos casos estudados, respectivamente. Já os produtos provenientes da horta/agrofloresta e o milho, além de serem usados no consumo familiar, são também destinados à venda para 12 e 6 dos casos estudados, respectivamente. Além disso, há, em nove casos estudados, a produção na horta de plantas medicinais para atender a saúde da família e da produção e, em quatro casos estudados, de produtos de limpeza para a casa. A presença dessa variação de destinos dos resultados das produções é também observada entre os outros agricultores agroecológicos do Assentamento, conforme dados do questionário coletivo, que aponta que 95% (52) produzem alimentos para o consumo da família e dos animais, 66% (36) produzem parte dos insumos utilizados na produção agroecológica e 73% (40) produzem plantas medicinais para agir na saúde dos familiares.

Nesse sentido, em concordância com Petersen *et. alli* (2017), os agroecossistemas dos agricultores agroecológicos estudados são uma unidade econômica em que os fluxos de produção (para a troca monetária no mercado) e de reprodução (para o estabelecimento – valor de uso). Ressalta-se, com isso, a autonomia envolvida na forma de fazer agricultura desses agricultores, ao criar e desenvolver uma base de recursos que permite a coprodução com a natureza, uma vez que buscam pelos meios disponíveis e técnicas agroecológicas atender demandas internas (consumo, reprodução da mão-de-obra, saúde ou produção) em que se observa potencial ecológico da produção local. Nesse processo de coprodução,

esclarecem Ploeg (2008) e Toledo (1993), há o atendimento das necessidades de consumo da família como também o retorno de parte da produção aos ciclos futuros criando auto-suficiência para o funcionamento da unidade de produção como um todo. A prática da diversidade produtiva integrada e auto-suficiente, aspecto primordial à coprodução com a natureza, diminui a estandardização, financeirização e planificação detalhada dos sistemas produtivos, pois a natureza não pode ser governada por leis fixas, dando lugar à gestão ecológica dos agricultores em seu espaço/tempo, pois é ele quem mais conhece os potenciais produtivos e ecológicos de seu estabelecimento.

Assim, os agricultores analisados estão constantemente realizando um balanço nos sistemas produtivos, dos quais são extraídos produtos destinados ao consumo interno e produtos destinados a venda. Fortalecem sua autonomia (racionalidade substantiva), destacam na diversidade produtiva realizada na aplicação de técnicas agroecológicas fruto de seu saber e práticas tradicionais em conjunto com o diálogo com outros atores agroecológicos e estabelecem e inter-relacionam os sistemas produtivos conforme as necessidades familiares e produtivas (racionalidade instrumental que sustenta a coprodução com a natureza mais próximo ao modo camponês de fazer agricultura). Mas, ao mesmo tempo, necessitam de produtos e serviços externos, os quais são adquiridos pela venda de parte de suas produções no mercado, demonstrando também dependência, característica da mercantilização (racionalidade instrumental mais comum em empreendimentos capitalistas). A racionalidade ambiental se expressa, nesses casos, ao buscar por meios instrumentais (fluxos de produção e reprodução) atender fins não só instrumentais (conservação de uma base de recursos auto-controlada para atender as necessidades familiares), mas também substantivos (autonomia, relação recíproca com a natureza).

A gestão integrada dos sistemas produtivos dos estabelecimentos familiares agroecológicos é realizada por meio do uso de recursos produtivos, como a terra, insumos, equipamentos e maquinários, bem como pelo trabalho familiar. São meios (recursos e trabalho) empregados para atender, principalmente, as necessidades familiares a fim de garantir a reprodução socioambiental da família, sendo, dessa maneira, componentes da racionalidade instrumental expressadas pelos agricultores agroecológicos na gestão de seus estabelecimentos familiares. Trata-se de uma racionalidade instrumental atravessada por aspectos substantivos, uma vez que os recursos produtivos dos estabelecimentos familiares são os principais conformadores do que Ploeg (2015) chama por patrimônio familiar ao resgatar as análises de Chayanov (1974) em torno da gestão da organização econômica

camponesa. Esse patrimônio é constituído pelos recursos criados, adquiridos e controlados pela família e que servem como meios para facilitar e melhorar o processo de trabalho e a renda família, como: a terra, as instalações, os equipamentos, os insumos, o maquinário, os sistemas produtivos e o trabalho empreendido do/no estabelecimento familiar.

Nesse sentido, o patrimônio familiar é um meio que não só desenvolve as atividades produtivas direcionadas ao mercado, mas que também apoia um modo de vida, sendo valorada pelo seu valor de uso, tal como observam Wanderley, Lamarche e Chayanov, pois o patrimônio envolve a terra aonde a família produz e vive; as instalações domiciliares; o automóvel utilizado não só para apoio logístico produtivo, mas também à mobilidade da família; e instalações destinadas para a criação animal (galinheiro, chiqueiro, estrebaria, açude), a qual é destinada, conforme dados coletados a campo, quase que exclusivamente, para o consumo familiar. Os sistemas produtivos já foram analisados, sendo agora analisadas as racionalidades envolvidas no emprego dos recursos mais recorrentes e destacados levantados a campo: a terra, os insumos, equipamentos/maquinários, o calendário biodinâmico enquanto instrumento de apoio ao planejamento produtivo e o trabalho empregado no estabelecimento familiar.

5.2.3.1 O uso da terra, dos insumos, dos maquinários e/ou equipamentos e do calendário biodinâmico na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos

A área dos estabelecimentos familiares agroecológicos do Assentamento, onde todas as atividades de gestão em conjunto com as instalações destinadas ao domicílio familiar estão localizadas, variam entre meio hectare à 15 hectares. A maioria dos casos estudados - 9 - possui estabelecimentos com 10 ou mais hectares e duas das três famílias que possuem menos de 10 hectares utilizam parte da terra cedida por parente ou conhecido que são os titulares da terra. A área média do total dos estabelecimentos é de 9,96 ha, e aproximadamente 74% dela (7,3 ha) são usadas para as atividades produtivas. É comum a prática de 'parcerias' entre agricultores do Assentamento, principalmente aqueles que vivem próximos, como é o caso dos agricultores 3, 9 e 11. A esse respeito a agricultora 9 esclarece:

Com [o vizinho] é para consumo e também para pagar o carro, que nós temo que pagar em dia ... Na verdade, também é porque ele precisa. Porque ele não faz outros... ele trabalha na cooperativa, né? Não tem tempo para fazer ... Daí, ele não pode fazer, daí a gente faz ... Daí vai lá, produz algo para ele e para nós [...] Na verdade, também. Ele deu a terra, e nós demo... Ele deu a terra e nós fomo. Nós

demos o serviço e a semente [e depois] faz meia [...] Daí ... dividem os mês, cada um para o consumo [...] Na verdade, ano passado, eles fizeram assim. Eles compraram junto, daí meu pai, comprou a parte do [vizinho] no milho. Porque o [vizinho] não tem nenhum animal né [...] Nós tamos explorando outro lote [do outro vizinho] ... Na verdade, aqui, o vizinho daqui, ele não pode fazer, daí tem que ajudar, a fazer. Porque ele tem o nervo descadeirado. ... É para ajudar e para colher. Para colheita. São três famílias e um lote. E ele. Então, nós não temo o lote inteiro para plantar. E nós plantando lá, nós ajudamo ele e ajudamo nós também (Agricultora 9).

A família da agricultora 9 é composta por três famílias (sete pessoas no total - o casal e as famílias de duas filhas). Uma vez que a área do estabelecimento fica limitada para o cultivo das três famílias, as parcerias se apresentam como uma relação vantajosa, em que há a disponibilidade de terra para a família que emprega a mão-de-obra e os insumos e depois dividem a produção com o titular do lote ('meia'). Já no caso dos agricultores 3 e 11, há o uso de parte da terra de vizinhos para realizar, em conjunto com eles, algum determinado cultivo, geralmente de grãos, e, posteriormente dividem a colheita. A parceria geralmente se dá para atender a necessidade de mão-de-obra que, se fosse feita individualmente, aumentaria a penosidade e intensidade do trabalho, bem como para dividir os ganhos da produção ou como no caso da família da agricultora 9 para acessar extensões maiores de terra. Assim, nesses casos não se analisa fatores econômicos de uma racionalidade instrumental que priorizaria o arrendamento de terra para aumentar a produção ou priorizaria a realização desses cultivos no próprio estabelecimento, a fim de otimizar o uso da terra, e avaliaria a possibilidade de contratação de mão-de-obra. O foco passa a ser a possibilidade de estender a área de cultivo ou da análise da penosidade envolvida no trabalho e a opção pelo uso, em parceria, com vizinhos para atenuá-la, fatores alinhados à racionalidade instrumental muito presentes no modo de camponês de fazer agricultura. Ainda, dentre os casos estudados, há um que iniciou a produção convencional paralela de feijão em parceria com um agricultor familiar convencional do assentamento:

Ele arrenda muita terra aqui em volta, tem muita terra. Só eu que fiz as meia. Porque eu não quis arrendar, porque eu disse, ah daí fica menos né, daí fizemos as meia. E eu primeiro ... [Meia é] a metade dele, a metade minha [...] Daí, que nem agora, maquina e tudo, ele põe a máquina e tudo. Daí a metade das hora/máquina, como ele colocou, daí a terra. Daí agora, eu trabalho por dia, para pagar o que ele fez. A minha parte, ficou com as meia né [...] Daí vamo ver aonde que o [ele] vende o dele, daí eu vendo o meu junto (Agricultora 8).

A agricultora 8 chama a parceria realizada por 'meia' e a diferencia de arrendamento. O arrendamento, que seria o aluguel de parte ou do total de suas terras para terceiros, na

avaliação da agricultora, apresentaria menor retorno financeiro do que realizar a ‘meia’. A ‘meia’ se concretiza no uso das terras e do trabalho da agricultora em troca do uso do maquinário e defensivos agrícolas trazidos pelo parceiro convencional, e a colheita é dividida meio a meio. Nessa relação de parceria se destaca a racionalidade instrumental-econômica, já que a agricultora opta pela ‘meia’ após comparar com o arrendamento e ao manter a venda no mesmo mercado acessado pelo parceiro, submetendo-a a orientações externas. Contudo, a principal razão para a agricultora optar por essa parceria é para diminuir a penosidade envolvida no seu trabalho agroecológico, já que, com essa produção convencional, ela tem acesso mais facilitado a maquinários e insumos utilizados na produção, os quais também não são empregados por ela, mas por seu parceiro, revelando a consideração de um aspecto substantivo da lógica de gestão familiar. Assim, mesmo na produção convencional, a forma de utilização da terra sofre um balanço entre aspectos das duas lógicas de gestão analisadas, e especificamente no caso da agricultora 8, há a submissão da racionalidade instrumental à racionalidade substantiva da lógica de gestão familiar: a avaliação da penosidade envolvida no trabalho familiar.

A utilização dos recursos como insumos, maquinários/equipamentos e o calendário biodinâmico nos estabelecimentos produtivos reforçam a característica da agricultura familiar e agroecológica de usar tanto aqueles originados internamente ao estabelecimento familiar quanto externos, podendo denotar um balanço que os agricultores realizam entre essas duas origens para atender aos seus objetivos. Em relação ao uso dos insumos há, dentre os agricultores agroecológicos, um expressivo uso de insumos produzidos pelos próprios agricultores em seus estabelecimentos ou gerados em outras produções, como é o caso do esterco e da palha para a produção de composto para adubação das plantações, a sobra de grãos para a alimentação dos animais presentes nos estabelecimentos, o aproveitamento de sementes crioulas para as próximas plantações de grãos e a produção de biofertilizantes (supermagro) ou fungicidas (calda bordalesa) naturais, conforme relatam os 12 agricultores entrevistados. Os insumos ecológicos externos são comprados por meio de compras coletivas mediadas pela Cooperativa Terra Livre, como adubo, calcário, mudas e sementes, segundo os mesmos agricultores. O uso dos insumos internos deriva, principalmente, da identificação dos agricultores enquanto agroecológicos:

Pra nós ecológico, na verdade, é não usar nada assim de fora, eu entendo assim e o orgânico a gente compra esses adubos que é de fora e quando é ecológico é mais da natureza ... Claro que com a Agroflorestra melhora o solo, tem a sombra, tem a palhada, a gente sempre usou a palhada agora muito mais [...] O esterco daqui

mesmo, as palhas que antes disso eu roçava, rastelava e levava pra horta. Só que agora a cooperativa tem lá um equipamento que chama cata-capim e daí a gente paga por hoje eles veem e fazem um montão e daí a gente só coloca na horta (Agricultora 11).

A agricultura 11 explica que a compra de insumos externos é compatível com a agricultura orgânica e não agroecológica, na qual se prioriza o uso de insumos internos, demonstrando com isso uma conformidade com o pensamento de agentes externos ligados à Rede Ecovida de Agroecologia conforme apontado no capítulo 4 sobre o que se entende por agricultura agroecológica. Ainda a agricultora utiliza um equipamento de uso coletivo, disponibilizado pela Cooperativa Terra Livre, que apóia a produção de palhada para a cobertura de solo, destacando o uso complementar de equipamentos que facilitam a produção de insumos ecológicos internos. O agricultor 3 revela conhecimentos sobre a produção de insumos originários tanto da tradição, como a calda bordalesa, quanto daquele adquirido com outros membros do MST para a confecção do supermagro e de outras caldas: “[Não conhecia] ... as caldas, né? Tipo o supermagro ... eu aprendi depois com o movimento [...]”. Assim, destaca-se aqui que o uso de insumos internos ao estabelecimento, além de ser uma característica própria da agricultura familiar, é reforçada pela atuação na agroecologia, em que há a interação entre diferentes atores. A relação entre esses diferentes atores agroecológicos (organizações, vizinhos, técnicos, pesquisadores) junto à experimentação e observação dos próprios agricultores sobre os recursos naturais presentes em seu estabelecimento geram conhecimentos sobre a produção desses insumos, conforme explanam os relatos a seguir:

Aham, nós fazemos [compostagem]. Agora nós não temo, agora ali o leito né. O lugar, nós fazia fora da horta né. Um espaço fora do local, onde tá plantando, né. Pode ser que é perto, mas tem que ser um lugar que seja mais caindo para baixo, porque para baixo não tem planta. Pode fazer. Mas não pode fazer para o lado de cima, que escorre tudo para o lado da horta. E nós aqui, nós fazemo aqui. Vamo juntando o esterco da vaca, e fazemo um monte perto da mangueira. Daí, para não ficar esparramando, daí quando nós levamos ali para fazer a cobertura, nós já levamo um adubo já mais... mais enxuto, bem enxuto. Que daí passa um mês, dois mês, ali na mangueira, para a gente levar [...] (Agricultor 4).

Hoje a gente coloca esterco de vaca, porco e peru, tem diferença o adubo de porco e carneiro eles produzem as verduras mais rápido e a cada dois meses tem que estar jogando adubo porque ele vem rápido e bem fraco, acaba usando muito ... onde as vacas dormem de noite sempre tem muito [esterco] então uma vez por mês a gente vai no potreiro e tira, coloca em uns sacos de palha e daí da doze, vinte sacos e daí joga nos canteiros. E o de porco é a cada quinze dias que é limpado e usado [...] a gente bota a palhada em cima [do canteiro] pro solo conservar, não queimar e pra dali um mês depois plantar. O certo é uns três meses coloca a palhagem antes de plantar, mas nós com um mês deixamos a palhagem em cima pro solo não queimar, a chuva não lavar pra depois plantar ... (Agricultora 2).

Eu, eu vou fazer uma ideia para você, de dois canteiros. Um canteiro convencional e um canteiro orgânico [...] Fez o canteiro, com a máquina, e você, você tudo ali a mesma coisa. E daí, só que, o que que é a diferença? Só que a pessoa vai colocar o esterco ali, e não vai cobrir. Você vai por o esterco de carneiro, esterco de qualquer coisa, e vai cobrir. Por quê? O esterco que eu coloco na minha horta, eu preciso de bichinho que vai trabalhar nele lá [...] Os bichinhos. O esterco lá. Alguém vai trabalhar nele lá. E para trabalhar no esterco lá, no esterco vivo que eu ponhei lá para as minhas verdura, ele não aguenta esse sol. Senão eu vou colocar o esterco em cima, e ele não vai vir em cima, porque... Então, eu cobrir, ele vai acabar indo aonde tá o esterco, vai fazer o que ele tem que fazer, e vai deixar o trabalho dele lá. E o esterco, do outro canteiro, não precisa de nada, ele já vem pronto! Ele vai para a planta e pronto. Só que tem um porém. E aquele um que eu coloquei no canteiro de cá, que é o que eu trabalho. Ele vai valer para esse ano... O que colocou aqui, no canteiro que não é orgânico, se ele colocou um saco esse ano, ano que vem, ele vai ter que colocar um saco e um quilo. E se eu coloquei um saco de 40 quilos aqui no meu canteiro, o ano que vem eu posso colocar 39, não preciso botar 40 (Agricultora 5).

Os agricultores 2 e 4 descrevem como produzem o composto demonstrando a observação que fazem sobre o local adequado para essa produção ou as diferenças entre o uso do adubo de diferentes animais. E a agricultora 5 explica que o uso de insumos na agricultura agroecológica, vai diminuindo com o tempo se comparado à agricultura convencional, indicando a artesanidade, o cuidado e maior autonomia sugeridos por Ploeg (2008) como características do modo camponês de fazer agricultura. No caso dos agricultores agroecológicos estudados esse modo associa o conhecimento tradicional, o conhecimento adquirido pela interação externa com outros atores agroecológicos e o conhecimento fruto da experimentação e observação dos próprios agricultores, de maneira reflexiva, indicando a racionalidade ambiental subjacente a essas ações.

Pode-se dizer que há, nos casos acima citados (agricultores 2,3, 4, 5 e 11), a expressão de uma racionalidade técnica ou instrumental da racionalidade ambiental sugerida por Leff (2006) ou da dimensão técnica-agronômica da agroecologia proposta por Sevilla-Guzmán (2006), construída por meio do diálogo dos saberes entre agricultores e técnicos agroecológicos na utilização de ecotécnicas (compostos, caldas, equipamentos) enquanto meios para alcançar a sustentabilidade e a reprodução familiar. Ainda, essas falas, principalmente a da agricultora 11, reforça a racionalidade ambiental desses agricultores, uma vez que há o entendimento de que o uso dos insumos internos a unidade de produção se dá pelo fato dos agricultores se identificarem enquanto agroecológicos, podendo, com isso, indicar uma reflexividade adicionada ao modo deles fazerem agricultura, em que há uma conscientização da importância do uso desses insumos para o tipo de agricultura que realizam e almejam. Nesse sentido, vale-se de instrumentos (a produção ecotecnológica) submetidos a

fins valorativos como a sustentabilidade ambiental e a reprodução social das famílias de maneira reflexiva.

Quanto às razões para o uso dos insumos externos a agricultora 11 explica que “[...] a gente compra esterco e usa esterco aqui da propriedade, mas é muita horta e não dá conta. A terra daqui é muita fraca e daí você tem que usar muito pra verdura se não, não dá.”. A fala da agricultora destaca a fragilidade do solo local, o qual necessita de uma quantidade de adubo incompatível com a produtividade do estabelecimento. Os agricultores 2, 7 e 12 relataram o mesmo problema como razão para a compra de insumos externos na produção agroecológica. A penosidade envolvida na produção de mais insumos internos é apontada como a principal razão para a compra externa para os agricultores 3 e 4:

Para a gente, aumentar a produção, tem que ter, tem que ter recurso ali. Tem que ter adubação a vontade, adubo a vontade ali. Pois, de qualquer jeito, o que tem do gado hoje, não é suficiente. Não é suficiente porque ele produz pouco ainda né [...] Tá desenvolvendo e já diminuiu bastante. Em vez de eu comprar 100 saco, já compro 50 (Agricultor 4).

Até o Eucalipto dar conta de produzir cobertura para todos esses canteiros, eu tenho que importar matéria orgânica de fora, de cobertura. Então, eu não posso... Se eu for aumentar, se eu for abrir uma área, só se for para plantar capim [...] o adubo eu já comprei. Eu tô pagando ainda. [...] Eu vou precisar, tipo lá na frente, comprar mais adubo de galinha, de veado [...]. Então, eu tenho que comprar o adubo porquê de certa forma, isso me faz com o que, eu possa respirar um pouco. Porque imagine, eu tenho seis cabeças de gado, um porco ... Então, para mim coletar adubo, tem que compostar. Mas o que tá compostado, não vai dar conta ... Tem que comprar fora [...] Hoje ou amanhã está chegando três bandejas de hortaliças, que eu decidi comprar, por conta de dar tempo de plantar para conseguir concluir o PAA, para ganhar tempo (Agricultor 3).

Para esses agricultores o trabalho envolvido na produção do adubo e das mudas, principalmente, é demasiado, levando-os a comprar esses insumos externamente. Dentre os agricultores que também produzem convencional, como o agricultor 1, a praticidade envolvida nas compras externas é a razão orientadora para o uso de insumos originados fora da propriedade:

Que nem no caso do milho, sim [compro semente]. Daí feijão, essas outras coisas, a gente tem aqui [...] mandioca, batata-doce, feijão, que foi plantado amendoim, esses negócio tudo, daí é tudo crioulo [...] É, nós no início, também tinha isso. Mas é que daí vem a questão da, vamos dizer, se você tem o dinheiro, o troço tá disponível. Muitas vezes, pelo tempo, pela agilidade, é mais prático comprar o adubo, do que você vim, fazer a compostagem, tá,tá,tá e esperar um certo tempo para tá usando. Então, um pouco de parar de fazer a compostagem, um pouco nesse sentido, né. Que daí, ele já vem o adubo, no caso da horta, [vem] ... meio pronto para ser usado. Daí, na época do feijão, tem, já vai e planta. Não fica esperando. Ou senão, tinha que ter outro planejamento e ir fazendo, para ... só para o adubo (Agricultor 1).

A agricultora 6 apresenta a mesma razão do agricultor 1 em torno da praticidade envolvida na compra de insumos externos. Ambos possuem produção convencional paralela e consideram a praticidade que se tem de ter esses produtos disponíveis, ‘na mão’, a qualquer momento que precisarem, o que diminui a carga de trabalho ou penosidade envolvida com a atividade agrícola dentro de seus estabelecimentos.

É notável a dependência que os agricultores agroecológicos, no geral, possuem a insumos externos, demonstrando certa vulnerabilidade ao mercado de insumos, o que indica uma diminuição da autonomia do agricultor como também um certo grau de mercantilização e externalização, uma vez que dependem dos produtos, conhecimentos e preços disponibilizados para venda no mercado. Porém, mesmo assim, essa dependência está lado a lado à um certo grau de autonomia, pois os agricultores agroecológicos do Assentamento, em sua maioria, produzem parte dos insumos necessários as suas produções (esterco, palha, mudas, sementes de plantações passadas, biofertilizantes e fungicidas naturais), demonstrando que não são totalmente dependentes do mercado e de regras/procedimentos externos, além de comprar os insumos ecológicos externos utilizados de forma coletiva, por meio da cooperativa, o que permite com que os agricultores possam negociar o preço dos produtos comprados e, diminuir, com isso, os gastos caso fossem realizar essa compra individualmente.

Assim, há um balanço os agricultores realizam no uso de insumos internos e externos, variando entre graus de dependência e autonomia. Tal balanço reflete elementos racionais tanto do modo camponês de fazer agricultura quanto do empresarial. Há uma avaliação da produtividade do solo local, como também da praticidade de se comprar insumos externamente, revelando aspectos da racionalidade instrumental como a produtividade e a mercantilização e externalização. E há a avaliação da penosidade envolvida na produção desses insumos em relação a mão-de-obra disponibilizada pela família, sendo esse mais um aspecto da racionalidade instrumental empreendida pelos agricultores. Vale destacar aqui que a mercantilização e externalização observadas dentre as razões para a utilização de insumos externos se dão somente dentre os agricultores que possuem produção convencional paralela, podendo indicar que a racionalidade instrumental mais alinha à lógica de gestão empresarial pode estar mais presente dentre os agricultores desse perfil. Além disso, quando considerada a produção convencional a dependência desses agricultores ao mercado de insumos é total, destacando, ainda mais, o grau de mercantilização e externalização no uso desse recurso, o que pode influenciar a avaliação que esses agricultores fazem quando optam pela compra de

insumos externos para suas produções agroecológicas.

Em relação ao uso de maquinário nos sistemas produtivos, duas das famílias pesquisadas possuem trator próprio, uma possui uma tobata em sociedade com uma vizinha, duas usam tração animal e todas as 12 famílias entrevistadas usam máquinas pertencentes à Cooperativa nas produções agroecológicas, principalmente o trator, microtrator, implementos e o cata-capim. Há também a compra coletiva com vizinhos de maquinários e/ou equipamentos, conforme relatam os agricultores 3 e 11, a fim de facilitar a disponibilidade para uso e para dividir a carga financeira envolvida na compra. Nas produções convencionais o maquinário utilizado pelas três famílias entrevistadas ou é alugada de vizinhos, conforme apontam os agricultores 1 e 10, ou é emprestado de vizinho em troca de dia de trabalho, conforme relata a agricultora 6. O uso de maquinários e equipamentos se deve a necessidade dos agricultores agroecológicos de diminuir a penosidade envolvida no trabalho agrícola agroecológico, segundo relata o agricultor 4 “[...] a cooperativa agora se for ganhar todos esses equipamentos aí, caminhão novo e tudo, para puxar e transportar produto [...] Trator que nós ganhamo, tudo trator que vai vim ... que vai vir tudo com rotativa. Daí vai crescer, vai fazer o que faz a enxada. Trator vem ali e em uma hora, já faz dez, doze canteiro.” Dentre os agricultores que possuem produção convencional paralela, há uma maior dependência externa no que se refere a essas produções, pois necessitam alugar maquinário ou trocar dia de trabalho, como é o caso da agricultora 6, de terceiros para produzir, expondo-os as regras e formas de uso dos maquinários/equipamentos estipulados externamente.

A prevalência no uso do maquinário/equipamentos da Cooperativa Terra Livre traz duas questões que incidem sobre o modo de gestão dos agricultores agroecológicos do Assentamento: o valor do aluguel e a disponibilidade da mesma. Os agricultores 7, 8 e 10 reclamam do preço praticado pela organização, o qual compreende o valor da diária do motorista e do combustível utilizado. Eles alegam que, geralmente, o aluguel de maquinários de vizinhos (muitas vezes usado em plantações convencionais) são mais baratos. Especificamente as agricultoras 5 e 8 dizem que o valor praticado pela organização os leva a usar a tração animal:

Não tem condições de pagar tudo [o aluguel do maquinário da cooperativa]. Daí acaba indo no cavalo [...] Acaba indo no cavalo, e acaba que eu vou deixando de fazer. Porque eu não venço, sozinha. E daí eu acabo largando mão da obra, porque daí não vence [...] Eu uso para plantar, para por canteiro na horta, fazer o canteiro. Senão a gente planta o milho, depois limpa e daí ... passa o cavalo. Puxa umas lenha, feita para o consumo. É pouca coisa, não é judiado assim ... (Agricultora 8).

É, nós usa [o cavalo] a maioria [das vezes] ... porque o trator tem que pagar, né? ... Porque é pouco [que usa], porque nós tamo com o PAA, mas tem que pagar [...] Se você tiver tempo, [trabalhar com o cavalo é melhor] sim [...] Se você tiver mão de obra disponível, que nem, você vai ficar ali uma semana sem ter o trator, aí vale mais, que pagar para alguém de fora vir fazer [...] Se você for colocar, tudo na conta do lápis. E se você tiver, por exemplo, vai fazer uma plantação. Se você pegar tudo de fora, você tira muito pouco [...] Paga para trabalhar [...] Você quase paga para trabalhar (Agricultora 9).

Assim, além de o cavalo ser usado como uma alternativa aos maquinários/equipamentos da Cooperativa em função do valor para alugá-los e da dificuldade de agendá-los, ele também é considerado um meio de reduzir a penosidade envolvida no trabalho agrícola, mas fica sujeito, como explica a agricultora 9, à disponibilidade de tempo e mão-de-obra da família, pois o serviço gerado pelo animal é mais demorado. Apesar do uso da tração animal dar continuidade às ações mais tradicionais na produção, seu uso não se dá pela preferência frente aos maquinários, mas pela limitação econômica e de agenda em alugar maquinários, pois tanto a agricultora 8 como a 9 reconhecem que o uso de equipamento/maquinários diminuem mais ainda a penosidade e intensidade envolvida no trabalho da agricultura familiar agroecológica.

Praticamente todos os agricultores entrevistados levantam problemas em torno do agendamento desses equipamentos. A agricultora 11, em conformidade com relatos dos agricultores 2, 3 e 4, explica a necessidade do agendamento:

Esse ano usamos bastante, usamos a plantadeira, grade, cata-capim. Esse ano usamos bastante por causa da roça ... Não, mas você tem que agendar bem antes. Assim se você vai plantar semana que vem ou na outra, você precisa correr lá e agendar porque quando é época de planta é muito concorrido. Daí nós agendamos tudo, agendamos pra lavra, depois gradear e depois plantar [precisa agendar com] umas duas semanas se não tiver muito concorrido ou às vezes mais [...] (Agricultora 11).

A agricultora conta que é necessário realizar o agendamento com antecedência para não ocorrer de não conseguir o maquinário no momento em que ele é necessário, em especial na época de semear. A agricultora 2 explica que em ocasiões em que sua família não consegue agendar máquina pela Cooperativa para o período em que necessitam “... tem que esperar pra outra semana e às vezes atrasa. E daí você tem o compromisso mês que vem tem que entregar tantos quilos de não sei o que e você não tem como entregar porque atrasou o plantio ...”. O agricultor 3 ainda esclarece que existem somente dois tratoristas na Cooperativa para atender cerca de 80 famílias cooperadas e, além disso, ainda que a Cooperativa tenha adquirido maquinários e equipamentos mais adequados às produções agroecológicas, conforme visto no

capítulo 4, permanece a necessidade de se adquirir tecnologias mais condizentes à realidade da agricultura familiar:

[...] por exemplo, eu tenho agrofloresta, eu tenho ali porque dá mais de 10 metros de altura, em quatro ano [...] E agora? Então ó, nesse caso, tem oito tratores, mas daí já precisaria de equipamento, porque não, uma plataforma hidráulica? [...] Uma plataforma hidráulica porque vai lá no fim do metro e meio e daí bota a cabeça lá [pra podar] [...] O Brasil é muito pobre [...] O Brasil é muito pobre de implementos de pequeno porte [...] Então, o Brasil ele é carente de tecnologia para máquinas de pequeno porte. Porque ainda, mas isso é herança da revolução verde [...] Então porque não ter um micro trator e daí já querer ter um trator de 200 cavalo? É, uma colhedeira frontal, uma colhedeira grande lá, umas que colhe, 2200 quilo de grão por hora, se a gente não tem um batedor para bater um feijão, então tem um batedor assim. Então, a questão é assim, a gente pensa muito grande, a questão da agrofloresta, então a gente não tem máquina assim, agora tão surgindo só que de grande porte. A questão, por exemplo, para a produção de semente. Nós temos a Casa da Semente, que é ali na Vale do Mandirituba, eu sou do conselho gestor da Casa da Semente, a gente tem muita dificuldade, quando vem o recurso que a Embrapa liberou de 39 mil, na compra de equipamento, tudo de grande porte, mas nós não somos do agronegócio, que tem máquina lá que processa até 2000 quilo, 2500 por dia [...] A gente tem que apelá para a famosa gambiarra né. Adaptação [...] Tem que estudar isso. Então para desenvolver SAF a gente tá apanhando por conta que não tem máquina. Por enquanto, as ferramentas mais utilizadas no SAF, eu te falei que as que eu mais uso com frequência é a roçadeira (Agricultor 3).

Para o agricultor 3 ainda falta no Brasil o desenvolvimento e disponibilidade de tecnologias mais adaptáveis aos SAFs. O que ele percebe é que as políticas públicas, no geral, quando buscam modernizar a agricultura de pequeno porte o faz por meio de tecnologias comuns a agricultura convencional de grande porte, se baseando em um modelo que foco na produtividade e maximização dos recursos produtivos. Tal situação, para o agricultor, muitas vezes é absorvida pela Cooperativa Terra Livre (ele cita o exemplo da Agroindústria) que algumas vezes compra maquinários/equipamentos não tão adaptáveis as SAFs e pretere outros que teriam uma utilização mais imediata e que envolve o dia a dia do agricultor familiar e/ou agroecológico, como a plataforma hidráulica ou o batedor de feijão.

Nesse sentido, o uso de maquinários e equipamentos da Cooperativa Terra Livre apresenta uma tensão entre as racionalidades consideradas nesse trabalho. O uso coletivo desses maquinários e equipamentos garante certa autonomia dos agricultores perante ao mercado de maquinários/equipamentos por facilitar o acesso dos agricultores a tecnologias que diminuem a penosidade envolvida no trabalho e reduzir o impacto financeiro que a compra delas teria no orçamento individuais dos agricultores. A disponibilização de tecnologias mais apropriadas aos sistemas agroecológicos (p. ex. microtrator, catacapim, instrumento de poda) fortalece a produtividade ecotecnológica apresentada por Leff, por permitirem não só a redução da penosidade, mas também a manipulação da natureza de

maneira sustentável. Assim, fatores como a autonomia e a busca pela sustentabilidade e pela diminuição da penosidade revelam os aspectos da racionalidade substantiva ao lado do aspecto da racionalidade instrumental do uso de tecnologias alinhadas à ecoproductividade. Por outro lado, a permanência de ações da cooperativa em torno da compra de tecnologias que possam não atender as demandas produtivas do tipo de agricultura ali empregada revela um alinhamento à escala, aspecto mais comum da racionalidade instrumental do modelo convencional e empresarial de agricultura.

Além disso, as dificuldades em torno do agendamento dos maquinários/equipamentos da Cooperativa em função da alta demanda dos agricultores e baixa oferta de motoristas, principalmente, leva com que os agricultores tenham que realizar um planejamento prévio que abarque um maior período daquele com que estão acostumados a lidar em suas práticas de gestão. Alguns, como os agricultores 4 e 11, alegam que procuram se adequar a essa demanda, mas que, por vezes, as intempéries atrapalham seus planejamentos fazendo com que percam o agendamento. Nesse sentido, a mediação no uso de maquinários/equipamentos, assim como da compra coletiva de insumos externos pela Cooperativa leva com que os agricultores alterem a forma como tradicionalmente realizam seus planejamentos produtivos. Muitos antes não eram cooperados de organizações da agricultura familiar que oferecesse tais serviços ou praticavam a agricultura convencional, de modo que, quando precisavam desses recursos os compravam ou alugavam externamente no momento em que precisassem. Agora os agricultores agroecológicos do Assentamento, sendo cooperados e desfrutando das atividades de apoio ofertadas pela Cooperativa, devem se adequar a agenda disponível da organização para o uso desses recursos, o que inclui o desenvolvimento de um planejamento de maior prazo em relação às atividades produtivas a serem empregadas, desvendando, mais uma vez um aspecto da racionalidade instrumental no uso desses recursos para a gestão dos estabelecimentos estudados (planejamento de maior prazo).

O último dos principais recursos produtivos utilizados pelos agricultores é o calendário biodinâmico. É interessante observar que a maioria dos agricultores agroecológicos do Assentamento fazem o uso desse instrumento, sendo ele socializado pelas organizações locais, em especial pelas reuniões da Rede Ecovida de Agroecologia e reforçado pela distribuição impressa do mesmo pela Cooperativa Terra Livre. Trata-se de um calendário astronômico agrícola baseado nos estímulos da movimentação da lua e de outros astros sobre as diferentes fases do desenvolvimento das plantas, os melhores momentos para o trabalho na terra (plantio, fertilização, colheita, poda etc) (JOVCHELEVICH, 2012). Ele orienta o

plantio, a fertilização, a poda e a colheita, em especial da horta/agrofloresta, tomando por base o calendário lunar. A sua utilização, no geral, gera bons resultados conforme relatos dos agricultores agroecológicos entrevistados:

Eu conheci através do grupo de agroecologia, depois eu conheci o Mário, o Mário lá da AOPA [...] Dá [certo]. Mas daí eu checo também [...] por exemplo, tem uma lua nova e hoje tá propício pra fruto, tem inclusive, eu plantei 11 pés de figo, de manhã, aí deu.. É lua nova, mas tá propício? Tá! (Agricultor 3).

[Conheci o calendário biodinâmico] através do Denis, né? Eles usavam lá, daí ele veio e daí que a cooperativa começou [...] Ajuda bastante [...] por exemplo, vai plantar uma verdura, o dia que não é de folha, ela dá flor. Ela fica parada, ela não vem. E daí, vai plantar uma cenoura, o dia que é de folha, não dá nem. Daí, a gente, com o calendário acompanhando, a gente faz a coisa certa (Agricultora 8).

Os Agrofloresteiros dizem que sempre tem que cortar na mingunte porque esses dias nós fomos roçar um canteiro e aí podamo nem olhamo lua, e nem é sempre que dá certo ... É mais importante, a do eucalipto não precisa levar muito a sério, mas agora as frutas é importante cuidar ... até estava sem [o calendário] e essa semana fui lá e comprei um (Agricultora 11).

Faz poucos anos que tem [o calendário biodinâmico] [...] Faz bastante [diferença] porque a gente segue muito a lua, por exemplo, lua cheia hoje vou plantar cenoura que hoje é dia de raiz e as vezes não dá nada também, mas como que foi plantando em dia de raiz não deu raiz, não deu nada e daí é frustração porque sempre planejamento, programação e deu cenoura, mas é dois quilos e semente na lua mingunte e na lua cheia não deu nada porque é lua mingunte, mas ali no calendário diz que não pode. A mesma coisa a alface na lua crescente plantar as mudas e a alface dar só um pé e não dar nada daí tu olha no calendário e não era pra, era pra raiz ou outro. Daí tu se perde, tu perde o seu trabalho, perde o dinheiro da muda, do adubo e perde seu tempo de trabalho ... (Agricultora 2).

[O calendário biodinâmico] Ajuda. Porque daí, o que que você vai fazer. Você sabe aquele dia, você não vai plantar naquele dia, entendeu? Você não vai plantar naquele dia, que o bichinho vai atacar. Você vai passar um dia que é bom para a planta (Agricultora 5).

Os agricultores 2, 3, 5, 8 e 11 afirmam que o uso dessa técnica tem gerado melhoras na produção, seja para evitar perdas e garantir quantidade na colheita seja na qualidade dos produtos. O calendário apóia a gestão produtiva dos agricultores no que se refere às épocas de plantio, poda e colheita e, em alguns casos, orienta os momentos em que é necessário comprar insumos externos, conforme aponta o agricultor 4, e o agendamento de maquinário/equipamentos da Cooperativa, segundo agricultora 2. Assim, os agricultores agroecológicos precisam articular e gerenciar a utilização de diferentes recursos produtivos voltados a sistemas agroecológicos que estão interconectados. É uma articulação interna, mas sintonizada com as demandas externas, pois esse gerenciamento também considera os dias de coleta da produção realizada pela Cooperativa ou pelos compradores convencionais, conforme informam as agricultoras 6 e 7.

Mesmo que os agricultores agroecológicos tenham a sua disposição informações do calendário agrícola lunar de maneira sistematizada, refletindo a utilização de um meio/instrumento fruto da racionalidade ambiental oriunda das organizações substantivas do Assentamento, agricultores como os 7 e 11, revelam o conhecimento passado de geração em geração da orientação lunar em suas atividades agrícolas.

Nós temo [o calendário biodinâmico] [...] não tem muita diferença assim. Porque a gente já se acostumou tanto, que a gente sabe tudo [...] Porque toda vida, a gente como diz, nasceu plantando as coisa. Já sabe, tem hora para plantar cenoura, para plantar mandioca, para plantar cenoura, beterraba, que não vai dar. [...] Que nem, quando você tá trançando alguma coisa. Tá lua cheia, tem que trançar tudo. E amanhã? Já tem que fazer com as coxa e terminar hoje. Deixar amanhã já não vai dar certo para as planta. Então., é assim ... (Agricultora 7).

Aqui em casa a gente segue mais a lua pra plantar que é a cheia e a minguante, só que o calendário fala o dia das folhosas, das sementes eu sempre to tentando seguir um pouco deste ano pra cá e parece que funciona ... [se plantar errado] algumas coisas florescem e não veem tão bonita, caem as folhas (Agricultora 11).

A agricultora 11 revela que mescla o conhecimento tradicional com o novo trazido pela informação sistematizada do calendário biodinâmico. Já a agricultora 7 entende que o conhecimento que ela e sua família já possui sobre a influência da lua sobre os ritmos das plantas dispensa o uso do calendário fornecido pelas organizações do Assentamento. O conhecimento tradicional aqui tratado revela o cuidado que essas famílias já possuíam com a natureza, com os ciclos das plantas, de forma a respeitá-los. Esse cuidado é fortalecido com o uso do calendário biodinâmico, o qual também permite tornar esse conhecimento reflexivo, pois aciona um saber que está na memória dos agricultores e revela uma tomada de consciência de um conhecimento herdado que passa a orientar parte da gestão dos estabelecimentos.

Assim, o uso do calendário biodinâmico desenvolve a racionalidade ambiental dos agricultores agroecológicos estudados por refletir a racionalidade ambiental presente nas organizações do Assentamento e por interagir, de maneira reflexiva, o conhecimento tradicional dos agricultores sobre os ciclos lunares. Além disso, esse instrumento representa mais um aspecto da produtividade ecotecnológica dos agricultores, ao ser um meio que envolve o cuidado com os ciclos naturais fruto da associação do conhecimento tradicional com o científico e eficaz na direção da sustentabilidade e da obtenção da colheita, proporcionando maiores chances de renda. Tem-se, com isso, o uso de um instrumento que mescla aspectos instrumentais (informação tradicional e científica sistematizada pelo calendário e a busca atendimento das necessidades familiares) com substantivos

(sustentabilidade e cuidado).

Além disso, o seu uso ressalta a forma integrada como os recursos produtivos dos estabelecimentos familiares agroecológicos são utilizados (calendário, insumos e maquinários/equipamentos) e articulada com as demandas de saída de produtos (coleta), revelando a complexidade envolvida na gestão desses estabelecimentos. Essas unidades de produção demonstram um olhar integrado (ecológico) sobre todos os recursos e destinos das produções de forma a atender não só ao mercado, mas também a família, ao estabelecimento produtivo e à capacidade de regeneração da natureza. A esse respeito, Ploeg (2008), ao descrever o modo camponês de fazer agricultura, diz que não há uma repetição infinita de tarefas estáveis como ocorre no modelo empresarial, mas um encontro de diferentes ciclos (homem e natureza) que são integrados de forma dinâmica e malável, imprimindo à gestão um caráter holístico, sistêmico, integrado e, muitas vezes, direcionados a especificidades do estabelecimento familiar.

Assim, diante do uso dos recursos levantados por este tópico pelos agricultores agroecológicos, é possível perceber que eles são aproximados a técnicas e recursos que aprimoram a produção agroecológica, e, relacionam, dessa forma, os seus conhecimentos oriundos de suas tradições e suas experiências (calendário lunar, formas de adubação, uso de sementes crioulas), com aqueles adquiridos pelas organizações agroecológicas à quais estão ligados (compra insumos externos, aluguel maquinário/equipamentos da Cooperativa, calendário biodinâmico). A racionalidade ambiental fica evidenciada em função da produtividade ecotecnológica no uso desses recursos como também da reflexividade dos agricultores em torno do uso dos mesmos, uma vez que integram seus saberes com os saberes técnicos e científicos em prol da sustentabilidade, conforme apontado nas análises previamente realizadas. As organizações substantivas de racionalidade ambiental presentes no Assentamento possuem um papel importante na gestão dos recursos nos estabelecimentos estudados, influenciando também na racionalidade ambiental desses. As organizações oferecem conhecimento e acesso a tecnologias agroecológicas que são inseridos na gestão dos agricultores, levando-os a reorganizarem suas atividades de forma com que possam usufruir do que as organizações tem a oferecer.

Ainda é necessário analisar o uso de mais um recurso dos estabelecimentos familiares agroecológicos, o trabalho familiar. É por meio do processo de trabalho, continuam Petersen *et. alli* (2017), que são acionados instrumentos (os recursos) para converter bens naturais, objetos, em produtos, gerando agregação de valor. Por se tratar de um recurso diferenciado a

luz da teoria do campesinato, optou-se por dedicar um tópico separado para a sua análise.

5.2.3.2 O trabalho familiar na gestão da produção agroecológica

O trabalho envolvido nos diferentes tipos de sistemas produtivos empregado pelos agricultores estudados é um fator de extrema importância de ser analisado na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos. Ao trabalho familiar é dada uma atenção específica por Chayanov (1974) quando sugere os balanços trabalho/consumo e penosidade/utilidade e também por Wanderley (2009) e Ploeg (2008; 2015) quando reforçam esses balanços ao abordar o modo de organização da produção dos agricultores familiares. Os balanços trabalho/consumo e penosidade/utilidade são os que governam a produção, e por isso, o trabalho no estabelecimento familiar. São balanços subjetivos, em que o primeiro faz uma ponderação entre o que se trabalha e o que se consome para atender as necessidades (objetivos) familiares, determinando, assim, o volume da atividade econômica familiar; e o segundo avalia a penosidade envolvida no trabalho agrícola da família em relação a utilidade oferecida por ele. O trabalho torna-se, dessa maneira, um recurso central na gestão dos estabelecimentos familiares, pois como ressalta Chayanov, o camponês tende a dar maior peso a motivação do camponês-trabalhador, uma vez que a penosidade envolvida no trabalho se torna um elemento avaliativo essencial para determinar o volume da atividade econômica que a família está disposta a realizar para atender as suas necessidades. Além disso, reforçam Ploeg e Wanderley, a consideração da autonomia, enquanto um aspecto substantivo da gestão do trabalho, também colabora para evidenciar o peso do camponês-trabalhador nas decisões do agricultor.

A importância do trabalho pode ser visto na recorrente incitação da penosidade pelos agricultores estudados nos tópicos anteriores, os quais a utilizam como critério para definir o que plantar, para o desejo e preferência no uso de maquinários/equipamentos, para escolher se vão produzir internamente insumos ecológicos ou comprar externamente, para decidir se vão continuar sendo agroecológicos ou se vão preferir a produção convencional, para resolver se vão trabalhar fora do estabelecimento e/ou para usar o calendário lunar/biodinâmico. Dessa forma, compreendendo que o trabalho desempenha crucial papel na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos, esse tópico procura desvendá-lo a partir da análise da forma como ele é empregado considerando: a) as pessoas que o executam; b) a intensidade/penosidade do trabalho agroecológico executado ao longo do ano; c) a avaliação

do balanço penosidade/utilidade e da autonomia do trabalho agroecológico; d) o cuidado e a artesanidade envolvidos na produção agroecológica; e e) da forma como a família realiza a comunicação e conflitos envolvidos na gestão de seus estabelecimentos.

a) Formas de organização do trabalho familiar agroecológico

Dentre os agricultores agroecológicos estudados predomina a mão-de-obra familiar, sendo complementada em nove estabelecimentos pelo mutirão e troca de dias e em três pela contratação de empregado temporário. Esses dados são muito semelhantes ao do universo pesquisado conforme pode ser visto no capítulo 4 (63% dos agricultores realizam troca de dias, 55% mutirão e 24% a contratação de empregados temporários). Verifica-se aqui um aspecto da especificidade da agricultura familiar levantada por Chayanov e observada por Shanin (1986): a ajuda sem remuneração de vizinhos no trabalho familiar. Contudo, há também, em alguns casos, a presença de um aspecto comum aos agricultores contemporâneos observados por Lamarche, Wanderley e Ploeg, que é a contratação do trabalho temporário. A fala a seguir relata a complementação do trabalho familiar com o mutirão:

A gente tá tentando montar parcerias aqui, porque nós temos um grupo para trabalho coletivo, de mutirão de cinco famílias, que tem agrofloresta. Então vamos vê, se nós, se vamos produzindo, para comprar equipamento [...] E de preferência [trabalhar] em parceria com outros companheiros da agroecologia. São produtores ecológicos, né. Tipo a gente organiza um mutirão, uma oficina na casa de alguém e daí produz, prepara um supermagro, uma [calda] sulfocálcica, composto, compostagem [...] Em conjunto, porque daí se acaba mais fácil. De fazer e daí a gente acaba adquirindo e repassando conhecimento (Agricultor 3).

A prática do mutirão e da troca de dias é bastante comum dentre os agricultores estudados enquanto a contratação de empregados temporários envolve menos famílias e tende a ser incidental ao longo do ano. O agricultor 3 explica que há um estímulo entre os agricultores de sua comunidade de realizar mutirão para facilitar o trabalho e trocar conhecimento em torno do manejo dos SAFs e na produção de insumos ecológicos, como também de realizar parcerias na compra de equipamentos. Para ele essa prática está associada ao fato de serem agricultores agroecológicos. Há casos também de troca de dias, como expõe a agricultora 6, em que o vizinho empresta a sua plantadeira para que a família use no seu cultivo convencional e em troca a família trabalha no estabelecimento dele quando necessário. A agricultora 6 avalia que é inviável financeiramente comprar um maquinário ou contratar empregado temporário, sendo mais vantajoso estabelecer esse acordo. Os agricultores 3, 4 e 5

entendem que é difícil achar na comunidade empregado temporário para diminuir a penosidade em seus trabalhos, e os agricultores 4 e 5 também expõem a inviabilidade econômica de realizar contratos.

Nóis já chegamo a pensar em contratar alguém. Só que daí, é assim ó... Para a gente chegar e contratar alguém... A gente tem que trabalhar mais um pouco [...] Para conseguir pagar (Agricultora 5).

[...] Se você pagar hoje cinquentão, ele vai ganhar mais que o produtor. Você acha, pagar cinquentão para a pessoa pagar 20 dias são 1500 real. E, então daí eu vou ter que fazer 3000, para sobrar 1500 para mim. E eu vou ter tudo. Vou ter desconto, desconto da cooperativa, da rede. É, o pago da mensalidade da certificação, mais bandeja que eu vou comprar e mais o adubo. Então vai sobrar, vai sobrar menos. Então tem que procurar não pagar gente e trabalhar [...] (Agricultor 4).

Dessarte, apesar dos agricultores 3, 4, 5 e 6 desejarem diminuir a penosidade envolvida no trabalho com a contratação de mão de obra, a diminuição da renda, ou seja, a redução no atendimento às necessidades, ou o aumento da intensidade do trabalho, torna a contratação inviável, levando-os a realizar a gestão do estabelecimento somente com a mão-de-obra familiar e com a complementação em mutirões ou trocas de dias. Ainda, de maneira semelhante ao relatado pelos agricultores 3 e 6, duas outras famílias dos casos estudados realizam o que chamam por parceria, sendo o compartilhamento de recursos de trabalho entre duas ou mais famílias e, posteriormente, a divisão da colheita. Nos dois casos estudados, as famílias utilizam parte da terra do vizinho para a produção conjunta de grãos, a fim de diminuir a intensidade do trabalho ao realizarem mutirão. Essa situação ocorre quando a família verifica que não tem mão de obra suficiente para determinada produção e necessita da colaboração dos vizinhos.

O trabalho cooperativo da família complementada pelas parcerias, as trocas de dias e o mutirão possibilitam maior autonomia no trabalho dos agricultores em momentos de maior intensidade. Reproduz-se e/ou recupera-se formas tradicionais de trabalho da agricultura familiar em que há uma melhoria do rendimento do trabalho (racionalidade instrumental) por meio da cooperação (racionalidade substantiva) atribuindo uma maior autonomia (racionalidade substantiva) quando consideradas as relações de trabalho disponíveis no mercado. Destaca-se que, como levantou o agricultor 3, a prática do mutirão, principalmente, é fortemente estimulado pela agroecologia enquanto uma forma não só de cooperação, mas também de troca de conhecimentos entre diferentes atores, ressaltando a racionalidade ambiental subjacente a essa prática.

E a contratação de trabalho temporário se realiza quando a família tem renda suficiente para a contratação com o intuito, também, de diminuir a penosidade envolvida com o trabalho, conforme relatam os agricultores 11 e 12:

Ele trabalha pra nós e pra [vizinha] ... trabalha mais pra [vizinha] agora na verdade porque nós demos uma parada. O tomate não deu nada, e plantamos feijão de verde e aqui que eu tenho umas pimentas ... Na verdade a gente pegava ele dois ou três dias na semana, só que nesses dias agora que nós não vendemos nós dispensemos, porque a gente não tem como pagar ... Essa semana a gente já acha que vamos pagar de novo (Agricultora 11).

Ó, suponhamo assim ó, a, terceirizar e contratar, eu vejo que, ou só que vieram para colher feijão aqui, agora. Troca dia, essa contratação é muito bom. Para... ah, eu posso pegar um dia lá, a minha cerca lá, porque o gado tá incomodando o vizinho lá, ou o porco... Eu só uso o dia, eu tenho que pegar alguém para me ajudar. Então, eu acho que isso daí, gera até renda dentro da nossa comunidade, e eu acho excelente ideia (Agricultor 12).

Contudo, essa prática não afasta os estabelecimentos de seu perfil familiar, já que a predominância do trabalho ainda permanece o familiar. Isso pode ser visto na fala da agricultora 11, cujo estabelecimento é todo agroecológico, que contrata dependendo de uma situação de mercado vantajosa, ou seja, da venda dos produtos familiares que gere maior renda para família, sendo, segundo ela, uma prática incidental ao longo do ano. O agricultor 12 ainda alega que essa contratação gera renda na comunidade, pois os empregados são, geralmente, vizinhos. Essa prática levanta a racionalidade instrumental em torno da contratação de mão-de-obra diante de uma situação vantajosa de mercado em que a família possa ter renda suficiente para efetuar a contratação.

Mas, a predominância do trabalho familiar de mantem ou quando contratam priorizam o trabalho de pessoas da comunidade e também realizam mutirão, troca de dias e parcerias, apontam para a imbricação da racionalidade substantiva (cooperação, solidariedade) e instrumental (complementação da mão de obra insuficiente) em torno da maneira como o trabalho é empreendido no estabelecimento. Assim, o mutirão, a troca de dias e a contratação de empregados temporários são utilizados, principalmente, quando a penosidade do trabalho é considerada grande, uma vez que a quantidade de membros da família é avaliada pelos agricultores como insuficientes frente à intensidade do trabalho a ser realizado em determinado momento, conforme já levantado por Ploeg, Wanderley e Shanin.

b) Intensidade do trabalho familiar agroecológico ao longo do ano

A realização dessas práticas complementares ao trabalho familiar pode ser melhor compreendida quando se leva em conta a composição da família, já que essa indica, conforme observado por Wanderley, a disponibilidade de mão de obra familiar que incide sobre a intensidade do trabalho. Em média, as 12 famílias possuem 4,5 membros, sendo, 3,3⁵⁶ deles aqueles que trabalham nas atividades realizadas nos estabelecimento familiar, os quais envolvem o trabalho de crianças até de idosos. Assim, a razão entre consumidor/trabalhador (C/T) sugerida por Chayanov⁵⁷ para analisar a intensidade do trabalho familiar varia entre um a dois, sendo que metade delas possuem a mesma quantidade de trabalhadores e consumidores e a outra metade precisa que cada trabalhador produza o suficiente para atender mais de um consumidor (entre 1,1 a dois consumidores). Ou seja, 50% das famílias dos casos analisados possuem uma maior intensidade de trabalho em função da maior quantidade de consumidores, cujas necessidades precisam atender. Vale destacar que quando se fala das necessidades dos consumidores, refere-se tanto aos produtos originados internamente ao estabelecimento quanto aqueles adquiridos por meio da renda proveniente da produção familiar vendida no mercado. Ambos casos exigem um determinado volume de trabalho familiar.

Ademais, a intensidade também está relacionada ao perfil do trabalho realizado pela agricultura familiar e agroecológica, o qual, em função da diversidade produtiva e orientação da produção tanto para o autoconsumo quanto para a venda no mercado demanda um modo de trabalho contínuo, que pode ser atenuado ou intensificado em algumas épocas do ano. No estabelecimento do agricultor 4, por exemplo, é possível observar esse perfil como também a relação da intensidade do trabalho familiar em função da razão C/T ali presente (são 2,4 trabalhadores para cinco consumidores, o que faz com que cada trabalhador do estabelecimento tenha que atender a necessidade de dois consumidores):

⁵⁶ Essa conta foi realizada tomando como referência os valores considerados por Chayanov (1974) para representar a intensidade do trabalho de indivíduos de diferentes faixas etárias, tendo como a idade inicial sete anos. Aqueles entre sete e 11 onze anos correspondem a 0,5 trabalhadores, aqueles entre 12 e 17 anos correspondem a 0,7 trabalhadores e aqueles com 18 anos ou mais correspondem a um trabalhador (CHAYANOV, 1974).

⁵⁷ Esse cálculo leva em consideração os valores indicados na nota de rodapé anterior para calcular a intensidade do trabalho. Para o cálculo dos consumidores, é considerado os mesmos valores correspondentes as diferentes faixas etárias dos trabalhadores e inclui-se mais o valor de 0,3 para quantificar o consumo de crianças de zero à seis anos (CHAYANOV, 1974).

Digamos, você sempre, vai criar serviço. De repente, se não ter serviço na horta, tem as vezes vaso para plantar. É, nós temo [...] que plantar muda no pasto, para melhorar o pasto. Daí pega um, pega um pouco ali e vai lá para trás. As vezes tem produção, tem que plantar uma árvore [...] Mas é, tem dia que trabalha menos, tem dia que trabalha mais. É, ontem mesmo, foi um dia que eu trabalhei, eu cheguei cedo, daí no caso, tava quente, daí fui e trabalhei até de noite, até que escureceu. Daí aqui é assim, uma hora tá fazendo uma coisa, outra hora tá fazendo outra ... Uma hora vai roça, outra hora vai planta, vai fazer cerca... As vezes vai ter mês que vai trabalhar mais, é a média. [...] até o plantar, não é difícil. O difícil é colher. Que nem, dia de colher, se tiver pouca gente... [...] [...] Porque, até o plantar, não é difícil. O difícil é colher. Que nem, dia de colher, se tiver pouca gente ... Eu tenho aí, umas trinta, quarenta caixa para colher aí. De muitas coisas, cenoura, beterraba, alface. Essas coisa tudo tem que lavar. Leva tempo. Essas coisa tem que começar um dia antes, para terminar no outro dia ... Vai faltar mão-de-obra humana ... É que tem um que tá estudando, daí tem outro que também fico na casa, daí já são dois ... Daí quando eles tão na casa aqui, daí o nosso serviço vai, mas tem que ter tempo né. Que eles tão disponível [...] meio ver, as culturas assim, que dá menos serviço na hora de colher ... É, que nem tem, agora nesse projeto, pra nós pegar para a merenda, é, subiu muito o preço das coisa. Daí quem botou, que nem batata-doce, ela demora três, quatro mês. Daí também, na hora de colher, é mais fácil de colher. Que nem cenoura, cenoura não é difícil. Cenoura é difícil de limpar, cenoura. É difícil de limpar, difícil de fazer, tem que rasgar ela, isso é o mais difícil (Agricultor 4).

O que se apreende da fala do agricultor 4 é que a intensidade e penosidade de seu trabalho aumenta quando os dois filhos que também trabalham na unidade de produção não estão disponíveis e diminui quando eles estão disponíveis. Assim, essa situação de não ter os filhos integralmente disponíveis para o trabalho no estabelecimento faz com que o agricultor escolha culturas que são mais fáceis de manejar na hora da colheita. Aqui o agricultor revela a racionalidade instrumental na gestão do trabalho de seu estabelecimento ao optar por um meio (escolha de culturas mais fáceis de colher em função da disponibilidade de mão-de-obra familiar e, não, necessariamente, em função do lucro) para atender as necessidades familiares (fim). Mas, ao mesmo tempo considera a avaliação subjetiva da penosidade relacionada com a quantidade de trabalhadores disponíveis e a atividade da colheita. Além disso, o agricultor 4 destaca que a todo o momento há demanda de trabalho no estabelecimento familiar, como também há períodos de maior intensidade e outros de menor intensidade, fato também levantado pelos agricultores 2 e 11, bem como pelo 10 “É, a avaliação, tipo colhemo hoje, já tá planejando para fazer outra planta ... Porque a agricultura é que nem aveia né. Só vai [plantar] no verão para ficar no inverno. Nós tocamos no verão para nós tratar no inverno”. Nesse sentido, além da intensidade ser influenciada pela razão C/T, ela também pode variar entre diferentes períodos ao longo do ano, podendo denotar maior ou menor penosidade conforme a avaliação do agricultor.

Assim, para aprofundar a análise em torno da intensidade envolvida no trabalho, é interessante observar as atividades e os períodos em que mais acumulam horas trabalhadas ao

longo do ano. Essa análise se inspira na realizada por Chayanov, mas guardadas as devidas proporções estatísticas que afastam os dois trabalhos, como também considerando o uso adaptado das ideias do autor para esta pesquisa. Ademais, o cálculo de horas trabalhadas é comum dentre os materiais relacionados à gestão econômico dos estabelecimentos agroecológicos criados por organizações de apoio e assessoria a agroecologia, como o trabalho de Petersen *et. alli* (2017) e AOPA (2006), os quais levam em consideração a teoria do campesinato para desenvolver suas metodologias.

Deste modo, julga-se pertinente a exposição do trabalho familiar por meio de dados quantitativos que indicam os períodos de maior e menor intensidade do trabalho, pois possibilita compreender melhor as atividades que podem envolver maior ou menor penosidade. Como visto nos tópicos anteriores, a análise que o agricultor faz da penosidade envolvida no trabalho acaba por orientar decisões em torno da produção, o que, por sua vez, ajuda a revelar a racionalidade presente na gestão dos estabelecimentos estudados. Então, a compreensão da intensidade do trabalho familiar nas diferentes atividades produtivas praticadas pela família ao longo do ano contribui para esclarecer a especificidade racional envolvida na agricultora familiar e agroecológica (específica no sentido de ser diferente da racionalidade econômica capitalista). Para essa análise são apresentados, a seguir, a tabela 5 e os gráficos 3 e 4, os quais reúnem informações sobre as diferentes atividades produtivas realizadas pelas famílias analisadas e a quantidade de horas destinadas a elas ao longo do ano.

TABELA 5 - HORAS TRABALHADAS EM ATIVIDADES PRODUTIVAS PELAS FAMÍLIAS DA AMOSTRA ANALISADAS

(continua)

Atividades	Quantidade de famílias que realizam a atividade	Horas trabalhadas no ano por todas as famílias que praticam a atividade	Média de horas anual trabalhadas por família	Média de horas mensal trabalhadas por família	Média de horas semanal trabalhadas por família	Média de horas diária trabalhadas por família
Horta e Agrofloresta	12	21.196	1.766,3	147,2	35,0	4,9
Trabalho doméstico	12	14.976	1.248,0	104,0	24,8	3,5
Criação animais	12	7.092	591,0	49,3	11,7	1,6
Trabalho não agrícola fora do estabelecimento	4	6.491,8	1.623	135,2	32,2	4,5
Trabalho agrícola fora do estabelecimento	2	1.800	900,0	75,0	17,9	2,5
Vendas	3	1.530	510,0	42,5	10,1	1,4
Tomate e pimentão convencional	1	1.428	1.428,0	119,0	28,3	4,0
Grãos	11	1.324,9	120,4	10,0	2,4	0,3
Pão e doces	1	480	480,0	40,0	9,5	1,3

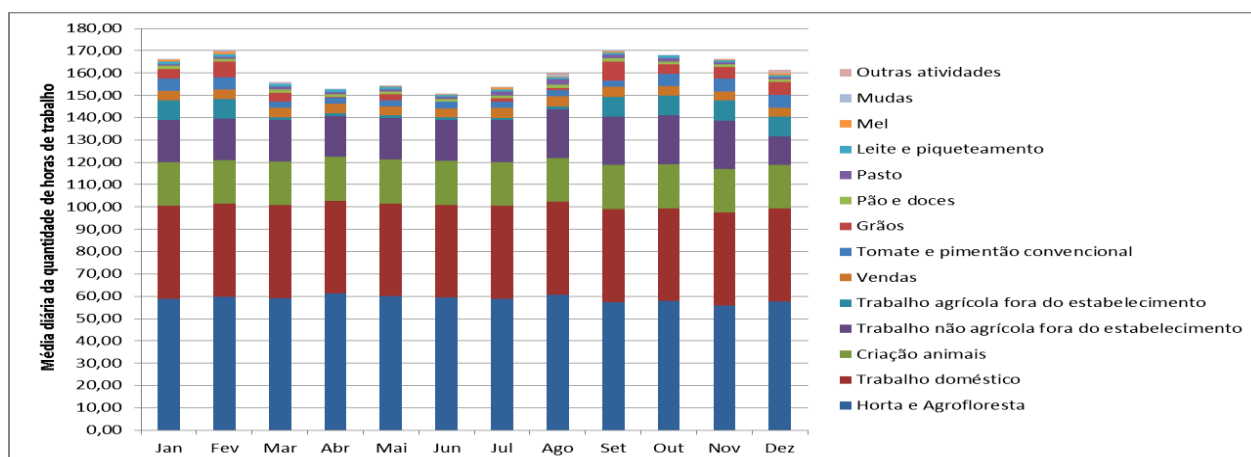
TABELA 5 - HORAS TRABALHADAS EM ATIVIDADES PRODUTIVAS PELAS FAMÍLIAS DA AMOSTRA ANALISADAS

(conclusão)

Atividades	Quantidade de famílias que realizam a atividade	Horas trabalhadas no ano por todas as famílias que praticam a atividade	Média de horas anual trabalhadas por família	Média de horas mensal trabalhadas por família	Média de horas semanal trabalhadas por família	Média de horas diária trabalhadas por família
Pasto	10	436,4	43,6	3,6	0,9	0,1
Leite e piqueteamento	1	402	402,0	33,5	8,0	1,1
Mel	3	140,7	46,9	3,9	0,9	0,1
Mudas	2	103,6	51,8	4,3	1,0	0,1
Outras atividades	3	87	29,0	2,4	0,6	0,1

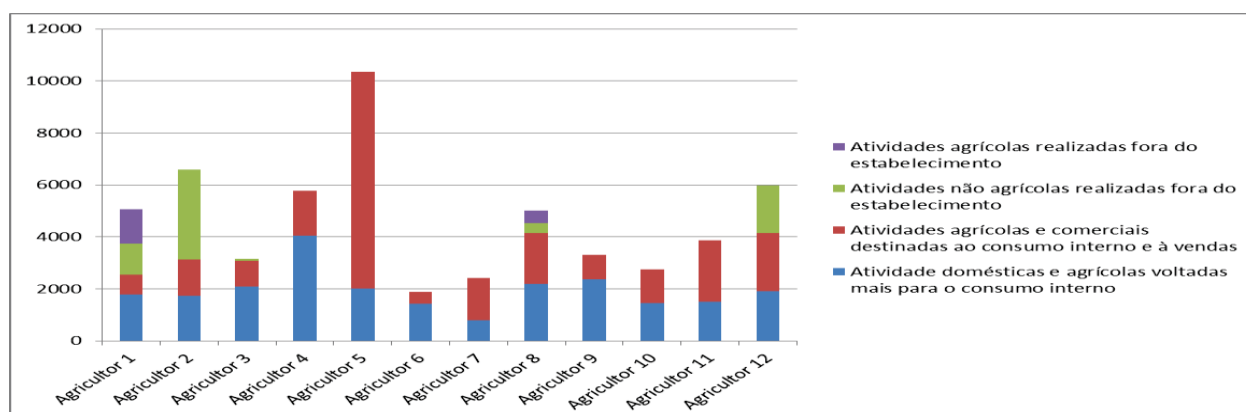
FONTE: A autora (2018).

GRÁFICO 3 - MÉDIA DE HORAS DE TRABALHO POR DIA AO LONGO DO ANO PARA AS DIFERENTES ATIVIDADES PRODUTIVAS REALIZADAS PELAS FAMÍLIAS ANALISADAS



FONTE: A autora (2018).

GRÁFICO 4 - QUANTIDADE DE HORAS TRABALHADAS AO ANO POR CADA AGRICULTOR ANALISADO POR TIPO DE ATIVIDADE



FONTE: A autora (2018).

Em relação ao perfil das atividades executadas pelas famílias em seus estabelecimentos, é possível apreender da tabela 5 e do gráfico 3 e 4, que, paralelamente às atividades agrícolas internas, todas as famílias analisadas realizam trabalhos relacionados à vida familiar (trabalho doméstico) e a metade delas possuem membros que realizam trabalhos fora do estabelecimento (agrícola e não agrícola). As atividades relacionadas à horta/agrofloresta, ao trabalho doméstico, à criação de animais e ao trabalho não agrícola fora do estabelecimento são as que possuem maior carga horária, correspondendo à 86,6% do total de horas trabalhadas no ano. As três primeiras atividades são realizadas por todas as famílias e o trabalho não agrícola fora do estabelecimento somente por quatro e se destaca pela grande carga horária, conforme também identificado pelo gráfico 4. Em conjunto as três primeiras atividades concentram por volta de 120 horas diárias do trabalho das 12 famílias analisadas, representando 12 horas diárias por família. Já as quatro famílias que possuem um membro com trabalho não agrícola fora do estabelecimento reúnem mais 20 horas diárias, o que representa, em média, em torno de 5 horas diárias de acréscimo na carga horária de cada família. Essas quatro primeiras atividades possuem baixas variações ao longo do ano e as atividades não relacionadas à produção do estabelecimento, como o trabalho doméstico e o trabalho não agrícola fora do estabelecimento, ocupam considerável tempo das famílias, o que impacta na disponibilidade da mão-de-obra familiar para os trabalhos produtivos dentro dos estabelecimentos.

As outras atividades apresentadas na tabela 5 e gráfico 3 correspondem a 13,4% do total de horas trabalhadas pelas famílias ao longo do ano. Todavia, as atividades relacionadas aos grãos e ao pasto, praticadas por um maior número de famílias (11 e 10 famílias, respectivamente) possuem menor carga horária do que outras praticadas por uma menor quantidade de famílias, quais sejam: o trabalho agrícola fora do estabelecimento praticada por membros de duas famílias; as atividades relacionadas às vendas praticadas por três famílias; e as atividades em torno da produção do tomate e pimentão convencional praticada por somente uma família. Isso significa que as famílias que executam essas outras atividades possuem maior intensidade de trabalho no ano. As atividades em torno da venda de produtos não têm grandes variações ao longo do ano e acrescentam, aproximadamente, uma hora e meia na carga horária diária das três famílias que empreendem essa atividade. Já as atividades relacionadas à produção de grãos, ao trabalho agrícola fora do estabelecimento – relacionado ao cultivo de grãos em estabelecimentos vizinhos -, a produção de vegetais convencionais e o pasto são as que provocam maiores alterações da carga horária das famílias que a executam,

concentrando mais horas de trabalho diários entre os meses de agosto e fevereiro, como pode ser visto no gráfico x. O acréscimo de horas nesses meses varia de 0,67 horas diárias por famílias no cultivo de grãos até 5 horas diárias para aquelas que empreendem trabalho agrícola fora do estabelecimento.

O que se apreende da tabela 5 e dos gráficos 3 e 4 é a variação do balanço trabalho/consumo de família para família que são ajustados conforme as diferentes necessidades delas, com graus maiores ou menores de intensidade no trabalho, em que há desde famílias que reúnem uma carga horária média de 5,2 horas diárias até aquelas que acumulam 18,2 horas diárias. Em comum a todas elas é a alta carga horária das atividades relacionadas à horta/agrofloresta, ao trabalho doméstico e a criação de animais, sendo que a primeira destina cerca de 5hrs diárias por família e gera produtos para o consumo interno e para o mercado, e as duas últimas somam juntas 5hrs diárias por família e geram produtos e serviços destinados, principalmente, às necessidades familiares. Ou seja, as atividades de maiores cargas horárias entre os agricultores estudados tendem a destinar um pouco mais de tempo de trabalho às necessidades da família. Trata-se da manifestação da racionalidade instrumental, pois destaca a importância do objetivo de atender as necessidades familiares (fim) por meio de atividades que não são exclusivamente voltadas ao mercado, mas também a reprodução da força de trabalho familiar (produção destinada ao estabelecimento familiar e o trabalho doméstico).

Além disso, a predominância dessas atividades reflete a racionalidade ambiental dos agricultores agroecológicos, algo também influenciado pelas organizações substantivas do Assentamento que estimulam a produção diversificada baseada na produtividade ecotecnológica em que são estimulados a produção interna de insumos e o uso de técnicas ecológicas que, por vezes, aumentam a carga horária despendida à atividade. Contudo, deve-se levar em consideração que o sistema produtivo de maior carga horária, a horta/agrofloresta, também destina sua produção para a venda, o que deve justificar a quantidade de horas destinadas a essa produção. Nesse sentido, por mais que esse contato com o mercado para a venda dos produtos originados dessa atividade seja feito por meio da Cooperativa Terra Livre, há a presença de aspectos instrumentais como a mercantilização, externalização (dependência do mercado institucional, compra de parte dos insumos utilizados e dependência dos equipamentos/maquinários disponibilizados pela Cooperativa e vizinhos), produtividade e eficiência (alternativas vistas pela Cooperativa de aumentar a produtividade para atender a demanda dos mercados acessados e da agroindústria, visto no capítulo 4).

Já o aumento da carga horária de forma sazonal, referente à produção de grãos, a manutenção do pasto e a produção de vegetais convencionais é feito tanto para o a venda no mercado quanto para atender as necessidades internas do estabelecimento, com exceção de seis famílias que produzem grãos e pasto somente para atender ao consumo interno. Entretanto, as famílias que produzem grãos (cinco) e vegetais (uma) convencionais para atender o mercado externo, como também aquelas que apresentam o trabalho agrícola fora do estabelecimento (duas famílias), se baseiam mais na racionalidade instrumental-econômica, uma vez que submetem essas produções aos padrões de produtividade e eficiência exigidos pelo mercado de alimentos convencional, corroborando com as inferências de Ploeg quando aborda as relações de dependência da agricultura familiar (mercantilização e externalização).

Aqui expõe-se uma característica da agricultura familiar, sempre presente entre quem pratica agroecologia e geralmente ignorada pelas análises administrativas: a importância do trabalho envolvido na integração nos estabelecimentos familiares de atividades destinadas ao consumo interno e à venda. Os teóricos dos estudos do campesinato chamam a atenção para a integração entre essas atividades com frequência, como também da relevância que as atividades destinadas ao autoconsumo possuem na gestão do trabalho familiar. Os estudos administrativos e correlatos tendem a separar as atividades produtivas destinadas ao autoconsumo e focar naquelas destinadas à venda ou na porção de determinada atividade produtiva que se destina ao mercado, como pode ser observado nos trabalhos de Arcoverde e Amaro (2011; 2015), por exemplo. A relevância da intensidade do trabalho relacionada às atividades destinadas ao consumo interno ilustradas na tabela 5 e nos gráficos 3 e 4 e a consequente importância que os agricultores dão para elas, como visto em relatos anteriores dos agricultores ao longo deste tópico 5.2.3, reforça a racionalidade específica do agricultor familiar na gestão de seus estabelecimentos familiares. Nessa racionalidade há a manutenção da disponibilidade do trabalho da família para atividades reprodutivas destinadas ao autoconsumo e trabalho doméstico, somadas àquelas produtivas destinadas ao mercado, expondo mais uma vez a racionalidade instrumental da agricultura familiar agroecológica, pois o trabalho familiar destinado a essas atividades é um meio para que a família garanta a sua reprodução (fim).

Um último ponto chama a atenção em relação à análise da intensidade da carga horária envolvida no trabalho familiar. Das sete famílias que acumulam mais de 10 horas de trabalho diário, seis acrescentam em suas rotinas atividades realizadas fora do estabelecimento (pluriatividade ou assalariamento agrícola) e à comercialização, demonstrando uma

diferenciação em seus balanços entre trabalho e consumo. Revela-se, com isso, que a maior carga horária acaba envolvendo atividades voltadas ao atendimento do mercado ou executadas fora do estabelecimento como forma de complementar a renda. Vale destacar que dentre essas seis famílias somente duas praticam a produção convencional paralela e possuem essa alta carga horária de trabalho diário em função do trabalho agrícola fora do lote de um de seus membros. As outras quatro famílias somente produzem agroecológico, sendo que duas possuem membros que praticam a pluriatividade e duas que realizam atividades individualizadas voltadas à comercialização de parte de sua produção. As atividades relacionadas à comercialização envolvem a prospecção, a comunicação e a negociação com os clientes, bem como o transporte dos produtos pelos agricultores até os clientes. São atividades não comuns entre os outros agricultores familiares estudados, os quais delegam a comercialização de sua produção a organizações (Cooperativas) ou a compradores.

O aumento da carga horária de trabalho das famílias em função da realização dessas atividades colocam os agricultores em maior contato com o modo de funcionamento do mercado, levando-os a incorporar elementos externos em sua gestão do trabalho familiar. Tais elementos são o assalariamento por meio da venda de sua força de trabalho (pluriatividade ou trabalho agrícola fora do lote), a orientação da produção para atender o mercado (clientes) e maior consideração do valor de troca e maximização dos recursos produtivos, como é possível perceber no caso da família da agricultora 11, que entende que é importante identificar o mercado circundante ao estabelecimento familiar, adentrá-lo e produzir parte da produção orientada por ele para que, com isso, melhore a renda da família. Nesse caso, a família identificou o mercado para a venda de sacolas de produtos agroecológicos em Curitiba e assume atividades de comercialização e transporte dos produtos. O mesmo ocorre com a família dos agricultores 5 e 12, em um grau menor, com a família da agricultora 7.

Nesse sentido, mesmo os agricultores que só produzem agroecológico inserem mais elementos do mercado quando aumentam a intensidade de seu trabalho familiar. Como verificado por Lamarche, Ploeg e Wanderley o aumento do contato e inserção no mercado reorganiza o trabalho familiar, de forma com que a agricultura familiar incorpore na contemporaneidade a pluriatividade e, como verificado nesse trabalho, as atividades relacionadas à comercialização da produção.

- c) O balanço penosidade/utilidade e a autonomia envolvida no trabalho familiar agroecológico

Mesmo que a intensidade do trabalho possa ser verificada por meio da carga horária de trabalho dos agricultores, há uma avaliação subjetiva a ela ligada relacionada à penosidade. A penosidade, conforme explica Ploeg (2015), refere-se ao esforço extra necessária para aumentar a renda/produção do estabelecimento e está associado à adversidades como dias longos de trabalho, trabalhar embaixo de sol, chuva ou no frio intenso. Assim, o balanço penosidade/utilidade é avaliado, continua o autor, de maneira subjetiva pelas famílias, o que pode levar com que algumas enxerguem a penosidade em torno de algumas atividades de maneira menos ou mais agonizante e a utilidade referente como algo que valha ou não a pena trabalhar. O relato das agricultoras 2 e 5, a seguir, apresenta avaliações da penosidade envolvida com o trabalho agrícola agroecológico comumente repetida por outros agricultores analisados:

Quando a gente trabalhava na outra região, uma região, Deus o livre, e tinha que plantar e plantar porque não tinha veneno e tinha que usar muita enxada, muito arado de boi e era um trabalho mais pesado. Aqui não, é menos trabalho por dia e claro que também na enxada, mas o sistema de produzir é mais espalhado, é mais o trabalho de separar, plantar e não dá trabalho de limpar [...] O sistema nosso da Agrofloresta de cobertura de canteira não dá o trabalho de limpar, só plantar e depois colher (Agricultora 2).

Mas a gente sofreu muito no início. Porque assim ó, a cobertura da terra hoje, ela não é só para cobrir a terra. Você cobre uma terra bem coberta, é... você planta o alface, você colhe ele, não precisa carpir. Não precisa você arrancar mato. Né. E antes não. Antes, a gente não tinha esse negócio de cobrir a terra. Né. A gente cobria a terra, só na questão de esterco e de umidade. Não! Você cobrindo uma terra, bem coberta, o que que vai acontecer? Você vai trabalhar mais, você vai cobrir. Mas em compensação, você vai cobrir ela e você vai plantar um alface, e você vai colher o alface. E antes assim, tinha que ir lá com a mão, ir cutucando e cutucando, porque não tinha, não... Vinha um mato e a gente não sabia o que fazer. E era muito mato ... (Agricultora 5).

Destaca-se nessas falas a avaliação que a família faz da produção agroecológica com menor penosidade, pois não usam tanta enxada ou limpam como antes. Para as agricultoras 2 e 5, na produção agroecológica, a penosidade maior está na hora de plantar e, assim como para o agricultor 4, no momento da colheita. Assim, apesar de maior penosidade na hora da semeadura e colheita, as famílias percebem uma utilidade na agroecologia em torno da limpeza dos canteiros. A agricultora 11 avança na análise em torno do diferencial da produção agroecológica no que se refere à penosidade ao apontar que:

Melhorou [a terra com a agroecologia] porque aonde você trabalha a horta ela vai recuperando, claro que não dá de recuperar o lote todo então por isso que a Agroecologia tem que ser aos poucos, uma que é manual e você não vence o mato e

outra que tem que começar pequeno porque toda a tua área é certificada, mas a gente não usa tudo [...] (Agricultora 11).

Para a agricultora, apesar do trabalho manual envolvido com a agroecologia ser mais penoso, há uma melhora significativa na qualidade da terra (utilidade) o que, complementam os agricultores 1 e 5, pode diminuir gastos, sendo, dessa forma, compensatório (utilidade). O agricultor 1, que possui produção convencional paralela, ressalta que mesmo com a utilidade representada pela redução dos gastos considera, em seu balanço, a penosidade do trabalho agroecológico maior em função da demanda por trabalho manual e também por ‘pensar’ mais. Essa avaliação é levantada, em parte, pela agricultora 8, para a qual o trabalho ‘pesado’ representado pelas atividades manuais também excede, subjetivamente, a utilidade representada pela agroecologia, que no caso dela seria o maior contato com a natureza e os benefícios relacionados à saúde. Já a agricultora 6, ao comparar a intensidade do trabalho envolvida na sua produção agroecológica com a produção convencional não enxerga diferenças, fazendo com que o balanço penosidade e utilidade seja o mesmo para as duas produções. Há outros balanços penosidade/utilidade realizado pelos agricultores quando avaliam a produção agroecológica, como o apresentado pelo o agricultor 3:

Para trabalhar com agroecologia, com agrofloresta, a gente tem que se fundamentar em quatro pilares, a mesma coisa com a mesa. Para ser exitoso tem que ter fê – acreditar no modelo, no sistema, ter fê, acreditar em Deus primeiramente, que vai dar certo. E tem que ter persistência, tem que ser teimoso – não desanimar na primeira dificuldade que aparecer. O terceiro é tem que manejar, investir em manejo e o quarto é paciência. Quatro pilares. Um SAF, pelo menos para nós da região aqui da Lapa, começa a aparecer os resultados satisfatórios, já pra bom, uns quatro ano em diante. Então tem que aparecer os resultados assim, satisfatórios, já pra bom assim, de uns quatro ano em diante [...] [tirei] noventa dias de férias, e de férias fui trabalhar. Trabalhar fora, dar um ar para a cabeça. Fiquei lá na beira, na região de Floripa, do lado do continente ali [...] faltava um elemento. Faltava um elemento dos quatro fundamentos, faltava um elemento: a paciência [...] Nós teve tempo que caiu a ficha, então é por aí. Daí, voltei, comecei a botar em prática, pronto ... até os eucaliptos mudaram de cor. Os eucaliptos mudaram de cor, as amizades começaram. Porque não adianta, como você deixa o capim passar do ponto de corte, ele transmite informação pro vizinho, se você entrar lá dentro do sistema, uma, com o teu positivo lá embaixo, que vai resultar. Queira, ou não queira. Você não vê, você não pega, mas você sente. A planta não sente? A planta sente mais que a gente. Quando tá tudo negativo em torno dela, o que que vai acontecer? ... (Agricultor 3).

A fala do agricultor 3 centra que a principal dificuldade em torno da agroecologia que a torna mais penosa, quando comparado com a produção convencional, gira em torno do tempo necessário para se ter um retorno produtivo ‘satisfatório’. Mas, ele já apresenta uma solução para lidar com essa penosidade, que é a necessidade de se ter persistência e constante manejo associados à fé e à paciência, o que gera uma utilidade, em sua avaliação, a do

aumento da produtividade de seus cultivos, pois as plantas ‘sentiram’ essa mudança de perspectiva do agricultor. Esse balanço é semelhante ao indicado pelos agricultores 2, 5, 11 e outro pertencente ao Grupo Iguaçu, para os quais a penosidade maior está no início do trabalho com a agroecologia, mas depois que a terra é recuperada e aumenta sua fertilidade o trabalho se torna mais fácil do que a produção convencional (utilidade). Outros aspectos são relacionados à penosidade envolvida com a produção agroecológica:

É como o povo do Egito. Construir algo era preciso esforço, o povo por vezes sentia saudade da escravidão, pois escravo não precisa pensar. Pra ser liberto, não, é preciso pensar planejar. Pra fazer agroecologia é a mesma coisa. É preciso pensar, analisar, tem que participar, ir pra encontro, jornada, isso é um sacrifício. Às vezes você quer ter coisas do capital, mas fica incompatível. Então, é um processo conflituoso (Liderança 5).

A liderança 5, em conformidade com as análises do agricultor 1, esclarece mais dois aspectos tidos como penosos pelos agricultores agroecológicos do Assentamento envolvidos com a agroecologia como a necessidade de construir conhecimento e a participação em eventos e reuniões. Há, principalmente entre os agricultores que possuem produção convencional paralela, uma avaliação em torno da praticidade envolvida com a agroecologia o que pode estar relacionado à produtividade desejada, por mais que essa análise não seja feita em termos monetários. Para esses agricultores a agroecologia pode ser mais penosa por não ser ‘prática’, em função do trabalho manual e/ou ‘intelectual’ da construção de conhecimento agroecológico, fazendo com que os resultados gerados não sejam rápidos, o que pode ser lido como baixa produtividade. Assim, na busca por essa praticidade incluem em seus estabelecimentos a produção convencional baseada no controle e prescrição externas, descando nesses casos a racionalidade instrumental relacionada à mercantilização e externalização.

Mas, dentre aqueles mais adeptos da agroecologia, há o enfrentamento dessa penosidade por meio de experimentações que facilitam seu trabalho, representando um aumento da utilidade, como, por exemplo, colocar a cobertura da terra antes de plantar realizada pela família da agricultora 11 ou fazer a compostagem ao lado da área dos SAFs como apontou o agricultor 3 para evitar de ter que fazer o transporte do composto de uma maior distância ou o teste de diferentes consórcios de plantas como os realizados pelos agricultores 3, 4 e 12.

Ainda há outro fator relacionado à percepção do aumento da penosidade levantado por alguns dos agricultores estudados: o trabalho no verão.

Agora que é mais quente, daí a gente tá fazendo assim. Daí ia todo mundo de manhã pra roça [...] e de tarde fica mais por aqui ou vai na horta, mas vai mais tarde ou lava roupa, limpa a casa ou faço um doce, mas daí é de tarde. [...] Também tanto que hoje nós levantamos cedo e depois voltamos a dormir porque você não guenta depois fazer o serviço (Agricultora 11).

A fala da agricultora 11 indica a importância da autonomia na gestão do tempo do trabalho em épocas em que o calor predomina. Por mais que na tarde dos dias de verão a família pudesse dedicar mais horas à produção, a família prefere ficar em casa, pois para ela ir para a roça significa mais penosidade. A agricultora também diz que nos finais de semana a família prefere praticar esportes coletivos no Assentamento a dedicar todo o tempo para a produção no estabelecimento. Tal situação também é vista nos casos dos agricultores 3 e 4, que, por volta da hora do almoço, preferem tomar um chimarrão e voltar a trabalhar quando o sol está menos forte. Há uma valorização, nesses casos, de momentos de ócio e de lazer com a família ou com a comunidade, ressaltando mais a racionalidade substantiva desses agricultores ao destacar valores como a autonomia, liberdade e flexibilidade em torno da organização do trabalho agrícola familiar. O tempo ininterrupto ou prolongado dedicado às atividades agrícolas significa um aumento da penosidade e uma diminuição da utilidade que elas trariam às famílias. Para aprofundar um pouco mais o entendimento em torno da valorização que os agricultores dão à autonomia do trabalho, apresenta-se mais alguns relatos:

Aqui eu tenho liberdade, eu posso fazer o que eu gosto. Porque eu gosto de fazer o que eu faço. Eu tive a oportunidade de trabalhar fora e tal, mas é para fazer o que eu não gosto [...] Então, esse inverno me aguarda. Vô fazê o inverso da formiga. Eu vou trabalhar no inverno para comer no verão [...] A formiga trabalha no verão, para comer no inverno. Tem que aprender com a formiga (Agricultor 3).

Então, eu não guento trabalhar. Só que a saúde digamos assim, eu tento dormir.. mas não é dor assim, dor grave, não é denso. Eu digo, dor de cadeira, de cabeça, não é denso. Denso é você tá com uma trombose na perna, tá aleijado. Isso para mim, é denso. Ou um câncer, às vezes. Mas dor de cadeira, de cabeça... Só que daí, imagine se eu for trabalhar, for pegar empreitada, ou for trabalhar em uma firma, tem um patrão olhando eu. Daí eu não posso parar. E aqui não... Aqui se der dor de cabeça, eu vou lá e paro. Tempo... hoje eu tava com dor de cadeira. Ontem, eu tive malhando no feijão ali, hoje eu não mexi, com dor de cadeira ... ficamo até meio-dia conversando, daí tá bom... Eu não esquento a cabeça. E, um dia a mais, um dia a menos, não faz diferença [...] Daí aqui, eu levanto, eu levanto cinco horas, tomo chimarrão até oito horas, eu falei, ninguém me manda. E vou trabalhar, e venho almoçar uma hora ... daí eu descanso, umas duas, três horas, daí vou trabalhar umas quatro e meia, até oito hora. Mas eu não faço todo dia isso. Eu faço três, quatro dia e dois dia, uns dois dias e descanso ... Se eu for trabalhar todo dia, eu sei que eu tenho que sair todo dia. Daí eu não tomo chimarrão, não faço nada. Eu levanto cedo e já vou para lá. Lá, nós comemos lá. Mas eu não almoço direito. Não sei, prefiro não ir ganhar lá os 150 e ficar aqui [...] Eu tenho compromisso, mas não tenho patrão. Patrão é uma coisa, compromisso é outra. Tenho compromisso comigo e com a

cooperativa. Daí se eu faço um projeto, vou ter que entregar, né. Agora se eu faço um projeto e não entregar, passa mês, passa dois, passa três, não chega nada do meu produto, aí daí é raro, né. Então, agora eu não tenho patrão, mas eu tenho compromisso. Eu tenho que produzir, então eu sei, que eu tenho que plantar, tenho que depositar as verduras, tenho que molhar ... (Agricultor 4).

Porque daí se você tá fazendo um negócio, você sabe que o retorno disso, é teu mesmo. E lá fora, não. Você tá fazendo um troço, que vai dar retorno, no caso do patrão. Então, e a gente aqui pelo menos, parece que tem mais ânimo assim, vamos dizer, de trabalhá. Se sente realizado, satisfeito, sabe. Porque o que fazê, vai ficar para a família. Lá fora, é isso, trabalha [...] sabe, né? Que o lucro mesmo não é teu (Agricultor 1).

O que se apreende dessas falas é a valorização de não ter ‘patrão’, de poder ter liberdade de decidir o quê, como e quanto fazer. Os agricultores 3 e 4, assim como as agricultoras 2 e 8, esclarecem que a autonomia envolvida no trabalho deles, lhes oferecem mais flexibilidade na forma como organizar suas atividades produtivas de modo que não se tornem demasiadamente penosa. Assim, o agricultor 3 planeja intensificar o seu trabalho no inverno e reduzir no verão, período que aumenta a penosidade, e o agricultor 4, em função de problemas de saúde, pode flexibilizar a sua rotina de trabalho para que não se torne muito penoso. Além disso, os agricultores 4 e 1 enfatizam a importância que dão de não terem patrão e realizar uma atividade produtiva que pertence à família. O agricultor 4 explica ainda que seu trabalho é orientado pelo compromisso que tem com a obtenção de renda da família e com o atendimento do mercado institucional pela Cooperativa, além de ressaltar que mesmo que ganhe menos do que poderia ganhar trabalhando fora, prefere trabalhar com mais autonomia, pois, além de diminuir a penosidade, a diferença de renda não afetará tanto assim o atendimento das necessidades familiares.

Diante do exposto, as famílias analisam a penosidade em relação com a utilidade que o trabalho irá gerar, e o fazem sem, necessariamente, fazer essa análise em termos monetários ou a partir de procedimentos impostos por atores externos aos estabelecimentos. Em síntese, os balanços entre penosidade e utilidade realizados pelos agricultores abarcam enquanto penosidade: o trabalho manual da agroecologia, o trabalho intensificado no início da prática agroecológica, os esforços em torno da construção do conhecimento agroecológico, a participação em eventos, o tempo exigido para se ter retorno da produção e o trabalho realizado no verão. As utilidades que excedem essas penosidades nos balanços realizados pelos agricultores estudados envolvem: a facilidade em torno da ‘limpeza’ dos canteiros, o trabalho menos penoso e produtividade da agroecologia após o período inicial, as melhores condições de saúde proporcionadas por esse tipo de produção, as experimentações que diminuem a penosidade envolvida no trabalho e a autonomia no modo como os agricultores

organizam seu trabalho.

Nesse sentido, os balanços entre penosidade e utilidade aqui percorridos destacam a avaliação subjetiva que cada família faz sobre o trabalho agroecológico, entrelaçando as racionalidades instrumental e substantivas dos mesmos. A instrumentalidade se manifesta ao desejo de produtividade (ecotecnológica) respeitando o tempo da natureza, às experimentações (artesanidade) realizadas a partir do conhecimento agroecológico construído pelos agricultores. E a substantividade está na busca por valores como saúde, à paciência, à sociabilidade, à autonomia e ao compromisso. Mais uma vez aspectos de uma racionalidade ambiental – produtividade ecotecnológica, respeito dos ciclos naturais, autonomia - são vistas entre os agricultores analisados, sendo elas elaboradas de forma consciente pelos agricultores, como demonstrou o relato do agricultor 3.

Especificamente sobre a valorização da ‘autonomia do trabalho’ pelos agricultores, mesmo que haja influências externas (Cooperativa Terra Livre, Rede Ecovida e mercado), há um grande espaço de flexibilização e liberdade em torno da forma como os agricultores organizam o trabalho e seu tempo sem que haja interferências externas (prescrições, procedimentos formais). A liberdade e flexibilidade que possuem na organização do trabalho aproxima a gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos da racionalidade substantiva da lógica de gestão familiar agroecológica. Nesse aspecto, destaca-se a especificidade racional da agricultura familiar e agroecológica, pois se distancia da lógica de gestão empresarial que tende a estabelecer procedimentos ‘externos’ em torno do trabalho a fim de torná-lo produtivo em termos monetários. Assim, a valorização da autonomia pelos agricultores, em conformidade com o observado por Ploeg (2008), busca pela liberdade nas decisões e no trabalho dos estabelecimentos familiares de forma a se precaver de relações de exploração e subordinação geralmente incidentes sobre a agricultura familiar quando em contato com o mercado e sua lógica de gestão empresarial. Ainda, outros dois aspectos específicos do trabalho da agricultura familiar agroecológica são evidenciados na gestão dos estabelecimentos familiares estudados: o cuidado e artesanidade.

d) Cuidado e artesanidade do modo camponês de fazer agricultura na agricultura agroecológica

Conforme Ploeg (2008), a agricultura familiar, em seu modo camponês de fazer agricultura, orienta a sua produção para o crescimento máximo de valor agregado possível na

busca de melhores rendimentos. O faz não só por meio da quantidade do trabalho, mas também por sua qualidade, ao enfatizar o conhecimento e o caráter artesanal do trabalho e do processo produtivo (habilidades) e nos cuidados dos recursos produtivos (*ibid*). O rendimento, continua o autor, se dá na produção por objeto de trabalho, que precisa ser elevado, mas não forçado, para não atrapalhar o bem-estar e produtividade contínuo dos animais, plantas e da família no médio e longo prazo (relação de co-produção). Ploeg destaca que, ao contrário do modo camponês de fazer agricultura, o modo empresarial se sustenta em indicadores externos, do mercado, (custos, preços, tecnologias, escala, especialização e repetição de simples rotinas) na estruturação do processo de trabalho e produção reduzindo a adaptação e processos de (re)modelagem que conduzem à inovação a partir da observação e cuidado com os elementos naturais dos sistemas produtivos.

Ao longo da análise deste processo de gestão (Estratégias produtivas e de renda), falas de agricultores revelaram a artesanidade e o cuidado que se fazem presente em seus processos de trabalho e de produção. Essas falas referem-se, no geral, aos agricultores que possuem todo o seu estabelecimento já convertido à produção agroecológica. O cuidado foi visto na maneira como os agricultores 2, 3 e 4 desenvolvem seus processos de compostagem, como o a agricultora 8 se relaciona com sua horta ou na escolha de cultivos adaptáveis aos insetos locais pelo agricultor x, observado na reunião do grupo Antônio Tavares da Rede Ecovida. Todos esses exemplos desvendam uma observação que os agricultores fazem dos ciclos naturais, da integração dos recursos e elementos que compõem seus estabelecimentos familiares, de forma a incorporá-los de maneira sustentável em seus modos de organização da produção e do trabalho. A seguir acrescenta-se mais um relato que evidencia a relação de cuidado que os agricultores agroecológicos possuem com seus objetos de trabalho:

Mas então a gente faz revisão, que é para ver como que tá o comportamento que vai ter boa produção ou não. A gente faz visita, pelo menos três vezes por semana visitar o apiário, por conta dos predadores, né, que aqui tem bastante animal silvestre que gosta de mel, né ... Duas, três vezes por semana, dia sim, dia não, tem que visita o apiário. Só para deixar o cheiro da gente lá, para os animais se espantarem. Então, esse é rotina ... Mas assim, o negócio que deve ser feito é a revisão. Daí nessas próprias visitas a gente, se ouve a parte dos predadores no apiário, daí a gente socorre as caixas, as abelhas vão embora né. A gente socorre a caixa, para que não pegue chuva, não apodreça até por conta das formigas não se alojarem. Daí a gente faz uma limpeza e faz a ativação para captar o bichano [...] Começa, meados de Setembro, próximo da primavera, até mês de março a gente captura enxame [...] E daí na revisão, a gente faz o seguinte, a gente já observa como é que estão os favos da caixa família, para ver se estão, graúdos. Se já soltou enxame, se ficou o sinal que o alvéolo é grande, então as abelhas são mais poderosas, mais fortes, para aguentar o trabalho [...] Traz aqui para cá, as vezes a gente deixa até um tempo com favo[...] Dai depois que começa já a açucarar, espreme ou deixa não escorrer [...] E em local escuro para evitar a visita delas ... (Agricultor 3).

A partir da explicação de parte do processo de trabalho relativo à extração do mel pelo agricultor 3, é possível observar o cuidado que o agricultor destina a maneira de produzir para ter uma boa produtividade. O agricultor trata o apiário como um objeto de trabalho que precisa de cuidados, como a visita rotineira para afugentar predadores e garantir a manutenção do local (arrumação, conserto, limpeza), além de mostrar o conhecimento sobre a qualidade da produção (alvéolo grande). O mesmo pôde ser observado em uma visita de campo no estabelecimento do agricultor 4, para o qual o cuidado com o seu cavalo resulta na produtividade do animal. O agricultor explicou que se o seu cavalo for tratado de maneira ríspida e não conversar com ele, o animal não fazia o seu trabalho direito. Esses exemplos demonstram que ambos agricultores buscam pelo alto rendimento de suas produções, mas o fazem a partir do cuidado com seus objetos de trabalho, no caso o apiário e o cavalo, considerando suas especificidades, respeitando suas limitações. Esse cuidado é fruto da observação que os agricultores fazem de seus objetos de trabalho, das necessidades que esses possuem, de forma individual, a fim de se ter uma produção de qualidade no médio e longo prazo, garantindo a sustentabilidade e co-produção com seus recursos de produção e trabalho. Assim, esse cuidado desvenda a racionalidade substantiva dos agricultores estudados em torno do uso dos bens naturais, afastando-os da racionalidade instrumental de um modelo empresarial de gestão que estabelece uma relação com os recursos naturais e vivos do estabelecimento a partir da orientação de receituário formal e padronizado externo.

Os exemplos anteriores, apresentados em outros sub-tópicos, que abordaram a artesanidade abarcaram a forma em que os agricultores 2, 3 e 4 desenvolveram seus sistemas de compostagem, a experimentação de consórcios pelos agricultores 3, 4 e 12 ou na maneira como a família da agricultora 11 optou por fazer a cobertura da terra no SAF. Vale resgatar o exemplo dado pelo agricultor 3 que a partir de seus experimentos e observação dos ciclos das plantas verificou os consórcios que apresentam resultado em sua SAF, contrariando as orientações de um pesquisador agroecológico sobre os consórcios que geram resultado na agroecologia. Ou do agricultor 12 que diz nem todas as orientações técnicas ou troca de conhecimento com vizinhos sobre consórcios funcionam na sua terra, levando-o a fazer experimentações próprias ou resgatadas do conhecimento tradicional de seus avós agricultores, como no cultivo do alho, que para o agricultor produz melhor sem estar consorciado. Há um grau de incerteza, como aponta o agricultor 10 quando diz que “... a agricultura é um jogo”, pois “... a natureza viva não pode ser completamente planejada e nem controlada, existirão sempre surpresas - boas ou más.” (PLOEG, 2008, p. 42). Mas, os

exemplos aqui citados revelam a arte que os agricultores passam a dominar as surpresas ao transformá-las em práticas originais de seus processos de trabalho a partir da observação de suas realidades e resgatando conhecimentos tradicionais, permitindo melhorar o rendimento adquirido na agricultura (*ibid*). Outro exemplo da artesanidade é visto no relato do agricultor 4 sobre como desenvolveu seu sistema de irrigação:

[...] Porque daí, além de, joga a água à toa, joga água em dezesseis planta ... E daí, conforme o tipo da bomba que você vai trabalha, ela tem um tanto de dispersão, mesmo se for gotejamento, ela tem um tanto de gotejo que tem que colocar. Que daí, as vezes, conforme a gente vai tirando planta, de repente fica dois dias no canteiro que não tem planta, daí a gente fica boiando, boiando a toa. E no gotejamento ... daí eu molho bem, na hora que tem necessidade. Daí o canteiro que não tem planta, não molha, porque não precisa [...] Então, eu acho que essa estratégia... Regula. Essa estratégia, fui eu que fiz, e deu certo, e eu tenho falado para bastante gente, que eu digo assim, que quebraram os óios agora. Eles compraram bomba muito grande, fizeram um monte de irrigação, daí não tem planta no canteiro. E daí na hora que você liga a bomba, você tem que molhar tudo, senão estoura a mangueira. Então, eu falei para eles, porque vocês não mudam? Colocam uma caixona bem grande, e sorto por prioridade. Com dois metros, você molha qualquer tipo ... (Agricultor 4).

O agricultor 4 narra como desenvolveu uma estratégia de irrigação, socializada com outros da comunidade, que não desperdiça água ao combinar a irrigação por dispersão e gotejamento e utilizá-la conforme a quantidade de água necessária dos canteiros. Situação similar ocorreu com a família da agricultora 11, que criou um instrumento de trabalho para facilitar a semeadura da cenoura, a ‘plantadeira de cenoura’. Ambos exemplos buscam diminuir não só a penosidade envolvida no trabalho, mas aplicar técnicas que consideram as especificidades dos recursos produtivos. São técnicas criadas, desenvolvidas pelos agricultores após a observação de seus ecossistemas e experimentações de como melhor manejá-lo e, com isso, extrair melhores resultados.

Assim, por meio da artesanidade e do cuidado os agricultores agroecológicos estudados são meios que os agricultores estudados para gerar maiores rendimentos. Por meio do cuidado e artesanidade há a concepção, o controle, a construção e reconstrução do “... processo de trabalho (e os muitos recursos, ciclos, tarefas, relações que este implica) ...” (PLOEG, 2008, p. 43). O processo de trabalho não é, como em uma empresa capitalista, uma simples e contínua repetição de tarefas orientada por indicadores externos, mas considera o encontro de diferentes ciclos que estão integrados no ecossistema em que é executado, tornando o trabalho do agricultor dinâmico e maleável diante das incertezas da natureza e do mercado. Assim, o cuidado e a artesanidade do processo de trabalho dos agricultores ligam-se à busca pela autonomia dos mesmos e à flexibilidade inerente ao seu modo de produção,

reforçando, com isso, sua aproximação o modo camponês de fazer a agricultura e a racionalidade ambiental, pois buscam atender suas necessidades por meio de uma relação recíprica com a natureza.

Vale lembrar que dentre os agricultores que possuem produção convencional paralela o cuidado, especialmente, é percebido de maneira mais amena. Como tendem a buscar por praticidade em seu trabalho, não executam suas atividades por objeto de trabalho em que a observação de suas peculiaridades e do ecossistema pelo agricultor são ressaltados. Ao invés disso, os agricultores 1, 6 e 10, por exemplo, buscam por prescrições externas de como realizar os seus trabalhos, traduzidas pela repetição de simples rotinas, de maneira a buscar por meios mais práticos e rápidos. Por isso, conforme já visto anteriormente, esses agricultores utilizam a tecnologia disponível no mercado e adaptam suas produções a ela (maquinário, defensivos agrícolas), reduzindo a complexidade envolvida no trabalho agrícola e apresentando uma outra relação com a natureza em que ela é considerada pelo seu valor de troca e que precisa ser controlada. Nesse sentido, esses agricultores, no que diz respeito ao modo de como executar o trabalho, se aproximam da lógica de gestão empresarial.

O processo do trabalho ainda é permeada pela forma como se dá a comunicação entre os trabalhadores e os possíveis conflitos ali presentes. A comunicação e os conflitos também revelam a orientação racional presente na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos, pois pode trazer elementos do patrimônio sociocultural dos agricultores bem como inserir elementos racionais da modernidade.

e) Comunicação e conflitos na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos

A comunicação em torno da organização do trabalho se dá, no geral, no dia a dia, nos momentos em que a família naturalmente se reúne:

É mais a noite e de manhã que a gente conversa o que vai fazer hoje, amanhã e até no outro dia (Agricultora 2).

Às vezes nós combinemos antes, ou combinemo cedo. Hoje nós viemo mexer na horta. Daí lá na horta, nós cheguemo lá e vemo o que fazemo ... (Agricultor 4).

[...] as vezes na janta, amanhã a gente tem que fazer, isso aqui, isso aqui e aquilo outro né. Daí, no outro dia a gente já sabe né. E daí, no almoço também. Se a gente termina o que a gente fez, até meio dia, daí depois do almoço, nós vamos fazer isso, isso e aquilo (Agricultora 6).

Não, dá para dizer que é da gente. Que nem eu falei, conforme vem a necessidade, que nós vai conversando, vai tentando (Agricultor 1).

Assim, ao contrário de uma gestão empresarial presente em organizações formais em que há um peso expressivo da comunicação e procedimentos formais de trabalho (memorandos, atas, manuais, definição e orientação específica das funções e do modo e de como realizar o trabalho, fluxo pré-definido da comunicação conforme organograma) nos estabelecimentos agrícolas familiares agroecológicos estudados a gestão é predominantemente informal, muito em razão da indivisibilidade entre ambiente familiar e ambiente de trabalho, em que a informalidade das relações familiares imprimem um peso considerável no modo de organização da produção.

As comunicações em torno das decisões referentes à produção, além de seguirem o formato informal e, no geral, envolve toda a família como explica a agricultora 11:

Geralmente quem pensa mais nessa coisa de plantar é o Luiz: ‘ah, vou comprar tal coisa hoje’. Mas eu falo: ‘tem que plantar tal coisa, dá pra comprar uma bandeja disso’. Por exemplo, eu queria plantar berinjela, ‘mas berinjela não vende, ninguém gosta’ ‘gosta, berinjela vende muito’, ‘então, tá bom, vou comprar’. Comprou. As vezes ele não gosta muito, mas eu falo, mas também não insisto. As vezes eu falo e acabo lembrando não dá de deixar só na mão dele ... Mas a gente dá umas ideias, eu e o Mateus falamos ... [na cozinha sou eu quem decido mais], mas pra reclamar tem dois, três, mas a gente vê quando vamos mandar a lista vamos fazer pão do quê? (Agricultora 11).

Por mais que haja nas famílias estudadas a cooperação entre os membros da família não só na execução do trabalho como nas decisões, é possível verificar, como visto no relato da agricultora 11, uma divisão do trabalho familiar fruto dos costumes, do patrimônio sociocultural da agricultura familiar. A análise dos dados colhidos a campo permitiu observar que essa divisão é feita conforme o gênero e a idade dos membros das famílias. Os jovens (entre 12 e 29 anos) tendem a assumir menos responsabilidades do que os adultos na gestão dos estabelecimentos familiares e se envolvem mais na execução de atividades em torno da criação de animais, do pasto e do trabalho doméstico. As atividades relacionadas aos controles de gastos, vendas e das atividades produtivas e ao trabalho doméstico são empreendidas, predominantemente, por mulheres. Já as atividades agrícolas executadas no estabelecimento são realizadas mais por homens do que mulheres, sendo a presença das mulheres destacadas na horta/agrofloresta e na criação de animais. As atividades relacionadas à poda de árvores, controle de pragas, ao preparo do terreno, ao adubo, à irrigação, ao cultivo de grãos e pasto são executadas, predominantemente, por homens.

O que se nota é que atividades que demandam maior penosidade (ex.: uso da enxada e o preparo da terra para as plantações), denotem insalubridade (ex.: uso de caldas e

agrotóxicos) e o uso de maquinários e equipamentos são executadas, no geral, por homens. Ambos os gêneros realizam na mesma proporção atividades vistas como menos penosas que utilizam menos equipamentos e ligadas às vendas. Já as atividades domésticas e aquelas que envolvem a observação de detalhes, como a seleção de produtos, ou aquelas relacionadas ao controle são realizadas mais por mulheres. Ainda, a liderança 2 avalia que tradicionalmente os trabalhos sempre foram destinados às mulheres, como a horta, mas como no Assentamento a horta/agrofloresta se tornou a principal fonte de renda das famílias, mais homens passaram a se envolver com essa atividade.

A natureza das atividades executadas por homens e/ou mulheres e por adultos e/ou jovens, no geral, reproduzem aspectos do patrimônio sociocultural dos agricultores estudados, o qual é permeado por uma relação de hierarquia, poder e machismo dentro das instituições familiares, em que adultos homens tendem a assumir mais atividades agrícolas pesadas e/ou aquelas que representam a maior fonte de renda familiar e a concentrar as decisões das atividades produtivas e vendas, assumindo, no geral, o papel de gestor da unidade de produção. A ressalva fica na presença de mais mulheres realizando o controle das atividades produtivas e de venda (preenchimento dos documentos exigidos para a certificação e o controle de gastos e vendas). A esse respeito, foi observado a campo que, como esses controles são, geralmente, exigências externas não totalmente apropriados pelos agricultores homens, pois ou não são acostumados ou não enxergam a necessidade de realizar essas atividades, eles são assumidos ou delegados às mulheres. O que se percebe é a manifestação de aspectos instrumentais (hierarquia) e substantivos (poder e machismo) não circunscritos somente ao patrimônio sociocultural das famílias agricultoras, mas são aspectos fortemente presentes na cultura moderna e, conseqüentemente, em diferentes formatos organizacionais da atualidade.

As diferenças existentes entre gênero e gerações ocasionam, muitas vezes, conflitos nas famílias e na comunidade, conforme pôde ser observado nas entrevistas realizadas. A agricultora 11, por exemplo, observa que serviços em torno do trabalho doméstico recaem mais sobre as mulheres da casa, enquanto os homens, por mais que sejam chamados a colaborar ‘fogem do trabalho’. Já a agricultora 8 chama a atenção para o machismo presente na comunidade:

Mas daí eles não vem. Não sei se é porque eu sou mulher, porque pra mim é difícil conseguir as coisas. [...] Daí eu pedi ajuda para eles, eles tem um tratorista e tudo que sobe, mas aqui eles não [...] Não sei. Se é porque acham porque eu sou mulher, que é, são muito machista ... E daí, não veio para mim e daí eu meio que abandonei

[...] Deu para entender, uma mulher sofre na mão dos machista. Eu acho que tinha que trocar, sei lá, por uma mulher lá mandando ... Tinha que trocar. Tirar os homens e colocar as mulher [...] Nossa, a gente, se sente muito jogada para trás pelos homens. Porque eles, ah mulher não vai fazer isso, não vai fazer aquilo. Ah, mulher não dá conta. Ah, ela não sei o que. Ah, daí eu fico com raiva. Acham que porque é mulher. Mulher também dá conta do trabalho, né? (Agricultora 8).

A agricultora 8 é uma mulher solteira que vive em seu estabelecimento familiar com seus dois filhos, uma criança e um adolescente. Ela reclama que os responsáveis pela Cooperativa Terra Livre, em sua maioria homens, apresentam dificuldades para que ela consiga agendar o uso de maquinários e equipamentos em sua unidade produtiva, o que diminuiria a penosidade envolvida com o trabalho consideravelmente. Ela atribui esse comportamento ao machismo presente nas relações comunitárias, o qual relega às mulheres a ideia de não terem capacidade de realizar certas atividades. Ainda a agricultora acredita que as mulheres deveriam assumir mais postos de comando na comunidade para mudar essa relação desigual de poder.

O MST defende que a igualdade socioeconômica reivindicada pelo movimento abarca a igualdade de gênero e ao longo de seus anos de existência criou coletivos e setores de gênero, composto por mulheres, para avançar no debate do tema nas instâncias e criar condições para uma participação igualitária das mulheres nos demais setores (MAFORT, 2014). Mesmo que as agricultoras 2 e 11 vejam que a atuação do MST sobre a questão de gênero (criação de setor e encontros entre as mulheres) tenha influenciado em uma mudança de comportamento das mulheres, ainda persiste o machismo. A esse respeito a agricultora 2 avalia que

As mulheres pegaram muito trabalho e não querem mais participar de reuniões, de mobilizações, de nada [...] Agora conseguimos de novo mais quarenta por cento de mulheres, outras já não querem saber mais de nada, ‘isso não dá em nada’, ‘o marido não deixa’, ‘tenho que ver com o meu marido se ele deixa e aceita’ e os homens ‘vocês não porque só vão lá pra falar mal dos homens’ e não sei o que, então ainda tem um machismo forte (Agricultora 2).

Apesar do movimento ter envolvido e promovido o debate da igualdade de gênero, as ações se voltavam primordialmente às mulheres. Isso, conforme pode ser analisado do relato da agricultora 2, levou com que as mulheres passassem a assumir mais responsabilidades, se sobrecarregando ainda mais sem que haja, de fato, uma reconfiguração das relações de trabalho ou familiares. Também, a partir do relato, se observa é a ausência de uma substancial mudança no comportamento dos homens, os quais manifestam descontentamento com a participação das mulheres nessas ações. Conclui-se, dessa forma, que as ações do MST no

local tem apresentado limitações na direção da igualdade das relações de gênero. Isso também pode ser visto nas ações voltadas para o desenvolvimento da agroecologia, uma vez que a Agroecologia enquanto movimento e teoria também defende e atua para alcanças relações igualitárias de gênero.

Vale lembrar que tanto o movimento e teoria agroecológicos quanto o MST são lutas emancipatórias forjadas na modernidade e que a inclusão em suas ações e discursos da defesa das relações igualitárias de gênero se deve à compreensão de que para o alcance dos objetivos que almejam é imprescindível a participação em todas as esferas. Na agroecologia, conforme visto no trabalho de Petersen *et. alli* (2017), há o entendimento de que o trabalho doméstico e de cuidados executado pelas mulheres produzem valor e são essenciais para a reprodução social das economias agrícolas familiares, mas foram ocultados pela economia clássica e neoclássica, como também invisibilizados e desqualificados economicamente pelo fenômeno da globalização que propagou a ideia de que o trabalho deve ser mobilizado somente para a produção mercantil e pela cultura masculina patriarcal do trabalho “em favor da preservação do poder masculino como único gerador de riqueza, provedor e gestor das necessidades familiares” (*ibid*, p. 21).

Essa ocultação e invisibilidade parece ser ainda mais latente nas instâncias organizativas do MST e nas ações de promoção da Agroecologia do Assentamento, principalmente aquelas ligadas à Rede Ecovida, os quais se focam mais no estímulo de setores de mulheres e/ou em regras de participação paritária nos espaços de discussão e decisão. Assim, as organizações substantivas do Assentamento tendem a focar suas ações na esfera pública da vida das famílias, gerando resultados aquém do esperado para o avanço das transformações da cultura patriarcal e da invisibilidade das atividades econômicas ligadas à reprodução familiar (trabalho doméstico para o autoconsumo e cuidados). Nessa mesma direção Ramos (2017) e Silva (2016a) apresentam as conclusões de seus trabalhos em torno da análise da influência da agroecologia na transformação das relações de gênero. Ramos (2017) enfatiza ainda que a adoção da Agroecologia não gera uma mudança automática das relações de gênero nos âmbitos familiares e comunitários e Silva (2016a) destaca que, apesar de maior participação nas decisões, às mulheres ainda é relegado um papel secundário nos debates sobre as estratégias produtivas e de ações tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

Quanto aos conflitos geracionais, a agricultora 11 explana desacordos entre pai e filho em torno do trabalho produtivo “... [o meu filho], às vezes, ele foge assim [do serviço]. O

[meu marido] fala pra ele fazer uma coisa daí ele vai lá e faz outra, mas geralmente vai”. A esse respeito o agricultor 3 entende que “[...] desde que o mundo é mundo, que os filhos seguem os pais [...]Não o pai seguir o filho [...]Porque, se for dar na balança, a experiência conta.”. E as agricultoras 2 e 5 relatam:

Que família que não tem isso de ‘fez errado aqui’, ‘não era desse jeito’ e ‘quer do teu jeito e não do meu jeito’. As vezes, o Antonio com os piá ... Antonio é bem exigente com as coisas [do paiol] até as ferramentas tem que está no lugar certo e se botou as coisas em outro lugar não onde é que tava já tem discussão ‘porque não botou no lugar?’, ‘porque não deixa aqui que é o lugar certo?’ em toda família tem ... (Agricultora 2).

Eu já acho que nós já somos empresa. E a empresa você tem que ter a responsabilidade. Não é porque eu e ele saímos, que elas não têm que fazer o que nós deixamos para elas fazer [...] E, às vezes, vai brincar e deixa tudo... E daí, eu, como não sou a mãe. Eu parece.... acabo vendo assim ... Aí, aquele negócio... Gera um certo descontrole [...] eu achava que ele também tinha que fazer mais, né? Olha, eu. Eu, ele chama mais atenção do que eu ... (Agricultora 5).

O que se percebe nessas narrações, mais uma vez, é a não distinção entre o ambiente de trabalho do ambiente familiar, sendo o ambiente familiar permeado por valores presentes no patrimônio sociocultural dos agricultores em que as decisões dos pais, aqueles dotados de mais experiência, ofusca as opiniões e ações dos filhos, tidos como menos experientes. Essa relação não fica circunscrita nas relações familiares, mas invadem também as relações de trabalho fazendo com que a participação dos filhos nas atividades e decisões produtivas seja limitada, levando, muitas vezes, com que eles procurem outra terra para trabalhar ou emprego assalariado fora do estabelecimento familiar, e no caso de parte das mulheres, o matrimônio. Especificamente no caso do sul do país, conforme indicado por Matte, Spanevello e Azevedo (2010), a pouca participação dos filhos no processo de tomada de decisão das unidades produtivas leva a sucessão tardia, em que os filhos somente assumem maiores responsabilidades em casos de morte ou aposentadoria do ‘pai’. Além disso, continuam os autores, aprofunda-se a perda de autonomia quando se compara o tratamento destinado a filhos homens ou mulheres. Os autores esclarecem que as filhas são as que mais deixam a terra da família em função da desvalorização das tarefas realizadas por mulheres e a falta de perspectivas das mesmas em herdarem a terra quando possuem irmãos homens⁵⁸.

⁵⁸ Além da relação com os pais, Matte, Spanevello e Azevedo (2010), elencam outras razões levadas em consideração pelos filhos para saírem do campo como: a baixa remuneração do trabalho da agricultura familiar quando comparado a outras possibilidades, a penosidade envolvida no trabalho, possibilidades de pluriatividade, a falta de terra, o desejo de continuar os estudos nem sempre voltados à realidade rural, dificuldades de acesso ao lazer, falta de apoio e incentivo governamentais para a permanência dos jovens, a desvalorização social da profissão do agricultor familiar.

Castro (2009) acrescenta que apesar do jovem ocupar um lugar privilegiado nos discursos de organizações voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, como é o caso do MST, isso não ocorre nas práticas, pois ainda permanecem as relações hierárquicas que enxergam o jovem como aquele que carrega o peso da transitoriedade. Desarte, os conflitos geracionais, diferentemente aos de gênero, são mais comuns em ambientes em que os limites entre trabalho e família não são tão claros, como é o caso dos estabelecimentos familiares.

O que se apreende desses relatos é que, diferentemente de uma empresa em que, no geral, não há parentesco entre trabalhadores, o ambiente é estritamente voltado para atividades produtivas e a resolução de conflitos se dá por meio da imposição da decisão dos que estão no topo da hierarquia; na gestão dos estabelecimentos familiares esses conflitos tendem a recuperar o peso do patrimônio sociocultural das famílias em um ambiente em que as relações familiares e laborais se encontram mescladas e, por isso, mais suscetíveis a serem subjulgadas por valores morais e comportamentos tradicionais que resgatem as práticas hierárquicas que diferenciam o poder entre gêneros e gerações diferentes. Além disso, apesar das organizações substantivas ligadas às famílias agricultoras agroecológicas estudadas, institucionalmente, incorporarem o debate e ações destinadas à igualdade de gênero e maior participação dos jovens, essas são restritas ao público minoritário, não havendo um trabalho prático no seio das famílias ou nas práticas administrativas das próprias organizações. Tal situação faz com que apesar da igualdade – racionalidade substantiva ligado tanto ao patrimônio sociocultural dos agricultores quanto da modernidade – ser um tema presente no cotidiano dessas famílias, ela ainda é trabalhada de maneira insuficiente pelos diferentes atores da agroecologia observados neste trabalho, fazendo com que a hierarquia e o machismo ainda tenha força entre eles.

5.3 FORMAS DE CONTROLE

Esse processo também comporta um meio utilizado pelos agricultores para o alcançar o principal objetivo de seus estabelecimentos – o atendimento das necessidades familiares. Controles apóiam o acompanhamento e planejamento do uso dos outros meios de produção vistos no processo de gestão anterior (tópico 5.2). Optou-se por analisá-lo porque o controle em torno das atividades econômicas de organizações é um tema recorrente e importante nas teorias administrativas, sendo ele considerado uma das atividade-chaves do gestor. Nele estão

compreendidos o controle de procedimentos e os instrumentos contábeis. Esses últimos, conforme Brandão (2016), são usados para verificar como está o desempenho econômico-financeiro do patrimônio para apoiar tomada de decisões dos gestores das atividades econômicas a eles responsabilizadas. São instrumentos que avaliam a situação atual e comparam com o que foi planejado de forma a possibilitar o controle de desvios e auxiliar futuros planejamentos (*ibid*). Contudo, há um reconhecimento pela autora de que a lógica de contabilidade capitalista quando localizada no meio rural, em muitos aspectos, não adere ou está sintoniza à forma de gestão agroecológica.

Assim, por mais que a autora defenda a importância da incorporação de informações contábeis (formais e informais) na lógica reprodutiva dos agricultores agroecológicos em que uma análise mais refinada em torno da produção e comercialização sejam realizadas, ela, em consonância com Brandenburg (1999), também defende a necessidade de se construir um conhecimento contábil que considere a lógica de funcionamento da unidade de produção familiar.

O descompasso entre as ferramentas contábeis com a realidade da agricultura familiar e agroecológica é algo possível de também ser verificado nas outras ferramentas de controle estudadas pela ciência administrativa, uma vez que elas tendem a se voltar para o uso de empresas formais e são baseadas em critérios capitalistas (GUERREIRO RAMOS, 1989). Tendo em vista essa situação, esse processo de gestão procura desvendar as formas de controle dos agricultores familiares agroecológicos estudados no que tange, primeiramente, às suas rendas e, na sequência, os controles internos e externos relacionados às suas produções.

5.3.1 A renda do estabelecimento familiar agroecológico e seus usos

A renda obtida pelas famílias estudadas tem como principal propósito a garantia da reprodução familiar, como aponta o agricultor 4 quando discorre sobre o destino da principal renda da família:

É, hoje a horta mesmo. A renda da horta mais, é para se manter, né? É para comprar as coisas que não produz. É, tipo assim, trigo, nós não produz trigo, arroz [...] Fazer limpeza, essas coisa, tudo que precisa. Vai no dentista. Dinheiro para ajudar os filho que tão estudando, daí a gente ajuda, uma coisa ou outra, a gente ajuda. Minha filha gasta 400 reais para estudar, para ir e voltar ... É. Então daí é o dinheiro que leva, para se manter na escola. E daí roupa, calçado [...] Que nem, é muito calçado, roupa assim. Eles não tem o ganho deles, né? ... Da horta é para isso [...] (Agricultor 4).

Dentre os casos estudados, o peso da família na destinação da renda obtida pela venda dos alimentos produzidos é grande, mas não é o único destino, pois os agricultores também precisam reinvestir na produção, como explica a agricultora 2 “A gente junta tudo e vê o que é prioridade agora tem que comprar adubo, calcário, muda, comprar uma semente pra plantar, pagar umas horas máquinas, comprar alguma pra casa ou roupa, é algo que a gente conversa o que tem que fazer com o dinheiro se tem que pagar, receber ou comprar.” e os agricultores 1, 7 e 12:

Aqui é tudo nós, né? Vamos dizer assim, na verdade, eu não tenho controle de dado. Entra o dinheiro e daí, nós vamo vendo as necessidade e as prioridade e daí que ... É que nem, caso, vamos pegar o exemplo agora, a questão do início das aula, tem material escolar, roupa, nove reais [conta] de energia elétrica, e vai se somando tudo isso. Vai ... O que sobra a gente guarda. E claro, daí tem um ou outro investimento que você vai... Que nem na lavoura, ou na casa, ou num móvel, isso daí ... (Agricultor 1).

A gente vai paga o mercado, as comida da casa. Paga os mercado para a produção. E vai levando. Paga luz. Junto tudo e paga tudo [...] Sim, eu e a criançada, fomos e tiremos. Uma vez tiramos uns mil e poucos ... só de feijão [...] Daí agora que eu pedi o adubo que é 500 e pouco, vou pagar as contas da criação, os gado. Tem que organizar as contas, porque agora a gente vai começar a plantar para entregar de novo. E daí, em uns cinco dias, eu colho de novo e controlo até colher as verduras (Agricultora 7).

Vai comprando as coisas, quando é necessário [...] Primeiro é comer, né? [...] luz é essencial. [...] [depois] compra muda, compra semente, às vezes [...] também tem o esterco, que nós paga para Cooperativa (Agricultores 9).

A gente vai cumprindo, com o que precisar, né? ... Pagando conta, né?... As despesas da casa... investimento que tem que fazer... Porque, que nem, tem investimento no lote. Tem que é... limpar ... Tem manutenção ... Manutenção dos equipamentos, limpeza, gasolina, as coisas que a gente usa: muda, adubo ... Comprar o milho para os bicho ... Eu tenho um tanquinho ali de peixe, tem que comprar a ração para o peixe [...] Ah, eu acho que primeiro [pagamos] o que é de casa mesmo, né. A da luz, alimentação... Daí [depois] você vai comprando e vai investindo aqui [...] É manutenção, semente para plantar, para produzir (Agricultores 12).

Esses relatos explanam que os ganhos da família se destinam tanto para as necessidades da família quanto para a produção do estabelecimento, mas há, no geral, a prioridade de se pagar primeiro as contas e necessidades de casa e da família e depois as contas da produção, pois a reprodução familiar é posta como prioridade. A esse respeito os dados coletados pelo campo coletivo revelam que a porcentagem média da renda destinada às necessidades das 54 famílias entrevistadas é de 46% contra 30% que é destinada aos gastos com a produção.

A forma de organizar os gastos é feito por meio da análise do que consideram prioridade para pagar como indicam as agricultoras 2, 5, 6, 9, 11 e 12. As agricultoras 5 e 6 ainda expõe que também não há distinção no emprego da renda proveniente de suas diferentes produções. A agricultora 6 explica: “Daí, qual que entra primeiro, você vê a conta que você mais tá, né? ... É, e você paga”. Ainda, é comum perceber a junção da renda de diferentes membros da família para arcar com os gastos familiares e da produção, como relata a agricultora 8 sobre os seus ganhos e de seu filho:

[...] Se eu tenho uma dívida que eu tenho que pagar já, eu junto o dinheiro dele e o meu, e nós vamo e pagamo [...] É, ele mesmo diz: tá aqui, vamo lá e pagamo a dívida, para o não sujar o nome né. Aí, que nem agora, ele tinha um celular, por 1500 o celular dele, foi escolher. Daí eu ponhei no meu nome, mas daí, as minha dívida, eu já dei para mim pagar. Mas agora o que ele fez, o que ele faz, ah ele mesmo, eu vou pagar meu celular em prestação. Aos pouquinho eu pago. Ele fez em 10 vezes. Mas assim mesmo, se ele se apurar, que não tem dinheiro, eu rateio todo [...] Ele guarda né. Deposita numa conta. Daí ele diz: mãe, a hora que precisar o dinheiro tá aqui. Daí se eu preciso, pruma tal coisa, ele diz: mãe, pega o dinheiro, deposita lá, vamos e pagamo junto. Daí se ele precisa, eu pego o meu e pago para ele (Agricultora 8).

O que se nota a partir desses exemplos é a continuação de um traço do camponês na agricultura familiar agroecológica atual, que é a renda indivisível, como postulado por Chayanov (1974) e reafirmado por Wanderley (2009) e Ploeg (2008; 2015) ao analisarem a agricultura familiar contemporânea. Trata-se da renda familiar obtida pela venda da produção somada aos ganhos de outras atividades efetuadas pelos membros da família para a provenção tanto os recursos produtivos quanto as necessidades de consumo familiares. Nos casos estudados, como pôde ser observado na análise do processo ‘Objetivo(s) do estabelecimento familiar agroecológico’, os recursos produtivos adquiridos se voltam, principalmente, como meios para atender as necessidades familiares.

A renda familiar, como prefere chamar Ploeg (2015), é analisada de maneira diferente de um empreendimento capitalista, “[...] pois é impossível separar, do resultado obtido com a produção, parcelas autônomas e particulares que corresponderiam ao salário, ao lucro e à renda da terra” (WANDERLEY, 2009, p. 152). Nesse sentido, distingi-se dos cálculos contábeis, os quais, como explica Brandão (2016), procuram separar o que é patrimônio pessoal do patrimônio da instituição ou das atividades econômicas. O agricultor 4 retrata essa diferenciação:

[...] Que nem, nós entregamo verdura, nós entregamo milão na entrega ali, de hoje. Chegemo hoje, fizemo uma compra de tarde, que nem, nós sabemo o preço que nós vendimo né. De tarde, marcamo alí e olhemo, fizemo milão de entrega. E o que que entreguemo? Entreguemo dez caixas. Daí fizemos uma conta, se entregar toda semana essa quantia, a gente ganha 4 mil por mês. Com os desconto e tudo lá, vai dar 3500 [...] [Descontamos] Daí o quanto de adubo, nós usemo [...] isso só conta para fora [...] (Agricultor 4).

O que se percebe é que o agricultor desconta os gastos da produção relacionados aos insumos comprados de fora do estabelecimento do que a família ganha por mês. É um cálculo similar ao da agricultora 8 que desconta de sua renda a taxa de colaboração da Cooperativa Terra Livre (15% do produto entregue), a compra de mudas e adubos, a luz e a hora/máquina. O que se nota é de que não há uma consideração dos custos relacionados aos insumos produzidos internamente, ativos internos (animais, equipamentos, maquinários, estoque) ou da mão-de-obra familiar, como atenta a agricultora 11 “A gente sabe que tem mão de obra, mas não contabiliza quantos reais é da mão de obra ... [calcula] Mais os custos de fora” e o relato da agricultora 5:

Que eu não sei ainda, para fazer esse negócio da mão-de-obra ... A hora. Porque nós aqui, nós tem que fazer uma conta de tudo que nós ganha, de tudo que nós gasta, de tudo e tudo e tudo. Ver essa sobra, para ver o quanto que nós ganha por hora. Eu não sei fazer isso [...] eu não posso, tipo assim, colocar: eu ganho um salário x. Não, eu tenho que ganhar, eu tenho que fazer a conta de tudo que eu vendo, de tudo que eu gasto. De tudo, de tudo, de tudo (Agricultora 5).

A fala da agricultora 5 esclarece um pouco mais como esse cálculo é feito. A família soma a renda de todas as fontes por ela acessada, depois desconta desse total a soma de tudo o que gasta em compras fora do estabelecimento, inclusive parcelas de crédito acessado. O resultado dessa conta é considerado por ela o salário da família, porém não se trata de um salário calculado a partir de categorias econômicas capitalistas, mas de um rendimento chamado por Thorner (1966) e Ploeg (2015) de produto familiar. Um dado coletado pelo questionário coletivo reforça esse aspecto: quando os agricultores foram perguntados sobre os gastos que possuíam com a produção não houve menção de custos relacionados aos ativos internos, insumos produzidos dentro do estabelecimento ou à mão-de-obra familiar. Esses recursos são encarados por seu valor de uso, ou seja, pela utilidade⁵⁹ que proporcionam ao

⁵⁹ Ressalta-se que o uso do termo utilidade para explicar o comportamento econômico do camponês, conforme pretendeu Chayanov (1974) e Ploeg (2015), não é o valor-utilidade postulado pela economia neoclássica, a qual, atenta Petersen *et. alli* (2017), compreende que a utilidade de um bem produzido gera um valor de troca expresso em mercadorias autônomas, sem origem ou história. O ‘valor-utilidade’ na economia camponesa é o valor de uso dos bens produzidos pela família: a qualidade, características e uso concreto que proporcionam na vida produtiva e familiar sem, necessariamente, associar valores de troca a esses bens (PLOEG, 2015).

estabelecimento familiar como a redução dos gastos externos explicada pelos agricultores 2, 4, 3, 5 e 6 ao compreenderem que a contratação de empregados temporários e/ou compra de insumos externos reduz o produto familiar e com isso o atendimento das necessidades familiares. Outros valores relacionados ao uso desses recursos está no apoio à reprodução da mão de obra familiar (autoconsumo), conforme levantam os agricultores 2, 3 e 7 ou na virtude relacionada ao trabalho familiar (trabalho árduo e dedicado), segundo explana a agricultora 5 ao considerar que a família precisa ‘trabalhar duro’, pois assim podem ter uma vida de maior qualidade (melhores condições para atender as necessidades familiares).

Dessa maneira, os agricultores agroecológicos estudados ainda se valem do cálculo sugerido por Chayanov (1974) e reforçado por Ploeg (2015), em que da renda familiar indivisível, equivalente à soma de todos os rendimentos da família, descontam-se apenas os gastos realizados com dívidas e a compra de produtos e serviços originados de fora do estabelecimento, seja para a produção seja para a família ou domicílio. A constatação da renda indivisível pode ser observada nas análises de Roesler (2009) quando explica que o agricultor faz o controle do seu jeito, muitas vezes ‘de cabeça’, onde estima os custos totais e diminui eles do que foi vendido, sem que esteja aí incluído o custo de mão-de-obra familiar. Nesse sentido, não há nessa conta a consideração do lucro ou outros cálculos que medem a produtividade dos recursos e nem a equivalência de ativos internos, insumos produzidos internamente ou do trabalho familiar a valores de troca em que o mercado é a referência, como seria em um empreendimento que se aproximasse mais do modelo empresarial. Vale lembrar que a referência do mercado para a valoração dos recursos produtivos é visto por Ploeg (2008) como uma aproximação a análise de economistas neoclássicos em torno da agricultura familiar.

Destarte, o que se enxerga, no geral, é a busca por uma renda que atenda tanto as necessidades familiares quanto às produtivas anuais para atender os compromissos de venda, demonstrando que o comportamento econômico de unidades que reúnem no mesmo espaço produção e consumo tende a apresentar especificidades. É o que os agricultores entrevistados indicaram quando exporam uma quantia aproximada de quanto a família precisaria receber por mês. Os valores variam entre R\$ 500 reais à R\$ 4.500,00 dependendo do tamanho da família e os planos de cada uma delas.

Rapaz, eu acho que eu precisaria de uns 600 reais [por mês] ... Para pagar, por exemplo, luz, água, combustível pra casa, da agrofloresta. Para manter a luz, a gente gasta bastante, porque tem bomba a luz. É mangueira, assim que eu vou cuidando,

puçando a mangueira, mas por causa da bombinha na luz [...] E sem contar os gastos do carro né [...] (Agricultora 8).

Porque a gente produz, a maioria das coisas a gente tem que comprar né. Que nem, café, farinha, sal. Todas essas coisas, a gente não produz ... Calçado ... Ó, nós tivemos conversando desde essa semana. Nós tava achando que, para nós, ter uma tranquilidade financeira assim, teria que estar ganhando uns três mil reais por mês ... Eu acho que daí sobraria alguma coisa para ir guardando e até exagerando ... [pra investir no] Morango. Ou de repente, até mais lavoura, ou horta, sei lá. Tem que viver da renda, né? (Agricultor 1).

Eu que dou conta dessa parte, de dividir o dinheiro [...] Aí, eu falo assim. Bom, então é assim ó: Nós vamo... eu faço a conta, de quanto eu preciso por mês, para mim pagar minha dívida, no final. Eu vou tirando do mês [...] Do ano todo. Eu... a conta minha, eu faço o que, lá em novembro, eu já. Tá, novembro. Nós tamo em Janeiro, então tá, de janeiro a novembro. Quanto que eu vou precisar por mês, aqui na mãozinha, para mim chegar lá e ter. Então tá, eu preciso de dois mil. Beleza, então dois mil aqui [...] E daí, agora sim. Deu 2500? É três. Daí esse dinheiro que entrou. Esse um que sobrou, daí que nós vamos fazer [a manutenção dos equipamentos] (Agricultora 5).

Nessas falas percebe-se que os agricultores indicam uma meta financeira mensal para poderem pagar os gastos relacionados com a família, a casa, o dia a dia da produção e, no caso da agricultora 5, para arcar também com as parcelas do crédito rural acessado. A diferença fica na fala do agricultor 1 que, após discorrer sobre os gastos familiares, também insere em sua meta financeira um valor para poupar e no futuro investir na produção do estabelecimento.

Quando os agricultores conseguem poupar, esse dinheiro tem uma variedade de destinos, a depender da necessidade de cada estabelecimento familiar, como bem retrata o agricultor 3:

[Hoje, a sobra] que vai acumulando: então, eu não mexo [...] Claro, mas a gente gasta. Se quiser mamão, a gente gasta. Só que, com isso eu aprendi, tô aprendendo também, que não vou ter o caixa dois, mas o segundo caixa [...] Na caderneta de poupança, caixa né [...] Porque a gente tem máquina, tem a moto, a roçadeira, a motosserra, o forrageiro, a bomba-da-água, as duas hortas né. No caso eu tenho um engenho de cana, que é outro motor. E tem o freezer, tem a máquina de lavar – que são motores né, tem a geladeira. Caso vai estragar um desses? O freezer tá cheio de... Tem que ter, tem que ter [poupança]. E de preferência, nem lembrar que existe [...] Bem, você sabe como é que é né? A gente, de certa forma, a gente acaba por tabela, ajudando a piaçada na cidade. Às vezes aperta [...] Tá no plano de tirar, de tirar 50% do que tá contratado, viver com 50%, tipo assim, eu produzir, eu tenho direito para 68 mil por ano. Mas eu não tenho carreira para produzir tudo isso aí [...] 30% do capital de giro, tipo para dar continuidade na atividade e 20% pra comprar, por exemplo, um micro-trator, daí dos 50% fica trator, material de irrigação, também investir em açude [...] Investimento ... Eu preciso produzir 30.000 por ano [para poder investir] ... (Agricultor 3).

O agricultor 3 explica que depois que paga as contas se há sobra ele pode gastar com a aquisição de produtos que normalmente não compra (mamão), ou deixar na poupança para eventualidades ou ajudar um filho que esteja precisando. Ele indica que planeja guardar para investir na produção do estabelecimento por meio da compra de maquinários, equipamentos ou aumento da estrutura e faz um cálculo de quanto necessitaria ganhar no ano para poder ter recursos para realizar esse investimento. Mas, algumas vezes os agricultores sofrem perdas de produção em função das intempéries o que ocasiona a falta de renda para dar conta dos gastos do estabelecimento, como explica a agricultora 2 “[...] às vezes dá uma seca e morre tudo ou planta e não nasce bem, ou na hora de colher dá uma pedreira então na roça corre risco de seca, muita chuva, pedreira ou vento [...]”. A essa instabilidade outra é acrescentada: é comum os agricultores relatarem atrasos no pagamento dos produtos entregues nos mercados institucionais, em especial no PNAE, mesmo que a maioria dos entrevistados assertem a preferência por esses canais em função da venda garantida, melhores preços e facilitação no transporte do produto pela Cooperativa Terra Livre. A esse respeito, o agricultor 4 enfatiza que “O PNAE nós tem um problema de atrasar três, quatro meses sem pagar. Daí, eu entrego um monte de produto lá, e não consigo receber. Como é que eu vou comprar a muda? Daí, quando entra dinheiro para eu comprar muda, eu tô devendo.”.

Nessas situações em que não há renda suficiente para arcar com os gastos prioritários (casa, família e da compra de insumos da produção), os agricultores recorrem a diferentes fontes, como: a venda da força de trabalho fora do estabelecimento (‘fazer diária na produção de vizinhos’), a venda da sobra da produção em municípios vizinhos, a poupança, o empréstimo de familiares ou de bancos, a venda de animais, deixam atrasar o pagamento de contas, ou, conforme indicaram os agricultores 3, 5, 7, 9 e 11, cortam gastos menos urgentes como o uso de transporte próprio ou idas à cidade ou determinados produtos comprados no supermercado.

Assim, diante do exposto sobre a meta financeira, a sobra e a falta de recursos econômicos, pode-se dizer que, mais uma vez a especificidade do comportamento econômico do camponês é percebido, pois os agricultores investem na produção e no estabelecimento quando não há riscos para o atendimento mínimo das necessidades familiares. Há, dentre os agricultores, o anseio de tornar o trabalho em seus estabelecimentos menos penoso e mais produtivo por meio do investimento em capital. Entretanto, esse investimento somente é realizado quando não há diminuição do atendimento das necessidades familiares. Nesse sentido, a maneira como os agricultores calculam suas rendas e gastos (renda familiar

indivisível), traz uma imbricação da racionalidade instrumental e substantiva posto em prática por eles. Há um cálculo específico empregado em torno dos ganhos dos agricultores, indicando sua instrumentalidade, mas que é diferente de empreendimentos empresariais, pois não incluem categorias capitalistas como o lucro, taxas de investimentos, salário, ou renda líquida. A instrumentalidade também fica por conta de se conseguir uma renda suficiente (meta financeira) para atender as necessidades da família e da produção. Já a racionalidade substantiva se encontra na centralidade da família quando a renda é avaliada, pois a priorização dos gastos relativos à reprodução da família é posta acima de se obter melhores condições para a reprodução do negócio, algo estranho a empreendimentos capitalistas que somente se focam na ‘saúde econômico/financeira’ do empreendimento produtivo.

Outro aspecto que mescla instrumentalidade com substantividade pode ser percebido no valor de uso dos recursos internos produzidos no estabelecimento e do trabalho familiar. Ao invés de considerá-los por um valor monetário, eles são percebidos pelo valor do uso que possuem no estabelecimento, diferindo da lógica de gestão empresarial que imprimiria a todos os recursos do estabelecimento, independente de sua origem, o valor de troca do mercado e a possibilidade de serem vendidos no mercado de capitais. Como explica Ploeg (2008), para o agricultor é o valor do recurso disponível que gera a renda, recursos que não são vistos, percebidos ou tratados como capital, uma vez que são recursos vistos pelo valor que eles permitem à atividade agrícola e podem, no longo prazo, virar aposentadoria ou ponto de partida para as novas gerações. Por isso, ativos internos e a mão de obra familiar, geralmente, não são valorados monetariamente, mas encaradas pela qualidade, características e uso concreto que proporcionam, gerando utilidade ao estabelecimento. Essa percepção do valor, continua Ploeg, juntamente com os outros fatores indicados por Kerblay (1966), Thorner (1966) e Bernstein (2009) – capacidade de intensificar seu trabalho quando necessário, de reduzir preços de venda, de ter maior produtividade da terra (rendimento por área) do que extensões de terra maiores e de gerar maior empregabilidade -, viabiliza a atividade do agricultor familiar no curto e longo prazo e concede a ela eficiência, equidade e maior poder de competitividade quando comparada à empreendimentos capitalistas.

Ademais da especificidade econômica com que os agricultores agroecológicos estudados lidam com a sua renda familiar, há outros aspectos que ajudam a esclarecer as formas com que esses agricultores executam controles relacionados aos seus estabelecimentos, questão discorrida no próximo tópico.

5.3.2 Controles internos e externos envolvidos nas produções dos agricultores estudados

Os dados coletados a campo permitiram verificar uma mescla entre controles realizados a partir de uma referência externa com controles construídos e/ou desenvolvidos pela observação e experimentação dos agricultores. Dentre os exemplos de controle externo, o mais evidente se encontra nas relações dos agricultores em transição agroecológica com os compradores de suas produções convencionais, como é o caso da agricultora 6, cuja família produz tomate e pimentão convencional:

Daí [a irrigação] é por gotejamento, o adubo, para tomate e pimentão [...] isso tudo daí é o cara, o mesmo que pega, que é o [comprador], daí ele desconta. Quando a gente manda o produto, ele já desconta ... Do que ele vende, o adubo, semente... Aham, desconta tudo daí. [...] Assim, como, quando a gente elimina uma estufa né, ali naquela estufa, vai 150 pé, né? Tanto de tomate como de pimentão. Daí, ali você elimina aquela, daí, ou você liga para ele, ou manda o motorista que pega o produto, né? Ó, aquelas estufa ali já, né, tá vazia. Daí, ele faz todo um planejamento. Ele lá. Faz todo um planejamento, para ver se aquele produto, não vai ir fora. Porque ele trabalha assim. Ele planta, mas faz todo um planejamento, com os contrato, pros produto, para não perder produto. Porque daí, a produção que der né, seja pouca, seja média ou seja grande... Ele vai levar. Só que daí, ele faz todo esse planejamento ... ele fala, então espera mais um mês, quinze dias, e daí eu levo as muda e vocês plantam ... daí ele faz um planejamento, do nosso produto, para nós plantar. Porque daí, a gente vai ter gasto, né? Pagar as muda, pagar os adubo que vem, né? Para gente não ter... o prejuízo né. Deixar produto fora ... ele planeja só, porque através do planejamento, dele planejar as vendas, que a gente planta ... ele faz o contrato, conforme as venda que ele tem, ele faz contrato com os mercados né. Vende no mercado. Daí, ele passa para a gente, o tanto que a gente tem que plantar. Para ele não perder os cliente, e a gente não perder o produto. Porque plantamo ali, se a gente encomenda um monte de muda, e não tem venda, você perde né. Então, ele faz todo o planejamento, né? ... Daí eles vêm, que nem ele falou, daí já planeja para a gente não perder o produto. Porque a gente paga muda, paga o adubo que vai, né? Daí ele já planeja ali, para a gente não perder né [...] Que as vezes tá nessa, de sobe e desce. Que nem o tomate. O tomate teve uma época, que ele tava bom. Mas daí, teve uma época que caiu, que nem agora mesmo né. Agora, o tomate tá lá embaixo né. Até nós queria até que arrancasse, porque temos ali, duas estufas produzindo, e não tinha renda, né [,,] Que nem, agora nós tamo entregando o [tomate] cereja. Que tá... que nem aquela estufa que eles fizeram, que tá ali, é porque tivemos que arrancar. Que daí, o preço tava muito baixo, não compensava. E daí, como nós tinha outra nova, começando a produzir, nós tivemos que arrancar aquela para ... para manter a outra, que era mais nova ainda ... (Agricultora 6).

O que se vê é o planejamento da produção da família realizado pelo comprador do produto, em que ele estabelece a quantidade da produção que deve ser vendida, atrasando, muitas vezes, a venda do produto se não atingir a quantidade planejada, da qual é descontada os insumos e estrutura que a família compra por ele. O argumento que a agricultora utiliza é que o atraso na venda se dá para que a família não saia no prejuízo, pois se a quantidade produzida é pequena dentro do tempo inicialmente acordado, o desconto dos insumos e

estrutura adquirida do comprador vai ocasionar uma perda financeira para a família. Porém, ela também esclarece que há uma dependência do preço de venda desses produtos ao valor praticado no mercado, gerando uma instabilidade. Então, para além da quantidade produzida, a família fica a mercê do valor do mercado desses produtos, fator que influencia nos atrasos de entrega do produto ou mesmo, como ela alega, causa a perda da produção quando a venda não compensa. A mesma família produz leite para um laticínio da colônia de Witmarsum, e a relação com o laticínio é similar: há desconto dos insumos comprados da empresa pela família na hora da venda, há a compra de um mínimo de litros de leite a cada coleta e há exigências da empresa em torno do padrão de qualidade.

Já os agricultores 1 e 10, que também possuem produção convencional, mas de grãos, possuem menos controles externos do que a agricultora 6 sobre como realizar a produção ou na aquisição de insumos e estrutura. O controle externo mais evidente, nesses dois casos, é referente ao preço de venda do produto que é estabelecido pela Cooperativa de grãos, compradora dos produtos dos agricultores, cuja referência é o valor das *commodities* no mercado internacional. A compra de insumos e estrutura não são mediados pela Cooperativa, mas são adquiridos em agropecuárias e seguem o modelo convencional, que é estipulado por técnicos agropecuários. Nesse sentido, nessas três famílias, mas com maior intensidade na da agricultora 6, destaca-se uma relação de dependência com o mercado nas produções convencionais em que as prescrições externas de como, de quanto produzir e a que valor vender são centrais. Essas prescrições se baseiam em produções em escala, com alta produtividade, compra de insumos e uso de tecnologias externas, exigências externas de qualidade do produto e no preço de venda praticado no mercado. Nessas relações restringe-se o espaço do agricultor de decidir sobre sua produção, estando ele dependente do que é orientado pelos agentes do mercado, aproximando esses casos da externalização e mercantilização.

Os canais convencionais de comercialização acessados ainda tendem a definir os produtos a serem produzidos pelos agricultores. Pode haver uma procura dos compradores pelos produtores de forma a estabelecerem contratos, mesmo que informais, para a produção de alimentos que interessem aos primeiros, como também pode haver a produção de alimentos que tradicionalmente já é realizada pelos agricultores (grãos) e que possuem já canais de comercialização estabelecidos com os quais os produtores têm maior familiaridade. Porém, concomitantemente a determinação externa da produção, foi possível verificar entre os agricultores convencionais critérios próprios, verificados internamente ao estabelecimento

familiar, para a definição do que é produzido:

Porque pra pequena propriedade, hoje, se você for ver, na questão de custo e lucro, o feijão é o que mais ... ele dá uma margem maior. Porque o milho, a margem é muito pequenininho. Então, você tem que plantar muito para tirar alguma coisa. Então, comparando com o feijão, você planta menos. E pelo preço dele, ele te dá muito mais dinheiro que o milho, e no caso, a soja. E, às vezes, você tem que plantar, meio que para fazer a rotação de cultura. Porque se ficar só plantando uma cultura, gera muito desgaste [do solo], essas coisa ... A gente retira a parte que usa, o restante tem que vender, né? Você não vai absorver tudo, consumir tudo na tua propriedade (Agricultor 1).

Gera a planta, você pensa. Vou plantar feijão, vou plantar milho. É o que tá mais ou menos em conta, agora. Agora, nós podia plantar de volta, mas acho que não vamo plantar, porque o milho tá muito... O clima, né? ... Dizem que o milho não vai mais subir, vai abaixar. Então não compensa... Depende do tempo também ... Talvez não vai nem brotar ... Porque se você gasta na lavoura ... que nem ano passado teve, a produção não dá conta ... Não, nesse ano, a tendência é cair (Agricultores 10).

[...] porque com essas estruturas que a gente tem montando. Se for montado mais, a gente ia ter que pegar funcionário né. Daí a gente não ia dá conta, só nós. Mas eu acho, que com essas estufa ali, mais a horta, eu acho que não precisa (Agricultora 6).

O agricultor 1 compara os preços pagos pelo mercado convencional de grãos para o feijão e o milho e os custos envolvidos com cada cultura e define uma delas – o feijão – como a mais viável financeiramente. Além disso, ele destaca que também considera no seu planejamento produtivo critérios ambientais, como a rotação de cultura para não desgastar demasiadamente o solo, e outros critérios mais típicos das economias camponesa como a separação de parte da produção para o autoconsumo. Os agricultores 10 avaliam os custos e preço de mercado dos grãos em função do clima, para verificar a viabilidade de cultivar determinada espécie em dado momento, demonstrando a prevalência de critérios econômicos na escolha de seus cultivos. A agricultora 6 revela a preferência do trabalho familiar nas produções agroecológica e convencional de seu estabelecimento, sugerindo que a contratação de funcionário acarretaria custos indesejados pela família. Assim, na definição da produção dentre os agricultores em transição agroecológica, verifica-se tanto critérios instrumentais - econômicos (comparação preços e custos; consideração da produção para o autoconsumo e priorização do trabalho familiar no estabelecimento) quanto critérios ambientais (não desgastar o solo), revelando com isso traços da racionalidade ambiental, mesmo que em menor intensidade do que em agricultores totalmente agroecológicos. A racionalidade ambiental se manifesta na utilização da racionalidade instrumental em torno de cálculos econômicos tanto mais afinados com a lógica capitalista quanto a camponesa, mas em relação com a racionalidade substantiva presente na preocupação de que a produção afete a

regeneração de sua base de recursos naturais.

E quando as produções agroecológicas são consideradas é possível observar com mais clareza a mescla entre controles internos e externos que trazem, respectivamente, aspectos da racionalidade instrumental próprias dos agricultores e do mercado. Por exemplo, quando questionados sobre como controlavam a quantidade produzida de seus sistemas, os agricultores 6, 8 e 11 revelaram que realizam esse controle por meio de orientações da Cooperativa Terra Livre sobre quantas mudas precisam plantar por semana para alcançar a quantidade que comercializam por meio da organização. Mas, trata-se de um planejamento imbricado com a experiência dos agricultores, uma vez que outros agricultores, como os 2, 4, 7 e 11, também recebem esse planejamento da Cooperativa, mas responderam o mesmo questionamento esclarecendo que se baseiam nos conhecimentos adquiridos pela experiência. Para a agricultura 11 “É mais ou menos a quantidade de quilo ou maço que sai por semana pra sacola e pros projetos você planta umas duas bandejas e analisa a quantidade que deu é pelo plantio. Porque você planta duas bandejas e deu tanto, mês que vem vou ter que plantar mais tanto.”.

Outros fatores frutos da experiência dos agricultores também influenciam no controle da quantidade plantada como o tamanho da terra, conforme levantam os agricultores 1 e 4. A esse aspecto o agricultor 1 esclarece que “Vamos supor, o alqueire, o que que nós coloca mais ou menos? Uns 10 de adubo, feijão uns 15 de adubo e uns 10 de ureia, no caso do milho e do feijão. Então, você já tem que saber, com a possibilidade de plantar dois alqueires, tem que saber que tem que comprar ...”. E ainda os agricultores planejam e controlam a produção ao longo do ano em conformidade com as estações do ano, conforme observam os agricultores 6 e 10, havendo uma redução no inverno e aumento no verão. Os agricultores também revelam que mesmo que saibam a quantidade que precisam plantar para atender os canais e as necessidades da família, geralmente plantam a mais para vender na comunidade ou para fazer frente às intempéries climáticas.

Assim, mesmo que haja uma prescrição externa sobre a quantidade a ser plantada pela Cooperativa, os agricultores também se valem da racionalidade instrumental presente nos conhecimentos e procedimentos criados e/ou desenvolvidos internamente, afastados de orientações técnicas externas, como: i) o conhecimento adquirido pela experiência sobre a quantidade de mudas a serem plantadas para atingir determinada quantidade de produto; ii) o equilíbrio dos fatores de produção, em conformidade com o levantado por Ploeg (2015) a partir de um resgate das ideias chayanovianas, em que o agricultor relaciona a quantidade a

ser plantada com o tamanho da terra e, como visto no processo de gestão anterior, com a mão-de-obra disponível (familiar, parcerias, mutirões ou empregados temporários); iii) o conhecimento dos ciclos da natureza em que o agricultor prevê o que plantar em cada estação e sabe o comportamento da produção em cada época do ano; e iv) a produção de uma quantidade a mais de segurança para fazer frente a intempéries climáticas e venda em outros canais de comercialização.

Ainda é possível verificar outro aspecto instrumental próprio da racionalidade econômica específica do agricultor familiar, conforme levantado por Ploeg (2015): a prevalência de um planejamento produtivo de curto prazo, geralmente anual, em que se planeja o que produzir no inverno e no verão. Esse planejamento de curto prazo (anual) também é visto na compra dos insumos. No geral, os agricultores dizem que pela experiência compram insumos duas vezes ao ano, e que a compra é feita no momento em que percebem que redução do estoque que possuem, como explica a agricultora 11:

Os adubos toda vez que a gente faz os canteiros a gente vai plantar mudinha já tem que por daí você vai no paiol e se os sacos já tão diminuindo você tem que encomendar. E as mudas também enquanto você vai colhendo tem que ter um plantando, um médio lá pra colher e um colhendo essa é o ideal toda semana você vai tendo, mas daí a gente vê vou precisar plantar mais duas bandejas, três bandejas. Agora tá meio desfalcado porque a gente parou (Agricultora 11).

Os agricultores possuem controles próprios para a compra de insumos e formação de estoque, como o indicado pela agricultura 11 de verificar quando o adubo está acabando ou de saber que sempre que colhe os produtos precisa de mudas para ir já realizando novas plantações. Por um lado, difere de ferramentas de controle de estoque presente em empreendimentos capitalistas, já que não se realiza um planejamento prévio conforme as previsões de vendas para prever e organizar o orçamento anual para a compra de insumos. Por outro lado, para a realização dessa compra os agricultores 1, 3, 5, 8, 11 e 12 ressaltam a importância de terem capital de giro. Como visto no tópico anterior, os agricultores, no geral, priorizam o atendimento das necessidades familiares no uso de suas rendas para então investirem na produção (que posteriormente é destinada ao cumprimento das necessidades familiares), e quando se encontram em uma situação de instabilidade (intempéries, ataque de ‘bichos’ e atraso de pagamento pela venda de seus produtos) apresentam dificuldades de atender possíveis planejamentos realizados previamente. Assim, apesar de procurarem ter recursos disponíveis para a compra de insumos (capital de giro), as instabilidades que

circundam suas atividades econômicas fazem com que os agricultores tendam a organizar seus orçamentos em prazos mais curtos ainda (por vezes por um período de poucos meses, quando não só por um mês). A restrição de capital de giro pode ser percebida no momento de compra dos insumos externos:

Agora, ultimamente, conseguimos fazer por boleto. Daí eles entregaram, e a gente só pagou o frete para eles trazer. E daí, em duas vezes, fizemo no boleto para a gente pagar depois, né. Daí saiu o dinheiro do PAA também, para pagar né. Se não ... Eu tenho que receber do projeto, ir no banco e pagar [...] Fica para frente... Daí é no boleto, né? [...] (Agricultora 8).

Assim, dependendo da renda familiar que possuem no momento em que necessitam adquirir mais insumos, os agricultores ou compram a vista ou, como foi relatado pelos 12 agricultores entrevistados, pagam por meio de boleto de forma parcelada, pois é comum o atraso do pagamento da produção vendida ao mercado institucional. Nesse sentido, essas situações de instabilidade, somada a renda indivisível dos agricultores, acabam por reforçar aspectos complementares da racionalidade instrumental expressada por esses agricultores. Há um planejamento produtivo e orçamentário de curto prazo comum da economia camponesa ao lado da geração de dependência externa representada pela realização de créditos para cumprir com as vendas acordadas e o atendimento das necessidades da família, fator que aproxima os agricultores de prescrições externas e, com isso, da externalização.

Por fim, outra situação em que há a imbricação entre formas de controles externas e internas referentes às produções agroecológicas é o planejamento produtivo dos agricultores. No caso dos mercados institucionais, houve uma avaliação da Cooperativa e de lideranças do MST em torno das produções que os cooperados estariam mais aptos a realizar para atender a demanda desses canais, optando-se pelas olerícolas e frutas cultivadas em um sistema integrado de horta e agrofloresta. As olerícolas e frutas cultivadas para a comercialização nesses canais são escolhidas dentre as relações que os mercados institucionais disponibilizam em editais para atender a demanda de consumo de um ano inteiro, sendo necessário, conforme determinações da Cooperativa, de que haja um mínimo de variedade por produtor (até cinco produtos no PAA). A possibilidade de escolha de produtos oferece, nesse sentido, certa liberdade para que os agricultores agroecológicos possam introduzir outros critérios de escolha dos produtos a serem comercializados, sem que sejam, necessariamente, estritamente econômicos. Tal situação também pode ser percebida dentre os agricultores que acessam canais de comercialização de produtos agroecológicos de maneira individualizada (sacolas e

mercado municipal de Curitiba). O quadro 4, a seguir, expõe os critérios utilizados pelos agricultores dos casos estudados em torno de seus planejamentos produtivos para atender os mercados agroecológicos.

QUADRO 4 - CRITÉRIOS LEVANTADOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS PARA DEFINIR OS ITENS A SEREM CULTIVADOS EM SEUS ESTABELECIMENTOS PARA ATENDER OS MERCADOS ALTERNATIVOS ACESSADOS

(continua)

Relatos dos agricultores sobre como planejam suas produções	Critérios utilizados
<p>Tem que ter essa variedade. Então, a gente nunca consegue, nem o que eu tenho hoje, os itens, no projeto para entregar. Mas é difícil eu entregar os oito itens. Só se eu planto no mesmo dia, tudo as coisa. Mas é difícil. As vezes numa semana, eu vou plantar uma coisa, na outra, outra [...] Mas, uma coisa que você tinha que analisar um pouco, é de plantar menos cultura. Que nós por exemplo, nós fizemo lá, eles pedem muita coisa. Que a gente quer plantar meio que tudo para conseguir um bom preço. Mas daí se a gente for plantar tudo isso, dá problema daí. Dá problema no dia de colher. Só que é difícil a gente ter tudo as coisa e colher no mesmo dia. [...] Mas para nós seria importante plantar cinco litro de chão. E, daí mais, uns 30 dias, plantar mais cinco. Se for plantar milho verde. E daí, ele dá uma diferença, de 15, de 20 a 30 dias ... Se plantar tudo junto, tem que colher tudo de uma vez só ... O milho verde, ele é uma semana apurado, na outra ele já, ele tem que andar sabe. Ele é, o milho verde é complicado. Se eu botar lá, meio quilo de milho verde, é, às vezes, tem que pegar outra pessoa para ajudar a colher. Não compensa (Agricultor 4).</p> <p>Então tem que procurar não pagar gente e trabalhar, mais ou menos, com... meio ver, as culturas assim, que dá menos serviço na hora de colher ... É, que nem tem, agora nesse projeto, pra nós pegar para a merenda, é, subiu muito o preço das coisa. Daí quem botou, que nem batata-doce, ela demora três, quatro mês. Daí também, na hora de colher, é mais fácil de colher. Que nem cenoura, cenoura não é difícil. Cenoura é difícil de limpar, cenoura. É difícil de limpar, difícil de fazer, tem que rasgar ela, isso é o mais difícil (Agricultor 4).</p> <p>Eu já tenho uma lista. Só que uma lista grande, sabe? E dentro dessa lista, que eles tem, a gente tira, o que mais nós dá certo. O que a gente já tá mais acostumado a plantar, o que a gente tem mais habilidade, sabe? E... que a gente conhece mais um pouco, né. E o que é mais fácil para nós, por causa da nossa quantidade de gente, de entregas assim. Eu não planto vagem, assim. Entendeu? Nós não plantamos vagem. Ela fez um dinheiro bom e tal, mas para nós é difícil plantar vagem, porque ela vai muita mão-de-obra e talvez o que ela dá, não cobre nossa mão-de-obra (Agricultora 5).</p>	Menor penosidade
<p>É, também tem que ser alguma não tão difícil, por exemplo, batatinha todo mundo quer comprar só que a batatinha ... primeiro que não é fácil achar semente então você tem que tá preparado que você vai fazer calda e passar calda se não ela não vai dar então batatinha nós não plantamos porque dá muito serviço e quando dá muito serviço nem sempre compensa o preço. Daí a gente pega a batatinha lá da Julia que ela produziu bastante coloca uma margem em cima e vende (Agricultora 11).</p> <p>Sim. Quando a gente vai plantar cenoura todo mundo quer cenoura no PNAE, na sacola, beterraba e essas coisas. Só que a cenoura ela é bem enjoada pra nascer depois que ela nasceu e você limpou ela vem embora, mas até se a terra pega sol quente ela morre então as vezes você perde semente, perde tempo então nós não colocamos cenoura e não damos conta de produzir só dos clientes nosso dá muito. Você tem que ver que as vezes o preço do projeto não compensa muito, porque a cenoura é por quilo e nós vendemos por maço as vezes o maço que a gente vende sai melhor que o quilo, o maço é meio quilo de cenoura então tudo você tem que avaliar (Agricultora 11).</p>	Penosidade x preço

QUADRO 4 - CRITÉRIOS LEVANTADOS PELOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS PARA DEFINIR OS ITENS A SEREM CULTIVADOS EM SEUS ESTABELECIMENTOS PARA ATENDER OS MERCADOS ALTERNATIVOS ACESSADOS

(conclusão)

Relatos dos agricultores sobre como planejam suas produções	Critérios utilizados
<p>A facilidade de produzir, porque aqui em casa tem a facilidade de produzir bem cenoura, mas a beterraba é mais difícil e daí na vizinha produz mais beterraba, mas não é produzido cenoura então é conforme a propriedade, terra de cada um. Eu sei que eu tenho possibilidade de produzir, sei que produz bem alface, almeirão, a rúcula eu gosto de plantar porque toda semana eu entrego e a cooperativa organiza e daí ... (Agricultora 2)</p> <p>Eu uso também as verduras que mais saem aqui [...] Eu gosto mais de plantar o repolho, o almeirão, couve [...] Só que a gente não pode escolher o que a gente quer. Que nem ontem mesmo, eles vieram, daí eles pedem, batata-doce, querem cenoura, beterraba. Então é uma coisa que não dá bem aqui. Mas tem que fazer um pouco, o gosto deles também ... Que lá fora, eles querem muito isso (Agricultora 7).</p> <p>[...] a gente quando você tem que priorizar o que você põe no projeto. Por exemplo agora fizemos esse projeto ... nós colocamos abóbora, abobrinha e beterraba então claro que você tem que plantar aquilo pra entregar nós já estamos plantando as beterrabas, mas você define muito pela época, por exemplo, no inverno você não pode plantar tomate tem que plantar o que é mais do inverno ... (Agricultora 11).</p>	<p>Culturas que se adaptam ao solo e/ou clima local</p>
<p>Não, é depende da necessidade, né. Você acaba mais plantando para os dois né, [pro autoconsumo e pra venda]. Que nem, a horta, dá para os dois. Já para os outros negócio, a gente nem pensa né, já que vai ter que plantar bastante (Agricultores 10)</p>	<p>Autoconsumo e venda</p>
<p>Eles pedem daí se a gente produz e vendeu uma vez bem você sabe que o cliente gosta daquilo, por exemplo, a abóbora se fosse por nós ninguém dava bola se fosse plantar só pra nós seria ali um pé pra fazer um doce, mas agora como a gente vende bastante a gente não vence plantar abóbora porque vende muito ... Tem, esse negócio da abóbora é uma. A gente plantava assim, mas quando a gente vendeu uma vez e viu que dava que saía ... Teve, teve algumas coisas assim diferentes, por exemplo, coentro porque é mais do norte, mas o pessoal pede. Ervilha que não é tão comum o pessoal pede daí a gente procura plantar se consegue tudo bem, a ervilha to com a semente ali é só plantar. (Agricultora 11)</p>	<p>O que o cliente/canal pede</p>
<p>Na verdade você tem que procurar a realidade do local, por exemplo, aqui antes a gente acha que só o leite era solução, mas não. Aqui no lugar onde a gente tá se fazer tudo certo, tudo vem. Aqui é um lugar bom pra comercialização é longe uns sessenta quilômetros, poderia ser mais perto aqui na Lapa, mas não lá é o lugar que vende melhor. O que você fizer mesmo por aqui se você tem um pão pronto, uma verdura bonita, uma fruta o pessoal vem comprar 'eu não tenho isso no lote e você tem, quero comprar' e o pessoal vem assim. (Agricultora 11)</p> <p>Ele foi lá, conversou, daí tem um rapaz lá, que ajudou muito ele, sabe? Tipo assim, ensinou ele: 'não, aqui é assim, assim, assim'. Então, tem que chegar assim. O horário e tal. Mostrou tudo para ele. E daí nós começamos a trabalhar, e daí começamos tudo de novo [...] É, foi assim os contatos. E agora... Hoje, ele não quis ir lá mais. Ele só foi lá uma vez. Foi lá, conversou, pegou os telefone e tudo. Hoje, ele só liga. É o trabalho dele [...] Aham. Então, ele só liga lá, vende e tal. E daí... a parte que falta, aqui dentro do assentamento, daí, eu entro em contato, com o pessoal que produz. E daí, nós buscamos e levamos, né? (Agricultora 5)</p>	<p>Análise do mercado local e arredores</p>

FONTE: A autora (2018).

A partir dos relatos apresentados no quadro 4, é possível aferir que os mercados institucionais possuem aspectos que aproximam os agricultores agroecológicos da externalização, pois exigem a certificação de produtos orgânicos, definem os preços a serem pagos pelos itens comprados e determinam listas de produtos que influem na determinação dos sistemas produtivos dos agricultores. Contudo, há uma margem de escolha pelos agricultores dos produtos a serem comercializados, significando um espaço de maior

expressão de autonomia, o que facilita a inserção de outros critérios em torno do planejamento produtivo deles que não sejam os estritamente econômicos relacionados ao mercado, como os apresentados no quadro 4. Os agricultores avaliam a penosidade envolvida nas culturas a serem escolhidas ou quando definem as culturas também em função do autoconsumo ou quando consideram as condições do solo e do clima. Mas também é possível ver a ponderação desses critérios com a externalização por fazerem com que as ações técnica-administrativas sejam baseadas na prescrição e controles externos, como: planejar as culturas e respectivas áreas de plantio em função do maquinário disponível no mercado, a consideração das preferências dos clientes (mercados institucionais e canais individualizados), a análise do mercado local para planejar o que produzir ou a avaliação entre os custos envolvidos com uma cultura que envolve maior penosidade e o valor de mercado dela.

Dessa maneira, constata-se uma relação dinâmica da racionalidade instrumental de diferentes modelos de agricultura, fazendo com que os agricultores ora caminhem em direção a critérios comumente associados a gestão empresarial capitalista ora em direção a critérios comumente encontrados na gestão econômica camponesa. A autonomia e dependência, a avaliação da penosidade e custos de produção ou maquinário disponível, autoconsumo e desejo do mercado, ao invés de se contraporem, caminham lado a lado, se encontram em uma relação balanceada nas decisões dos agricultores. Também adiciona-se aí o componente ambiental quando agricultores consideram em suas escolhas aspectos como as culturas que melhor se adaptam ao solo e/ou clima locais, indicando uma relação de complementariedade com a natureza. A mescla dessas racionalidades quando associadas a critérios ambientais, destaca a racionalidade ambiental de parte dos agricultores analisados, pois a consideração da natureza é feita de maneira reflexiva na conjunção com outros critérios de forma a optar por critérios que reafirmam a sustentabilidade de suas ações.

5.3.2.1 Cálculos realizados pelos agricultores estudados

É recorrente a realização de cálculos desenvolvidos pelos próprios agricultores a partir da experiência que adquiriram ao longo do tempo em torno da observação de como se comportam suas produções e/ou, complementam Brandão (2016) e Roesler (2009), pela troca de conhecimentos efetuados com outros agricultores, parentes, vizinhos ou agentes de mercado. Por exemplo, a referência que eles possuem para fazer o cálculo de quantas mudas precisam plantar é a quantidade de produtos que necessitam entregar nos canais de

comercialização, como explica o agricultor 4 “Porque nós sabemos assim, quantas bandejas, quantos quilos vai dar. Plantando repolho, eu sei quantos quilos vai dar. Eu coloquei 500 de repolho lá no projeto, então eu plantei uma bandeja, se der 30 mais de 500 quilos eu vou vender.” Outro exemplo está no controle de venda de produtos ou no controle interno das necessidades da família:

Eles querem alguma coisa, dizem: na próxima semana, eu quero isso, isso e isso. Daí fica na cabeça, ah o fulano quer isso, quer isso, então dá para preparar [...] Às vezes eu sei, fulano encomendou isso, fulano encomendou aquilo. Daí eu já preparo tudo certinho, pegar tudo o que eles querem [...] Se para fazer a compra do mês, eu nunca levei lista assim [...] (Agricultora 7).

A agricultora 7 explana que todo o controle de produção e venda, bem como das compras da família, faz ‘de cabeça’ sem a necessidade de se apoiar em ferramentas mais elaboradas para acompanhar e controlar essas atividades. A agricultora 11 também realiza controles próprios e informais para analisar o preço dos seus produtos vendidos em relação ao gasto “O pão se você for ver se for só de farinha não compensa que daí é tudo comprado, mas como a gente sempre acrescenta um ingrediente que a gente tem e também não vende tão barato então a gente faz as contas e ainda compensa ... Nós estamos vendendo a sete, mas quando nós tiver o nosso silo vamos vender a mais que daí já vai ter uns ingredientes a mais e mais puros”. A agricultora ainda reconhece a agregação de valor que seu produto terá quando for integralmente produzido em seu estabelecimento e também esclarece, como visto no tópico anterior, que não considera nessa conta o valor da mão de obra familiar ou de insumos e ativos internos.

Por mais que a maioria dos agricultores não utilizem ferramentas de controle mais elaboradas para apoiar a gestão de seus estabelecimentos produtivos, fazem anotações para calcular quanto precisam plantar e/ou receber da Cooperativa ou ainda para contabilizar os gastos que realizaram, conforme verificado nos relatos a seguir:

Ah, tem coisa que eu anoto, que eu marco ... Na horta, eu tenho um planejamento, feito uma vez ali. É, até na questão, se precisar, vamos supor, entregar um x de quilos de alface. Então, nós tinha um planejamento, de quanto plantaria por mês, ou por semana, para atingir ... Hoje não. Mas daí, como nós não tamo fazendo horta. Daí esse outro controle, nós fizemos, do que nós tamo recebendo né. Que nem a [minha companheira] na CONAB e eu, daí a gente tem que ... É que daí nós tínhamos uma anotação em casa, no caderno ... Então no caderno, nós tinha tudo anotadinho, marcadinho, tudo certinho ... é um caderno ... [anotamos] o que foi plantado, eu já tinha vamos supor, a parte. Mas daí, era o que você entregava na semana e tal. Daí para ter uma noção de preço, você já sabia mais ou menos quanto

... tirando as porcentagens, você sabia quanto ia receber (Agricultor 1).

Tenho um caderno ... eu controlo um pouco e o [meu companheiro] o outro. Conta de luz, internet e essas coisa é ele que cuida. Dos carros é ele que cuida. Daí eu cuido mais das contas internas ... O [meu filho] controla o que vai receber dos clientes das sacolas. A cooperativa sou eu que é no meu nome, daí sou eu que mais converso ... Olha se você fizer mil você gasta mil, se fizer dois gasta dois. É muita coisa, tem vezes que a gente paga e nem se deu conta assim, mas é muito dinheiro assim muita continha. E às vezes você vai na cidade e aquilo você não marcou e você se lembrou, daí não tava marcado e você se lembrou e acabou comprando. Daí às vezes vai o dinheiro que você ... (Agricultora 11).

Assim, há cálculos próprios apoiados em anotações em torno de um planejamento produtivo e de vendas como expõem os agricultores 1 e 11. São controles informais, não sistemáticos, mas que ajudam no acompanhamento dos agricultores sobre suas atividades econômicas e apoiam as suas tomadas de decisões. O que se vê nas formas de cálculos e controle citados acima são maneiras específicas que se distanciam das comumente utilizadas em empreendimentos capitalistas. A diferença nesses exemplos está na desconsideração na formação do preço do produto do valor da mão-de-obra, dos ativos internos ou dos insumos produzidos internamente (são recursos tratados pelo seu valor de uso), no desenvolvimento de cálculos mais simplificados em torno do controle de vendas e produtivo, no planejamento a curto prazo e na informalidade dos modos de controle. Tal diferença reforça a especificidade da racionalidade econômica dos agricultores estudados.

Apesar dessa especificidade nas formas de controle, foi possível verificar casos em que há cálculos ou o apoio em ferramentas externas em que se dá o uso de registros e cálculos econômicos mais aproximados da lógica de gestão empresarial entre agricultores que se submeteram à capacitações ou “[...] viveram a experiência com outras atividades econômicas” (ROESLER, 2009, p. 226). Um caso é a análise de viabilidade econômica que a agricultora 5 realizou em torno da venda do leite convencional:

É, a Qualitá, o que que tá acontecendo com quem tá vendendo leite hoje. Você vai comprar a ração, se eu não me engano, não tenho tanta certeza, mas parece que a ração tá 56 [reais], um saco de 40 quilo [...] Para cada três litro de leite [produzido], você dá um quilo de ração. Quanto que dá o leite ali? [...] Quarenta e seis centavos. Isso só a ração. Quarenta e seis centavos. Aí você imagina, um quilo de ração, você vai dar para cada [três] litro de leite. Só que a vaca vai viver com um quilo de ração? Não. Você vai ter que dar... mais cinquenta quilo de pasto para ela. Não importa da onde você vai tirar esse pasto, uma vaca come cinquenta quilos de pasto ... Para você tirar esse leite, você vai gastar um tanto bom de luz. E para você armazenar esse leite, vamos dizer assim, um dia sim, um dia não, você vai gastar mais luz ainda. Porque você vai ter que deixar no tanque, tal e tal. Beleza. Você vai vender o leite, que tá, 84 centavos, o litro... Você viu que só na ração, o litro deu... 46 centavos, um quilo de ração. E você dividiu nos três litros, que você tem que dar, [mais o pasto] Mais a luz... Mais o teu tempo que você leva para tirar o leite. Para você lavar a

ordenha, para você lavar o tanque, que você faz ali. Por quanto que sai esse leite depois? Você paga o leite, daí para levar. E nós, nós... Nós fizemo mais ou menos, essa conta. Porque nós não somo bom de conta ... Aí, a gente chegou num ponto e disse assim: olha, não dá. Não vai dar ... E daí, quem tira um monte de leite, que tira lá, que nem nós tirava lá, 400 de leite. Você pega um tanto de dinheiro no final do mês, que você se enrola com aquilo, e quando você vê, você tá devendo [...] A gente viu que o leite, não dava para vender para a Qualitá (Agricultora 5).

O relato da agricultora 5 revela que a família realizou cálculos mais elaborados para verificar a viabilidade de vender leite no canal convencional. Diferentemente das outras famílias, a família procurou inserir no cálculo um valor aproximado dos insumos internos utilizados e da mão-de-obra familiar e achou que não compensava acessar o canal. São cálculos realizados por influência das experiências econômicas anteriores do casal que já trabalham em empresas em Curitiba. Outro caso é o da agricultora 12 que por ter um emprego assalariado acaba por investir mais na produção do estabelecimento e traz cálculos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica para analisar a viabilidade entre diferentes plantações. Ela explica: “É porque eu invisto mais, então eu sei onde vai investir mais. Então, tem tal produto que não tá dando muito retorno e demora mais, então vamos colocar menos dele né. E vamos pôr o que dá mais retorno né [...]”.

Já em relação as ferramentas externas utilizada, um dos casos é o uso do livro caixa usado pela família da agricultora 2, cujos membros trabalharam em Cooperativas ligadas no MST antes de se mudarem para o Assentamento Contestado. Por meio dessa ferramenta a família planeja para o ano a sua produção e investimentos, bem como controla as receitas e despesas tanto da produção quanto da família. Outra ferramenta externa utilizada para realizar o controle da produção é a planilha de análise financeira de SAFs elaborada e disseminada por pesquisadores da Embrapa entre alguns dos agricultores agroecológicos do Assentamento, dentre os quais está o agricultor 3:

O curso de análise financeira? [...] agora virou uma estrada, é um caminho que tem que segui. E ir melhorando a percepção, e também a gente abre a cabeça, por exemplo ... Se vai planta um canteiro de SAF, então você deve seguir minimamente os três mandamentos de um SAF, de dá o retorno em três estágio: curto, médio e longo prazo [...] A horta, a fruta, a água e a madeira. Mesmo que você não vá vender madeira. Mas cê precisa de lenha [...] É a matriz energética. Então, e aí dentro desse contexto, dentro daquela linha de SAF, que começa pelas hortaliças e vai pelas frutas e também as madeiras, então, o que é prata, o que é ouro e o que é diamante. [...] É simples, é bem simplificado. Você faz um projeto, um projeto para implementar a equipe e daí você vê, por exemplo, você vai, nós fizemos em cima do figo. O figo é rapidíssimo para começar o retorno. No segundo ano já começa a dar retorno. Então quanto é que tá um quilo de figo? Tá, mas peraí, então já abre o leque, que tipo de figo? A, o figo verde para compota, do figo inteiro. Vamos dizer que é três reais o quilo. Um pé de figo no primeiro ano produz nada. Então vou dizer

que produz, foi feito estudo assim, mas meio que no chutômetro, mas fundamentado por causa da experiência que a gente tem. Só que do segundo ano em diante, você já triplica, então de um você vai colher quatro. Então, ó opa, então do terceiro ano em diante, só o figo já pagou todo o sistema. Mas daí o feijão que você plantou de curto prazo né, que seria uma prata. Você poderia colocar o milho como ouro e o figo como diamante. Tá entendendo, porquê o prata, ouro, diamante? Por causa do ciclo e o longo período que vai te dar o retorno [...] Ele agrega [...]Então, a gente começa um investimento, só que daí, com o passar do tempo, a médio, longo prazo, ele vai dar retorno. Então, se eu conseguir colher, vamos dizer assim, ainda tem em torno de uns 30 quilos de beterraba para colher, já vai reduzir o [gasto], mas tem, ficou, um inhame plantado que já vai colher, tem a semente da salsa. A semente da salsa, 71 quilos já são 45 reais. Então, ele vai se pagar. Mas daí, nesse canteiro, tem, já tá o figo plantado, que ano que vem, já vai dá fruta e tem o eucalipto, que já tá ... (Agricultor 3).

O agricultor 3 relata que a ferramenta da análise financeira de SAFs incorporou na gestão de seu estabelecimento um planejamento de curto (horta e grãos), médio (fruta e grãos) e longo prazo (frutas e madeira) considerando o modo de produção de SAFs. Quanto maior o prazo para colheita mais valor agregado tem o produto da agrofloresta e, ao longo dos anos, o sistema começa a dar retorno financeiro diante dos investimentos.

Essa ferramenta objetiva aumentar os rendimentos dos agricultores, por meio do planejamento produtivo orientado por critérios financeiros⁶⁰ típicos da racionalidade econômica capitalista⁶¹, em que sugere a diminuição da diversidade produtiva, além de não considerar produções que não tenham como objetivo o atendimento do mercado, bem como outras formas de organização do trabalho (mutirão, trocas de dias). Ela, dessa forma, se vale de cálculos que buscam verificar o lucro gerado pelos cultivos realizados considerando os custos produtivos, incluindo mão-de-obra e os insumos e ativos internos utilizados, tendo como referência os valores praticados no mercado, além de incluir outros cálculos como taxa de retorno ou o *payback* simples ou descontado (ARCO-VERDE; AMARO, 2015). São cálculos que, continua Ploeg (2015), aproximam a análise de economistas neoclássicos em torno da agricultura familiar. Nota-se, assim, a incorporação de categorias capitalistas nos

⁶⁰ Busca-se a adequação do manejo dos SAFs a partir de informações financeiras geradas pela ferramenta baseada em variáveis econômicas capitalistas como: custos de mão de obra, taxa de juros, fluxo de custos e ingressos, valor presente líquido, taxa de retorno, e relação custo/benefício, *payback* simples ou descontado, valor anual equivalente (ARCO-VERDE; AMARO, 2015). A ideia é de que os dados financeiros gerados pela ferramenta apoie as decisões dos agricultores em torno da necessidade de contratação de mão-de-obra, da escolha de espécies, insumos, equipamentos e formas de preparo da terra e da viabilidade financeira do SAF em comparação a outros sistemas produtivos, além de fornecer informações para adquirir crédito junto às instituições financeiras (_____, 2011).

⁶¹ As conclusões geradas pela aplicação dessa ferramenta é a necessidade de aumentar as culturas anuais (preferencialmente as *commodities*) e financerizar os serviços ambientais proporcionados por esses sistemas produtivos para incrementar a renda dos agricultores (ARCO-VERDE; AMARO, 2011; _____; 2015). Seu desenvolvimento e propagação têm sido realizado de forma unilateral, uma vez que, por meio dela, explicam Arco-Verde e Amaro (2011), almeja-se que os agricultores absorvam o conhecimento ofertado pelos pesquisadores sobre a lógica biológica dos SAFs e para que a ATER possa desenvolver alternativas alinhadas as necessidades locais.

controles realizados pelo agricultor em torno da produção, em que mais custos do que aqueles que os agricultores comumente consideram em seus cálculos são incluídos tendo como referência os valores do mercado, além de iniciar um planejamento produtivo mais longo do que o período de um ano. Nesse sentido, nota-se que as relações mercantis impõem uma transformação na racionalidade econômica do camponês, levando-o a inserir critérios capitalistas em seus cálculos.

A influência das relações com o mercado se expandiu, no caso do agricultor 3, para o controle do que a família consome internamente.

[...] pra gente se convencer que vale a pena, a gente permanece no campo, por conta da disponibilidade, na hora que tem vontade de comer, vai lá e come, e a qualidade do produto que você tá comendo né [...] Além de não encontrar um produto com essa qualidade e essa garantia que tem, que a gente produz. Lá fora você produz, daí sim você vai gerar outro custo, para ir buscar e trazer, o transporte. Vou ter que ir para Lapa ou pra Balsa Nova, Só que eu vou ter que deixar de trabalhar, ir lá para a cidade, e trazer de volta. Então isso aqui, depois isso aqui é pra mostrar assim ô, viu como vale a pena. Senão tivesse ali para colher, de onde é que eu ia tirar dinheiro para comprar? Não daria. Então por isso que eu faço esses cálculos, essas anotações, tudo meio louca. Pra daí abrir a cabeça da gente e olhos os também da gente, pra quanto mais produzir diversificado melhor (Agricultor 3).

Por influência da utilização ferramenta de análise financeira de SAFs, o agricultor 3 começou a calcular o valor dos produtos consumidos pela família tendo como referência o valor de venda desses produtos no mercado (valor de troca). Apesar de haver uma aproximação com a racionalidade instrumental de um empreendimento capitalista - o agricultor passa a ter como referência o preço de mercado para fazer suas análises financeiras em que cálculos apontam para o lucro envolvido em consumir os produtos produzidos internamente -, há um entrelaçamento com finalidades substantivas relacionadas à economia camponesa e à agroecologia. Esse cálculo é usado como um argumento (meio) para convencer os agricultores a permanecerem no campo e da qualidade dos produtos que são produzidos pelos próprios agricultores, destacando a importância da reprodução familiar (permanência no campo) e a valorização da produção agroecológica, enquanto provedora de alimentos saudáveis, para consumo interno (qualidade). Esse convencimento é, em parte, observado no caso da agricultora 12 que compreende que “[...] a gente consome o que a gente produz, entendeu? E ainda sobra para a gente vender. Sobra ainda. Então, para mim, essa atividade já é um lucro, porque a gente não tá comprando e ainda a gente tá tendo um retorno...”. Assim, a racionalidade ambiental fica evidenciada ao se utilizar de aspectos instrumentais mais próximos da economia capitalista (cálculo dos produtos destinados ao

autoconsumo pelo seu valor de troca no mercado) para atingir finalidades substantivas relacionadas ao modo camponês de fazer agricultura (produção de alimentos de qualidade destinados à reprodução familiar) e outras relacionadas a esse mesmo modo de produzir, mas que são reforçadas pela agroecologia (produção de alimentos saudáveis, permanência do agricultor no campo). Nesse sentido, ao associar fins como a produção de alimentos saudáveis e permanência do agricultor no campo, busca-se com o cálculo em valores monetários dos alimentos produzidos internamente para o autoconsumo a sustentabilidade socioambiental.

Ainda, o agricultor 3 mescla o uso dessa ferramenta com técnicas agroecológicas que remetem à lógica de gestão familiar agroecológica. Ele explica que se apóia na ferramenta para verificar a quantidade de insumos utilizados em seus canteiros, mas que, às vezes, o resultado gera uma projeção alta de custos o que o leva a usar a bioenergia “Então, agora no próximo plantio, eu vou usar bioenergia, para checar o que vai precisar e eu já garanto, tenho uma garantia que vai precisar bem pouco, porque praticamente tenho o primeiro plantio na cabeça.” O intuito é o uso da bioenergia⁶² para avaliar as necessidades específicas do seu solo, insumos produzidos internamente e plantas. Assim, mais uma vez o agricultor exteriora a racionalidade ambiental em suas formas de controle, por meio da racionalidade instrumental-ambiental em que o agricultor lança mão de critérios-econômicos capitalistas (uso da ferramenta de análise financeira de SAFs) para analisar suas produções, mas de forma casada com o uso de uma técnica (bioenergia) pautada na observação e no respeito da natureza, de seus ciclos, reduzindo, com isso, intervenções externas baseadas em um modelo padrão de como lidar com os recursos naturais.

Assim, como analisado no trabalho de Brandão (2016)⁶³, o uso dessas ferramentas externas (livro caixa e análise financeira de SAFs) sofre uma ressignificação pelos agricultores que a aplicam, a adaptá-las a suas realidades e introduzirem conhecimentos próprios, já que elas possuem limitações para traduzir o cotidiano de gestão da agricultura familiar e agroecológica. Outros aspectos como a produção para o autoconsumo e o equilíbrio ecológico, nor-

⁶² É um método de terapia holística aprendida por alguns agricultores agroecológicos do Assentamento para diagnóstico de doenças baseada em um foco geral do ser humano, em que se busca a harmonia entre corpo, mente e espírito (SENDERSKI; SOCHODOLAK, 2013). Alguns dos agricultores, como é o caso do agricultor 3, expandiram a aplicação dessa técnica para a prática agrícola, diagnosticando ‘doenças’ nas plantas, produções e solo de seu estabelecimento.

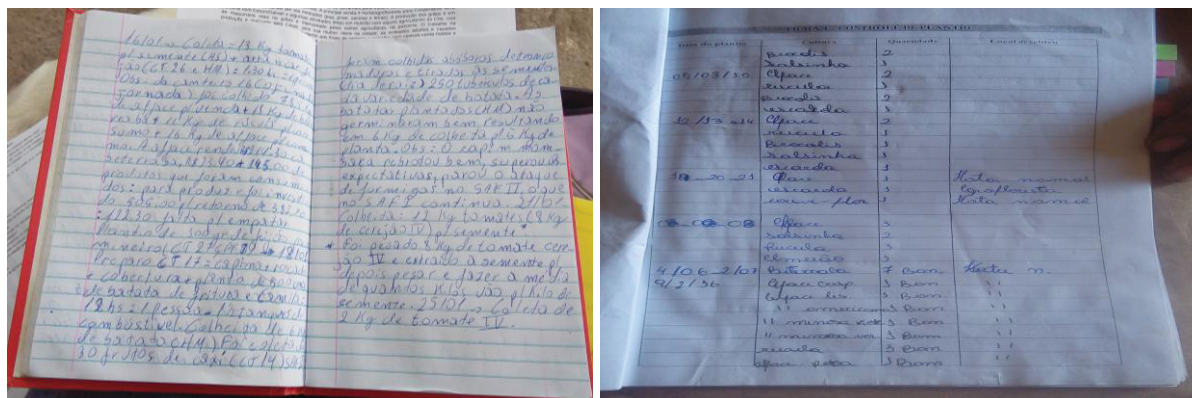
⁶³ A pesquisa de Brandão (2016) analisa o uso de ferramentas contábeis como uma forma de controle do gerenciamento de uma Associação de Agricultoras localizada no Estado do Sergipe. A autora aponta que as agricultoras passaram a ressignificar o uso das ferramentas contábeis baseadas na lógica capitalista, modificando-as considerando as suas realidades. Para a autora as agricultoras construíram um conhecimento tácito que conserva uma lógica própria e que é ressignificado pelo contato com o conhecimento técnico-científico que adquiriram em cursos, em experiências passadas e no contato com atores próximos (mercado, vizinhos, Estado etc.).

malmente ignoradas pelas ferramentas administrativas e contábeis baseadas em uma racionalidade econômica capitalista, passam a ser introduzidas pelos agricultores, possibilitando a expressão da racionalidade ambiental, pois criam-se ferramentas em que o conhecimento científico-técnico se une ao conhecimento do agricultor, mas considerando a relação recíproca entre agricultor e agroecossistema.

5.3.2.2 Influência da Rede Ecovida de Agroecologia e dos mercados institucionais nas formas de controle dos agricultores estudados

Outra ferramenta de controle externa é o caderno de campo exigido pela Rede Ecovida para a concessão da certificação, conforme já mencionado no capítulo 4. Apesar de ser um documento não utilizado por todos os agricultores entrevistados, é adotado por, pelo menos, a metade deles. A figura 10, a seguir, apresenta dois exemplos dos cadernos vistos a campo:

FIGURA 10 - CADERNOS DE CAMPO DOS AGRICULTORES FAMILIARES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO



FONTE: A autora (2018).

Pelas fotos apresentadas na figura 10 é possível verificar que o caderno de campo pode ser feito a partir de um modelo próprio desenvolvido pelo agricultor ou por meio de formulários distribuídos pela Cooperativa Terra Livre. O que se exige é a sistematização de informações acerca do que foi plantado (data, cultura, quantidade e local de plantio), dos insumos produzidos internamente (insumo, data e quantidade), dos insumos comprados (data, produto, quantidade e finalidade do uso), da aplicação de insumos (data, insumo, quantidade, cultura e local do cultivo), da colheita e destino dos produtos (data, cultura, quantidade, local de cultivo e destino). Adiciona-se a esse controle o uso pelos agricultores das informações

contidas nas notas fiscais fornecidas pela Cooperativa Terra Livre para acompanharem o que precisam receber dos canais de comercialização. Há, nesse sentido, prescrições externas destinadas ao controle da produção agroecológica para a manutenção da certificação da Rede Ecovida, sendo tais prescrições uma exigência legal para a certificação de orgânicos (prevista na regulamentação da Lei nº10.831/03). A esse respeito, é comum verificar nas falas dos agricultores uma concordância com a exigência, pois esses controles ajudam os agricultores a acompanharem o pagamento de suas vendas e a compreenderem a causa da perda de algumas produções e se precaverem no futuro, planejando melhor a produção. A esse último fator o agricultor 3 explica que:

No mínimo 80%, tá tudo no papel. Porque isso também, é uma exigência boa da Ecovida [...] Boa , porque por exemplo, eu planto assim, por exemplo agora, eu planto pepino ... Tá no caderno. Deu problema de ataque de volta. Tá , então no caderno lá, observação: houve ataque feroz ali de, massivo, intenso, de broca. Tá. Tá registrado. Vou ter meu prejuízo, né. Não pude vender a produção. Não pude vender a produção, eu vou, não vou vender uma coisa que rendeu pouco, às vezes não come. O ano que vem eu não vou plantar, final de janeiro [vou plantar] abóbora então. Ó aí ó se eu planta, aí eu vou ter que nesse mês, eu tenho a intenção de plantar lá [...] então, né? Ou a gente cresce os oios, então não, eu tenho que fazer um preventivo. Lá, por exemplo, vou ter que aplicar minimamente um estrato de cavalinho, que é preventivo (Agricultor 3).

Além disso, os agricultores 2, 6, 8, 10 e 12 reconhecem na Rede Ecovida uma ‘certificadora’ mais acessível aos agricultores familiares e que o selo proporciona a garantia no mercado de que os produtos dos agricultores são ecológicos. Contudo, tal garantia é baseada em exigências que vão além do caderno de campo, como indicam os agricultores 1, 3, 5, 6, 7, 8, 11 e 12: o pagamento da mensalidade da certificação, as barreiras para separar a produção ecológica de produções convencionais de vizinhos ou paralelas; a obrigatoriedade de compostar; o composto deve descansar por no mínimo 180 dias antes de ser utilizado na produção; a participação das reuniões mensais dos grupos da Rede e a conformidade ambiental do estabelecimento. Sobre essa última exigência as agricultoras 7 e 11 explicam:

É muito bom isso, porque na propriedade, no assentamento, tinha muito problema com o lixo né. E tinha um pessoal, que se você chegasse na casa, desde a porta tinha lixo, lixo, lixo. Tudo lixo né, querendo ou não, tinha lixo. Então, que é anti-higiênico, se explica, que não pode ter nada, né. Então, o pessoal começou, né? A se conscientizar. Isso é muito bom (Agricultora 7).

É, mas esse negócio assim tipo teve muita casa que melhorou muito depois da Rede porque largava todo lixo na frete de casa, não cuida muito onde vai a fossa, às vezes, meio em céu aberto, água da pia, a gente tem nem todas as famílias ainda tem aquela biofossa e daí esse negócio do lixo também é muito reclamado ... A participação assim tem família que toma muito espaço que às vezes você não consegue ir e daí

tem gente que fica enchendo o saco, eu acho que entre nós no grupo tinha que se entender mais, mas eu não fico falando porque eu procuro ir em todas assim a que eu puder eu vou. Eu acho que o tempo de reunião é meio estressante, mas não é de regra assim (Agricultora 11).

Exige-se uma conformidade ambiental do estabelecimento que inclui o descarte adequado do lixo produzido no estabelecimento e a biofossa. Apesar dos conflitos gerados para a adequação dos agricultores a essas exigências, nota-se que há um discurso de conscientização de uma dimensão ambiental que vai além do processo produtivo até então desconhecida ou ignorada pelos agricultores e trazidas pela Rede Ecovida. Há, nesse sentido, a expressão de uma racionalidade ambiental em que aspectos instrumentais mais comuns nas economias capitalistas (controles produtivos e de venda, pagamento de mensalidades, procedimentos na produção de insumos) se imbricam na racionalidade substantiva do campesinato (sociabilidade, uso de insumos internos) e na racionalidade instrumental ambiental forjada na modernidade que incorpora novos elementos na gestão dos estabelecimentos agroecológicos a fim de se alcançar a sustentabilidade (conformidade ecológica dos estabelecimentos, barreiras, modo de fazer os insumos internos).

Por fim, o mercado institucional, acessado pelos agricultores agroecológicos por meio da Cooperativa Terra Livre, também influencia as formas de controle dos estabelecimentos agroecológicos estudados. Como visto anteriormente, há problemas de atraso de pagamento, principalmente, do PNAE o que impacta na organização e controle produtivo dos agricultores, pois, muitas vezes, não compram ou se endividam para comprar os insumos necessários para garantir as próximas entregas aos mercados institucionais. Além disso, os agricultores ressaltam algumas exigências dos mercados institucionais acessados – PAA e PNAE – que acabam por repercutir nos controles internos dos estabelecimentos:

Eu queria pegar o PAA novamente porque o PAA é mais tranquilo, você entrega toda a semana a quantidade que você tem. O PNAE é muito exigente eles querem tantos quilos disso essa semana e, às vezes, você não tem ou já passou da hora. Eles são muito exigentes, se não estiver dentro dos padrão eles mandam de volta, se eles não gostam. E o PAA não porque é mais pra asilos, pras escolas, mas é mais pra negociar com o pessoal das entidades [...] Não sei, mas agora parece que aprovou esse PNAE talvez a escola continue porque é pras crianças, mas esse do PAA não sei se vai ... mas eu não queria que terminasse porque ele é um projeto bem tranquilo você pode não conseguir produzir abobrinha eu posso trocar, então 'o minha abobrinha não deu quero trocar por cenoura' era bem acessível, é um projeto bom porque você entrega aqui e não tem que sair vender (Agricultora 11).

[...] o melhor eu acho a CONAB. O PNAE é um programa bom e tal é até melhor, mas a burocracia de pagamento, crédito, conta e pagamento é mais demorado [...] [O PAA] é mais rápido e não tem tanta exigência, no PNAE não pode ter um furinho na folha de alface, couve ou uma manchinha, nada que já é descartado. Se você não

tem como entregar pra outro programa serve. Tem o padrão, pra couve as folhas tem que ser todas iguais sem nenhum furinho e o PNAE tem essa exigência que é demais ... uma manchinha numa folha ou a beterraba, cenoura um pouquinho menor eles mandam de volta e você perde que é prejuízo pra gente [...] (Agricultora 2).

Ah, daí a gente vai na Cooperativa, daí a gente faz uma conversa lá né, que nem com o Paulinho, que é o presidente, de mudar. Porque tem propriedade, que não produz uma coisa e daí produz outra ... Outro produto que tá ali dentro da lista orgânica ... Que nem o nosso já deu o da cenoura. Não deu para produzir. Nós produzimo, muito pequenininha e fininha. Daí, nós fomos lá e troquemos. Falamos lá, a cenoura não produz bem. Daí troquemos por beterraba, a beterraba já produziu bem (Agricultora 6).

As falas denunciam que existem algumas diferenças entre os dois mercados institucionais no que se refere ao padrão dos produtos entregues e a possibilidade de mudança de produtos previamente acordados em função das intempéries ou imprevistos na produção. Há um entendimento de que essas exigências são maiores com o PNAE e que no PAA, além de não atrasar o pagamento, há a possibilidade de negociação com as entidades que recebem os alimentos sobre o padrão dos produtos e a possibilidade de mudança dos produtos entregues. Nesse sentido, o PNAE acaba por gerar mais impacto nos controles internos dos agricultores, pois os mesmos precisam garantir a produção acordada previamente e no padrão de qualidade exigido pelo mercado. Assim, a prescrição externa se impõe mais uma vez na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos estudados.

Contudo, é importante observar que, apesar dessas prescrições, os agricultores possuem mais autonomia do que aqueles que comercializam produtos convencionais, cuja submissão ao mercado é maior. Os agricultores que acessam os mercados alternativos agroecológicos tendem a manter mais aspectos de controles próprios na produção de seus estabelecimentos, uma vez que os contratos se restringem a determinar o produto, a quantidade a ser entregue, a qualidade, o selo de garantia de que os alimentos são ecológicos e o valor a ser pago pelos produtos, mas não incluem prescrições de como se deve produzir. Dessa forma, mais uma vez se verifica na relação com os mercados alternativos um balanço entre a incorporação da racionalidade instrumental comum a empreendimentos capitalistas como as prescrições externas no acesso desses mercados, e da racionalidade instrumental específica do agricultor familiar em que há a manutenção de certo grau de autonomia dos agricultores em torno dos controles que empreendem em suas produções. Como se trata da venda de produtos agroecológicos em mercados alternativos baseada nesse entrelaçamento de racionalidades, pode-se dizer que, mais uma vez, a racionalidade ambiental se expressa, pois o dinamismo entre elas tem como fim a promoção da sustentabilidade socioambiental.

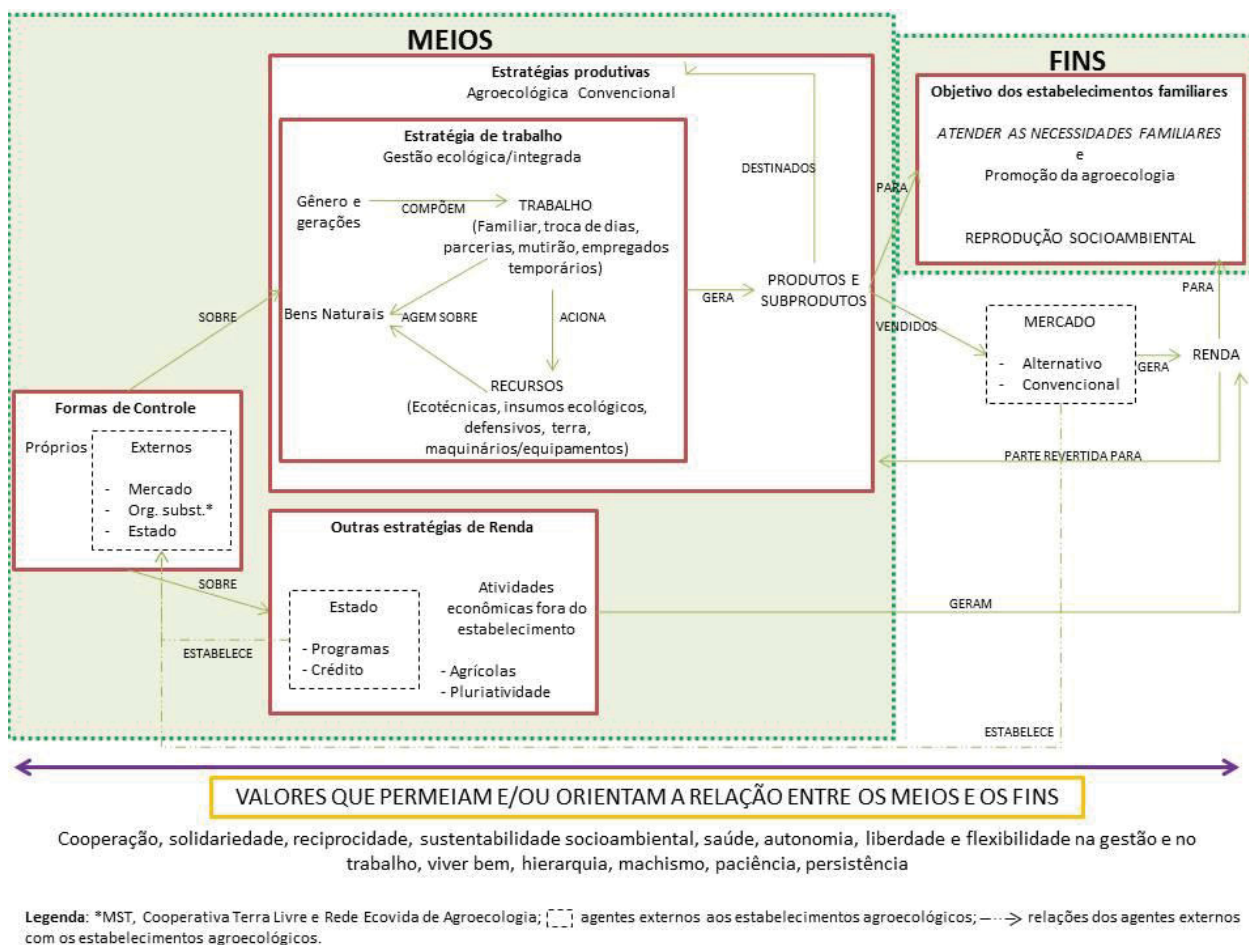
Uma última observação se faz importante de mencionar. A relação dos agricultores

com organizações com registros legais, como a Rede Ecovida e a Cooperativa Terra Livre, tende a inserir mais prescrições/controles estipulados externamente aos estabelecimentos da agricultura familiar. São controles, geralmente, regulamentados por lei e que, por isso, trazem mais aspectos do modo de funcionar da economia capitalista para dentro dos estabelecimentos rurais. Como visto no capítulo 4, a diferença fica no fato das organizações substantivas do Assentamento, por mais que tragam elementos mais próximos da lógica de gestão empresarial capitalista, procuram resgatar e/ou manter aspectos da racionalidade camponesa e da agroecologia, adaptando seus procedimentos, atividades e controles à realidade da agricultura familiar agroecológica.

5.4 SÍNTESE CONCLUSIVA: AS RACIONALIDADES NA GESTÃO DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO (LAPA/PR)

Este trabalho procura lançar um olhar atento ao modo como as racionalidades estão concebidas na gestão de estabelecimentos agroecológicos tendo como universo de análise os agricultores agroecológicos do Assentamento Contestado (Lapa/PR). Nesse sentido, demonstra ao longo de sua análise a relação entre meios e fins e consequências (racionalidade instrumental), e desses com valores e princípios (racionalidade substantiva), por meio do estudo de três processos de gestão (meios empregados e fins pretendidos permeados por valores e princípios), considerando tanto as relações internas quanto aquelas mantidas com o seu ambiente externo. A figura 11, a seguir, foi desenvolvida a fim de ilustrar a compreensão alcançada por este trabalho sobre a manifestação das racionalidades dos agricultores agroecológicos estudados na gestão de seus estabelecimentos:

FIGURA 11 - RELAÇÃO ENTRE AS RACIONALIDADES DOS AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO NA GESTÃO DE SEUS ESTABELECIMENTOS



FONTE: A autora (2018).

A figura 11 relaciona os meios utilizados pelos agricultores estudados para se alcançar o fim pretendido, como também aponta para os valores e princípios associados tanto aos meios quanto ao fim. O principal objetivo dos estabelecimentos agroecológicos estudados é o atendimento das necessidades familiares presentes e futuras, sendo a subsistência alimentar primeiro e depois as demais necessidades materiais familiares. Ter o que comer por meio de um sistema produtivo diversificado figura como um dos objetivos mais repetidos dentre os agricultores estudados, seguido por melhorias do domicílio da família, ter emprego, pagar as contas de casa, comprar roupas para os filhos e adquirir um automóvel para a família. Tem-se aqui o estabelecimento de um fim (atendimento das necessidades familiares) para as ações produtivas e administrativas desempenhadas pelas famílias agroecológicas. Um fim, que incorpora a percepção da família sobre o que envolve ter uma vida digna (atender necessidades materiais familiares) ou do que é viver bem. O viver bem, na fala dos

agricultores, se refere à valores como a tranquilidade, o sossego, se sentir seguro, ter educação, ter autonomia, liberdade e flexibilidade no trabalho, praticar a cooperação e solidariedade na comunidade e ter saúde. São valores que, no geral, resgatam aqueles vinculados à racionalidade substantiva do modo camponês de fazer agricultura, com exceção da saúde que passa a ser incorporada após a experiência e reflexão de muitos agricultores quando comparam o tipo de agricultura que fazem agora com a convencional.

Além desses, ainda que secundários, outros dois objetivos foram levantados pelos agricultores, a disseminação do conhecimento agroecológico e a produção de alimentos saudáveis. São objetivos que associam o princípio agroecológico de sustentabilidade socioambiental ao atendimento das necessidades familiares. Tal princípio defende uma concepção da atividade agrária que preserve processos, estruturas e características dos ecossistemas naturais, que seja mais equilibrada socialmente e que esteja preocupada com a sustentabilidade no longo prazo para a sociedade no geral. Ainda tal princípio prevê a valorização do conhecimento gerado pela cultura camponesa na construção de sistemas ecológicos que é posto em diálogo com os conhecimentos técnicos-científicos voltados para a sustentabilidade. Nesse sentido, percebe-se desde já indícios de uma racionalidade ambiental nas ações administrativas dos agricultores, uma vez que se defende o diálogo dos saberes e a sustentabilidade socioambiental proporcionados pelos estabelecimentos agroecológicos. É uma racionalidade construída por meio da interação com as organizações substantivas do Assentamento (MST, Cooperativa Terra Livre e Rede Ecovida de Agroecologia) que vêm incentivando a agroecologia desde a sua criação, incorporando e/ou valorizando os critérios socioambientais nas/das ações dos agricultores, as quais passam a guiar, em grande parte, a produção e gestão de seus estabelecimentos. São critérios considerados de forma consciente e deliberada, revelando a reflexividade em torno das práticas produtivas e administrativas dos agricultores estudados, como também políticas, uma vez que os agricultores passam a defender para o conjunto da sociedade um outro modelo de desenvolvimento, pautado na sustentabilidade socioambiental.

A partir do conhecimento desses objetivos, observou-se que os agricultores analisados se valem de meios inter-relacionados e integrados para atendê-los na pretensão de garantir a reprodução socioambiental de suas famílias e da sociedade como um todo. Ou seja, meios são utilizados de forma a considerar a cultura e economia camponesa e os ciclos da natureza com o intuito de garantir não só a reprodução familiar, mas também da sociedade ao longo dos anos. Os principais meios são os sistemas de produção agroecológicos, em especial os SAFs.

Essa produção gera produtos com diferentes destinos. Parte são reutilizados nos sistemas de produção, parte são destinados ao autoconsumo e outra parte se dirige à venda no mercado para a geração de uma renda destinada ao atendimento dos objetivos do estabelecimento. Mas, uma vez que a produção agroecológica, no geral, atende de forma insuficiente as necessidades familiares, é comum os agricultores recorrem à atividades agrícolas fora do estabelecimento, à pluriatividade e o acesso à fontes de renda governamentais como forma de complementar suas rendas.

O que se vê é uma dependência significativa dos agricultores ao Estado para garantir uma renda suficiente à família, uma vez que o principal canal de comercialização para a venda de seus produtos agroecológicos é o mercado institucional (PAA/PNAE) e é comum as famílias acessarem outros programas governamentais como aposentadoria, pensão e/ou bolsa família. Mas, apesar da dependência ao Estado na geração de suas rendas, a relação estabelecida com ele, no geral, mantém um certo grau de autonomia dos agricultores na gestão de seus estabelecimentos, pois, quando o atendimento das necessidades familiares não está comprometido, parte dessas rendas são investidas na produção, sem que haja endividamento das famílias. Além disso, a prática da pluriatividade inclui valores como compromisso e cooperação, pois boa parte dos agricultores estudados a realizam em organizações do Assentamento, a fim de retribuir o que as organizações fazem por eles (p.ex. facilitam a obtenção de renda) e para fortalecer a cooperação e a agroecologia no local.

Ainda que parte dos agricultores realizem essas atividades ou acessem essas outras fontes de renda para evitar dívidas, outra parte acessa crédito, principalmente o PRONAF, para o investimento em suas produções. Esse acesso traz à gestão e ao processo produtivo dos estabelecimentos a externalização e mercantilização, as quais incorporam aspectos como a produção em escala e especializada, a dependência ao mercado em toda a cadeia produtiva e outras prescrições externas, mais comuns ao modelo empresarial de agricultura. Mas, ao mesmo tempo, há casos em que os agricultores se valem de parcerias na obtenção do crédito, em que dois ou mais famílias se juntam para acessar o PRONAF e comprar um equipamento ou maquinário, cujo uso é dividido entre as famílias. Essa forma de parceria insere valores como a cooperação e reciprocidade ao lado da dependência externa, ressignificando essa prática a partir da inclusão de critérios sociais comuns à cultura camponesa.

O principal meio utilizado pelos agricultores para alcançar seus objetivos, como mencionado anteriormente, é a produção agroecológica, especialmente os SAFs. A realização

desse meio depende de uma série de recursos que estão inter-relacionados e integrados na gestão dos estabelecimentos, como: (i) o trabalho familiar e sua complementação pela troca de dias, pelo mutirão e em casos pontuais pela contratação de empregados temporários; (ii) os insumos ecológicos produzidos internamente (compostos, caldas) ou comprados coletivamente por meio da Cooperativa em agropecuárias e defensivos agrícolas comprados externamente; (iii) maquinários e equipamentos adaptados (cata-capim, tratorito) ou não (trator e implementos) às SAFs que no geral são alugados da Cooperativa ou, no caso das produções convencional, alugados dos vizinhos; (iv) as ecotécnicas como as experimentações, o uso do calendário biodinâmico e a bioenergia; e (v) formas/instrumentos de acompanhamento das atividades produtivas como os cálculos próprios ou adaptados a partir do uso de ferramentas externas (análise financeira SAFs, livro caixa, controles da Rede Ecovida).

O emprego integrado desses meios está submetido a uma avaliação técnica-econômica-ambiental dos agricultores em relação aos resultados por ele gerados, principalmente, o atendimento às necessidades familiares. Eles enxergam como vantagens econômicas da produção agroecológica: a diminuição dos gastos envolvidos (uso de insumos internos, compras coletivas e coleta pela Cooperativa Terra Livre), o preço de venda e renda garantida pelo mercado institucional, o capital de giro proporcionado pela venda em feiras ou de sacolas, a empregabilidade ao longo do ano em função da produção em horta/agroflorestal e venda no mercado institucional (contrato anual) e a manutenção da diversidade produtiva que atende mutuamente a família e o mercado alternativo. Já os agricultores em transição agroecológica avaliam como vantagens de suas produções convencionais a praticidade produtiva e de acesso aos mercados convencionais (insumos e maquinários com acessibilidade facilitada, demanda menos mão de obra familiar diminuindo penosidade envolvida com o trabalho agrícola, simplificação das atividades produtivas em função da externalização envolvida), bem como a diversificação de canais acessados ao praticarem a produção paralela, o que lhes proporciona mais autonomia frente aos atrasos de pagamento comuns na venda ao mercado institucional.

Independente das matrizes produtivas dos estabelecimentos estudados há algumas avaliações técnico-econômicas comuns a todos eles. A troca e doação de alimentos na comunidade é realizada para complementar o atendimento das necessidades de consumo alimentares da família. E a complementação da mão-de-obra familiar por meio da troca de dias, parcerias, mutirão ou contratação de empregados temporários, busca diminuir a

penosidade envolvida no trabalho agroecológico para o atendimento das necessidades familiares. São ações que reforçam os valores de reciprocidade, solidariedade e cooperação de uma economia moral do campesinato, em que valores de troca não são considerados, mas sim os valores de uso dos produtos e da mão-de-obra.

Em relação ao trabalho, vale destacar que a família está constantemente considerando em suas avaliações técnico-econômicas a análise da penosidade envolvida para o alcance das necessidades familiares. Ou seja, é recorrente dentre os agricultores um balanço entre a quantidade necessária do trabalho para alcançar as necessidades almejadas, bem como da submissão à penosidade quando consideram que a utilidade gerada é compensatória. Por um lado, há um entendimento de que a produção agroecológica local é mais penosa do que a convencional, pois exige uma intensidade de trabalho maior dos agricultores, por ter uma oferta de equipamentos e maquinários adaptados limitados, por exigir a produção interna de insumos, por envolver a construção contínua de conhecimentos e experimentações a serem aplicados nas produções e por demandar a participação em reuniões da certificação participativa. Ademais, a intensidade do trabalho aumenta quando os agricultores estabelecem meios individuais de venda (feira e/ou sacolas) e quando são consideradas outras atividades como àquelas vinculadas à reprodução da mão-de-obra familiar (trabalho doméstico, produção para o autoconsumo e o cuidado).

Por outro lado, essa penosidade diminui na percepção dos agricultores quando é ponderada com algumas utilidades geradas pela produção agroecológica, como é o caso da diminuição da penosidade na limpeza dos canteiros quando comparada à agricultura tradicional. Ou quando é comparada às produções convencionais, avalia-se que há melhora significativa da qualidade dos recursos ambientais dos agrossistemas, a diminuição dos gastos produtivos por meio da utilização de insumos internos, e, no médio e longo prazo, há o alcance de uma maior produtividade. Além disso, os agricultores avaliam que experimentações realizadas em suas produções (irrigação, consórcios) fruto do diálogo de saberes com outros atores da agroecologia e o uso de equipamentos e maquinários mais adaptados às produções agroecológicas, recém adquiridos pela Cooperativa Terra Livre, também aliviam a penosidade envolvida no trabalho. Mas, a percepção dessas utilidades está indissociada de valores como a paciência, persistência e saúde, conforme levantaram os próprios agricultores. Ademais, outras utilidades foram relacionadas ao trabalho na agricultura familiar no geral. Para eles a flexibilidade e liberdade em torno da execução do trabalho são valores centrais, pois permitem com que realizem o trabalho de uma forma que considerem menos penosa o que

também colabora para a saúde da família e a manutenção da autonomia das relações de exploração e subordinação ao mercado.

O trabalho também envolve uma divisão das atividades e conflitos relacionados à questão de gênero e entre diferentes gerações. A hierarquia e o machismo ainda persistem na gestão dos estabelecimentos familiares tanto nas relações internas quanto externas, resgatando aspectos do patrimônio sociocultural dos agricultores. Apesar das mulheres apresentarem uma maior participação em atividades relacionados aos controles e vendas dos produtos em seus estabelecimentos e apesar do trabalho das organizações substantivas do Assentamento, em especial o MST e a Rede Ecovida de Agroecologia, para a conscientização e a paridade da participação de mulheres e jovens nos espaços públicos, ainda são notados conflitos tanto nas relações organizacionais e quanto dentro dos estabelecimentos familiares. A atuação política, bem como as demandas das mulheres nas relações organizacionais ainda são enfraquecidas. Além disso, continuam a inviabilização e desvalorização das atividades comumente executadas por elas voltadas para a reprodução da mão-de-obra familiar (produção para o autoconsumo, trabalho doméstico e o cuidado), e há uma reduzida ou limitada participação tanto de mulheres quanto de jovens nas decisões produtivas dos estabelecimentos.

Mesmo com a inserção de elementos da externalização (regras e modelos padrões relacionados à produção) e mercantilização (compra/aluguel recursos produtivos desenvolvidos por agentes externos, dependência do preço de mercado) na gestão dos estabelecimentos como forma de diminuir a penosidade envolvida no trabalho, há o emprego de conhecimentos e tecnologias que envolvem uma avaliação técnico-econômico-ambiental das produções agroecológicas. A artesanidade e o cuidado relacionado aos objetos de trabalho é bem presente nas produções agroecológicas estudadas, levando à experimentações e a uma observação atenta do comportamento dos elementos naturais dos agroecossistemas, em que seus limites são respeitados de forma a extrair deles o maior valor agregado possível. Além disso, há o emprego de ecotécnicas como composto, caldas, calendário biodinâmico e a bioenergia e de equipamentos/maquinários adaptados aos sistemas agroecológicos, frutos do diálogo do conhecimento entre os agricultores e outros atores agroecológicos, aproximando conhecimento tradicional do técnico-científico a vista de uma produtividade ecotecnológica. Nesse sentido, há o respeito aos ciclos e limites da natureza, em que as decisões e ações produtivas buscam considerar a capacidade de regeneração da natureza como forma de garantir a reprodução socioambiental do estabelecimento. Destaca-se, com isso, a relação de coprodução tão característica do modo camponês de fazer agricultura, mas que é reelaborada

pela inserção de novos conhecimentos técnicos-científicos que mantem a relação recíproca com a natureza e ajuda na diminuição da penosidade envolvida com o trabalho e no aumento da produtividade.

Dessarte, as produções agroecológicas são pautadas por uma visão ecológica dos meios de produção, em que o sistema apresenta um alto grau de integração para gerar produtos e subprodutos tanto para o consumo interno quanto para o mercado, do qual gera-se uma renda a ser revertida para o atendimento das necessidades familiares. A integração ecológica traz um nível de complexidade que demanda do agricultor uma alta capacidade de gestão dependente de um ‘profundo’ conhecimento sobre seu agroecossistema de forma a otimizar o uso de recursos internos e externos, como também a mão-de-obra familiar. É um conhecimento que une a tradição, a observação atenta da interrelação e necessidades de todos os elementos de seu agroecossistema e também experimentações baseadas no diálogo de saberes com outros atores agroecológicos.

Todas essas avaliações técnica-econômicas-ambientais que os agricultores realizam em torno das suas atividades agrícolas são apoiadas por controles que acompanham e avaliam as atividades realizadas e as rendas acessadas pelas famílias. Por meio dos controles os agricultores buscam avaliar se as necessidades familiares estão sendo alcançadas ou não de maneira satisfatória e os ajudam a tomar decisões sobre suas atividades produtivas, seja na remodelagem ou mudanças. E é na análise das formas de controle onde aspectos da racionalidade econômica do camponês e/ou da racionalidade econômica capitalista ganham mais evidência. Há uma mescla de controles provindos de prescrições externas aos estabelecimentos (alto grau de sistematização e formalização) com controles elaborados e/ou desenvolvimentos pelos próprios agricultores (no geral, informais e não sistematizados). Cálculos específicos são realizados pelos agricultores em torno de seus rendimentos, como aqueles relacionados à renda indivisível dos agricultores familiares e ao produto familiar. São cálculos que atribuem valor monetário somente à renda gerada com a venda de seus produtos ou mão-de-obra fora do estabelecimento e aos gastos provenientes da aquisição de bens e serviços de fora do estabelecimento. A mão-de-obra familiar e o uso de insumos internos não adentram esses cálculos, pois são vistos somente pelo seu valor de uso nas produções, sendo valorizados pela utilidade gerada em torno da redução dos gastos externos e na garantia da reprodução familiar. Quando não obtém uma renda suficiente para atender as necessidades familiares, os agricultores utilizam a poupança, pedem ajuda à familiares, atrasam pagamentos ou cortam gastos que não consideram prioritários. E quando adquirem uma renda

maior do que as necessidades familiares ou os agricultores ampliam as necessidades e/ou a utiliza como capital para investir na produção. Esses cálculos destacam duas características da racionalidade econômica ligada ao camponês: a centralidade da família e a autonomia relativa em relação a cálculos prescritos externamente.

Já os controles para o acompanhamento das atividades produtivas apresentam uma mescla entre prescrições externas e formas próprias. A externalização é maior nas produções convencionais dos agricultores em transição agroecológica do que nas produções agroecológicas em que há um uso maior de formas próprias de controle. Na produções agroecológicas são comuns cálculos não sistematizados, feitos ‘de cabeça’, o planejamento de curto prazo (anual), com ou sem o apoio em anotações. As prescrições externas estão presentes no acompanhamento das atividades produtivas (uso do livro caixa ou da análise financeira de SAFs por alguns agricultores e uso dos controles de produção exigidos pela Rede Ecovida) e nas relações com os mercados alternativos que influem no planejamento produtivo dos agricultores. Além dessas prescrições também deve-se considerar a influencia que a compra coletiva de insumos externos e agendamento dos maquinários ocasionam nos controles internos de gestão, pois exigem um planejamento dos agricultores de maior prazo ao que estão habitualmente acostumados. Nas produções convencionais há uma prescrição externa mais rígida e limitadora em torno do planejamento produtivo, em especial sobre o quê plantar e quantidade a ser produzida, mas também nas negociações de preço no mercado. Essa prescrição tende a especializar a produção, a buscar por ganhos em escala e se pautar no planejamento de médio e longo prazo. Vale lembrar que o grau de mercantilização nessas produções também é maior, já que há uma dependência maior ao mercado desde a compra de insumos, aluguel de maquinários até nas relações de venda da produção.

Dentre as produções agroecológicas o planejamento produtivo, os controles externos em torno das atividades produtivas e a relação com os mercados alternativos (mercado institucional, feira e sacolas) tendem a manter um espaço para o desenvolvimento de formas de controle próprias dos agricultores. Por exemplo, os agricultores conseguem inserir critérios relacionados à penosidade do trabalho, ao atendimento do autoconsumo alimentar e condições ambientais de seus agroecossistemas (cultivos que dão melhores resultados considerando os aspectos ambientais locais) para realizar seus planejamentos produtivos. Ainda, quando utilizam ferramentas de controle financeiro ou de acompanhamento das atividades produtivas, alguns realizam adaptações ao contexto socioambiental do agroecossistema e das necessidades familiares, associando ecotécnicas (bioenergia, consórcios, formas de fazer

adubos) que respeitam os ciclos naturais de seus agroecossistemas/objetos de trabalho ou adicionando conhecimentos próprios sobre as quantidades a serem plantadas de forma a se precaverem de possíveis perdas produtivas. Outros incorporam nessas ferramentas externas a consideração de atividades econômicas próprias do campesinato (p.ex. a contabilização dos produtos destinados ao autoconsumo). Dessa forma, o diálogo dos saberes se manifesta na utilização dessas ferramentas. Além disso o seu uso é orientado por valores como o respeito aos ciclos da natureza, a busca pela saúde e pela defesa da agroecologia e a valorização da agricultura familiar como forma a incentivar sua permanência no campo.

Ao mesmo tempo, nota-se a incorporação de critérios ambientais na gestão dos estabelecimentos agroecológicos estudados vindos da prescrição externa, como as regras de conformidade ambiental da Rede Ecovida de Agroecologia (barreiras para proteger as produções agroecológicas das convencionais, biofossa, diretrizes para adubação, separação lixo etc). São critérios que, quando incorporados, expandem a preocupação ambiental dos agricultores em relação a integração ecológica dos seus estabelecimentos, pois intensificam a ligação entre seus agroecossistemas com o seu local de vida. Incluem ou alteram alguns comportamentos sanitários e procedimentos produtivos para um maior adequamento ecológico de suas produções e também para a melhoria na qualidade de vida da família, gerando também uma reflexão dos agricultores sobre essas questões. Mas, há também a alteração das formas como os agricultores se relacionam na comunidade com a exigência da participação nas reuniões mensais de grupo, a qual tem despertado incômodo, em alguns casos, em função da restrição da liberdade e autonomia na gestão do tempo e atividades dos agricultores. Desse modo, a relação com organizações e agentes externos reconfiguram a gestão dos estabelecimentos pela inclusão de critérios ambientais, técnicos e socioeconômicos. Mas, diferentemente do que ocorre com organizações e agentes mais ligados ao modelo convencional de agricultura, no geral, as organizações substantivas do Assentamento e mesmo os mercados alternativos, quando reconfiguram a gestão dos estabelecimentos agroecológicos, mantém um espaço preservado de autonomia dos agricultores, no qual se manifesta aspectos relacionados a racionalidade específica do campesinato.

Assim, quando analisadas as racionalidades em jogo dos estabelecimentos agroecológicos estudados, se nota uma imbricação entre racionalidade instrumental e substantiva na relação entre meios (produção, controles, fontes de renda) e fins (atendimento das necessidades familiares e promoção da agroecologia). A racionalidade instrumental se

manifesta na escolha produtiva (produção agroecológica e convencional) e nos instrumentos/técnicas relacionados à produção agroecológica (ecotécnicas, insumos, maquinários, controles etc) enquanto formas eficazes e sustentáveis de controlar a natureza e as atividades de gestão. E a racionalidade substantiva se encontra na orientação da escolha e uso desses meios por valores associados aos fins pretendidos (p. ex. saúde, viver bem, educação, liberdade, defesa da agroecologia). Gera-se, com isso, um saber empírico-analítico, em torno das atividades econômicas e de gestão praticadas.

Nessa imbricação de racionalidades há a reprodução e/ou resgate de aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais do modo camponês de fazer agricultura. Tais aspectos se encontram: na indissociação entre unidade de produção e consumo; nos balanços trabalho/consumo e penosidade/utilidade que priorizam os interesses do agricultor-trabalhador frente aos interesses do agricultor-gestor/proprietário; nos cálculos em torno da renda familiar indivisível e do produto familiar; no atendimento das necessidades familiares enquanto fim primordial de suas atividades produtivas; nas relações comunitárias que colaboram para o atendimento das necessidades familiares; na relação de coprodução com a natureza e a artesanidade relacionadas ao processo do trabalho; na cooperação; na solidariedade; no machismo e na hierarquia; na busca por autonomia diante do mercado; na importância da diversidade produtiva para a reprodução familiar; na empregabilidade buscada por meio da produção agroecológica ao longo do ano; na valorização da liberdade e flexibilidade na gestão e trabalho do estabelecimento e na gestão integrada dos meios de produção.

Ao lado desses aspectos outros são incorporados na gestão dos estabelecimentos agroecológicos frutos da relação dos estabelecimentos com o seu exterior (organizações e agentes). As organizações substantivas e os mercados alternativos, mesmo que preservem um espaço de autonomia para a manifestação da racionalidade específica dos agricultores, inserem um grau de mercantilização (venda de parte da produção e compra de parte dos insumos e aluguel maquinário/equipamentos) e externalização (prescrições externas estabelecidas pelos mercados, Cooperativa Terra Livre e Rede Ecovida de Agroecologia) na gestão dos estabelecimentos agroecológicos. Essas organizações influem na decisão dos agricultores por optarem pela agroecologia e a promoverem, e sustentam essa decisão pela incorporação na gestão dos estabelecimentos de técnicas e tecnologias ecológicas, ferramentas de análises financeiras, controles de produção e venda, novos formatos de organização dos agricultores em torno da produção e venda de produtos agroecológicos e critérios ambientais de conformidade ambiental das unidades produtivas.

Na maioria dos casos a inserção desses novos critérios pelas organizações substantivas são ressignificadas e balanceadas com a racionalidade camponesa, levando a manifestação da racionalidade ambiental. Contudo, a inclusão de um critério social, o da participação mensal em reuniões da Rede Ecovida, acaba por tensionar com os modos de organização comunitária e de trabalho, as quais os agricultores estavam acostumados anteriormente. Além disso, algumas políticas públicas, como o PRONAF, e as relações estabelecidas com o mercado convencional tendem a aumentar o grau de mercantilização e externalização, tensionando, também, as racionalidades presentes na gestão interna dos estabelecimentos agroecológicos pela introdução de critérios comuns ao modelo empresarial de agricultura, aumentando, conseqüentemente, a submissão e dependência dos agricultores ao mercado, o que se contrapõe a busca pela autonomia própria das racionalidades camponesa e ambiental.

Entretanto, o que se nota é que essas inclusões são, no geral, ressignificadas, dialogadas com aspectos da racionalidade específica do campesinato, mesmo que em menor grau por aqueles que estão em transição agroecológica. Os agricultores incorporam novos elementos na orientação de suas ações, mas os balanceiam com elementos advindos da racionalidade específica do campesinato e fazem isso de modo reflexivo. Como boa parte desse balanço se dá na relação dos agricultores com as organizações substantivas do Assentamento e com os mercados institucionais, é possível dizer que a imbricação das racionalidades instrumental e substantiva apresentadas na gestão dos estabelecimentos agroecológicos se direciona para a manifestação da racionalidade ambiental. Tal racionalidade busca resgatar e valorizar aspectos do modo camponês de fazer agricultura relacionados à ecologia, autonomia, cooperação e solidariedade ao mesmo tempo em que incorpora critérios ambientais na gestão de seus estabelecimentos. Ela prioriza uma visão ecológica do mundo e da gestão, assim que meios e fins, nessa racionalidade, são direcionados para uma relação de coprodução, reciprocidade com a natureza.

A racionalidade ambiental dos agricultores analisados se vale da racionalidade instrumental que estabelece os meios que conferem eficácia a gestão ambiental coerentes aos princípios da racionalidade substantiva, conduzida para um paradigma de produtividade ecotecnológica (técnicas e tecnologias desenvolvidas respeitando os ritmos, ciclos e potenciais da natureza e de cada cultura). Desse modo, a opção pela produção agroecológica, a utilização de ecotécnicas e de maquinários adaptados aos sistemas agroecológicos evidenciam a instrumentalidade referente à essa racionalidade. E os princípios aos quais estão submetidos a escolha e uso desses meios revelam a racionalidade substantiva-ambiental dos

agricultores analisados. Essa se manifesta no saber ambiental construído pelos agricultores para compreender os processos socioambientais a que estão expostos (experimentações e ressignificação/adaptação de ferramentas externas às particularidades de seus sistemas produtivos e racionalidade econômica), na proposição de manejos sustentáveis (defesa e promoção da agroecologia) e em princípios éticos da sustentabilidade (reconhecimento e resgate da racionalidade ecológica dos agricultores, incentivo a novas formas ecológicas de relação com a natureza, preservação da autonomia dos agricultores frente a razão padronizada e reducionista do mercado e diminuição da desigualdade).

Trata-se de uma racionalidade diretamente ligada aos fins pretendidos que ao relacionar valores às necessidades familiares buscadas (saúde, viver bem, autonomia, reciprocidade, solidariedade, cooperação) e à promoção da agroecologia (sustentabilidade socioambiental), orientam a escolha e utilização dos meios. Ela facilita processos reflexivos, pois reforça a consciência em torno dos meios utilizados, fins pretendidos e valores incidentes em suas ações produtivas e administrativas. É uma reflexividade não só relacionada a aderência ao discurso ambiental da modernidade, mas também da ressignificação e adaptação que realizam dos seus conhecimentos tradicionais quando em contato com novos conhecimentos ecológicos. Destarte, afinam-se com as características dos atores ecológicos do rural socioambiental sugeridas por Brandenburg (2010a; 2010b).

6 CONCLUSÃO

As racionalidades em jogo na gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos estudados estão inter-relacionadas de forma a desvendar a racionalidade ambiental de suas ações administrativas. Trata-se de uma racionalidade que resgata aspectos da racionalidade camponesa e os ressignifica ou associa a novos critérios advindos da relação dos camponeses com o seu exterior: as organizações substantivas do Assentamento (MST, Rede Ecovida de Agroecologia e Cooperativa Terra Livre) e os mercados alternativos (PAA, PNAE, sacolas e feiras).

Quando resgatado o quadro de análise deste trabalho, é possível observar que a gestão dos estabelecimentos estudados, ao se guiarem pela racionalidade ambiental, tende a reunir mais elementos racionais instrumentais e substantivos da lógica de gestão familiar agroecológica. Mas isso não quer dizer que não haja a interrelação com elementos apresentados na lógica de gestão empresarial, pois alguns deles podem ser verificados na relação com os mercados institucionais ou nos controles exigidos pela Rede Ecovida, como o maior grau de sistematização e detalhamento das informações produtivas e de venda, a burocracia ou o estabelecimento pelo mercado dos preços de venda e produtos a serem vendidos. Apesar da manifestação de elementos da lógica da gestão empresarial, o que se apreende é de que na gestão dos estabelecimentos agroecológicos há a submissão das práticas econômicas e administrativas dos agricultores aos princípios da sustentabilidade (ou da agroecologia). Ou seja, mesmo diante da relação que esses estabelecimentos estabelecem com elementos ou agentes guiados pela racionalidade instrumental-capitalista, a gestão deles não deixa de estar orientada pela racionalidade ambiental, a qual condiciona os meios empregados ao respeito pelos ciclos da natureza como uma estratégia para garantir a reprodução socioambiental familiar e da sociedade.

Há algumas ressalvas a serem feitas em relação a manifestação da racionalidade ambiental na gestão dos estabelecimentos estudados. Valores como o machismo e a hierarquia ligados ao patrimônio sociocultural do campesinato, mas que também estão presentes na sociedade como um todo, ainda apresentam grande influencia na gestão dos estabelecimentos agroecológicos, seja na esfera privada quanto na pública. A outra ressalva é em relação a racionalidade ambiental dentre os agricultores em transição agroecológica. São casos em que a expansão dessa racionalidade é limitada se comparada a daqueles que somente produzem alimentos agroecológicos. Por mais que defendam a condução de suas ações econômicas e

administrativas pela obtenção da saúde, da valorização da agricultura familiar, da autonomia, expressarem como fim principal o atendimento das necessidades familiares para a sua reprodução, são casos que tendem a inserir mais critérios econômicos da racionalidade capitalista, muito em função de suas relações com o mercado convencional. Para suas produções convencionais há a consideração da especialização, da escala, uma maior dependência ao mercado em toda a cadeia produtiva e à prescrição externa. Ao manterem a produção agroecológica ao lado de produções convencionais desenvolvem um maior tensionamento entre a racionalidade ambiental ligada à agroecologia com a racionalidade empresarial-capitalista presente na agricultura. Mas, mesmo nesses casos, não se tratam de agricultores familiares empresariais, pois, por mais que haja uma redução da consideração de critérios ambientais na gestão de seus estabelecimentos, ainda preservam critérios econômicos e sociais da racionalidade camponesa enquanto orientadores de suas práticas administrativas. Eles submetem os meios utilizados para a busca pela autonomia, ao atendimento das necessidades familiares para garantir a reprodução social da família, como também se valem de relações comunitárias para cumprir com esse atendimento.

Essas ressalvas chamam a atenção para algumas dificuldades da expansão da racionalidade ambiental por meio da agroecologia no Assentamento Contestado, que impactam nos objetivos dos estabelecimentos estudados. O machismo e as relações hierárquicas tanto dentro dos estabelecimentos familiares quanto nas relações organizacionais demonstram um limite das ações do MST e da Rede Ecovida de Agroecologia enquanto promotores da agroecologia no que se refere ao alcance de uma relação de maior igualdade entre gêneros e gerações. Em que se pese o apoio estrutural que, principalmente, a Cooperativa Terra Livre (compra de maquinários/equipamentos adaptados, compra coletiva de insumos) e Rede Ecovida (disseminação do calendário biodinâmica, facilitação da troca de experiências por meio das reuniões) têm ofertado às produções agroecológicas, a deficiência de ATER no local faz com que muitos agricultores agroecológicos ou em transição pensem em priorizar a produção convencional principalmente devido a penosidade envolvida com a produção agroecológica. Além disso, a relação com o mercado convencional pelos agricultores em transição acaba também por limitar a expressão da racionalidade ambiental, pois diminui a autonomia do agricultor sobre a gestão de sua unidade produtiva e é baseada no uso de defensivos agrícolas que depredam o meio ambiente.

Ainda há uma elevada dependência dos mesmos ao Estado para garantir a reprodução familiar. Tal dependência favorece a vulnerabilidade dos agricultores frente à crises políticas

e econômicas como as que estamos vivenciando atualmente, levando-os a precarizar o atendimento das necessidades familiares ou a adotar a agricultura convencional em seus estabelecimentos, uma vez que o mercado convencional está também presente no Assentamento e oferece algumas facilidades valorizadas pelos agricultores (diminuição da penosidade envolvida no trabalho, facilidade logística na compra de insumos e coleta dos produtos nos estabelecimentos). Assim, é importante que as organizações coletivas do Assentamento desenvolvam estratégias para além da relação com o Estado com o intuito de evitar ou minimizar situações de instabilidades e vulnerabilidade de vida, como é o caso do fortalecimento de outros canais de comercialização alternativos. Todavia, as reflexões que os agricultores agroecológicos fazem em torno do papel do Estado destacam a percepção da diminuição da desigualdade no campo e da promoção de uma alimentação saudável, levando-os a defenderem mais qualificação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da agroecologia, evidenciando, com isso, a importância da presença do Estado para a garantia de direitos e cidadania no campo. Diante disso, percebe-se um paradoxo na relação dos agricultores com o Estado: por um lado no Brasil o cenário político é vulnerável à crises que afetam a qualidade de vida e direitos dos mais pobres, o que leva à necessidade de diminuir a dependência dos agricultores ao Estado; por outro lado é obrigação do mesmo Estado em promover políticas públicas para a melhoria das condições a qualidade de vida do seu conjunto de cidadãos, diminuindo a desigualdade e garantindo o direito humano à alimentação saudável.

A última dificuldade observada se relaciona com a questão da escala, a qual ainda não está clara dentre as estratégias coletivas do Assentamento. Há iniciativas como a agroindústria e o incentivo do uso da ferramenta de análise financeira de SAFs pela Cooperativa Terra Livre e pelo MST com vistas a proporcionar maior escala às produções agroecológicas a partir de uma menor diversidade produtiva por estabelecimento, o que pode indicar um contrassenso em relação ao que a própria agroecologia propõe: de aumentar a diversificação produtiva e a integração entre as diferentes atividades nas unidades de produção.

Tais dificuldades trazem questões que inicialmente não foram analisadas com mais profundidade por este trabalho, uma vez que não estavam previstas na metodologia elaborada. Os conflitos de gênero, por exemplo, foram temas recorrentemente levantados por algumas agricultoras, o que poderia ser melhor explorado por estudos futuros no sentido de analisar como eles interferem na gestão dos estabelecimentos agroecológicos e/ou na construção da racionalidade ambiental por esses agricultores. Outra questão que poderia ser aprofundada é o

entendimento sobre qual a importância da ATER para a gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos e como poderiam ser criadas formas de ampliar a sua disponibilidade. E há a necessidade de pesquisas que investiguem como a racionalidade ambiental desenvolvida pela agroecologia enxerga a questão de escala e como isso (re)organizaria a gestão dos estabelecimentos familiares agroecológicos.

Pode-se adicionar mais três sugestões de desdobramentos desta pesquisa. Foi interessante observar a manifestação da racionalidade ambiental nos casos em que há a ressignificação pelos agricultores de instrumentos que carregavam muitos aspectos da racionalidade instrumental capitalista, ao incorporarem critérios ambientais e socioeconômicos próprios do campesinato. Futuros estudos poderiam estudar a ressignificação de instrumentos guiados pela racionalidade ambiental em mais casos, a fim de compreender mais a fundo como a construção do saber ambiental se dá na gestão dos estabelecimentos agroecológicos. Esta pesquisa também poderia ser replicada em comunidades que praticam a agricultura agroecológica, mas não ligadas ao MST, a fim de verificar se as racionalidades presentes na gestão desses outros casos é similar àquela aqui encontrada. Isso poderia esclarecer o grau de influência que essa organização substantiva possui sobre a racionalidade ambiental da gestão dos estabelecimentos agroecológicos do Assentamento. E, por fim, por mais que o mercado alternativo preserve um espaço para a manifestação da racionalidade específica camponesa e, por isso, facilitar a expressão da racionalidade ambiental, pode haver limites para a expansão dessa racionalidade em função das prescrições e exigências nele presentes. Essa análise poderia ser aprofundada por estudos futuros, já que este trabalho não se focou na discussão da racionalidade ambiental dos mercados alternativos ligados à agroecologia.

Quanto à metodologia utilizada neste trabalho, o desenvolvimento do quadro de análise a partir de uma adaptação de seus componentes conceituais-teóricos à especificidade da agricultura familiar agroecológica facilitou não só a compreensão da gestão executada por esses estabelecimentos, mas também a apreensão das racionalidades nela envolvidas. A separação em três processos centrais da gestão possibilitou distinguir e relacionar com mais facilidade os meios, fins e consequências e os valores à eles associados. Os ‘Objetivo(s) do estabelecimento familiar agroecológico’ é entendido como o fim pretendido pelos agricultores estudados com suas atividades produtivas. E os outros dois processos de gestão – ‘Estratégias produtivas, de renda e de trabalho’ e ‘Formas de Controle’ – são os meios utilizados para se alcançar o fim pretendido. Assim, já de antemão, a análise das racionalidades apresentada

neste trabalho destaca, ao lado da já muito evidenciada racionalidade substantiva dos agricultores familiares, a racionalidade instrumental (meio e fim) presente em suas ações administrativas.

Ao salientar a racionalidade instrumental nos processos de gestão do agricultor familiar agroecológico, este trabalho se distancia da equivocada concepção de que o processo de racionalização se refere à ações (exclusivamente) de uma economia ou de um modo de gestão capitalista. Como bem pontuado também pela análise dos resultados desta pesquisa, trata-se de uma racionalidade também empregada, historicamente, pelos agricultores familiares e agroecológicos em suas ações administrativas, pois se valem de meios para atingir um fim e os relacionam com consequências. A principal diferença entre a racionalidade instrumental capitalista e a do agricultor familiar agroecológico está no fim pretendido. Enquanto o primeiro busca o lucro e submete a racionalidade substantiva a essa busca, o segundo pretende atender as necessidades familiares, as quais estão embebidas de valores e princípios, fazendo com que a racionalidade substantiva, na maioria das vezes, submeta a racionalidade instrumental a ela. Além disso, o agricultor familiar e agroecológico carrega consigo uma racionalidade ecológica passada de geração a geração que estabelece uma relação mais harmônica, recíproca com a natureza. São racionalidades resgatadas, valorizadas e dialogadas com a racionalidade capitalista conformando a racionalidade ambiental orientadora de suas decisões e ações administrativas.

Dessa forma, este trabalho defende que o agricultor familiar e agroecológico é um ser racional, sendo movido por uma inter-relação de racionalidades que lhe é específica, diferente da racionalidade capitalista, mas em constante diálogo com ela. Tal qual defende Guerreiro Ramos sobre as organizações substantivas, conclui-se que esses agricultores orientam suas organizações, no caso os seus estabelecimentos produtivos, por uma especificidade racional que é incidental em um meio em que a racionalidade capitalista é a hegemônica. Por mais que a hegemonia tente invisibilizar, fragilizar ou excluir as diferenças, elas permanecem existindo e se reproduzindo. Por isso, essas constatações distanciam o agricultor familiar e agroecológico da imagem de um ser irracional que tanto fazem aqueles que analisam e observam o mundo exclusivamente por meio de lentes capitalistas ou de outras formas hegemônicas de relações em diferentes espaços-tempos.

Nesse sentido, a escolha dos processos de gestão propostos no quadro de análise e a limitação de sua quantidade em três buscou atender as especificidades racionais de gestão da

agricultura familiar agroecológica, a qual resgata vários aspectos da forma de gestão camponesa. Como se trata de uma gestão com um alto grau de integração e interrelação entre suas diferentes partes, havia uma certa dificuldade em considerar muitos processos em separado. Tal complicação foi percebida não só na aproximação com os estudos sobre racionalidade da teoria administrativa, os quais tendem a separar e especializar cada vez mais processos, mas também no momento de se estabelecer a forma de análise dos dados. Dessarte, este trabalho se concentrou no balanço trabalho/consumo como principal critério para definir os três processos de gestão analisados, o que possibilitou a consideração da gestão em sua totalidade, pois baseou-se na racionalidade econômica do camponês.

Ressalta-se que por mais que a teoria do campesinato tenha se tornado uma importante referência para analisar os resultados deste trabalho, foi possível observar que a gestão dos agricultores também envolve elementos da teoria administrativa convencional, uma vez que os três processos de gestão desenhados também abarcam as principais quatro funções administrativas recorrentemente trabalhadas pela ciência administrativa desde seu surgimento, quais sejam: planejamento, organização, direção e controle. Assim, o agricultor familiar e agroecológico traz elementos racionais instrumentais que o aproximam da forma como a ciência administrativa organiza instrumentalmente o seu conhecimento, mas o faz conduzido pela conformação de uma racionalidade diferenciada, conforme foi apresentado neste trabalho.

Conquanto, reconhecem-se alguns limites na aplicação do quadro de análise. Ao longo da análise de resultados foi possível perceber que alguns aspectos das racionalidades instrumental e substantiva poderiam se relacionar mais a racionalidade camponesa e não, necessariamente, à racionalidade ambiental. Mesmo que a racionalidade ambiental resgate muitos aspectos do modo camponês de fazer agricultura quando a gestão é analisada em sua totalidade, a separação das lógicas de gestão em mais uma, a lógica de gestão camponesa, poderia oferecer um quadro referencial mais ‘prático’ de ser usado. Ademais, o quadro não esclarece como as racionalidades instrumental e substantiva estão relacionadas a cada processo de gestão, o que também foi esclarecido durante a análise dos resultados.

Ainda, apesar do uso do DRP ter sido satisfatório na captação de informações sobre os sistemas produtivos e o modo de trabalho dos agricultores estudados, uma vez que a elaboração em conjunto com eles possibilitou correções, compreende-se que esse processo favoreceu mais a construção do conhecimento da pesquisadora do que dos agricultores, sendo

assim um limite para a tentativa do estabelecimento de uma relação sujeito-sujeito durante a pesquisa. Por fim, mesmo frente as contribuições e benefícios trazidos pelo processo interdisciplinar adotado pelo PPGMADE, conforme apontado tanto na introdução quanto na metodologia, pode haver um comprometimento do aprofundamento do trabalho individual considerando o prazo exigido por órgãos públicos superiores para a conclusão da tese.

Entretanto, conclui-se que este trabalho, apesar de suas limitações, pôde construir um conhecimento em torno das racionalidades orientadoras da gestão dos estabelecimentos agroecológicos de maneira a apresentar subsídios que podem ampliar as percepções e o entendimento dos profissionais que fazem uso do conhecimento administrativo na agroecologia. O conhecimento das especificidades do modo de gestão dos agricultores agroecológicos pode colaborar com o desenvolvimento ou adaptação de instrumentos administrativos voltados para esse público. No contexto da agroecologia e do rural socioambiental é importante que esse apoio considere uma construção de conhecimento baseada no diálogo dos saberes, em que os conhecimentos ecológico e administrativo dos agricultores sejam reconhecidos e aproveitados. Procura-se, com isso, colaborar com a crítica aos estudos administrativos que incidem sobre outras formas de gestão a partir de uma referência racional capitalista extremamente padronizadora e unificadora. Como também busca-se alertar para que os estudos críticos da administração, especificamente aqueles ligados à teoria substantiva das organizações, passem a considerar essa outra forma de gestão. Tal contraposição e alerta são feitos no sentido de evidenciar a necessidade dessa ciência em criar espaços para o reconhecimento das especificidades racionais da agricultura agroecológica e dialogar com ela para a construção de novos conhecimentos administrativos conduzidos por outras racionalidades, como a racionalidade ambiental, e para um outro modelo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O admirável mundo novo de Chayanov. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 32, 1998a, p. 69-74. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141998000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 01. nov. 2017.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998b.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

ARCHETTI, E. Presentación. In: **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

ARCO-VERDE, M. F.; AMARO, C. G. Cálculo de indicadores financeiros para sistemas agroflorestais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS (CBSAF), 7, 2011, Belém. **Anais ...** Disponível em:< <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/54840/1/Resumo-CBSAF-Analise-de-Indicadores-Financeiros.pdf> >. Acesso em 19 jul. 2018.

_____. Metodologia para análise de viabilidade financeira e valoração de serviços ambientais em sistemas agroflorestais. In: PARRON, L. M. *et alli*. **Serviços ambientais em sistemas agrícolas e florestais do bioma Mata Atlântica**. Brasília: EMBRAPA, 2015.

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGROECOLOGIA (AOPA). **Cartilha de gestão da renda das agricultoras de processos agroecológicos familiares**. Curitiba: 2006.

AZEVEDO, A.; GRAVE, P. S. Prolegômenos a toda a administrologia possível: administração – o que é isso? **Revista O&S**, Salvador-BA, v.21, n. 71, Out./Dez. 2014, p. 695-712.

BARCELLOS, S. B. A formação discursiva agroecológica do MST: o caso do assentamento Santa Rosa – RS. **Rev. Bras. De Agroecologia**, [S.l], v. 4, n. 2, nov. 2009.

BAZOTTI, A. **Estratégias e racionalidades dos sojicultores familiares do sudoeste paranaense**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Pós-Graduação em

Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BISPO, M. de S. Aprendizagem organizacional baseada no conceito de prática: contribuições de Silvia Gherardi. **RAM**, São Paulo, v. 14, n. 6, nov./dez. 2013a, p. 132-161.

_____. Estudos baseados em prática: conceitos, história e perspectivas. **RIGS**, Salvador-BA, v.2, n.1 jan./abr. 2013b, p.13-33.

BERNSTEIN, H. V.I. Lenin and A.V. Chayanov: looking back, looking forward, **The Journal of Peasant Studies**, Abington-Reino Unido, v. 36, n. 1, 2009, pg. 55-81. Disponível em : <http://dx.doi.org/10.1080/03066150902820289>>. Acesso em 1 nov. 2017.

BORGES, J. L. MST: do produtivismo à agroecologia. In:Seminário Nacional de Sociologia & Política UFPR, 1, 2009, Curitiba. **Anais ...** Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/mst-produtivismo-JulianoBorges.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2018.

BORSATTO; R.; CARMO, M. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **RESR**, Piracicaba-SP, v.51, n. 4, Out./Dez. 2013a, p. 645-660.

_____. O MST e a edificação de uma proposta de reforma agrária baseada em princípios agroecológicos. **Retratos de assentamentos**, Araraquara-SP, v.16, n. 2, 2013b, p. 221-243.

BRANDÃO, T. F. B. **Mulheres empoderadas**: uma experiência de gestão no sertão nordestino. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e desenvolvimento rural) – Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar**: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: UFPR, 1999.

_____. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores, **Ruris**, Campinas-SP, v. 4, n. 1, mar. 2010a, p. 167-194.

_____. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 2, jul-dez. 2010b, p. 417-428.

_____. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. *In*: Delgado, G. C.; Bergamasco, S. M. P. P. (Orgs). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, v.1, p. 152-167.

BRASIL. **Lei n. 10.831**, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 dez. 2003. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm>. Acesso em: 04 jun. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Economia e administração: mercado e poder. **Rev de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 18, n° 4, out./dez., 1979, p. 39-43.

CASADO, G., G., I.; MOLINA, M. G.; SEVILLA-GUZMÁN, E. (Coords.). **Introducción a la agroecología y desarrollo rural sostenible**. Madrid: Muldi-Prensa, 2000.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, jul-set, 2002, p. 70-85.

_____. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. *In*: _____. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. p. 79-94.

CASTRO, E. G. de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y Juventud**, Manizalez-Colômbia, v.7, n° 1, 2009, p. 179-208.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In*: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (1924), p.133-163.

_____. **Viagem de meu irmão Alexei ao país da utopia camponesa**. Rio de Janeiro: ASPTA, 1991. (Textos para debate, 41).

_____. **A teoria das cooperativas camponesas**. Tradução de: VARGAS, R. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017 (1991) (1927).

CÖHEN, G. Prefácio: Como um hobby ajuda a entender um grande tema. *In*: WEBER, M. **Os fundamentos racionais e sociológicos da música**. Tradução de: WAIZBORT, L. Edusp: 1995, p.9-19.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de aquisição de alimentos – PAA**: resultados das ações da CONAB em 2017. Compêndio de Estudos Conab, v.13. Brasília: CONAB, 2018. Disponível em: < file:///C:/Users/Leticia/Downloads/CompendioZdeZEstudosZdaZConabZ-ZV13Z-ZResultadosZdoZPAAZemZ2017_1.pdf> Acesso em 17 de Jul 2018.

COSTA, M. B. B. da. **Agroecologia no Brasil**: história, princípios e práticas. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

COSTA E SILVA, L. da. **As necessidades e fontes de informação para a comercialização de produtos agroecológicos na região metropolitana de Curitiba**: um estudo de caso na Cooperafloresta. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação) – Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **As Multidimensões da Reprodução Social da Agricultura Familiar na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2005. 312 folhas. Tese de doutorado - Universidade Federal do Paraná.

_____; ALMEIDA, Jalcione Pereira de. Teorias críticas, desenvolvimento e reprodução socioambiental: limites e possibilidades. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba-PR, v. 29, 2014, p. 25-38.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. *In*: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo L. (org). Colección Sur Sur, Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.133-168.

FABRINI, J. E. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. **Geografia**, Londrina-PR, v. 9, n. 1, jan./jun. 2000, p. 67-78.

FERNANDES, V.; PONCHIROLLI, O. Contribuições da racionalidade comunicativa, racionalidade substantiva e ambiental para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, São Paulo, v.9, Edição Especial, Jul. 2011, p. 604-626.

FERREIRA, A. D. D. Capitalismo na agricultura: uma discussão em andamento. In: _____. **Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná: região de Porecatu 1940-1952.** Curitiba, 1984. 243 f. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Paraná.

_____. Dos sonhos à utopia e à criação de alternativas: o (re)conhecimento da experiência da Cooperafloresta. In: STEENBOCK, W., *et al* (orgs). **Agrofloresta, ecologia e sociedade.** Curitiba: Kairós, 2013.

FOLADORI, G. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, ano 3, n.6/7, 2000, p.169-173. Resenha.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. O uso do diagnóstico rápido participativo (DRP) como metodologia de projetos de extensão universitária. **Em extensão**, Uberlândia-SP, v. 11, n.2, jul./dez. 2012, p.69-81.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** 4 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2009.

GUERREIRO RAMOS, A. Modelos de homem e teoria administrativa. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, vol. 18, nº 2, abr./jun. 1984, p. 3-12.

_____. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** Tradução: CARDOSO, M. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989 (1981).

HABERMAS, J. **Teoría de la Acción Comunicativa, I: Racionalidad de la acción y racionalización social.** Tradução de: REDONDO, M. J. Grupo Santillana de Ediciones, S.A.: Madrid, 1999.

HARRISON, M. Chayavov and the economics of the russian peasantry, **The Journal of Peasant Studies**, Abington – Reino Unido, v. 2. n. 4, 1975, p. 389-417. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/soc/economics/staff/mharrison/public/1975_jps_postprint.pdf> Acesso em: 1 nov. 2017.

HEDLUND, A. N. *et alli*. **Documento coletivo da Turma XI de doutorado: Conflitos e (In) Justiça Socioambiental, Resistências, Estratégias e Alternativas de Desenvolvimento.** Documento coletivo da turma XI de doutorado (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento turma XI) – Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES); INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ (IAPAR). **O mercado de orgânicos na Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2007.

INTELIGERE SISTEMAS. **Questionare pesquisador, v.3.2.0.1**. 2016. Disponível em: <http://www.inteligere.com.br/questionare_pesquisador.asp> Acessado em 20. jun. 2016.

JOVCHELEVICH, P. Ensino de astronomia no meio rural através de um calendário astronômico agrícola. *In*: Simpósio Nacional de Educação em Astronomia (SNEA), 2, 2012, São Paulo. **Anais ...** Disponível em: <http://snea2012.vitis.uspnet.usp.br/sites/default/files/SNEA2012_TCP54.pdf> Acesso em 7 fev. 2017

KAMINSKI, T. *et alli*. Organizações sociais no Assentamento Contestado, Lapa/PR: alternativas de reprodução socioambiental. *In*: Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia – (ALAS), 31, 2017, Montevideu. **Anais ...** Disponível em: <http://alas2017.easypanners.info/opc/tl/7948_tatiana_guimaraes_kaminski.pdf> Acesso em 01 dez. 2017

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972 (1899).

KERBLAY, B. A. V. Chayanov: life, carrier, works. *In*: CHAYANOV, A.V. **The theory of peasant economy**. Homewood: The American Economic Association, 1966.

LAMARCHE, H. (Coord.). Introdução Geral. *In*: _____. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. 1: uma realidade multiforme. Campinas, UNICAMP, 1993.

_____. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. II: do mito à realidade. Campinas : Editora da Unicamp, 1998.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução: CABRAL, L. C. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Rumo à racionalidade ambiental**. 2009. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/fau/pdf/pos_hab_03.pdf> Acessado em: 11 jul. 2017.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

LIONÇO, V. **A Abordagem Territorial no Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná**. 250 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

MAFORT, K. **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento**. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento.html>>. 2014. Acesso em: 19 jul. 2018.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; AZEVEDO, L. F. de. A reprodução social da agricultura familiar: a saída dos filhos e o encaminhamento do patrimônio entre agricultores sem sucessores. *In*: 48º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 48, 2010 Campo Grande. **Anais ...** Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/15/423.pdf>>. Acesso em 20 mar. 2016.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar**. Brasília: FNDE, 2016. Disponível em:< file:///C:/Users/Leticia/Downloads/pnae_manual_aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar_2_ed.pdf> Acesso em 19 jun. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **SAF**. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-mais/sobre-o-programa>>. Acessado em: 20. Jun. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar**: PAA. Brasília: MDS, 2012.

MOREIRA, R. M.; STAMATO, B. Agroecologia. *In*: INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO (GIRAMUNDO). **Programa de Extensão Rural Agroecológica (PROGERA)**. Botucatu/SP: Giramundo, 2009. (Cadernos Agroecológicos)

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST – 2000**. 2009a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7692>>. Acessado em 25 de set. 2013.

_____. **Linhas políticas reafirmadas no V Congresso Nacional do MST – 2007**. 2009b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/7701>>. Acessado em 25 de set. 2013.

NIERDELE, P. A; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: _____; VEZZANI, F. M., ALMEIDA, L. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods**. Ed. 3. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2002.

PAULA, A. P. P. de. Guerreiro Ramos: Resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **O&S**, Salvador-BA, v. 14, nº 40, jan./mar., 2007, p. 169-188.

PEREZ-CASSARINO, J. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

_____. *et. alli*. Agricultura, campesinato e sistemas agroalimentares: uma proposta de abordagem para a transição agroecológica. **Cronos**, Natal-RN, v.14, 2015, p. 129-152.

PETERSEN, P. *et. alli*. **Método de análise econômico-ecológica de agroecossistemas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de: PEREIRA, R. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. **El campesinado y el arte de la agricultura: un manifesto chayanoviano**. México, D.F: Universidad Autónoma de Zacatecas, Red Internacional de Migración y Desarrollo, 2015. 200p. (Série Estudios Críticos del Desarrollo).

POLANYI, K. **La gran transformación: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo**. Tradução de: SUÁREZ, E. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

POLÍCIA FEDERAL (PF). **Operação Agro-Fantasma combate desvios de recursos do Programa Fome Zero**, 2013. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2013/09/operacao-agro-fantasma-combate-desvios-de-recursos-do-programa-fome-zero>>. Acesso em 17 de jul. 2018.

RAMOS, F. S. Do campo à academia, da academia ao campo: as mulheres na agroecologia. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria-RS, v. 7, nº 1, jan./jun. 2017, p. 43-65.

RANDOLPH, J. C. *et alli*. Ecossistemas florestais e as dimensões humanas. In: MORAN, E.; OSTROM, E. (Orgs.) **Ecossistemas florestais**. São Paulo: Senac, 2009.

RAYNAUT, C. O desenvolvimento e as lógicas da mudança: a necessidade de uma abordagem holística. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba-PR, n. 1, 1994, p.81-104.

_____. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir de uma perspectiva interdisciplinar. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba-PR, n. 1, jul./dez. 2004, p.21-32.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (REDE ECOVIDA). **Certificação**. Disponível em: <<http://www.http://ecovida.org.br/certificacao/>>. Acesso em: 16 Jan. 2018a.

_____. **Sobre**. Disponível em: <<http://ecovida.org.br/sobre/>>. Acesso em: 16 Jan. 2018b.

REED, M. The labour process perspective on management organization: a critique and reformulation. In: HASSARD, J. & PYM, D. (eds.). **The theory and philosophy of organizations**: critical issues and new perspectives. London: Routledge, 1990.

ROESLER, D. A. **Racionalidades e práticas administrativas do agricultor familiar no contexto ambiental**: um estudo em três comunidades rurais no sul da Região Metropolitana de Curitiba – Paraná. Tese (Doutorado em em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre troca mercantil e reciprocidade. Tradução de: MILANI, L. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

SANTOS, B. de S. Os processos de globalização. In: _____(Orgs.). **A globalização e as ciências sociais**. Ed. 2. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SELL, C. E. Racionalidade e racionalização em Max Weber. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 12, nº 79, junho 2012, p. 153-172.

SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (SEMA). **Plano de Manejo Área de proteção ambiental da Escarpa Devoniana**. Curitiba: SEMA; IAP, 2004.

SENDERSKI, H. A.; SOCHODOLAK, H. Os usos das plantas na promoção da saúde. **Revista TEL**, Ponta Grossa-PR, v. 4, n. 3, set.-dez., 2013, p. 57-76.

SERVA, M. **Racionalidade e organizações**: o fenômeno das organizações substantivas. Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV (Doutorado em Administração). São Paulo: EAESP/FGV, 1996. 633p.

_____. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 2, abr./jun. 1997, p. 18-30.

SERVA, M. *et alli*. A análise da racionalidade nas organizações – um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, São Paulo, v. 13, nº 3, Jul./Set. 2015, p. 415-437.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Redescubriendo a Chayanov: hacia un neopopulismo ecológico. **Agricultura y Sociedad**, n.55, abr./jun. 1990. Disponível em: <http://helvia.uco.es/xmlui/bitstream/handle/10396/2224/a055_06.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01. nov. 2017.

_____. **De la sociología rural a la agroecología**. Barcelona: Icaria, 2006.

_____; SOLER, M. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. In: VV.AA. **Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**. Sevilla: Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico, 2010.

SHANIN, T. Introduction. In: CHAYANOV, A.V. **The theory of peasant economy**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1986. Disponível em: <<http://www.msses.ru/shanin/chayanov.html>> Acesso em 01 jun. 2017.

_____. Chayanov's treble death and tenous resurrection: an essay about understanding, about roots of plausibility and about rural Russia. **The Journal of Peasant Studies**, Abington – Reino Unido, v. 36, n. 1, 2009, p. 83-101. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/03066150902820420>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

SILVA, F. R. F. Gênero, agroecologia e economia solidária: estudo de caso do grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul-PR. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba-PR, v.39, dez., 2016a, p. 115-132.

SILVA, J. A. **Perspectivas financeiras de sistemas agroflorestais ecológicos da Lapa-PR e Ribeirão Preto-SP**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ci-

ências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPG-MADE). Curitiba, 2016b.

SOUZA, A. S. de. **Soberania alimentar e agroecologia**: práticas e perspectivas para a transformação no/do campo na região metropolitana de Curitiba - as experiências da AOPA e do Assentamento Contestado. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Curitiba, 2010.

SOUZA, O. T. de *et alli*. Interdisciplinaridade e a construção coletiva do saber: pressupostos e práticas metodológicas. *In*: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.; CORONA, H. M. P. **Do rural invisível ao rural que se reconhece**: dilemas socioambientais na agricultura familiar. Curitiba: UFPR, 2012, p. 27-51.

THORNER, D. Chayanov's concept of peasant economy. *In*: CHAYANOV, A.V. **The theory of peasant economy**. Homewood: The American Economic Association, 1966.

TOLEDO, V. M. La racionalidad ecológica de la producción campesina. *In*: SEVILLA GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. de (ed.). **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: La Piqueta, 1993. p.197-218.

VALADÃO, A. da C. **Transição agroecológica nos assentamentos rurais**: estratégias de resistência e produção de novidades. Tese (Doutorado em Sociologia) – Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

VASCO, A. P. D.; SILVA, L. da C. e; KAMINSKI, T. Experiências alternativas e reprodução socioambiental da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba e litoral do Paraná: uma pesquisa interdisciplinar em andamento. *In*: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 54, 2016, Maceió. **Anais ...** Disponível em < <http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.6&lng=P>> Acesso em 10 nov. 2016.

_____. **Programa da pesquisa coletiva da turma XI de doutorado**: a interrelação entre as alternativas e a reprodução socioambiental e na agricultura familiar ecológica na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e no litoral do Estado do Paraná. Programa de pesquisa coletivo da Linha Ruralidades e Meio Ambiente (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento turma XI) – Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

VENTRISS, C.; CANDLER, G. G.; SALM, J. F. Alberto Guerreiro Ramos: the “in-between” as intellectual bridge builder? **O&S**, Salvador-BA, v.17, nº 52, jan./mar. 2010, p. 103-114.

WANDERLEY, M. de N. B. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Campinas: UNICAMP; Grupo de estudos agrários, 1979. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/9248/5282>>. Acessado em: 15 ago. 2015.

_____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades**. Texto apresentado na aula inaugural no CPDA/UFRRJ, 2004. p. 42-61. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **O mundo rural como espaço de vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais).

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, Supl. 1, 2014, p. 25-44. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002>. Acessado em: 15 ago. 2015.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. de: BARBOSA, R.; BARBOSA, K. E. Rev. Téc. de: COHN, G. Ed. 4. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012 (1972).

_____. **Sociologia das Religiões**. Ed. 2. São Paulo: Ícone editora, 2015 (1920).

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – DIÁRIO DE CAMPO DAS OBSERVAÇÕES PARTICIPANTES EM REUNIÕES OU EVENTOS COM A PRESENÇA DE AGRICULTORES ECOLÓGICOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO

Local:	Data:	Hora início: Hora fim:
Pesquisadoras observadoras:		
Atividade observada:		
Atores observados:		
Documento(s) acessado(s)? Qual(is)?		
<p>O que se pretende observar na atividade / Posicionamento dos atores envolvidos sobre o que se pretende observar e visões de mundo verificadas:</p> <p>1 Visão meio ambiente, da relação homem e natureza, modos de preservação ambiental e manejo produtivo: 2 Modos e formas organizativos e de decisão (estrutura, processos, participação e relações formais, tensão entre burocracia e formas de organização dos agricultores) 3 Teor do aspecto econômico no discurso do grupo e relação com agroecologia: 4 Apropriação do espaço de discussão, instrumentos de trabalho e do conhecimento: 5 Relações informais/sociabilidade: 6 Questões relativas à gênero e juventude: 7 Levantamento de agricultores para a próxima etapa do campo:</p>		
Contexto em que a atividade está inserida:		
Impressões das pesquisadoras:		
Questões geradas após observação (trazer teoria, se for conveniente e possível):		
Elementos/pontos/questões para serem revistos ou inseridos nas próximas observações e entrevistas:		

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS COM INFORMANTES QUALIFICADOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO

Local:	Data:	Hora início: Hora fim:
Pesquisadoras:		
Atores entrevistados:		
<p>Informações levantadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Contexto histórico do Assentamento e MST 2 Organização social, política e econômica do Assentamento 3 Formação dos grupos de agricultores ecológicos 4 Organização, (forma de) produção, canais de comercialização e assistência técnica dos agricultores ecológicos 5 Estrutura e organização da Rede Ecovida de Agroecologia presente no Assentamento 6 Mudanças após adoção da agroecologia 7 (Novas) Estratégias econômicas dos agricultores familiares ecológicos e do Assentamento 8 Relações comunitárias 9 Conflitos e dificuldades 		
Contexto em que a atividade está inserida:		
Impressões das pesquisadoras:		
Questões geradas após entrevista (trazer teoria, se for conveniente e possível):		
Elementos/pontos/questões para serem revistos ou inseridos nas próximas observações e entrevistas:		

Parte 3 – Produção

3.1 Há quanto tempo produz ecológico? (L) (T) (A)

Até 1 ano	De 1 à 3 anos	De 3 à 5 anos	De 5 à 10 anos	De 10 a 16 anos	Mais de 16 anos
-----------	---------------	---------------	----------------	-----------------	-----------------

3.2 Quais os produtos vendidos no último ano e para quem vende? (L) (T) (A)

Produto (<i>in natura</i> e processados)	Ecológico (E) e/ou Convencional (C)	Canal comercialização
Hortaliças		
Frutas		
Grãos		
Produtos de origem animal		

3.3 Usa máquinas agrícolas? (L) (T) () Sim () Não. Se sim, qual máquina?

Máquina	Origem (A)	Máquina	Origem (A)
Trator		Tobata	
Microtrator		Ferramentas manuais (bico de pato, facão, enxada, podão, etc.)	
Tratorito		Tração animal	
Roçadeira		Outros.	

(A) 1 Própria, 2 Associação/Cooperativa, 3 Projetos, 4 Prefeitura, 5 Alugada de terceiros.

3.4 Utilização de mão de obra (T) (A) (L):

Tipo	Num. Pessoas	Tipo	Num. pessoas
Familiar		Empregados temporários	
Empregados permanentes		Trocas de dias	
Participa de mutirão. Desde quando? _____			

3.5 Se participa de mutirão (T) (A). Educandos da ELAA participam? () sim () não

Para qual atividade na sua propriedade?	Qual frequência anual na sua propriedade?	Qual frequência anual participa em outras propriedades?
Preparação do Solo. Qual sistema? _____	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes
Plantio. Qual sistema? _____	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes
Limpeza da terra/Capina. Qual sistema? _____	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes
Poda/Manutenção/Manejo. Qual sistema? _____	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes
Colheita. Qual sistema? _____	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes
Obras/reformas	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes
Outra(s). Qual(is)? _____	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes	() 1 vez () 2-6 vezes () 7-12 vezes () Mais de 12 vezes

3.6 Na sua propriedade há realização de testes, experimentos ou adaptação de tecnologias, diferentes formas de gestão e diferentes formas de produção? (comercialização; formas de produção como agricultura orgânica e/ou agrofloresta; organização social em cooperativa, associação, agroindústria, cozinha comunitária, etc) (L) (T) (A)

() Sim () Não. Se sim, quais testes, experimentos ou adaptações (tecnologias)? Como testa? _____

3.7 Quais são as estratégias da família para evitar frustrações na produção? (seca, geada, granizo, pragas, etc) (A) (T) (L)

Nenhuma	Poupança bancária	Outro(s). Qual(is)?
Diversificação de produção	Poupança familiar	

3.8 Tem assistência técnica? (T) sim () não ()

SENAR	ONGs	Universidade
Cooperativa	Casas Familiares Rurais	Curso de Capacitação
Formação técnica própria	Outro(s)	

3.9 Como você classifica os conhecimentos que você e sua família usam para produzir e manejar os produtos ecológicos? Marcar com X. (T) (A) (L)

<input type="checkbox"/> Vem a partir dos técnicos dos projetos, de cursos de capacitação ou de outras orientações técnicas.
<input type="checkbox"/> São conhecimentos e aprendizados anteriores vindos da família (tradição).
<input type="checkbox"/> Conhecimentos atuais da agroecologia.
<input type="checkbox"/> Conversas com vizinhos, familiares, pessoas do Assentamento, outros agricultores ecológicos.
<input type="checkbox"/> Espaços de encontros e reuniões ordinárias.
<input type="checkbox"/> Outro. Especifique: _____

3.10 Como são tomadas as decisões que são consideradas importantes relacionadas à produção? Marcar com X: (A) (L) (T)

Produção	
REALIZA CÁLCULOS?	
Calculo quanto de investimento precisa	<input type="checkbox"/>
Calculo do retorno do que foi investido	<input type="checkbox"/>
Analiso o mercado	<input type="checkbox"/>
Verifico a disponibilidade de mão-de-obra	<input type="checkbox"/>
Outro(s). Qual(is)? _____	<input type="checkbox"/>
QUEM PARTICIPA?	
O/a companheirx participa	<input type="checkbox"/>
Os filhos participam	<input type="checkbox"/>
Toda a família participa	<input type="checkbox"/>
Converso com e vizinhos para saber a opinião	<input type="checkbox"/>

Decido sozinho	
Outro(s). Qual(is)? _____	
TEM INFLUÊNCIA DE INSTITUIÇÕES?	
Levo em consideração as diretrizes da Rede Ecovida	
Converso com técnicos e/ou agentes locais	
Levo em consideração as diretrizes do MST/Assentamento	
Levo em consideração os canais de comercialização da Cooperativa	
Outro(s). Qual(is)? _____	

3.11 Na sua opinião, as experiências bem ou mal sucedidas dos vizinhos, parentes ou pessoas próximas influenciam nas tomadas de decisão feitas na unidade produtiva? (T) (L) (A)
() Sim () Não

3.12 Para você, o que é um produto de qualidade? (A) (L) (T)

Padrão (tamanho, limpeza, maturação)	Aparência	Sanidade	Saudável
Sabor	Da época	Aroma	Outro(s). O quê?

Parte 4 – Renda

4.1 Qual é a composição da renda? (A) (L) Renda bruta nos últimos 12 meses - em R\$.

1 Produção Agrícola Convencional	
2 Produção Agrícola Orgânica	
3 Produção pecuária Convencional	
4 Produção pecuária Orgânica	
5 Derivados da produção vegetal e animal	
6 Turismo Rural	
7 Artesanato	
8 Auxílio parentes	
9 Aposentadorias e pensões	
10 Renda não agrícola	
11 Arrendamento de terras	
12 Aluguel de máquinas	
13 Renda trabalho agrícola fora estabelecimento	
14 Programas sociais	
15. Outros	
Renda Total	

Parte 5 – Gastos, necessidades de consumo da família e dívidas

5.1 Quais são os gastos da família referente a produção e comercialização e seu valor total aproximado (produtos/serviços comprados/contratados) ou % referente da renda bruta, por ano ou mês? (L) (T)

Valor Total Aprox. R\$ _____ ou _____% da renda bruta () Mês () Ano

Sementes e mudas	Arrendamento terras
Medicamentos para animais	Aluguel maquinários
Insumos agroecológicos	Caixas
Defensivos agrícolas (agrotóxicos)	Ferramentas
Salários/diárias	Outro(s). Qual(is)? _____

5.2 Quais são as necessidades de consumo da família durante o ano e qual valor ou % referente a renda bruta é destinada a elas por mês ou ano? (L)

Valor Total Aprox. R\$ _____ ou _____% da renda bruta () Mês () Ano

Alimentação propriedade	Material escolar
Alimentação fora	Lazer (festas e viagens)
Produtos de limpeza propriedade	Combustível e carro (deslocamento)
Produtos limpeza fora	Telefone
Vestuário	Internet
Remédios propriedade	Luz
Remédios/Saúde fora	Eletrodomésticos/Móveis
Insumos produzidos na propriedade	Outro(s). Qual(is)? _____

Parte 6 – Políticas Públicas e participação social

6.1 Quais são as políticas públicas que você acessa? Marcar com X. (L) (T) (A)

PRONAF _____	ATER _____
PSH Rural (construção moradias)	PAA/PNAE
Previdência Social	Outro. Qual? _____
Bolsa Família	

6.2 Participação social da família. Marcar com X. (L) (A)

Entidades/Instituições na comunidade	Entidade/Instituições no município
1. Igreja. Qual(is): _____	1. S.T Rurais: filiado
2. Associação agricultores	2. S. Rural
3. Clube de mães ou grupo de mulheres	3. Conselhos. Qual(is): _____
4. Cooperativas	4. Cooperativas. Qual(is): _____
5. Grupo de jovens	5. ONG's Qual(is): _____
6. Grupos de esportes	6. Associações de agricultores. Qual(is) _____
7. Festas	7. Outro(s): _____

8.Outro(s): _____

6.3 Antes do projeto Agroflorestar, você já participou de projetos de agroecologia e/ou agrofloresta? (T)

() Sim () Não. Qual(is)? _____

6.4 Se atualmente não existisse nenhum projeto de agroecologia/agrofloresta no Assentamento, você e sua família continuariam ecológicos? (T) (A) (L)

() Sim () Não () Não sei

6.5 Qual foi o motivo que o levou a praticar agroecologia? Marcar com X. (T) (L) (A)

Incentivo com mudas e insumos	Proximidade com técnicos	Comercialização
Aproximação e respeito à natureza	Relação com outros agricultores ecológicos	Curiosidade
Diretrizes do assentamento	Aprendizado sobre outras maneiras não convencionais de produzir	Tradição
Outro(s). Qual(is)? _____		

6.6 Você participa de alguma reunião? (T) (L) (A)

Sim () Não (). Se sim, Qual(is)? Marcar com X.

Núcleo base MST	Grupo e/ou Núcleo da Rede Ecovida	Sector de saúde do Assentamento
Sector de produção do assentamento	Sector de cultura do Assentamento	Sector de educação do Assentamento
Cooperativa	ELAA	Outro(s). Qual(is)? _____

6.7 O que você acha da sua participação nas atividades (reuniões, olhar externo, eventos) da Rede Ecovida? (L) (T) (A)

Parte 7 – Relação homem e natureza, projeto de vida e inovação

7.1 O que você entende por natureza? (L) (T) (A)

7.2 Pensando no trabalho na unidade de produção (da produção até comercialização), quais são as vantagens e desvantagens de estar na agroecologia? (T) (L) (A)

Vantagens		Desvantagens	
	Comercialização / Mercado		Maior penosidade
	Mais conhecimento		Maior tempo dedicado
	Baixo custo		Legislação
	Melhora saúde		Falta opções de fontes de investimento
	Melhora meio ambiente		Outro(s). Qual(is)?
	Outro(s). Qual(is)?		

7.3 O que você e sua família consideram como bem estar? O que é fundamental, conforme seu entendimento, para você e sua família, enquanto agricultores familiares, viver bem? (A) (L) (T)

7.4 Você pensa em fazer algo diferente em sua propriedade e produção do que faz agora? O quê e por quê? (L) (T) (A)

7.5 O que você considera de mais importante que a agricultura/a terra deu a sua família? (o cultivo de um produto que foi fundamental em algum momento da vida, a relação na comunidade teve importância em algum momento específico...) (A)

7.6 Mudança desde que entrou no assentamento (A) (L)

Tipos de mudança	Aumentou	Diminuiu	Mesma
Ambiental			
1) Área de mato/floresta			
2) Uso de madeira da propriedade			

3) Acesso a água na propriedade			
5) Variedade de animais nativos			
6) Qualidade da água do Rio/sanga			
7) Tipos de pragas e doenças nas plantas			
8) Tipos de doenças nos animais			
9) Fertilidade do solo			
10) Erosão no solo			
11) Reaproveitamento de insumos da propriedade			
Social			
1) Qualidade das condições da casa			
2) Número de equipamentos domésticos			
3) Participação nas reuniões do assentamento			
4) Participação em festas na comunidade			
5) Participação em grupos religiosos			
6) Participação em grupos fora do assentamento			
7) Participação nas atividades da Rede Ecovida			
8) Tempo de lazer			
9) Opções de lazer			
10) Acesso à educação			
11) Acesso ao transporte			
12) Acesso à saúde			
Econômico			
1) Número de culturas			
2) Número de animais criados			
3) Produtos processados			
4) Consumo alimentar de produtos da propriedade			
5) Mão de obra familiar			
6) Mão de obra externa			
7) Horas de trabalho por dia			
8) Renda familiar			
9) Acesso a mercados			
10) Acesso a programas econômico-sociais			
11) Condições econômico- financeiras			
12) Penosidade no trabalho			
13) Uso de insumos químicos/agrotóxicos			
14) Uso de insumos orgânicos/verde			
15) Uso de máquinas e implementos agrícolas			
16) Parcerias no uso da terra			

7.7 Quais são as perspectivas de futuro da família? (Como você acha que será o futuro da família considerando o que você faz hoje?) (L) (A)

APÊNDICE 5 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA INDIVIDUAL**Família:****Data:****Hora início:****Hora fim:****Descrição da propriedade e da produção (fase 1 – mapeamento):****Atores observados:****Documento(s) acessado(s)? Qual(is)? :****Informações a serem levantadas:**

- Contexto de vida dos agricultores antes do assentamento
- Estratégias de produção e financeiras
- Modo de organização da produção
- Objetivos da exploração familiar e reflexões sobre sua razão de ser
- Patrimônio sociocultural
- Relação com a natureza
- Participação e relação política

Impressões:**Questões geradas após observação (trazer teoria, se for conveniente e possível):**

ANEXO

ANEXO 1 – MODELO DO PLANO DE MANEJO DOS AGRICULTORES ECOLÓGICOS CERTIFICADOS PELA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA⁶⁴



Associação Ecovida de Certificação Participativa
Rua José Rolim de Matos, 59 – Sala 01, Três Cachoeiras-RS CEP: 95580-000
Fone: (51) 3664-0220

PLANO DE MANEJO E CONVERSÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO PARA O SISTEMA DE PRODUÇÃO ECOLÓGICO

Grupo/Associação:

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

I. DADOS DA UNIDADE PRODUTIVA

Nome do agricultor (a): _____

⁶⁴ Este anexo somente apresenta as partes do documento preenchidas pelos agricultores estudados. O plano de manejo também contém um anexo que versa sobre a produção animal a ser certificada para a venda, o qual não foi preenchido por nenhum dos agricultores estudados, já que ali não há a comercialização certificada de produtos de origem animal.

CPF: _____

Nome do Cônjuge ou segundo membro titular: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Linha ou Comunidade: _____

Município: _____ CEP: _____ Estado: _____

Fone: _____ Fax: _____

ESCOPO:	() PRODUÇÃO PRIMÁRIA VEGETAL	() PRODUÇÃO PRIMÁRIA ANIMAL	() EXTRATIVISMO SUSTENTÁVEL ORGÂNICO
---------	----------------------------------	---------------------------------	--

EMAIL:

II. DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO:

1. Descreva a sua unidade de produção (histórico, localização, produção, solo, floresta, vento, entre outros)

III- CROQUI DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

1. Faça um desenho (mapa/croqui) de sua unidade de produção e anexe.

Observações a respeito deste desenho:

a) Separe as áreas de acordo com o tipo e o manejo de cultivo/atividade, dando um número para cada uma das parcelas;

b) Pinte de **verde**, se o manejo for ecológico (parcelas com práticas agroecológicas há mais de 18 meses); de **azul**, se for área em transição (parcelas com práticas agroecológicas há menos de 18 meses) e pinte em **vermelho**, as parcelas com cultivo convencional;

Descrição da área	Área ocupada (ha)	Tipo de manejo*	parcelas nº
Rios, áreas alagadas, tanques para reservatório de água e para produção de peixes			
Infraestrutura (Estradas, Casas e instalações)			
Florestas e Reserva Legal			
Reflorestamento			
Fruticultura			
Olericultura			
Cultivos anuais			
Pastagens anuais			
Pastagens perenes			
Agrofloresta			
Capoeiras e pousio			
TOTAL DA ÁREA:			

c) Neste mapa é importante que você localize a sua unidade de produção em relação à de seus vizinhos. Assim sendo: desenhe as áreas localizadas ao redor da sua unidade de produção e indique (pinte) se elas são produção convencional pinte em **vermelho**; se em transição pinte em **azul** ou se forem ecológicas pinte em **verde**, bem como o isolamento das mesmas (**pinte de vermelho**);

d) Se você tem mais de uma unidade de produção faça o croqui de cada uma delas (use um formulário para cada uma);

e) Se você tem cultivo em parte de outra unidade de produção (por exemplo: área arrendada) esta unidade de produção também deve ser desenhada (deve ser em outra folha e depois anexar a este formulário).

IV- USOS DO SOLO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO:

Atividades desenvolvidas e suas respectivas áreas em hectares:

*E – Ecológico/Agroecológico/Orgânico, T – transição, C – convencional, NA – não se aplica

V- PRODUÇÃO NA UNIDADE DE PRODUÇÃO:

1. Descreva a sua unidade de produção em relação aos itens apresentados:

1.1 Produção Vegetal:

a) Todas as culturas são produzidas de forma ecológica?

() Sim () Não () Não se aplica

2) Em quanto tempo pretende realizar a conversão total da propriedade?

() 1 ano () 3 anos

() 2 anos () 4 anos

() Outro (s): _____

3 Manejo da Área de Produção (assinale):		<input type="checkbox"/> Sistemas agrosilvopastoris	
<input type="checkbox"/> Adubação orgânica	<input type="checkbox"/> Adubação verde	<input type="checkbox"/> Ausência de fogo	<input type="checkbox"/> Controle biológico de pragas
<input type="checkbox"/> Corredor ecológico	<input type="checkbox"/> Cultivo consorciado	<input type="checkbox"/> Cultivo mínimo	<input type="checkbox"/> Cultivos em aléias/faixas
<input type="checkbox"/> Cultura de cobertura	<input type="checkbox"/> Integração lavoura-pecuária-floresta	<input type="checkbox"/> Manejo do mato	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Plantio direto	<input type="checkbox"/> Pousio	<input type="checkbox"/> Quebra ventos e cercas vivas	<input type="checkbox"/> Sistemas agroflorestais

4) Em caso de área em conversão, como se realiza a separação de áreas orgânicas e não orgânicas?

- ☐ Áreas diferentes e identificadas
 - ☐ Variedades ou espécies com diferenças visuais
 - ☐ Insumos identificados e armazenados separadamente
 - ☐ Animais de espécies diferentes
 - ☐ Animais da mesma espécie com finalidades produtivas diferentes
 - ☐ Outro (s). Qual (is)?
-

5) Quais os principais riscos de contaminação da sua produção orgânica?

- ☐ Cultivos transgênicos nos arredores
 - ☐ Uso de insumos químicos proibidos
 - ☐ Contaminação por pulverização de áreas vizinhas
 - ☐ Contaminação dos cursos ou reservatórios de água
 - ☐ Enxurrada
 - ☐ Insumos externos contaminados
 - ☐ Animais trazidos de fora da propriedade
 - ☐ Outro (s):
-

6) Como pretende diminuir ou eliminar os riscos de contaminação da sua propriedade?

7) Qual a fonte de água utilizada?

- ☐ Mina própria ou nascente ou olho d'água
- ☐ Cisterna
- ☐ Açude
- ☐ Mina fora da propriedade
- ☐ Rio ou riacho

() Canais coletivos de irrigação

() Água subterrânea – Qual?

Outro (s)

8) Há risco de contaminação para sua água?

() Não

() Sim – Qual (is)?

9) Qual a origem das sementes e mudas utilizadas na unidade de produção?

(Se as sementes são de origem ecológica e qual a porcentagem das sementes que são produzidas na unidade de produção).

9.1) Qual a estratégia para substituir o uso de sementes e mudas não certificadas?

10) como é feita a reposição da fertilidade?

10.1) No caso de uso como adubo de cama de aviário e esterco de outras criações convencionais e resíduos não ecológicos, que tratamento é dado a estes antes de serem utilizados?

10.2) Qual a estratégia para substituir a compra de cama de aviário e esterco de outras criações convencionais e resíduos não ecológicos, qual é a estratégia de buscar a autosuficiência?

11) Como controla insetos não benéficos e doenças nas plantas? (incluir o uso de calda para ter permissão prévia)

Pragas ou doenças	Produto ou manejo	Onde e quando	Procedência Interna/ externa	Composição

12) Há erosão? Se sim como é feito o controle?

13) Produção animal:

1) Existem animais () domésticos e para autoconsumo () criação

2) Os animais criados em sua unidade de produção vivem em condições adequadas?

() Sim () não.

Em caso negativo, por quê?

3) Como promove o bem-estar dos animais?

() Água de boa qualidade

() Alimento farto e de boa qualidade

() Instalações adequadas e confortáveis

() Lotação adequada

() Áreas de sombreamento no pasto

() Acesso diário dos animais confinados a área com sol e pastagem

() Manejo adequado da “cama”

() Outras formas:

VII. Manejo da vegetação nativa e proteção das águas

1) Quanto da área da unidade de produção é coberta por vegetação nativa? (em %)

2) Como os rios, córregos e nascentes estão protegidas?

3) Qual o plano de recuperação da vegetação nativa do entorno das fontes e nascentes, rios e córregos?

4) A unidade de produção utiliza irrigação?

5) Qual é a origem das águas utilizadas para irrigação?

VIII. Manejo do lixo na unidade de produção

1) Qual o tratamento/destino do lixo seco produzido na unidade de produção?

2) Qual o tratamento/destino dos efluentes líquidos (esgoto da cozinha e do banheiro) na unidade de produção?

IX. Relações de Trabalho

1) Quem trabalha nas atividades da unidade de produção?

2) No caso de contratação de mão-de-obra, os trabalhadores possuem boas condições de trabalho? Estes são remunerados de forma adequada?

3) No caso de acidentes de trabalho de que forma a família se responsabiliza pelo trabalhador?

4) As crianças e adolescentes freqüentam regularmente a escola?

5) O trabalho na unidade de produção compromete de alguma forma o desempenho e a permanência destes na escola?

X. ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

Liste os principais tipos, quantidades aproximadas e época de colheita dos produtos produzidos ecologicamente em sua unidade de produção, que são comercializados (não precisa listar o que é consumido pela família). Registrar os principais produtos de cada tipo. Pequenas quantidades de produtos de um mesmo tipo podem ser agrupados em “não especificados”. Por exemplo: o agricultor que produz quantidades maiores de maçã e pêra e pequenas quantidades de amora, limão, marmelo, figo, laranja e morango, pode registrar da seguinte forma: maçã, pêra e outras frutas não especificadas.

Tipos de produto	Quantidade aproximada
Olerícolas (raízes, tubérculos, tomate, cebola, flores, etc) kg, ml, pc, un, ...	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	

6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	

Frutas (quantidade em kg, caixa, ...)	Quantidade aproximada
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	

Grãos (quantidades em kg, sacas, ...)	Quantidade aproximada
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	

6.	
7.	
8.	

Produtos de origem animal (quantidades em kg, litros, dúzia, ...)	Quantidade aproximada
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	

VIII- COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROECOLÓGICOS:

a) Liste os principais canais de comercialização :

Obs. os canais de comercialização podem ser: feiras livres, cestas ou sacolas, como matéria-prima para agroindústria ecológica, intermediários, outros agricultores, supermercados, creches, hospitais, lojas de produtos naturais, cooperativas, PAA, alimentação escolaretc.

b) Outras questões em relação a comercialização que julga importante.

IX- RESUMO DO PLANO DE PRODUÇÃO, ROTAÇÃO DE CULTURAS, MANEJO E CONVERSÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO PARA A PRODUÇÃO ECOLÓGICA

Gleba	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5	
	Inverno	Verão	Inverno	Verão	Inverno	Verão	Inverno	Verão	Inverno	Verão
	Espécie/for ma cultivo	Espécie/ forma de cultivo	Espécie/ forma de cultivo	Espécie/ forma de cultivo	Espécie/ forma de cultivo	Espécie/ forma de cultivo	Espécie/ forma de cultivo	Espécie/ forma de cultivo	Espécie/ forma de cultivo	Espécie/ forma de cultivo
	Trigo	Feijão	Aveia	amendoim	Linhaça	adzuki	Nabo for.	feijão	aveia	Girassol
	Aveia	Amendoim	Linhaça	adzuki	Nabo for.	gergelim	Ervilhaca	Girassol	trigo	Feijão
	Linhaça	Adzuki	nabo for.	gergelim	Ervilhaca	Girassol	Aveia	amendoim	linhaça	Adzuki
	Ervilhaca	Girassol	Trigo	feijão	Trigo	feijão	Linhaça	gergelim	ervilhaca	Girassol
	Pastagem Perene	Pastagem Perene	Pastagem Perene	Pastagem perene	Pastagem Perene	Pastagem perene	Pastagem Perene	Pastagem perene	Pastagem perene	Pastagem perene
	Floresta Nativa	Floresta Nativa	Floresta Nativa	Floresta Nativa	Floresta Nativa	Floresta Nativa	Floresta Nativa	Floresta Nativa	Floresta Nativa	Floresta Nativa
	Reflorest.	Relorest.	Relorest.	Relorest.	Relorest.	Relorest.	Relorest.	Relorest.	Relorest.	Relorest.
	Fruticul.	Fruticul.	Fruticul.	Fruticul.	Fruticul.	Fruticul.	Fruticul.	Fruticul.	Fruticul.	Fruticul.
	Trigo	Feijão	Aveia	amendoim	Linhaça	adzuki	Nabo for.	feijão	aveia	Girassol

Observações:

1- Preencher o número da gleba, conforme o número do croqui.

2- Nos outros espaços preencher com a espécie a ser cultivada e a forma de cultivo (convencional usar a letra – C, em transição usar a letra – T e quando ecológico usar a letra-E).